



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA

AS PRIMAS FIÉIS: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA ASCENSÃO DAS
MULHERES NO MUNDO DO CRIME POR MEIO DAS FACÇÕES NO PRESÍDIO
AURI MOURA COSTA

Fortaleza - Ceará

2020

ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA

AS PRIMAS FIÉIS: ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA ASCENSÃO DAS MULHERES
NO MUNDO DO CRIME POR MEIO DAS FACÇÕES NO PRESÍDIO AURI MOURA
COSTA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Glaucéria da Mota Brasil.

Fortaleza - Ceará

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas**

Oliveira, Ana Hadassa da Silva.

As primas fiéis: Aspectos sociológicos da ascensão das mulheres no mundo do crime por meio das facções no presídio Auri Moura Costa [recurso eletrônico] / Ana Hadassa da Silva Oliveira. – 2020.

188 f.: il.

Dissertação (Mestrado acadêmico) -
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia - Mestrado, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Pós-Dr. Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão.

1. mulher faccionada. 2. presídio feminino, criminalidade. I. Título.

ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA

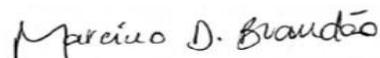
As Primas Fiéis: aspectos sociológicos da ascensão das mulheres no mundo do crime por meio das facções no Presídio Auri Moura Costa

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UECE, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

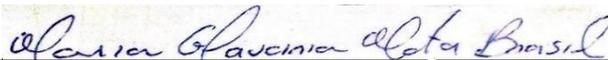
Área de concentração: Sociologia

Aprovada em: 31/08/2020.

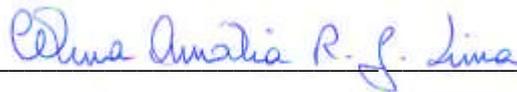
BANCA DE DEFESA



Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.^a Dr.^a Maria Glauécia da Mota Brasil (Coorientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.^a Dr.^a Celina Amália Ramalho Galvão Lima
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Roberto Marques
Universidade Regional do Cariri – URCA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu pai de amor, que apesar da minha pouca fé, me fortaleceu e me mostrou a esperança por dias melhores. Pela Sua presença constante nos meus momentos de fraqueza e insegurança. Por ter sido o meu porto seguro e ter me mostrado que com Ele eu poderia contar! E por todas as bênçãos que me concedeu nesta vida.

Registro neste pequeno espaço a minha gratidão a todas as pessoas que estão e estiveram presentes na minha vida, tanto no âmbito pessoal, quanto acadêmico, que me ajudaram e acreditaram no meu potencial. Partilharam comigo momentos de tristezas e de euforia, de alegrias e derrotas, de medos e sonhos.

Ao meu orientador, professor Marcílio Dantas Brandão, pelo trabalho empreendido ao longo da orientação, mas também pela confiança e paciência; assim como a minha coorientadora, professora Glaucíria Mota Brasil, por ter me proporcionado experiências ricas em conhecimento, através de minha participação no Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA), ainda que tenha sido por pouco tempo. Neste campo universitário, também registro agradecimento para toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará e aos professores Celina Ramalho e Roberto Marques, que – além dos meus orientadores – aceitaram gentilmente colaborar com meus estudos participando dos importantes momentos de deliberação sobre o trabalho que agora concluo.

Um agradecimento especial à minha família; minha mãe, Ana Maria, que sempre foi um exemplo de mulher e meus irmãos Candace, Tony, Oziel e Antoniel.

Aos meus queridos amores, Francisco Edvan, Ana Eloiza e Sameire, pelo carinho, conselhos e compreensão nas horas que eu não podia dar atenção.

Aos colegas de turma, em especial, três pessoas, Franciane Santos, Vita Saraiva e Polyana Vieira, companheiras com quem dividi minhas inquietações, lágrimas e dúvidas.

Às minhas interlocutoras, sem elas esse trabalho não seria possível. À Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior (CAPES), pelo incentivo com a concessão da bolsa de estudo.

Enfim, a todos (as) aqueles (as) que contribuíram, de forma direta ou indireta, sem os quais este trabalho sequer existiria.

RESUMO

Este trabalho discute mudanças ocorridas, entre 2015 até o ano 2019, em relação às mulheres encarceradas no presídio Auri Moura Costa. Neste período, houve ascensão das facções criminosas no Estado do Ceará. Este trabalho discute o envolvimento de mulheres nestas facções. Discorre-se, especificamente, sobre grupos de mulheres denominadas “primas fiéis”, mas também sobre seus relacionamentos com outras mulheres, por sua vez, conhecidas como sendo parte das “faccionadas”, da “massa carcerária” e das “cunhadas” e “irmãs”. Observa-se que predominam mulheres analfabetas ou semianalfabetas no referido presídio, elas estão fora do mercado de trabalho e sem nenhuma especialização profissional. Predominam entre as próprias presidiárias, mães solteiras, mulheres que tiveram mais de um relacionamento conjugal, tendo filhos de pais diferentes. O envolvimento com o tráfico de drogas, para algumas mulheres, está relacionado ao atendimento das necessidades básicas, como alimentação e moradia; enquanto, para outras, significa acesso às roupas da moda e ostentação material. Existem as que se envolveram com drogas por influência de companheiros ou porque tiveram marido ou namorado morto e precisaram assumir a responsabilidade pelos negócios. Há também mulheres que assumem a autoria dos assassinatos dos homens que lhes oprimiam ou violentavam. De vários modos, elas questionam a ideia de mulher dócil e passiva, ao escolher a força e a violência para se afirmarem, ascenderem ao crime e se tornarem protagonistas. No presídio, essas mulheres produzem contrastantes representações, tais como dóceis, submissas e agressivas. Elas constroem diferentes corpos que se revoltam na morte e na loucura, corpos que recriam suas próprias estéticas com piercings e tatuagens, corpos que também se aleijam. No interior das prisões, essas mulheres se articulam em busca do poder de mando, chegando a ser cruéis, ao mesmo tempo, que têm um sentimento de sororidade para com aquelas companheiras de celas que aderem à facção. Enquanto questionam os valores tradicionais das mulheres, elas também ocupam o lugar da mãe e do amor romântico ao mesmo tempo em que ressignificam o lugar da mulher violenta ao usarem da força e da crueldade. Este trabalho é uma história de vidas marginalizadas, uma narrativa que escolheu o presídio Auri Moura Costa para mostrar como algumas mulheres chegaram e se reconstruíram na privação de liberdade, bem como apresenta meios pelos quais elas se envolveram com facções criminosas e o que sentem fazendo parte destes grupos, como funcionam suas relações no interior do presídio e como se articulam em função de suas diferentes posições em relação às facções. Essa pesquisa reproduz e interpreta histórias, mostrando como ocorreram mudanças na vida de mulheres a partir da entrada das facções no presídio em estudo. Esse trabalho é inspirado em fragmentos de várias histórias de vida que pude conhecer a partir de visitas e observações de alguns sujeitos privados de liberdade; ele resulta de uma investigação baseada na observação participante e em entrevistas realizadas com mulheres presas.

Palavras-chave: Mulher faccionada; Presídio feminino; Criminalidade; Violência; Relações de Poder.

ABSTRACT

This paper discusses changes that occurred, between 2015 and 2019, regarding incarcerated women in the Auri Moura Costa prison. At that period, there was the rising of criminal organizations in the state of Ceará. This paper discusses the involvement of women in these organizations. Specifically, the work discusses groups of women called “faithful cousins”, but also their relationships with other women, in turn, known as being part of the “organized”, the “incarceration mass” and the “sister-in-law” and the “sisters”. It is observed that illiterate or semi-illiterate women are predominant in the aforementioned prison, they are out of the labor market and they do not have any professional specialization. Among the prisoners themselves, predominate single mothers, women who have had more than one marital relationship, women who have children with different men. For some women, the involvement with drug trafficking is related to attending basic needs, such as food and housing; while for others, it means access to fashionable clothes and material ostentation. There are those women who got involved with drugs under the influence of their partners or because they had a dead husband or boyfriend and needed to take responsibility for their business. Also, there are women who take responsibility for the murders of men who oppressed or violated them. In several ways, they question the idea of a sweet and passive woman, when choosing strength and violence to assert themselves, rise to crime and become protagonists. In the prison, these women produce contrasting representations, such as docile, submissive and aggressive ones. They build different bodies that rebel themselves in death and madness, bodies that recreate their own aesthetics with piercings and tattoos; also, bodies that mutilate themselves. Inside the prisons, these women articulate themselves looking for power of command, becoming cruel at the same time they have a feeling of sorority towards those cellmates who join the organizations. While questioning women’s traditional values, they also take place as mother and romantic interest while re-signifying the place of the violent woman by using force and cruelty. This paper is a story of marginalized lives, a narrative that chose Auri Moura Costa prison to show how some women arrived and rebuilt themselves in deprivation of freedom, as well as presenting ways in which they became involved with criminal organizations and what they feel being a part of these groups, how their relations work inside the prison and how they articulate according to their different positions regarding the organizations. This research reproduces and interprets stories, showing how changes in women's lives have occurred since the criminal organizations entered the prison. This work is inspired by fragments of several life stories that I was able to learn from visits and observations of some subjects deprived of their freedom; it results from an investigation based on participant observation and interviews with women in prison.

Key words: Factioned woman; Female prison; Crime; Violence; Power relations.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapa das facções feito pela SEJUS..... | 11 |
| Figura 2 - Taxa de aprisionamento em 2005 e 2014 por Unidade da Federação..... | 21 |
| Figura 3 - Taxa de aprisionamento por Unidade da Federação. | 22 |
| Figura 4 - Fachada do primeiro prédio do IPF, fotografada em 08/09/1994. | 32 |
| Figura 5 - Familiares das aprisionadas em direção ao Presídio..... | 33 |
| Figura 6 - Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa – muro frontal do prédio principal..... | 34 |
| Figura 7 - Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa – fachada do prédio principal..... | 35 |
| Figura 8 - Creche Irmã Marta..... | 36 |
| Figura 9 - Imagem de detentas caminhando sobre a linha amarela. | 40 |
| Figura 10 - Imagem aérea do presídio durante rebelião em maio de 2016. | 42 |
| Figura 11 - Corredor do Presídio Auri Moura Costa, janeiro 2017. | 43 |
| Figura 12 - Principais facções e estados onde atuam | 58 |
| Figura 13 - Xerifa da Rocinha, foragida da polícia, namorada do traficante Nem..... | 63 |
| Figura 14 - Mulheres integrantes do CV no presídio feminino..... | 64 |
| Figura 15 - Influência do PCC nos estados brasileiros. | 69 |
| Figura 16 - Organização do PCC por meio das sintonias..... | 70 |
| Figura 17 - Periferia Sudeste de Fortaleza onde atuam o GDE e CV. | 73 |
| Figura 18 - Gráfico da taxa de homicídios da Região Metropolitana de Fortaleza | 74 |
| Figura 19 - Tabela dos mais pobres e dos mais ricos em Fortaleza. | 75 |
| Figura 20 - Informações prisionais dos doze países com maior população prisional feminina do mundo..... | 82 |
| Figura 21 - Taxa de desemprego em 2019 | 84 |
| Figura 22 - Atriz Margot Robbie como Arlequina, cena do filme <i>Aves de rapina</i> (2020). | 114 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| COPEN | Conselho Penitenciário do Ceará |
| CTOC | Centro de Triagem e Observação Criminológica |
| CV | Comando Vermelho |
| GAP | Grupo de Apoio Penitenciário |
| GDE | Guardiões do Estado |
| IPF | Instituto Prisional Feminino |
| PCC | Primeiro Comando da Capital |
| PNAMPEN | Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional |
| SAP | Secretaria da Administração Penitenciária |
| SEJUS | Secretaria do Estado da Justiça |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | A MULHER E O PRESÍDIO FEMININO: PROBLEMATIZAÇÕES METODOLÓGICAS | 15 |
| 2.1 | Da aproximação com o objeto | 23 |
| 2.2 | O presídio Auri Moura Costa e as facções no Ceará | 31 |
| 2.3 | Metodologia | 43 |
| 3.1 | O que é Crime Organizado? | 51 |
| 3.2 | Comando Vermelho (CV) | 59 |
| 3.2.1 | CV no Ceará | 63 |
| 3.3 | Primeiro Comando da Capital (PCC) | 66 |
| 3.4 | Família do Norte (FDN) | 71 |
| 3.5 | Guardiões do Estado (GDE) – Facção cearense | 72 |
| 3.6 | Mulheres, facções e o mundo do crime | 78 |
| 3.6.1 | O perfil da figura feminina nas facções no Brasil | 83 |
| 4 | AS PRIMAS FIÉIS | 87 |
| 4.1 | O aviãozinho da asa quebrada | 88 |
| 4.2 | O brilhante partido | 97 |
| 4.3 | Anjinha | 103 |
| 4.4 | Bahia | 108 |
| 4.5 | Arlequina | 113 |
| 4.6 | A Xerifa | 119 |
| 4.7 | Pocahontas | 126 |
| 4.8 | Medonha | 132 |
| 4.9 | A Trem Bala | 139 |
| 4.10 | Neguinha | 144 |
| 4.11 | A facção e a nova família | 147 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 150 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 153 |
| | ANEXOS | 162 |
| | ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA | 163 |
| | ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA | 164 |
| | ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO | 165 |

| | |
|--|-----|
| ANEXO D - REQUERIMENTO | 166 |
| ANEXO E – REQUERIMENTO (CONTINUAÇÃO DO DOCUMENTO) | 167 |
| ANEXO F - PARECER | 168 |
| ANEXO G – PARECER (CONTINUAÇÃO DO DOCUMENTO) | 169 |
| ANEXO H – PARECER (CONTINUAÇÃO DO DOCUMENTO) | 170 |
| ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 171 |
| ANEXO J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 172 |
| ANEXO K – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 173 |
| ANEXO L – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 174 |
| ANEXO M – ESTATUTO CV | 175 |
| ANEXO N - ESTATUTO DO P.C.C. | 179 |
| ANEXO O – ESTATUTO PCC - REVISTO E ATUALIZADO EM 2017 | 181 |
| ANEXO P - ESTATUTO DOS GUARDIÕES DO ESTADO | 185 |

1 INTRODUÇÃO

O aumento da violência por meio de ações criminosas, no Brasil, apresentou um crescimento acentuado nas últimas décadas, tomando contornos dramáticos em relação à participação das mulheres, pois esse público específico, que antes estava mais concentrado nos bastidores do crime, aumentou sua atuação consideravelmente, tal fator pode ser comprovado por meio do aumento do encarceramento feminino como demonstram dados do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Mulheres* (BRASIL, 2017, p. 12-16). Apesar do crescimento recente, esse é um processo de longa data, que está relacionado com uma série de variações das formas de violência, pois “no mundo moderno, mais precisamente a partir do século XIX, quando o capitalismo, no Brasil, se expandiu, retraindo a vida rural e oferecendo várias transformações para a vida urbana, a violência ganhou variantes, formas diversas de manifestação e representação (ALMEIDA, 2001, p. 94).

Quando o tema é criminalidade violenta, Zaluar (1993) afirma que, onde imperam os bandidos, as mulheres, até bem pouco tempo, não eram personagens principais. Não eram as chefas do negócio e nem estavam à frente dele, diferente do público masculino que sempre defendeu o seu lugar no mundo empresarial do crime pelo uso constante das armas de fogo. Assim, as armas figuram em nossa sociedade prioritariamente como símbolos masculinos, são assunto de homem e marcam a passagem de uma criminalidade eventual e periférica para uma carreira no mundo empresarial violento. Mas, isso não quer dizer que as mulheres estejam fora desse espaço. A presença delas é, pelo contrário, diversificada e complexa.

Nos últimos anos, é crescente o número de mulheres brasileiras que se envolvem em ações criminosas. Essa realidade não é diferente no estado do Ceará que, atualmente, possui a predominância de grupos faccionados, tanto fora como dentro dos presídios, como demonstram os jornais e notícias nas redes de comunicação, tal como Souza (2019).

Conforme se depreende do *Censo Penitenciário do Estado do Ceará* (CEARÁ, 2014, p. 49), dos presos apenados, 43,1% são do gênero masculino e 29,5% do feminino. Dos que se encontram em situação provisória, 60,5% são mulheres e 48,5% homens. Os demais não informaram gênero.

Dito isso, o interesse pela problemática advinda das relações conflituosas de mulheres facionadas, que enveredaram pelo mundo do crime e cumprem pena no Presídio Auri Moura Costa, no estado do Ceará, se dá, inicialmente, pelo fato dessa questão me instigar como mulher. Em seguida, como pesquisadora que já havia visitado presídio masculino, chamou-me a atenção a forma de organização de determinados grupos sociais existentes dentro do presídio

feminino, os espaços ocupados por essas mulheres e as suas relações para se fortalecerem até atingir o protagonismo criminal.

Em linhas gerais, as minhas inquietações para a elaboração deste estudo consistem em saber quais significados justificam o fato de que mulheres liderem grupos de facções e, ao mesmo tempo, convivam como família entre outras detentas, fazendo do presídio uma extensão de suas casas, onde se fortalecem e se defendem contra outras facções, mas, principalmente, contra seu pior inimigo, o Estado.

Para Paiva (2019), participar da máfia é ser parte de uma “família” e o que explica essa pertença são as relações entre pessoas que desenvolvem e mantêm vinculações complexas e sofisticadas. O autor defende que, apesar de muitos conflitos e da grande possibilidade de uso da força, a máfia seria uma forma de administração de negócios, sendo que o seu sucesso depende da compreensão de que todos podem ganhar, desde que respeitem as regras estabelecidas.

Da mesma forma que existe hierarquia e organização na máfia, na facção não é diferente. No estado do Ceará, vários grupos de mulheres dentro do presídio feminino vêm se destacando, em busca de autoafirmação e empoderamento ganham espaço na gestão de negócios ilícitos. Elas foram encarceradas devido à prática de crimes diversos, desde o tráfico de drogas a assaltos e homicídios.

A professora Rosemary de Oliveira Almeida, em sua obra *Mulheres que matam* (2001, p. 80), questiona o conceito de imaginário e de crime na relação instituinte/instituído. A partir daí, trago à tona a discussão do crime como busca de autoafirmação, categoria que tenho trabalhado na tentativa de visualizar o crime para além de uma ação destruidora e instituída. Seria o crime uma criação, uma forma de manifestar ao mundo a capacidade de agir inconforme às regras da sociedade, seja como destruição, dissidência ou contestação?

O próprio sistema propicia para as mulheres o lugar para a tomada do poder. Isso não seria possível se as cadeias não fossem espaços privilegiados, nos quais os envolvidos circulam e interagem, criando reciprocidades, compromissos e composições que suportam e dão corpo aos comandos. É claro que não se pode esquecer que, muitas dessas mulheres se aliam a facções por uma questão de sobrevivência e de luta contra as opressões do sistema prisional.

Conforme ressalta Godoi (2010), a importância da organização ter essa disposição de levar as lutas internas do sistema para o campo aberto, demonstra a força das conexões entre presos e egressos do sistema atuando fora da prisão. Essas conexões não seriam possíveis sem

um trabalho gerador de importantes pactuações que dobram as fronteiras entre o legal e o ilegal, por meio de outras lógicas acionadas pelo coletivo criminal.

Para as mulheres, se aliar a uma facção é ganhar força, é algo que vai muito além do viver e sobreviver dentro do presídio. Não é possível entender o protagonismo das mulheres no mundo do crime sem observar suas dinâmicas cotidianas, sem entender as negociações, cooperações e correlações de força entre as que fazem o crime e os responsáveis pelas políticas de controle social dos ilícitos, no âmbito do Estado.

Tomo como exemplo dessa força, a criação do PCC (Primeiro Comando da Capital), citada por Paiva (2019), Alvarez, Dias e Salla (2013) e por Biondi (2009), que afirmam que seu surgimento se deu no interior do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté (SP), em meados dos anos 1990, sem pretensões iniciais tão grandiosas quanto as que passou a ter, mas buscando unir os presos em luta contra as opressões do Estado dentro do sistema prisional.

Outro exemplo clássico é o CV (Comando Vermelho), criado no Rio de Janeiro na Cadeia de Ilha Grande, também como uma forma de resistência em face do seu maior opressor, o Estado. De acordo com Amorim (1993), o crescimento do número de presos políticos e sua integração com presos comuns, a partir de 1917, levou para dentro da cadeia a mesma forma de organização de grupos políticos revolucionários, tais como as “sociedades de resistência” (nome dos sindicatos anarquistas à época). Este processo deu origem ao Comando Vermelho.

Na Ilha Grande, ocorreu um fenômeno ideológico por contaminação. Acabou gerando o Comando Vermelho, que perdeu a formação política original, nobre como movimento de libertação nacional, mas que absorveu a estrutura para se organizar como crime comum. Os bandidos adotaram o princípio da organização para verticalizar o poder dentro do grupo. (AMORIM, 1993, p. 44).

Assim como facções criadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte, o Ceará também criou a sua facção própria, a GDE (Guardiões do Estado ou 745), que surgiu e se destacou em meados de 2015, no grande Conjunto Palmeiras. Este grupo se caracterizou pela violência empregada em relação aos inimigos. Naquele ano, a GDE teve suas primeiras aparições como facção hierarquizada, com divisão clara de tarefas, em que seus integrantes praticam os mais diversos crimes, tais como mercancia de substâncias entorpecentes e homicídios; tudo isso objetivava a ampliação de seu raio de atuação e o aumento de seus lucros. Esta é uma facção estruturada por integrantes mais jovens e não é tão conhecida como as demais, porém vem tomando grandes proporções, pois é a única dentre as facções em que seus participantes não são obrigados a pagar dízimo¹.

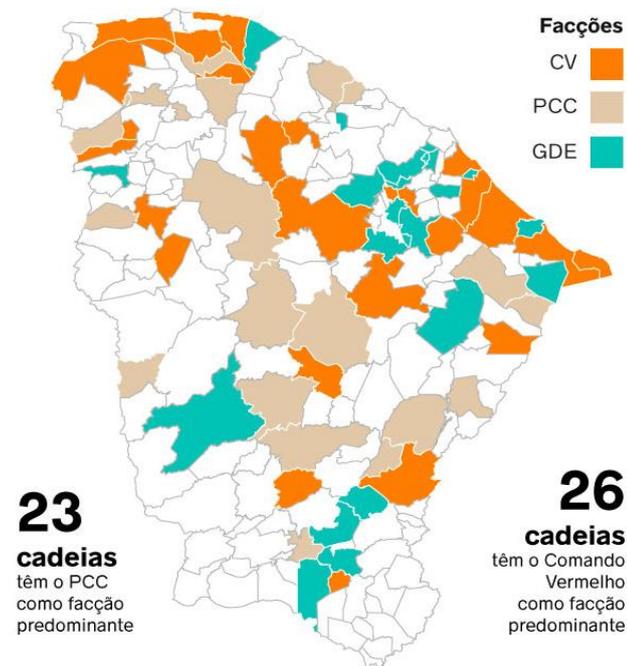
¹ O termo vem do latim, *decimus*, e literalmente se refere a décima parte de algo. Na *Bíblia*, se refere décimo dos ganhos dos fieis devolvidos às intuições para a manutenção do templo. Segundo Dias e Manso (2019), o PCC atua semelhante a uma ‘pessoa jurídica’, portanto, no mercado criminal voltado para ganhos que se convertem para

Entre as cadeias e presídios do Estado, a SEJUS (Secretaria do Estado da Justiça) do Ceará lançou um mapa, em outubro de 2018, demonstrando a predominância de cada facção por área de atuação no estado, inclusive dentro dos presídios, sobretudo, o Auri Moura Costa.

Figura 1 - Mapa das facções feito pela SEJUS.

Facções repartem cadeias públicas

A situação no Interior do Estado é dramática. Metade das cadeias são dominadas por uma organização criminosa.



Facções nas grande penitenciárias

As unidades de grande porte da Região Metropolitana de Fortaleza passaram por um 'rearranjo'. Cerca de 4 mil detentos foram movimentados em 2017.

| CV | GDE | PCC | Todas* |
|---|-----------------------------|----------|----------------------------|
| Carrapicho CPPL I CPPL IV IPFHVA PIRS | IPPOO II CPPL VI PIRC | CPPL III | CEPIS Presídio Feminino |
| | | | *separadas por ruas |

Fonte: SEJUS CE, outubro/2018.

Atualmente, as mulheres faccionadas são citadas como sendo especiais, diferentes, fora de padrão. Na verdade, elas costumam negar partes das histórias de suas vidas. Ao conseguir entrar em facção, ao serem aceitas, começam a ficar famosas no presídio, ganham

financiar suas atividades, tais como o 'jumbo' (alimentação levado por parentes aos presos), transporte, cestas básicas, compra de armamentos. Então, semelhante ao dízimo das instituições religiosas, os integrantes do grupo pagam mensalidades, os dízimos, que podem ser frutos de ganhos pessoais, e assim, podem atuar livremente. Esses dízimos ajudam a movimentar os negócios do PCC, juntamente com os seus lucros obtidos devidos às atividades ilícitas.

novos nomes, como veremos mais à frente. E, na sequência, passam a selecionar muito do que falam sobre si mesmas.

A pesquisa que embasa este texto focalizou uma parte destas mulheres, as chamadas “primas fiéis”: mulheres facções que vivem e convivem entre si e com outros grupos de facções e com o conjunto da massa carcerária, dentro do presídio Auri Moura Costa, no Estado do Ceará.

Embora a criminalidade feminina seja menos frequente, ela é crescente e já chegou ao estado do Ceará. Esse fato ocasionou a superlotação do único presídio feminino na região de Fortaleza, como relata uma recente matéria do jornal *O Povo*, publicada em 18/07/2018². De modo geral, as causas dessa criminalidade são transversalmente abordadas nesta dissertação.

Ao compararmos o Censo penitenciário do Ceará, de 2014, com o boletim da SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) de 2019, é observável o aumento do encarceramento feminino, pois em 2014, o Censo revelou que no Instituto Prisional Feminino existiam 426 mulheres encarceradas (CEARÁ, p. 290). Atualmente, as estatísticas lançadas pela SAP, sobre a população carcerária em dezembro de 2019, demonstram que o número subiu para 1.076, excedendo a capacidade total do presídio, que atualmente é de 702 mulheres. O que comprova o aumento da criminalidade feminina.

A relevância do presente estudo está em abordar realidades que revelam o porquê dessas mulheres entrarem no mundo do crime e se batizarem em facções. Isto é feito por meio da análise de suas trajetórias e escolhas, bem como pela reflexão de experiências vividas dentro do presídio em foco e de uma discussão sobre as relações destas mulheres com outros grupos. Ademais, intenta-se apontar também como se deu a ascensão e o protagonismo de algumas destas mulheres no mundo do crime. Como exemplo da consciência de pertencimento à condição criminosa, a pesquisadora Nana Queiroz presenciou uma cena emblemática: em frente ao portão de um presídio feminino, uma mulher que estava saindo em liberdade grita em direção a outras detentas, que estavam entrando na instituição, numa situação típica de acerto de contas:

² “O Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, situado em Aquiraz (Região Metropolitana de Fortaleza), vive problema de superlotação. A constatação foi feita pelo Conselho Penitenciário do Estado do Ceará. Num presídio construído para abrigar 600 presas, estão cerca de 1.100, de acordo com relatório desse organismo. O presidente do Conselho, Cláudio da Justa, diz mais: membros constataram que ali há divisão de presas por facções. Em nota, a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado (SEJUS), informou ao jornal: “Com o *habeas corpus* coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal, grande parte das internas do presídio feminino poderão ser beneficiadas com prisão domiciliar, caso obtenham determinação judicial. Com isso, o índice de lotação da unidade deverá ser reduzido” (LIMA, 2018). Resposta da SEJUS à parte, chama atenção o alto índice de envolvimento de presas com facções criminosas. A situação virou uma praga no sistema carcerário nacional. Por essas e outras é que muitos defendem a federalização do setor. De forma concreta e fora do papel, da simples criação de pastas e da burocracia.” (*idem, ibidem*)

“Eu falei pra ela não se meter que sou criminosa. CRI-MI-NO-SA. Eu falei!” (QUEIROZ, 2015, p. 165).

O início desta pesquisa se deu por motivos de ordem pessoal. O interesse de focar no público presidiário feminino gerou a proposta de um estudo sociológico sobre a ascensão da mulher no mundo do crime. Durante as entrevistas e interlocuções, resolvi me aprofundar na busca da compreensão de quem seriam e como vivem as primas fiéis.

Considerando os pressupostos teóricos que atravessam esta pesquisa no que se refere ao imaginário do crime feminino, violência e símbolos contidos na categoria mulher criminosa e facção, trago à tona Almeida (2001), Osterne (2001), Dias (2019), Santoro e Pereira (2018), Paiva (2019). Quanto ao entendimento das variações que possibilitaram as mudanças na vida dessas mulheres com sua entrada na facção, a partir do surgimento da organização criminosa dentro do Auri Moura Costa, considero notadamente as referências de Telles (2010) e Misse (2010). No que concerne ao perfil das mulheres encarceradas, apoiei-me também nos trabalhos de Glaucéria Mota Brasil (2019) e Celina Amália Ramalho Galvão Lima, por meio da pesquisa do *Censo penitenciário do estado do Ceará 2013-2014*. Para buscar a compreensão da nova forma de recrutamento da facção, fazendo o pertencer ao grupo funcionar como um substituto da estrutura familiar, que difunde símbolos de irmãs, cunhadas e primas, recorri a autores como Feltran (2020), Paiva (2019) e Padovani (2015).

Este trabalho foi desenvolvido em três etapas. No primeiro capítulo, apresento uma análise geral sobre o objeto da pesquisa, que são mulheres em condições de cárcere. Para tanto, abordo uma breve discussão sobre a evolução do movimento feminista, o impacto e as mudanças provocadas pelas mulheres no mercado de trabalho e em outros espaços sociais. Ainda neste capítulo, analiso algumas mudanças que pude observar no presídio feminino após o reconhecimento da atuação de facções em seu interior, a partir do final do ano de 2016, bem como a forma com que o Estado vem combatendo estes grupos no Ceará. Depois, apresento o campo de pesquisa, a metodologia utilizada e descrevo as formas de minha aproximação em relação aos sujeitos desse estudo.

O segundo capítulo aborda o conceito de crime organizado, a história das facções e a evolução delas dentro do sistema penitenciário, tanto em nível nacional quanto no estado do Ceará. Além disso, discorro sobre o perfil das interlocutoras, algumas mulheres presas que se engajaram em facções até se tornarem grandes lideranças, indagando sobre o percurso que as levou da condição de chefe de família periférica à de chefe de facção. Apresento dados sobre as mulheres que vivem em facção; algumas das que abordo nesta seção são esposas ou namoradas de presidiários, outras são chefes de “bocas de fumo”.

No terceiro capítulo, abordo as primas fiéis, discutindo os benefícios de viver nesta condição e os problemas que elas enfrentam; descrevo o batismo, a escolha dos padrinhos, o resgate que a faccionada faz de uma cela para a outra. Tento mostrar que, após se tornar prima, mudam as relações que elas estabelecem entre si e com outras presas. Faço estas discussões a partir das histórias de vidas narradas por algumas destas mulheres. Por fim, com essa pesquisa, reflito sobre as principais mudanças na condição de vida de presas depois do reconhecimento da atuação de facções criminosas no interior do Presídio.

Existem diversas facções no Brasil, porém, neste trabalho, em virtude das interlocutoras apresentadas no terceiro capítulo serem custodiadas no presídio cearense, falaremos das principais facções atuantes no Ceará – pelo menos aquelas que predominaram no sistema carcerário feminino até 2019, ano que se iniciou o combate às facções criminosas no interior dos presídios deste estado.

2 A MULHER E O PRESÍDIO FEMININO: PROBLEMATIZAÇÕES METODOLÓGICAS

“Para o Estado e a sociedade, parece que existem somente 440 mil homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28 mil desses presos menstruam.” (QUEIROZ, 2015, p. 6).

A epígrafe acima traduz as condições ocultas das mulheres no cárcere, do abandono por parte da sociedade, do Estado e das instituições, bem como insinua os maus tratos. O sistema penitenciário feminino é esquecido porque tem sido orientado pelo preconceito, sobretudo, do sexo masculino; pelo estigma aplicado às mais pretas e pobres, traduzindo um racismo institucional. Tais formatações vão se compondo em regras e valores socialmente construídos e impostos.

Parto da hipótese de que a mulher não é só vítima dos maus tratos que sofre dos pais, do marido e de toda uma teia de discriminação histórica, que oficialmente tenta transmitir um perfil dócil, frágil e passivo que, na realidade, só serve para maquiar as inúmeras violações sofridas. Para Almeida (2001), a mulher carrega em si, também histórias de violência que englobam crimes cometidos por elas em diferentes épocas e de variadas formas.

Conforme Misse (2010), o processo de sujeição criminal ganhou uma nova dimensão quando os mercados de trabalho ilegais convencionais, tradicionais, principalmente o mercado de trabalho do jogo do bicho, que era local e depois se torna nacional, vão sendo tragados, aos poucos, por um novo mercado de trabalho, uma empresa altamente lucrativa, relativamente desorganizada e amplamente disseminada, que é o varejo de drogas ilícitas, especialmente, da cocaína. Em comparação com os mercados ilegais de trabalhos convencionais, como a prostituição popular, o pequeno contrabando, as vigarices, a compra e venda de objetos roubados e mesmo o jogo do bicho, o varejo da cocaína mostrou-se extremamente atraente para os padrões de renda das populações que atingiu.

Como já indicado a partir do trabalho de Almeida (2001), a realidade sócio-histórica é fruto do embate entre o imaginário social instituído e o imaginário social instituinte. Em outras palavras, não se imaginava que mulheres pudessem ascender ao mundo do crime, porque a imagem da mulher é de sexo frágil, criada para casar, ser uma boa esposa, não chefiar uma família, tampouco o mundo do crime. Na perspectiva de Castoriadis,

[...] a história é criação; criação de formas totais de vida humana. As formas sociais-históricas não são “determinadas” por “leis” naturais ou históricas. A sociedade é autocriação. Quem cria a sociedade e a história é a sociedade instituinte, em oposição à sociedade instituída, imaginário social no sentido radical. A autoinstituição da

sociedade é a criação de um mundo humano: de coisas, de realidade, de linguagem, de normas, de valores, modos de viver e de morrer, objetivos pelos quais vivemos e outros pelos quais morremos – e, obviamente, em primeiro lugar e acima de tudo, ela é criação do indivíduo humano no qual a instituição da sociedade está solidamente incorporada. (CASTORIADIS, 1987, p. 271).

A imaginação é a capacidade de aventar uma nova forma. De certo modo, ela utiliza os elementos disponíveis para produzir uma nova forma. Ou seja, a imaginação é o que nos permite criar o mundo, apresentar alguma coisa sem a qual não poderíamos dizer nem saber. Esse conceito de imaginação trazido por Castoriadis auxilia a refletir como se retratava a mulher, permitindo compreender a ascensão do sexo feminino em diversos âmbitos, inclusive na criminalidade.

Além disso, a compreensão dos porquês das mulheres entrarem cada vez mais no mundo da criminalidade, carece de entender a história dessas mulheres. Historicamente, mulheres são majoritariamente retratadas como sinônimos de amor, de esposa perfeita, de mãe dos filhos, de dona do lar, de boa filha. Qualquer indivíduo do grupo que desvie desses padrões poderia ser habitualmente condenado pela sociedade. Essa compreensão permanece arraigada na vida contemporânea e é reforçada diariamente pela mídia.

Almeida (2001), ao citar Gilberto Freyre (*Sobrados e Mucambos*, 1936), ao tratar de violência nos primeiros séculos no Brasil, vai além das já muito conhecidas formas de lidar com escravos, demonstrando a violência na sociedade patriarcal, destacando ações violentas praticadas por homens e mulheres. Freyre ([1936] 2013, p. 307) destacava a prevalência da violência masculina, enfatizando a relação dos senhores feudais, donos de escravos. No entanto, ele afirmou que a mulher também atuava de forma violenta. A diferença estava nos motivos para violência feminina, que era bastante diferente da masculina. Para o autor, no período colonial, as motivações passavam frequentemente por ciúmes, mágoa sexual, rivalidade entre mulheres. Elas viviam muito isoladas, tendo por companhia, quase exclusiva, escravas passivas. O relacionamento com os maridos era baseado no medo. Diante desse quadro, o autor interpreta que elas estariam passando adiante um tratamento de violência, sádico. Pois, sadistas eram, em primeiro lugar, os senhores com relação às esposas (FREYRE, 2013, p. 48).

A partir das considerações de Freyre, destacamos que a mulher destemida e com poder de mando existiu desde o início da colonização; não é uma mulher que surgiu somente no século XXI. Já havia mulheres que cometiam crimes no Brasil. No entanto, essas mulheres estavam nos bastidores da casa-grande e seus crimes não vinham à tona. Essas mulheres cometeram cruéis e diversos tipos de crime, como açoitar até à morte, espancar, lesionar corpos, arrancar dentes de escravas, cortar mamilos e línguas, mandar matar e até jogar recém-nascidos

em fornalhas acesas. Se traçado um paralelo entre essa mulher de antes e a criminosa dos dias atuais, pode-se destacar que o perfil de crueldade é semelhante. Quanto às negras, em alguns casos era notável a fidelidade e a capacidade de fazer aquilo que lhes era mandado por suas senhoras, mesmo que para isso tivessem que machucar os seus, muitas vezes se assemelha a situações vividas atualmente por mulheres dentro dos presídios que estão ligadas a facções.

As mulheres, costumeiramente, são associadas ao tema do sexo frágil e à falta de poder de mando. Essa imagem, obviamente, foi reformulada ao longo dos anos, porém, até os dias de hoje, as mulheres que se insurgem contra os padrões da sociedade são consideradas estranhas, sem precisar cometer uma falta, assim como a referência que Gilberto Freyre faz de Nísia Floresta.

Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio dos homens a dominarem sozinhos todas as atividades extra-domésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas [...], causa pasmo ver uma figura de Nísia (FREYRE, 2013, p. 48).

Na citação, Nísia é descrita como a mulher que fogia dos padrões instituídos e não era bem vista, sem mesmo precisar cometer falta alguma. Reportando-me aos dias atuais, percebo que a situação não mudou muito, apesar dos muitos progressos sociais.

Deve-se levar em consideração que a mulher teve papéis diferentes dos homens durante toda a história humana. Em algumas sociedades e em diferentes épocas, no contexto do mundo ocidental judaico-cristão, a atuação feminina era habitualmente muito discreta e submissa ao homem, ora a seu pai enquanto solteira, ora a seu marido e irmãos ou filhos homens quando da ausência do pai ou viuvez. A atuação feminina nas sociedades se transformou lentamente, mas muitas conquistas ocorreram, mesmo que tardiamente e à custa de muito sofrimento. Notadamente, essas conquistas refletiram no papel da mulher no meio social, desde as sociedades antigas, modernas até as contemporâneas. Com o passar dos anos, a ascensão da mulher em todos os espaços cresceu bastante, independentemente da classe social ou econômica.

Atualmente, o foco dado pela mídia à mulher é o do consumo e da beleza, da exacerbação do corpo por meio das propagandas como, por exemplo, de cervejas, de maquiagens. Contudo, o papel da mulher forte violenta, mandona, empoderada e dura, já existia na sociedade colonial, sendo que não só mandavam, mas também faziam, como afirma Almeida (2001).

Voltando à discussão efetuada por Gilberto Freyre, ele nos explica que

[...] houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia

para administrar fazendas, como as Donas Joaquinas do Pompeu; energia para dirigir a política partidária da família, em toda uma região, como as Donas Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como adas matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra holandeses, não só nas duas marchas, para as Alagoas, pelo meio das matas e atravessando rios fundos, como em Tejucupapo, onde é tradição que elas lutaram bravamente contra os hereges (...) **O homem da casa era uma mulher.** Vasta matrona de cinco pés e oito polegadas, o corpo proporcionado à altura, um colar de ouro no pescoço. Mulher já de seus cinquenta anos, andava, entretanto, por toda parte, a pé ou a cavalo, dando ordem aos homens com a sua voz dominadora, dirigindo o engenho, as plantações, o gado, os escravos. Era uma machona. Junto dela o irmão padre é que era quase uma moça. As senhoras de engenho, desse feitio amazônico, embora mais femininas de corpo, não foram raras (...) Quase matriarcas que tiveram seus capangas, mandaram dar suas surras, foram "conservadoras" ou "liberais" no tempo do Império. (2013, p. 130, negrito nosso).

Mesmo com esses destaques, o patriarcalismo prevalecia, cabendo à mulher ser mais doméstica, pois esse conservadorismo era parte do regime colonial. Segundo Almeida (2001, p. 94), a mulher só vai se libertar do poder patriarcal e do enclausuramento da casa, a partir da transição do sistema colonial para o sistema burguês, quando outras figuras importantes entrarem em cena para destituir a figura poderosa do pai.

As conquistas sociais femininas desde as primeiras décadas do século XX, como o direito de trabalhar, estudar e votar, dentre outros direitos, elevaram a inserção da mulher a lugares e papéis antes dominados pelos homens. Consequentemente, ela aparece cada vez mais nos índices de criminalidade, nos quais antes tínhamos atuação predominante dos homens, por exemplo, no campo político e familiar, fazendo o papel de “homem/chefe da casa”.

Os séculos XIX e XX foram marcados por revoluções, favorecendo a condição do papel social feminino, que paulatinamente foi conquistando direitos, como o de participar de associações e votar. Essas mudanças, portanto, tiveram reflexos mundiais aos quais está ligada a possibilidade de existência de movimentos sociais na maioria dos países. O discurso feminista brasileiro foi legítimo na discussão de temas relacionados a direitos sociais, deixando de lado o que se tratava de sexualidades em virtude dos setores mais conservadores, como os religiosos. Assim, “a sexualidade feminina, desde o período colonial, foi então dominada por dois blocos que pretendiam adestrar o corpo feminino: a igreja e a medicina,” (*apud* ALMEIDA, 2001, p.101).

As mudanças sociais requerem ambientes políticos favoráveis e atendimento de demandas provenientes de diversos setores da sociedade. No Brasil, com o processo de redemocratização nacional, o discurso no papel social da mulher assumiu configurações específicas que infelizmente não atingiu às mulheres de classe menos abastada. Ocorre que em nosso país as diferenças de classes também interferiram diretamente nas prisões femininas e, por sua vez, estes presídios são como prolongamentos das periferias nacionais de um sistema

penal nefasto em que a maior parte das presidiárias é jovem, pobre, negra, de baixa renda e escolaridade.

De acordo com um estudo sobre o levantamento de dados do perfil da população carcerária feminina, Soares (2002) constatou que as mulheres presas estão imersas em histórias de violência. Essa incidência foi e continua sendo um elemento constante na vida das mulheres presidiárias, tanto pelo ponto de vista da experiência individual, quanto em relação aos parentes próximos.

Assim, é possível traçar um perfil dessas mulheres que, além das necessidades materiais serem urgentes, carregam em seu íntimo a sua sexualidade abafada.

É claro que eram as mulheres pobres, especialmente com as mudanças da sociedade burguesa, que eram mais discriminadas, pois, dadas as próprias condições conjunturais, era impossível que a mulher se enclausurasse em um lar tranquilo e provido pelo trabalho do homem. **Era necessário, muitas vezes, que a mulher pobre fosse à rua à procura de atividades para sustentar sua família, ousando, pela necessidade, entrar no mundo público que não era seu lugar.** (ALMEIDA, 2001, p.100, negrito nosso)

Portanto, “a dura realidade que exige outras qualidades das mulheres trabalhadoras. Precisa agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas virtudes que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem” (KOLONTAI, 2017, p. 17).

A demanda por mão de obra competiu para que as mulheres saíssem do recanto privado, ou seja, do cuidado com os filhos e com a casa. A partir do trabalho fora do domicílio, elas ampliaram sua inserção no âmbito público.

A história das mulheres encarceradas, pobres, facionadas, donas de casa, que tiveram que ousar ir à rua, à procura de atividades, não é um história só delas, mas é também de suas famílias, dos seus filhos, do emprego que conseguiram ou deixaram de conseguir, das mídias, das leituras etc. É a história de seus corpos, de suas sexualidades, das violências que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.

Muitas vezes, a pobreza e a miséria fazem com que as mulheres amadureçam mais cedo e se desvencilhem do estado e da idade em que se encontram para traçar outros caminhos. Elas, começam a laborar mais cedo, sem ter tempo para estudar. Esse é o perfil das presidiárias, mulheres fortes, jovens, chefes de casa ou “homens da casa”, com poder de mando e, ao mesmo tempo, sofridas.

A pobreza fez com que a cabeça amadurecesse tão logo as curvas tomaram forma. Começou a trabalhar desde quando pôde, ajudando nas tarefas de casa, inicialmente, depois em pequenos trabalhos informais, até atingir a idade correta para tirar carteira de trabalho (...) essa história de gastar a vida na escola era uma frescura à qual nenhum deles podia se dar ao luxo. Safira internalizou aquela visão de mundo, largou a escola aos 14 anos e se convenceu de que as pessoas batalhadoras, com esforço suficiente, sempre chegariam aonde quisessem (QUEIROZ, 2015, p. 13).

O público feminino desta pesquisa construiu suas trajetórias nas ruas escuras dos crimes, nos asfaltos, nos becos, nas estradas dos tráficos, com uso da faca e do revólver, ao invés do uso das letras, nas escolas e nas faculdades.

O nascimento da prisão feminina acontece no final do século XIX no Brasil, sendo os principais crimes cometidos por elas, relacionados a assassinatos de filhos, maridos e roubos, mas na nossa atualidade a prática do tráfico por mulheres se tornou uma prática singular e constante entre as mulheres da segunda metade do século XX e início do século XXI, demarcando mudanças no mundo do crime, as mulheres usadas para conduzir as drogas, receber dinheiro, liderar a compra da droga está se constituindo uma prática recorrente na nossa atualidade. (SILVA, 2014, p. 96)

A figura da mulher forte criminosa, atrevida que quebrou paradigmas pode ser associada à mulher do cangaço, que – segundo estudiosos – além das atividades domésticas, também era conhecida pela violência e crueldade. Por exemplo, Almeida (2001, p. 99), ao mencionar uma proeminente cangaceira, salienta que “ao lado das tarefas domésticas que todos desempenhavam, homens e mulheres, e do trabalho estilístico de escritura e bordado, Dadá, junto com outras mulheres, desempenhava também a arte de atirar com arma de fogo com perfeição”. Ou seja, essa mulher forte, diferenciada, é descrita por alguns estudiosos do cangaço como “uma fera indomável, ela é tida como mais perigosa ainda do que muitas cabras”. Insultada e discriminada por alguns “especialistas”, ela é representada como “demônio, um satanás de calça” (LINS, 1997, p. 73). A partir dessas citações e de algumas anteriores (a exemplo das que relevam de senhoras de engenho mencionadas por Freyre), percebemos que as mulheres sádicas, empoderadas e destemidas sempre existiram, desde a colonização, porém seus crimes não tinham o mesmo destaque público que os dos homens.

Para Almeida (2001), as particularidades do “crime praticado por mulheres”, os delitos cometidos por elas sempre foram de ordem psicossocial, como abandonos de incapaz, infanticídio e aborto. A autora continua afirmando que os crimes praticados por mulheres normalmente estariam ligados a uma figura masculina, sempre em segundo plano:

Uma característica nestes casos, em que as mulheres mataram inimigos, é que, com exceção de liberta, não agiram sozinhas. Tiveram a ajuda de alguém: a mulher que matou a vizinha teve a cumplicidade do marido; a mulher que matou o ex-marido da amiga executou o crime, sendo a autora intelectual a amiga. Outra foi coautora, matando o inimigo do namorado. E o caso relatado há pouco é típico da mulher envolvida em gangues ou quadrilhas de assaltantes. Por estes fatos, criminólogos e operadores do Direito consideram que a mulher criminosa age em segundo plano, influenciada à prática do crime por homens e que geralmente tem ou teve alguma relação amorosa com a vítima. Essa compreensão surge da de que a mulher nunca é a peça principal na trama criminosa. Elas próprias aproveitam-se dessa condição que é dada a mulher e colocam-se como coautoras, cúmplices etc. (ALMEIDA, 2001, p. 55)

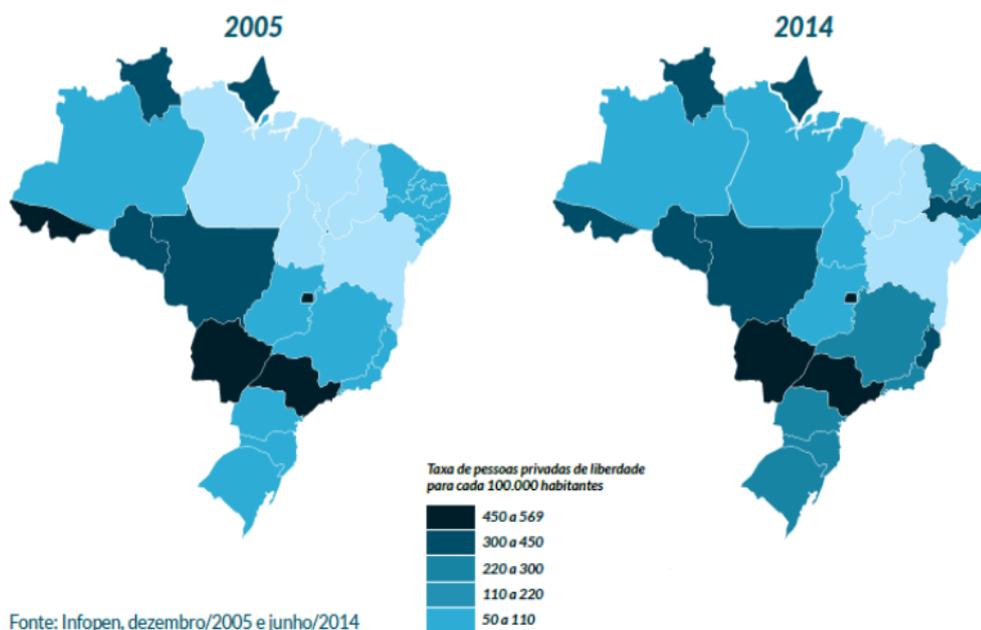
Segundo Zaluar (1993), as mulheres eram submissas nessas relações de crimes. Porém essa realidade vem mudando ao longo dos anos, principalmente pelo fato de mulheres

que passaram a protagonizar essas ações, liderando o tráfico de drogas (BRASIL, ESCOBAR, 2019, p. 264).

Observamos que os crimes cometidos por mulheres mudaram, o que nos leva a apontar dados de recente pesquisa realizada pelo DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), órgão do Ministério da Justiça (BRASIL, 2017). Tais dados demonstram crescimento destes crimes ou, pelo menos, comprovam elevação do aprisionamento de mulheres. A população carcerária feminina cresceu 698% no Brasil em 16 anos. No ano 2000, havia 5.601 mulheres cumprindo medidas de privação de liberdade. Em 2016, o número saltou para 44.721³.

Para demonstrar o aumento do número de aprisionados no Brasil, reproduzo adiante dados publicados pelo Ministério da Justiça em 2014.

Figura 2 - Taxa de aprisionamento em 2005 e 2014 por Unidade da Federação.



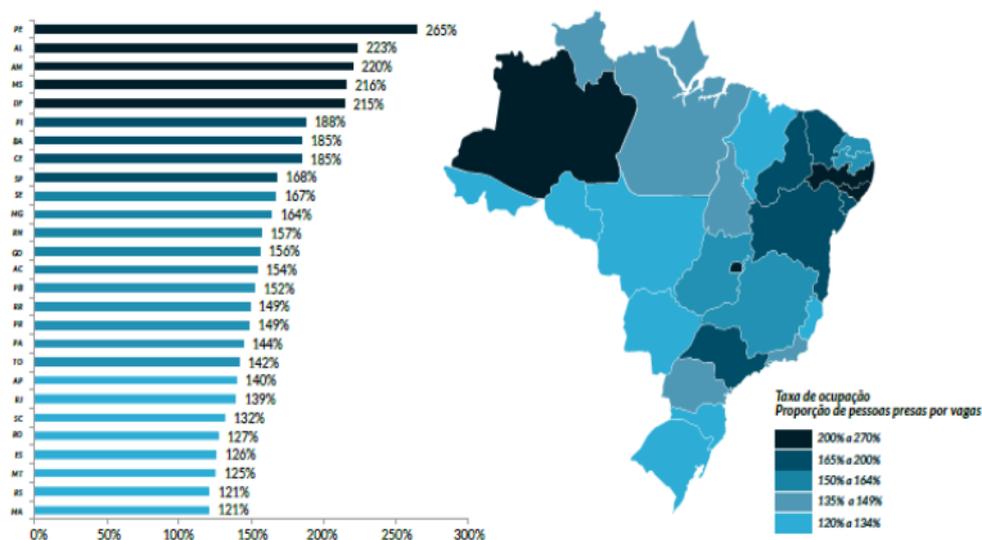
Fonte: DEPEN-MJ/ BRASIL, junho/2014.

Seguindo a tendência de quase todo o país, à exceção dos estados do Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e Acre, que mantiveram seus números, a taxa de aprisionamento também aumentou no estado do Ceará.

Como mostra o gráfico abaixo, em cada cem mil cearenses, a taxa de aprisionamento passou de 220 a 300 para 300 a 450, isso entre os anos de 2005 a 2014.

³ Pesquisa disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf (p.24-27). Acesso em: 20.06.2019 as 18:31

Figura 3 - Taxa de aprisionamento por Unidade da Federação.



Fonte: DEPEN-MJ/ BRASIL, junho/2014.

Em virtude desse crescimento e do novo papel desenvolvido pela mulher, considero importante uma discussão sobre a reprodução dos papéis de gênero que levaram mulheres a reproduzirem no tráfico de drogas um papel que já foi exclusivo de homens. Isto se liga a outras práticas ilícitas e certamente contribui para a ascensão de mulheres no mundo do crime.

De acordo com Silva (2014), o sistema carcerário é ainda muito masculinizado. É um lugar feito para homens. As unidades prisionais femininas têm o presídio masculino como modelo. Retirando a creche, setor que – além de bebês e crianças, cuida das presidiárias grávidas –, o prédio onde funcionam as demais instalações do Presídio Auri Moura Costa é muito parecido com os presídios masculinos: as celas, o pátio onde as presas tomam banho de sol, as instalações das celas sem asseio algum, onde o esgoto passa a céu aberto, os corredores e até a forma de tratamento das agentes e dos agentes em relação às presidiárias, é bastante agressivo.

Chernicharo (2014), ao discorrer sobre o livro *A nova mulher e a moral sexual*, faz uma observação relevante ao relatar as condições das novas donas de casa: devemos levar em consideração que há um maior grau de risco social das mulheres pobres, pois além de arcar com o próprio sustento, buscam também contribuir (e às vezes garantir solitariamente) a manutenção de suas próprias famílias. Associando este elevado grau de risco às expectativas limitadas de futuro e às possibilidades de “ganhos fáceis” e mais lucrativos a curto prazo por meio de atividades ilegais, o crime aparece como possibilidade.

Levando em conta os dados sobre crescimento do aprisionamento, podemos questionar o seguinte: por um lado, as mulheres podem estar assumindo os negócios dos homens presos; ou, por outro, será que elas estariam assumindo o protagonismo no sustento da família e a partir disso se envolvendo com novas funções no mercado ilícito de drogas e demais atividades criminosas?

As mulheres não apenas ressignificaram suas vidas no campo social, como também, as narrativas que lhes contam e lhes escrevem. Olhando as mudanças no universo feminino, indago-me por que a luta pela liberdade é acompanhada pelo aumento do número de prisões e de mulheres marginalizadas? No interior das prisões, mulheres se remontam para demonstrar que têm poder e são organizadas, articuladas, podem mandar e, em muitos casos, chegam a ser cruéis. Ao mesmo tempo, também têm sororidade com companheiras de cela que aderem à camisa da facção. As mulheres presas faccionadas de forma inconsciente acabam assumindo novos papéis de diferentes maneiras. Se, de um lado, questionam os valores tradicionais das mulheres, na prisão retornam para o lugar da mãe e do amor romântico. Se questionam o lugar do masculino ao usarem força e crueldade, reforçam com violência todo aprendizado da cultura violenta vivida por elas mesmas ao longo de anos.

2.1 Da aproximação com o objeto

A pesquisa que resultou nessa dissertação teve um duplo sentido: tornou possível um saber sobre o interior da prisão feminina e fez circular discursividades dessas mulheres que, a partir do enclausuramento e das relações com a facção, ressignificam suas trajetórias e constroem outros sentidos para as prisões a partir das organizações criminosas.

Ângela Davis questiona:

De que modo poderíamos produzir saberes sobre as mulheres nas prisões? Como isso perturbaria o que sabemos sobre as condições ocultas de aprisionamento (a que só o Estado permite acesso) e o zelo missionário, que pode ser o sinal mais óbvio de desejo de saber sobre a prisão e as prisioneiras? Como poderíamos utilizar o conhecimento produzido sob essas condições? (DAVIS, DENT, 2003, p. 528).

Meu encontro com a prisão nasceu de uma experiência muito pessoal. No dia 03 de setembro do ano de 2017, numa madrugada de um sábado para domingo, quando cheguei a uma das cinco penitenciárias que ficam no complexo de presídios em Itaitinga. Naquele dia, saí de minha casa em Fortaleza, situada no bairro Bom Jardim, peguei a Avenida Osório de Paiva, à direita; em seguida, a BR 222 para chegar até o complexo penitenciário, que fica na BR 116, no município de Itaitinga. No caminho, apesar de ser muito cedo, existiam vários caminhões transitando na pista e poucos carros. Pude notar que alguns seguiam na mesma direção que eu.

Ao meu lado, no banco de passageiro do meu carro, havia uma sacola transparente e grande com muitos utensílios de limpeza e comida; tinha também um ventilador no banco de trás.

Ao chegar ao complexo, identifiquei-me como advogada para poder entrar com meu carro, pois carros de visitantes devem ficar do lado de fora. Quando mostrei a carteira ao agente, ele tirou o cone que impedia a passagem e me deixou passar. Do lado de fora, no acostamento da BR 116, havia muitas pessoas com barracas armadas, vendendo café, roupa, utensílios de higiene, sacolas. Parecia uma pequena feira improvisada nas proximidades da entrada principal.

A unidade que eu ia visitar ficava ao lado direito, na primeira subida, assim que passava dos portões. Eu estacionei em frente ao prédio. Do lado de fora da grade, já tinha uma fila com muitas mulheres. Ao me aproximar, eu perguntei quem era a última e me coloquei atrás dela com uma sacola enorme e o ventilador que acomodei ao meu lado, no chão. Depois, quando o dia foi amanhecendo, um agente penitenciário que usava uma clava bala mandou organizar a fila, porque ia distribuir senhas. Ele mandou todas pegarem seus malotes e ficarem atentas, assim eu fiz. Do lado de fora, quem estava aguardando na fila, à medida que se aproximava do prédio, podia sentir um mau cheiro de comida azeda, além de urina e outros dejetos.

Na entrada da unidade, existia uma guarita que ficava com dois policiais. Em seguida, uma recepção com um balcão e dois corredores: um que dava acesso às salas dos diretores e chefes de segurança e o outro, por onde eu iria passar posteriormente. Ao lado da recepção, tinha uma catraca com detectores de metais e, mais à frente, uma esteira onde ficava um agente com uma raquete para detectar metal, dessas que usam nos aeroportos.

Após a entrega das senhas, ficamos na fila e cada uma foi chamada por número e entregamos o malote que foi verificado por uma agente prisional. Depois, passamos pela revista e essa foi a parte difícil. Eu já tinha chorado muito, então chorar mais um pouco não fazia diferença. Mesmo que tentasse segurar as lágrimas, eu tive que passar pela revista; para algumas mulheres talvez não significasse nada, mas para mim era uma humilhação. Primeiramente, eu passava pelos detectores de metais, depois me colocaram em um pequeno espaço, onde a agente disse: “Tire a roupa, se abaixe, fique de cocas, respire fundo”. Em seguida, ela disse que eu podia me vestir e, por último, olhou se não tinha nada nos meus cabelos, pois eram grandes e, segundo ela, poderiam esconder alguma coisa. Eu nunca tinha visto aquilo na minha vida.

Quando saí do espaço da revista, passei em outra sala, peguei meu malote, segui pelo corredor e observei que nas laterais do prédio tinham fortes grades e arames, de onde dava

para ver muito mato, as muralhas do presídio e algumas pedras. Acho que eu andei em torno de dez metros nesse corredor até chegar à parte debaixo dos pavilhões.

Na parte da entrada que dava para as alas, tinha um pequeno espaço onde estavam dois agentes penitenciários do sexo masculino, sentados, armados, com algemas penduradas nos cintos e também uma espécie de tonfa⁴. Nesse espaço, observei que tinha uma cadeira com uma televisão em cima de um pequeno birô com alguns papéis e uma prancheta. Quando entrei no corredor mais largo, que dava para as alas da frente, tinha um pátio onde os presos tomam banho de sol e alguns aguardavam suas visitas. É um espaço onde outros presos ficam o dia inteiro, virados para as muralhas, às vezes andando de cabeça baixa. Enquanto outros recebem visita, aqueles são chamados de venenosos⁵. Posteriormente, eu fui entender porque eles recebem esse nome.

No corredor mais largo, eu me dirigi ao lado esquerdo do pavilhão, rumo à ala onde estava meu irmão. Quando cheguei, ele estava em pé ao lado da cela, abraçou-me e eu chorei. Eu sentia medo em decorrência das inúmeras histórias de violência no interior das prisões e em função das características daquele espaço que tinha muralhas altas, chão e paredes úmidas, resultado de infiltrações, pouca iluminação, cheiro forte de dejetos humanos e de gatos, lixo e fumaça de cigarro espalhados por todo o seu interior. Então, ele disse: “não chore, você não pode chorar aqui, porque se não minha cadeia fica mais pesada”.

Sentia-me muito constrangida com aquilo, mas não havia nada que eu pudesse fazer para contornar a situação. Rapidamente, eu enxuguei as lágrimas, daí ele começou a me fazer várias perguntas sobre como estavam as coisas fora da prisão. Perguntou pela nossa mãe e por nossos sobrinhos. Ficamos parados em pé por alguns instantes, então ele me chamou para sentar na comarca⁶ dentro da cela. Eu não sabia como agir, uma confusão de sentimentos e sensações me tomou naquele instante, uma vez que não sabia como me comportar naquele espaço e que teria de retornar no próximo fim de semana para visitá-lo novamente. Nunca tinha pensado em me ver nessa situação de muitas mulheres.

Ele dividia cela com mais seis rapazes, porém só tinha quatro comarcas para dormir, enquanto os demais ficavam no chão. Eu lhe perguntei por que tinha conseguido um lugar logo

⁴ Bastões e tonfas são materiais utilizados pelos profissionais da segurança, vigias, guardas municipais e policiais para a sua defesa pessoal. A defesa pessoal consiste em proteger o indivíduo de agressões alheias, através de golpes utilizando o próprio corpo por meio da força física ou no manuseio de armas brancas.

⁵ São os detentos que não recebem visitas, são chamados de venenosos porque, para eles, a cadeia se torna um veneno pior sem ter a família. Geralmente, esses ficam fora das celas após tê-las deixado limpas e arrumadas, eles ficam no espaço do banho de sol enquanto durar a visita.

⁶ Comarca é o nome que se dá para a cama onde os presos se deitam, uma estrutura feita de alvenaria, usando apenas ferro, tijolos e cimento queimado, onde é colocado um colchão.

para se deitar. Ele me respondeu que era o único daquela cela que sabia ler e escrever corretamente, por causa disso os demais presidiários pediam para ele escrever recados e cartas de diversos assuntos. Foi nesse instante que revelou que o magnata da prisão tinha mandado dar uma comarca para ele, em troca de ficar escrevendo.

Eu fiquei impressionada porque ele disse que trocava o que precisava pela escrita dos recados e cartas, inclusive o lugar para dormir. Dentro da cela, havia um projeto de ajudar uns aos outros; o preso mais antigo era quem mandava. Em um pequeno espaço da cela, os detentos recebiam os malotes e colocavam todos juntos. Naquele momento, entendi o sentimento de irmandade que existia entre eles, era como se aquele local fosse uma dispensa ou cozinha e não poderiam tirar nada dali para trocar ou para comer sem a autorização do mais antigo.

O meu irmão me perguntou como eu tinha me identificado “lá em cima”, na recepção. E eu respondi com outra pergunta: “Como assim?”. Ele respondeu: “Aqui você não pode falar que é advogada, você é uma visita como todas as outras, porque se descobrirem que tem advogado aqui eles acham que é para armar uma cruzeta junto com os agentes. Tudo aqui é desse jeito, até um palito ou uma ponta de cigarro que se encontra no chão tem dono, não se pode tocar em nada e nem encarar ninguém e nem falar muito e nem chorar. Às vezes, eu choro pela madrugada quando todos já estão dormindo, as luzes apagadas, mas não posso fazer barulho”.

O medo era condutor de tramas. Não se falava em voz alta, na hora da visita era tudo muito discreto, cabeças baixas e apenas algumas falas um pouco mais altas. Aquele momento de visita era deles, o único dia da semana que se sentiam amados, que sabiam que não estavam abandonados à própria sorte.

Meu irmão já tinha construído mentalmente muitas possibilidades de coisas que porventura poderiam acontecer ali na prisão e imaginado o que ele faria em caso de rebeliões e ameaças ou algum outro tipo de problema.

Ao ouvir o toque da sirene, nos despedimos. Ele me fez um pedido: “Hadassa, vê se tu consegue colocar o meu violão pra dentro [sic]”. Eu disse que ia ver com a diretoria do presídio se era possível.

Naquele lugar, eu era irmã de um detento e não uma advogada. Ao retornar para casa, quando voltava pela BR-116 dirigindo, ainda em Itatinga, do outro lado da pista, estavam a pé esperando lotações, caronas e ônibus, outras mulheres em frente à entrada do presídio feminino Auri Moura Costa. Na volta para casa, algumas vezes, parei e dei carona para uma, duas ou três pessoas; tinha pena do sofrimento daquelas mulheres que estavam ali visitando

suas filhas, companheiras, namoradas, irmãs e mães. A quantidade de visitas para o público feminino não era tão grande e a olho nu podia-se ver a inferioridade em relação ao número de pessoas que ficavam em frente à unidade masculina.

Em todo o período que meu irmão ficou preso, sempre que eu ia visitá-lo, ia também uma senhora chamada Maria que passou a pegar carona comigo na volta para casa. Ela era uma senhora que parecia estar sempre abatida, vestia-se com roupas bem simples e se calçava com sandálias de plástico. Ela não faltava a nenhuma visita, todo sábado ou domingo, estava lá para visitar a filha de nome Luciana, que já estava presa há um ano e tinha completado 21 anos de idade dentro do presídio. A carona se tornou praxe porque a mãe de Luciana morava também no Bom Jardim, em uma casa localizada cinco ruas após a minha, na Rua Valverde, onde fica a “Quebrada do mela-mela” ou “Favela do Mela-mela”.

Na volta para casa, durante a viagem, ela fazia perguntas e também falava da filha e do sofrimento que estava passando. Na maioria das vezes, eu só escutava, não tinha ânimo para bater papo. Quando ela soube de minha condição profissional, pediu para eu “entrar no caso” da Luciana, ela me contava que a filha havia feito um assalto na véspera de natal a uma loja de roupas de marca. Foi presa com duas pistolas carregadas de munição, enquanto estava com outra amiga e um homem que ia dirigir para dar a fuga, após o assalto. A partir das conversas com aquela senhora, passei a acompanhar o processo da detenta; assim fui conhecendo casos de outras mulheres. Quando entrei no mestrado, passei a observá-las não mais na condição de minhas clientes, mas de pessoas que eu observava e acompanhava como pesquisadora e estudante. Logo em seguida, veio a autorização da SEJUS para mim realmente adentrasse o presídio como pesquisadora e fizesse as entrevistas que integravam minha pesquisa.

O meu irmão foi solto em novembro de 2017, na liberdade provisória, após três meses no presídio e um mês que passou na delegacia. Durante o período que estive preso, suas companhias mais frequentes eram a de diversos homens líderes de facções e outros que não tinham tanta influência no meio das facções criminosas, mas que, provavelmente, tinham algum envolvimento. O mês que ele esteve detido em delegacia foi vivido em um dos distritos policiais de Fortaleza. Em seguida, ele “desceu”⁷ para a unidade prisional. Nunca poderei esquecer tudo o que vivi com ele nessa condição, nem da minha experiência enquanto familiar que visita um presidiário. Mesmo depois da soltura, permaneci frequentando presídio como estudante de mestrado que realizava pesquisa neste espaço, mas agora o meu foco tinha se voltado para o

⁷ Descer no dicionário significa “movimentar-se no espaço de uma parte mais alta para uma mais baixa”, porém para um detento quer dizer que a pessoa desceu para as alas do presídio, para a cela.

público feminino. E, mesmo que o presídio fosse outro, pude usar o conhecimento que havia adquirido de como funcionava a cadeia e quais eram suas normas explícitas e ocultas.

Antes da experiência que tive como visitante, enquanto estava na Faculdade de Direito, eu havia sido estagiária no NUDEP (Núcleo de Execução Penal) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), nos anos de 2013 e 2014, onde trabalhei sob a supervisão da Defensora Pública Marta Gadelha e Aline Miranda. Elas me ensinaram muito sobre como agir com os presos e, principalmente, com as presidiárias femininas, visto que o acompanhamento que fazia via NUDEP tinha como público o Presídio Auri Moura Costa. Muito embora tivesse essa experiência como profissional, aprendi com precisão a visão que um visitante tem, o que se torna totalmente diferente de um profissional do direito.

Chego a pensar que seria ideal que todo advogado ou advogada, ou até mesmo algumas pessoas que têm preconceito em relação ao presídio, tivessem que passar pela experiência de ser visitante, deixar o terno e o estigma de lado e se colocar na condição de familiar de algum presidiário. Tenho certeza que as opiniões e sentimentos mudariam.

Durante o período de visitas enquanto pesquisadora e estudante do Mestrado em Sociologia, a partir das trocas de experiências e relatos das presidiárias, pude observar que dentro do presídio feminino existe um contexto de resistência que vai muito além de ser contra o Estado. Resistências em relação ao preconceito, ao estigma que é imposto, e resistências para sobreviver às adversidades dentro do presídio. Resistências das mulheres presas para se protegerem entre si e ganharem força em relação a outras que também vivem na cadeia. A partir dessa observação, identifiquei um grupo específico chamado de “primas fiéis”, que convivem com outras presidiárias, conhecidas como “irmãs”, “cunhadas”, “magnatas” e com o conjunto da “massa carcerária”. Isso me levou a indagar: como essas mulheres se reinventaram em categorias diferentes dentro do sistema penitenciário? Como funciona a hierarquia da facção? O que essa mulher se torna depois desse batismo na facção criminosa?

A partir desses questionamentos, percebi que uma ida ao campo muitas vezes não se encerra em si mesma, pois é composta por muitas outras experiências, observações, tempos e espaços que são chamados a conferir alguma inteligibilidade àquele momento.

Segundo Magnani (2009), a prática etnográfica é programada, contínua; já a experiência etnográfica é imprevista. Porém, ambas – prática e experiência – acontecem no campo de pesquisa. Podemos dizer que a prática etnográfica é um movimento que exige do pesquisador estar presente e cotidianamente nos espaços sociais vividos cotidianamente pelas pessoas. Ao contrário da prática, a experiência etnográfica é uma incursão a campo, que pode ser realizada em algumas horas de pesquisa. Em outras palavras, a compreensão de uma

experiência muitas vezes se mistura com experiências passadas. A trajetória dessa pesquisa permite enxergar meu trabalho de campo não como um período limitado num espaço determinado, mas como o estabelecimento de conexões que extrapolam os limites do tempo e do espaço do trabalho de campo nesta pesquisa.

Um lugar relacional para com a prisão que me imputa aproximações, repulsas, confiança, desconfiança, estranhamento e familiaridades, mas, acima de tudo, possibilita uma rede de afetos que foram determinantes na minha trajetória como profissional do direito e pesquisadora da sociologia. Esse duplo lugar me permitiu formular um olhar a respeito das instituições com as quais mantive contato ao longo desta pesquisa. Meu lugar é fundamentado em interlocuções e nuances, ora lembradas, ora vivenciadas em meio a profissionais, visitantes e internas que envolvem assuntos que além dos muros das prisões.

Como nos diz Lygia Bojunga (2001, p. 56), “escreve a história dessa dor e eu te livro dela. É uma troca”. Organizo este texto como quem organiza uma vida, mas embora seja tudo tão racionalizado e inteligivelmente explicado, não me ausento de um tipo de memória involuntária que me forçou a reencontrar as presas para dizer a mim mesma que sou o outro delas, ou, ao menos, reconhecer meu interesse de salvar infâncias e adolescências que conheci e que se perderam. Talvez esta pesquisa seja um pouco de tudo isso, uma compensação de um vazio que durante muito tempo me assombrou.

Nos vários aprendizados desta pesquisa, eu me refaço, coloco-me do outro lado da prisão e da prisioneira porque fiz da liberdade um caminho menos trágico e perigoso. Instauro-me no tempo da pesquisa, no tempo duração, que move passado e presente, tempos que coexistem e se manifestam nesta escritura para discutir a atual vida de prisioneiras, especialmente prisioneiras facionadas. A atualidade delas, como qualquer outra, é passado e presente, mas também expectativa de futuro. Isto se relaciona com contextos sociais, históricos, culturais e políticos heterogêneos. Dessa forma, meu olhar que se propõe a ser científico esteve e está atrelado ao cotidiano e suas manifestações empíricas que têm como pressuposto o senso comum ou conhecimento vulgar.

O ato de conhecer leva-nos a pensar possibilidades múltiplas de reflexão desses sujeitos em agrupamentos sociais diversos e atreladas à sua conjuntura histórica. Esse movimento contínuo consolida a necessidade de apreensão da realidade social em suas variadas faces, pelas quais garantem interpretações que rompem com o aparente e visualizam na vida concreta, um campo de amadurecimento científico, mesmo que sua interpretação não dê conta da dimensão totalitária.

Sabe-se que, para a pesquisa, o movimento da realidade social e suas demandas, e as perspectivas teórico-metodológicas encarregadas de reconstruir essa realidade, são dimensões fundamentais à sua finalidade. A ideia básica é não esquecer que a teoria não pode ser outra coisa senão a (re) construção em nível do pensamento do próprio movimento da realidade. Neste sentido, toda e qualquer teoria, por maior que tenha sido o rigor do método, será sempre muito mais limitada do que a realidade em si. Em outras palavras, qualquer conhecimento é aproximado e construído, ou seja, o conhecimento pressupõe um método de raciocínio, nunca uma verdade. (OSTERNE *et al.*, 2013, p. 161)

Por meio da experiência profissional e também pelo acompanhamento das notícias midiáticas sobre presídios, passei a transitar diante das agruras daquele espaço e observar pelas frestas da minha visão aquelas mulheres que chegavam todos os dias e que ali permaneciam atrás das grades.

A formação sociológica me deu instrumentos para penetrar nos labirintos das representações sobre o crime e chegar a uma elucidação desta história à luz do que pensam as mulheres em estudo. Assim, busco construir o caminho sólido de análise que relaciona a pesquisa sociológica com a minha experiência profissional e trajetória pessoal e acadêmica, com seus problemas e desafios. A partir dessa pesquisa, questiono as mulheres no cenário de facções criminosas, suas relações, seus símbolos, suas vivências, o papel de mulher, que era chefe de casa e virou chefe de facção, dentro de um presídio. Também procuro saber quais e como se dão as articulações desse “tipo” de mulher.

Durante as entrevistas realizadas no Auri Moura Costa, observei que há mulheres liderando facções, agindo de forma violenta, pois algumas das entrevistadas eram líderes desses grupos criminosos. Assim como os presidiários do público masculino, elas também traficam, extorquem, matam, torturam e roubam para conquistar seus espaços e atingir seus interesses, sua autoafirmação e posição de liderança. Isto que, de algum modo, também acaba por fazer parte das mudanças sociais, só que dentro de um presídio.

Para o Conselho Penitenciário do Ceará (COPEN), 40% das presas atuais fazem parte de facções, pertencendo a alguma organização criminosa, pois “antes as mulheres tinham um papel mais acessório nas facções, hoje o engajamento é maior. Então elas viram alvo dos rivais, tal qual os homens”, disse Justa. Como estão mais envolvidas, também ficam vulneráveis aos “ajustes de contas decretados pela própria facção” (CNWES, 2018).

Para tomar essas questões como alvo da pesquisa, mergulhei na observação e no estudo de alguns casos, explorando a realidade da mulher encarcerada no IPF, mais especificamente as presidiárias da ala de segurança máxima; como também fiz muitas leituras acerca de mulheres delinquentes, tanto no âmbito da criminologia quanto numa literatura mais

vasta acerca de mulheres valentes e criminosas no Ceará, bem como leituras mais gerais acerca da condição feminina.

Problematizar e buscar a reconstrução dessas realidades se revela como um desafio, devido à própria dinâmica da realidade observada e às limitações de uma pesquisa de mestrado.

2.2 O presídio Auri Moura Costa e as facções no Ceará

Na investigação da condição de vida de mulheres aprisionadas no Presídio Auri Moura Costa é necessário compreender a divisão desse presídio. Por isso, relato um pouco de sua estrutura física, seu modo de funcionamento, entre 2015 e 2020, e algumas mudanças após o reconhecimento da ação de facções criminosas no Ceará. Para isso, é relevante contar um pouco da história desse lugar para depois entender a dinâmica da convivência das presas, até chegarmos ao objeto que de fato interessa: quem são as primas fiéis e quais são as relações de poder exercidas por essas mulheres.

O único presídio feminino do Ceará recebeu o nome da primeira juíza a ganhar o cargo de desembargadora. Auri Moura Costa é cearense, nascida no município de Redenção, em 30 de agosto de 1910. Em 1933, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Em 1939, após aprovação em concurso público, ingressou na Magistratura, tendo desenvolvido suas funções como juíza em Fortaleza e outras cidades do interior. Foi nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 1968. Apesar de ter sido eleita presidente deste Tribunal, não assumiu o cargo, em virtude do machismo daquela época (TABOSA, 2015, p. 69).

Auri sempre se ocupou das questões que envolviam crianças, adolescentes e presidiários, chegando a publicar obras com temas ainda hoje atuais e instigantes como: adaptação do sistema penitenciário; ciência penitenciária; código penal; ação social do juiz de menores, entre outros (TABOSA, 2015, p. 69). A desembargadora faleceu em 12 de julho de 1991.

Figura 4 - Fachada do primeiro prédio do IPF, fotografada em 08/09/1994.



Fonte: Paulo Barros/Jornal *O Povo*.

No antigo prédio da Congregação do Bom Pastor⁸, no centro de Fortaleza, o presídio funcionou como uma espécie de convento para mulheres, onde elas poderiam sair e entrar e não era tão rigoroso (TABOSA, 2015, p. 70). No ano 2000, o antigo Instituto Auri Moura Costa foi transferido para uma zona afastada do centro urbano, sendo agregado a todo o complexo penal instalado nas imediações.

Contando hoje com quase cinquenta anos, o primeiro prédio foi inaugurado no dia 22 de agosto de 1974, no governo de César Cals de Oliveira Filho, que tinha Edval de Melo Távora como Secretário do Interior e Justiça (TABOSA, 2015, p. 70). O primeiro prédio ficava localizado no centro da Cidade de Fortaleza e tinha capacidade para 35 internas. Em 1990, foram ampliadas vagas para 45 presas, tendo chegado a abrigar 90 mulheres. O atual prédio fica localizado na região metropolitana de Fortaleza, na BR 116, no Km 27, no município de Aquiraz (Ceará) e foi inaugurado em 31 de outubro de 2000, na gestão do governador Tasso Ribeiro Jereissati e da Secretária de Justiça Sandra Dond Ferreira.

A entrada para o presídio feminino Auri Moura Costa é bem diferente do masculino, fica na BR 116 também, porém no retorno para Fortaleza. Em frente a essa entrada, existe uma enorme guarita, onde ficam dois policiais e três agentes penitenciários fortemente armados. Quando fui lá para iniciar as entrevistas, identifiquei-me como estudante do mestrado e mostrei

⁸ Era uma organização assistencialista inaugurada no início do século XX, em Fortaleza. Segundo Leila Nobre (2010): “Em 22 de julho de 1925, é inaugurado o Instituto Bom Pastor (Asilo), destinado ao abrigo de mulheres solteiras que incorriam no ato de engravidar sem casamento. E um Decreto de 26 de julho de 1934, dispõe sobre o recolhimento de menores abandonadas ao Asilo Bom Pastor. A entidade realiza trabalhos filantrópicos e é dirigida pelas religiosas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastore, desde seus primeiros anos de existência, tem como principal atividade acolher jovens em situação de risco familiar e social que moram nas redondezas do Instituto”. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/07/asilo-bom-pastor.html> Acesso em 19 fev.2020.

a autorização do comitê de ética, da SAP e da diretoria do IPF para acessar o local; com tudo isto, deixaram-me passar. Um dos lados do portão fica sempre trancado, porque tem um buraco enorme no chão da entrada, que impede os carros de passar. No outro lado, ficam dois cones trancando a passagem, sendo que logo na entrada tem uma lombada bem alta para dificultar a entrada e saída dos carros. A estrada de acesso é uma pista de asfalto desgastada, repleta de mato nas laterais e em grande parte de sua extensão, que já está sendo tomada pela terra.

Logo após a passagem da primeira entrada, ao lado do primeiro prédio do Instituto Penal Auri Moura Costa, para quem está de frente e do lado esquerdo, há um presídio para o público LGBTQ+ chamado de Irmã Imelda.

Figura 5 - Familiares das aprisionadas em direção ao Presídio.



Fonte: SEJUS/G1-Ceará.

No lado esquerdo, ainda na estrada de acesso ao Auri, há uma muralha de aproximadamente cinco metros, pintada de branco, com uma tinta já desgastada. Quando essa muralha acaba, pelo lado esquerdo, tem-se a entrada do IPF. O muro em frente a esse prédio é baixo e tem apenas uma grade de proteção baixa, com um estacionamento que sempre alaga quando chove. De frente ao presídio feminino, é possível avistar uma enorme ladeira, que se divide entre dois caminhos, um que vai para o GAP – Grupo de Apoio Penitenciário, onde ficam policias aguardando chamada de emergência, caso haja rebeliões ou intercorrências nos presídios próximos, e outro para CTOC – Centro de Triagem e Observação Criminológica, onde os presidiários passam um tempo antes de irem para a unidade prisional.

A frente do presídio feminino parece com a fachada de um prédio comercial, tem uma porta larga de metal e vidro e bem ao lado há uma recepção. Coberta por um alpendre curto, esta fachada ainda dispõe de um enorme portão branco que dá acesso à garagem de onde

saem as ambulâncias, ônibus e carros com a logomarca do Estado para levar as detentas ao hospital, transferências e audiências.

Figura 6 - Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa – muro frontal do prédio principal.



Fonte: SEJUS/G1-Ceará.

Ainda na estrada de acesso ao IPF, há uma guarita com um policial militar armado que exige a identificação de quem pretende acessar aquela área e faz a vistoria no veículo. No percurso entre essa guarita e a entrada do Presídio, contorna-se um muro alto de aproximadamente cinco metros de altura, com onze guaritas de segurança suspensas, algumas delas guarnecidas diuturnamente por policiais militares armados ou de agentes penitenciários, que do alto têm a visão tanto das pessoas que passam contornando o muro pelo lado de fora, quanto das presidiárias no interior da unidade prisional. A partir da parte externa, não é possível avistar as celas.

Mais próximo do presídio, há nova guarita com mais policiais militares armados que exigem nova identificação do visitante. Na entrada do presídio, há um portão que dá acesso à recepção onde, pela terceira vez, eu me identifiquei como advogada entregando novamente o documento de identidade e fui autorizada a entrar.

Figura 7 - Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa – fachada do prédio principal.



Fonte: Diário de campo da Autora

Após a última guarita, próximo ao estacionamento do lado direito, para quem está em frente à entrada, tem um prédio menor pintando de branco, rosa e azul, com alguns desenhos de arco-íris, pássaros, anjos e árvores na parede. É uma espécie de anexo reservado às presidiárias que estão grávidas ou que estão amamentando. É a chamada “creche”. Conhecido também pelo nome de Creche Irmã Marta, o local é destinado ao abrigo e acompanhamento de crianças de zero a um ano de idade. Do momento em que chegam da maternidade até o momento em que seu bebê vai embora da unidade prisional, a interna fica na creche e tem a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento do seu filho de perto e de ter vínculos maternos mais habituais com ele.

Figura 8 - Creche Irmã Marta



Fonte: Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

Na fachada do anexo, que mais parece uma casa, tem um largo alpendre com uma única porta de entrada e saída e quatro janelas. Pude observar que existem grades pelo lado de fora, mas não são muito reforçadas, sendo que na parte de dentro existem grades mais fortes. Nesta parte interna, há celas que funcionam como berçários. Aparentemente são mais confortáveis, contudo, estas são superlotadas, assim como as demais celas onde ficam todas as presidiárias detidas nesta instituição.

A penitenciária conta com um quadro de pessoal composto por diretoria, agentes administrativos, agentes penitenciários do sexo feminino para segurança interna e agentes penitenciários do sexo masculino para o atendimento na recepção, há ainda assistentes sociais, um defensor público, um psicólogo, um médico, um enfermeiro e uma técnica de enfermagem (TABOSA, 2015, p. 72).

Para quem quer ter acesso ao setor de administração, é preciso se submeter à revista pessoal, mas poderá entrar com seus pertences. Se for acessar aos demais setores do lugar, além de ser revistado, o visitante tem de deixar na recepção todos os pertences pessoais. No meu caso, como pesquisadora, não pude entrar com quase nada que é habitual para o trabalho de pesquisa. Celulares e câmeras são terminantemente proibidos aos visitantes que somente entrarão na Unidade com câmera se estiverem acompanhados de um profissional do setor de comunicação da SEJUS. Também em virtude dessas dificuldades de acesso e da dificuldade de obter o acompanhamento de um profissional da SEJUS, realizar pesquisa neste espaço é algo muito difícil, posto que os referidos profissionais têm outras atribuições e atividades, não sendo rotina em sua programação ir ao IPF.

Ademais, em 2016, o governador do Estado, Camilo Santana, e o secretário de segurança pública, Delci Teixeira, negava o grande impacto que as facções exerciam no Ceará⁹, como forma de apaziguar a população tentando fazer com que acreditássemos que o Estado tinha o controle naquilo que se refere à segurança pública. A intenção da administração é confinar cada vez mais o que se passa nos presídios e não fazer divulgações sobre qualquer fato relacionado com eles.

Atualmente, o presídio feminino possui capacidade para setecentas e duas presas segundo informações da SAP em 2019, sendo que em 2015, a unidade possuía capacidade para 374 (segundo TABOSA, 2015, p. 71), o que revela a ampliação da unidade prisional devido ao

⁹ Segundo reportagem publicada no dia 29/01/2018, o Portal Ceará News 7 resgata declaração do governador Camilo Santana, de 04/02/2016, que negava a existência de facções no estado do Ceará, afirmando que “Eu não vou responder a boatos e especulações irresponsáveis”. Reportagem disponível em: <https://cn7.com.br/ha-quase-dois-anos-camilo-santana-negava-existencia-de-faccoes-criminosas-no-ceara/> Acesso em 19 fev.2020

crescimento do número de presas. Porém, o último levantamento divulgado pelo Núcleo de Dados e Estatísticas da SEJUS-CE, em dezembro de 2019 (CEARÁ, 2019), apontava o quantitativo de 1.076 internas, sendo esse número alterado constantemente, pois, todos os dias saem e, principalmente, entram novas mulheres na unidade.

No que diz respeito ao alojamento das internas do Auri Moura Costa, a unidade possuía até o ano de 2014, cinco alas, nomeadas de A, B, C, D e E; cada uma com trinta celas e com seu público diferenciado e bem específico. Há uma divisão explicitamente estabelecida. Na ala A ficam as presas que realizam trabalho interno, chamadas “tarefeiras”¹⁰ e as idosas, enquanto as gestantes ficam no anexo chamado de creche, ala considerada a mais tranquila. A ala B é dividida em dois espaços denominados pelas internas de “B da frente” e “B de trás”, cujo uso é reservado para presas recém-chegadas que ainda não foram triadas pelo presídio e para aquelas que possuem problemas mentais ou que cometeram crime de estupro ou mataram filho ou mãe. Na ala C ficam as internas em regime semiaberto. As alas D e E são destinadas ao restante das presas, consideradas massa carcerária ou faccionadas.

Em novembro de 2014, quando a detenta Cristiane Renata matou o filho e tentou matar também o marido, ambos envenenados, o caso ganhou grande repercussão em rede nacional (O POVO, 2017) e o presídio Auri Moura Costa passou a sofrer grandes mudanças. Em virtude da superlotação, diariamente havia brigas entre as detentas. A rotatividade de entrada e saída de pessoas na instituição é intensa, todos os dias chegam novas presidiárias, isto ocasionou a criação de mais duas alas chamadas de F e G.

Naquele ano de 2014, as presidiárias fizeram uma rebelião para que a direção acabasse com a revista íntima que, para as famílias das presas, era algo muito depreciativo e humilhante. Este procedimento de revista esteve ligado a brigas entre internas e até mortes neste presídio.

Do fim de 2014 para o início de 2015, além da criação de novas alas, algumas das demais alas que já existiam, como a B, passaram a ser restritas para presas em medida de segurança máxima. Estas presas de segurança máxima são frequentemente chamadas pelas demais de “duzentos”, por causa do artigo do estupro previsto do código penal brasileiro que equivale a esse número.

Entre as detentas que chegam diariamente, há algumas reincidentes pela segunda, terceira, quarta e quinta vezes. Algumas já chegam na condição daquela que “dá a voz”¹¹, ou

¹⁰ São aquelas detentas julgadas que recebem tarefas ou que trabalham dentro do presídio.

¹¹ “Dar a voz” no presídio refere-se à detenta que se levanta para falar, a que comanda, quem fala e as demais obedecem.

seja, que manda, por ser a mais antiga e que já teve outras passagens pelo IPF. As mulheres desta Unidade Prisional dão ordens assim como os homens que comandam o presídio masculino. Elas articulam as divisões das celas, os trabalhos, a troca de favores, a compra e venda de drogas, bem como a entrada de armas e negociações.

Entre o fim de 2014 e o início do ano de 2015, após diversas rebeliões, passou-se a identificar as faccionadas, por meio daquelas que “davam a voz”, o que até então não existia dentro do presídio feminino. Um marco desse período de mudanças é a prisão da mencionada Cristiane Renata, seu caso gerou repercussão e comoção inclusive porque envolvia uma criança com deficiência. O caso ocorreu no fim do ano de 2014, sendo que antes disso, as presidiárias já estavam fazendo rebeliões por conta das revistas vexatórias nas visitas. Essas rebeliões se estenderam até abril de 2015, a mídia só divulgava os fatos quando realmente chegava o estopim. Ocorre que, internamente, todos os dias saía o corpo de uma detenta sem nenhuma divulgação, segundo informações de internas que pegaram todo o período de transição e ainda permanecem no presídio.

A partir da identificação das faccionadas, estas passaram a ocupar as últimas alas E, F e G, sendo que cada ala era ocupada de acordo com a facção ou de acordo com o bairro onde morava e qual facção predominava no bairro.

Somente no ano de 2017 foi que o Estado se manifestou por meio de uma nota jornalística, reconhecendo a existência de mulheres faccionadas. A constatação foi feita pelo Conselho Penitenciário do Estado do Ceará. Em um presídio estruturado para abrigar cerca de 300 presas (LIMA, 2018), mas onde vivem cerca de 1.100, a entrada das facções criminosas se consolidou e foi finalmente reconhecida oficialmente.

Além das referidas alas, existe também um setor chamado de “polivalente”, que é uma quadra de esportes utilizada para diversas atividades, inclusive para banho de sol.

Na entrada do Presídio, após passar da recepção do portão da entrada que vai para as alas, foi pintada uma linha amarela por onde as presas têm que andar enquanto estão fazendo os serviços ou quando estão chegando para ir para as suas celas. Mesmo quando não estão algemadas, elas permanecem com as mãos para trás e de cabeça baixa, andando sobre a linha, até aquelas que estão fazendo alguma tarefa.

Cinco metros após o portão da recepção, as presas e os visitantes passam por uma esteira e por portas com detectores de metais, onde fica uma agente penitenciária com uma raquete em pé ao lado da esteira, fazendo com que cada pessoa que passa ali no corredor, antes de adentrar para as alas, estando em pé, abra os braços e as pernas e fique de costas e depois de frente, para que ela possa passar o objeto próximo ao corpo de quem está entrando. Em seguida,

há um banco de madeira com quatro assentos e um extintor de incêndio ao lado, encostados em uma grade onde as presas aguardam para entrarem para a área de enfermagem e laboratório. Em frente a essa grade, fica outro corredor com quatro salas e o parlatório onde as presas conversam com os advogados. Em seguida, há quatro portas: a primeira dá acesso à sala da triagem, onde trabalha uma psicóloga e onde há algumas máquinas que servem para a identificação das internas, para colherem digitais, bater retrato; a segunda, um almoxarifado; a terceira, uma copa, com um aviso indicando que o acesso é restrito a pessoas autorizadas; de frente para a copa, a sala da chefia da segurança.

Na continuação da linha amarela, de um lado, fica a padaria; do outro, a escola e outras salas para cursos em que algumas detentas estudam e desenvolvem atividades educativas ou de produção, como montagem de ventiladores, corte e costura ou artesanato.

A linha amarela que tem início na entrada do portão da recepção dá seguimento pelo corredor até as entradas das alas. Após passar por todos os compartimentos citados, estende-se por mais de 15 metros até o início das alas, que são divididas atualmente por paredes. Até o ano de 2015, estas divisões eram feitas apenas com grades.

Figura 9 - Imagem de detentas caminhando sobre a linha amarela.



Fonte: Reportagem G1-CE.

Como já anunciado, a primeira ala é ocupada pelas “tarefeiras” e pelas que estão em regime semiaberto. Estas são mulheres que laboram e têm a pena remida para fins de tempo de prisão. Para elas, trabalhar é bom, porque o tempo passa mais rápido em um lugar que o relógio parece que não mexe os ponteiros.

O trabalho, de forma histórica, representa o processo interminável de transformação da natureza e se converte em diferentes faces ao longo de sua promoção no âmbito societário. Sobretudo, sua visibilidade também se apresenta de forma diferenciada para as pessoas.

Na linguagem cotidiana, a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mas que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas (ALBORNOZ, 1994, p. 8).

O trabalho, no que lhe concerne, seria uma ferramenta de transformação da natureza e mediação da mesma com o homem diante de suas necessidades, pois “cabe aqui salientar que tal processo de transformação da natureza pode, inclusive, transformar as próprias necessidades humanas iniciais em necessidades cada vez mais elaboradas e isso remete a um aspecto de fundamental importância para o processo social de formação dos seres humanos (ANTUNES, 2018, p. 37).

Na ala B, chamada “ala de segurança”, ficam aquelas que têm problemas mentais e que cometeram crimes contra filhos ou contra a mãe, alguns tipos de condutas consideradas bárbaras pelas demais detentas, por isto está separação. Próximo da ala B, fica a “tranca”, para aquelas que estão pagando por algum castigo, trata-se de uma cela solitária, bem pequena, com cerca de dois metros quadrados, sem luz, sem água e piso de concreto grosseiro. Ao passar por aquele local, é possível ouvir gritos. A ala B, além de ficar próxima da tranca, é dividida em duas ruas, conhecidas como “B da frente” e “B de trás”, somente separadas por grades, onde há quatro celas de cada lado. Na divisão, tanto da B de frente como da B de trás, cada cela possui duas comarcas ou pedras¹², e cada cela tem 2,80m x 2,80m.

Na ala C, também ficam as presas julgadas, dividindo o espaço com algumas detentas temporárias, porém não prestam serviços, às vezes, porque não querem e algumas vezes porque não podem, tendo em vista que a prestação de serviço depende do bom comportamento e da boa convivência delas com as demais.

Na ala D, fica a massa carcerária ou presas temporárias que ainda não foram julgadas. Como ainda não tiveram a sentença decretada não podem trabalhar, mas podem estudar. Elas só têm direito ao banho de sol e não podem fazer outras atividades, normalmente, ficam confinadas a maior parte do tempo, se não quiserem estudar.

¹² Uma cama feita de concreto, em formato de beliche de alvenaria, sem grades, sem detalhes, somente o concreto e armação de ferro frio.

As demais alas, como dito anteriormente, são direcionadas para as mulheres facionadas que foram identificadas a partir das rebeliões entre 2014 e 2015. Elas estão divididas entre quatro facções: PCC (Primeiro Comando da Capital), CV (Comando Vermelho), GDE (Guardiões do Estado ou 745) e FDN (Família do Norte). As mulheres ligadas à FDN têm pacto com as do CV, o que permite que elas possam frequentar as celas e até tomar banho de sol juntas. Porém, as demais não podem, por conta do risco de rebeliões.

Figura 10 - Imagem aérea do presídio durante rebelião em maio de 2016.



Fonte: SEJUS.

No ano de 2019, houve diversos ataques de facções no Ceará¹³. A partir disso, a Secretaria de Justiça determinou que os grupos facionados não fossem mais divididos por alas, mas que ficassem misturados.

Em janeiro de 2020, quando iniciei as entrevistas relatadas no terceiro capítulo, em uma conversa com a diretora adjunta, pude perceber que haviam sido feitas mais mudanças.

Passei no concurso em 2012, no início eu só trabalhava como agente comum, depois fui ser chefe de segurança, em 2018 me afastei por motivos íntimos e quando retornei três meses depois me ofereceram o cargo de diretora adjunta. Atualmente, o presídio funciona com quatro equipes de segunda a sexta-feira, e aos fins de semana trabalhamos por escalas. Oferecemos para as internas, assistência médica, psicológica, odontológica, advogado e a escola. Inicialmente é feita uma sondagem com os professores da SEDUC, por meio de uma pequena prova e formulários, para constatar se a presa é alfabetizada ou se vai para uma turma menos avançada. Além desse critério é avaliado o comportamento para poder ir as aulas. Ofertamos também cursos pelo Senac e Senai de corte e costura, artesanato, limpeza, pintura, asseio e conservação e teologia. Temos uma sala de informática para cursos de Educação a distância e o coral com quarenta internas que ensaiam três vezes na semana com o maestro o bloco funciona com 01 sala de aula e 02 para cursos e 01 para artesanato.

¹³ Onda de violência no Ceará completa 11 dias e soma 109 ocorrências criminosas. Reportagem do Jornal *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/onda-de-violencia-no-ceara-completa-11-dias-soma-109-ocorrencias-criminosas-23985046> Acesso em 21 out. 2019.

Para as presas que trabalham temos as que laboram na cozinha, padaria e na empresa Ypióca fazendo aquela palha que cobre as garrafas, temos também a empresa Mallory que emprega as internas que fazem a montagem de ventiladores e aquelas que trabalham na capinagem e limpeza do presídio. Existe também a presa classificada da ala, para quem é designada a tarefa de ajudar as demais, ela estende as roupas das outras, distribui a comida que vem em quentinhas. Contamos ainda com a ajuda de 30 homens do CDP – Centro de Detenção Provisória, para a construção e reforma da unidade. Para as presas também é oferecido o programa Livro aberto, que seria a remissão pela leitura, a cada livro lido a interna afaz uma prova sobre o livro e ganha o abatimento da pena, atualmente 455 internas estão inscritas neste programa.

Cada ala atualmente conta com 15 celas, menos a segurança máxima que a quantidade é menor. Cada cela tem cerca de 08 a 10 internas, elas têm 02 horas de banho de sol por dia. Dispomos ainda de uma quadra para eventos maiores como cursos para as agentes, treinamentos, cultos e missas [...] Para as mulheres que tiveram filhos essas ficam na creche com os seus filhos até 06 meses é o máximo permitido, mas em alguns casos quando a interna não tem família para ficar com a criança a gente tenta manter o bebe aqui o máximo possível até que a presa receba a liberdade ou saia na tornozeleira. Na creche temos de quatro a cinco agentes por dia para laborar, temos um pediatra que nos visita uma vez na semana, uma enfermeira, um farmacêutico e uma tec.de enfermagem vinte e quatro horas para dar assistência as internas lactantes e parturientes. No ano de 2016, começamos a perceber a presença de organizações criminosas, o que até então era algo que só precedia nos presídios masculinos, algumas agentes me incluindo, começamos a ser ameaçadas. Em 2017 o presídio estava devastado de integrantes do PCC, CV e GDE, as alas eram divididas da seguinte forma: Ala A, as idosas e grávidas; B, mulheres que compunham o GDE; C, o PCC compostas por cunhadas; D, a FDN e CV; E, a CV e PCC; F, a massa carcerária, para você ter noção a facção GDE cresceu tanto que teve que ir para ala G. Atualmente essas mulheres vivem juntas, o Estado não reconhece facção, são todas internas e têm que viverem pacificamente, pelo menos enquanto estiverem aqui dentro, recebem o mesmo tratamento e dividem as alas comumente. Antes era difícil até para as famílias quando elas se soltavam porque não podiam voltar para casa, por que a facção predominante no bairro onde elas moravam não permitia em virtude da interna estar em uma ala de facção rival, e agora não tem mais esse problema. Atendi aqui por diversas vezes mães que chegavam chorando relatando esse tipo de problema, porque a filha estava perto de ganhar o alvará e não poderia voltar para o bairro. [...] No meu ponto de vista trabalhar com mulheres é bem mais difícil do que trabalhar com homens, mulheres são mais indisciplinadas e quando resolvem ser ruim, conseguem ser pior do que os homens [...]. (Conversa com a Diretora adjunta do IPF, conforme registrado em diário de campo no dia 25/01/2020)

Figura 11 - Corredor do Presídio Auri Moura Costa, janeiro 2017.



Fonte: G1-CE.

A sociedade contemporânea está permeada por um conjunto de correlações de forças que a determinam de acordo com a conjuntura sócio-histórica em andamento. A mesma se apresenta marcada por antagonismos que provocam a ruptura social entre os seus membros e definem condições hierárquicas de manutenção da vida em coletividade, pressupõe um ambiente de disputa com objetivos e interesses que não se aproximam.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX, ENGELS, 2000, p. 45-46).

Portanto, as sociedades se apresentam como resposta direta do amadurecimento dos seus habitantes, e se consolidam com a tentativa de aglutinar o maior número de sujeitos numa condição de troca e sociabilidade. As diversas formas de sociabilidade estão presentes em nosso meio e refletem a relação homem e estrutura, ou melhor, homem e capital. Contudo, as formas de sociabilidade estão enraizadas diante do predomínio desse antagonismo social já referido e da consolidação cotidiana do sistema capitalista que prega a dominação do homem pelo homem em prol de interesses particulares. Desta forma, é possível concluir que a divisão dentro do presídio gerou para essas mulheres, uma nova forma de vida, com regras, símbolos e formas de relações diferentes, vivendo em uma instituição total ao da sociedade daqueles que vivem livres.

2.3 Metodologia

Esta pesquisa se baseia em uma abordagem essencialmente qualitativa, emprega histórias de vidas buscando produzir uma sociologia compressiva por meio de uma inspiração etnográfica a partir da observação participante com registro sistemático de impressões da pesquisadora em diário de campo, bem como com registro de narrativas das presidiárias enfocadas a partir da inserção das facções dentro do presídio feminino e o impacto que esse fato teve na vida dessas mulheres.

Uma contribuição sociológica que nos inspira de modo importante neste trabalho vem de Howard Becker a partir de seu estudo sobre o “desvio” e como a sociedade reage ao “outro”, compreendendo este outro como sendo pessoa praticante de crimes ou atos que margeiam as condutas social e moralmente bem aceitas. Esta discussão está presente em sua obra intitulada “*Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*” (BECKER, 2008 [1963]).

Também nos apoiamos na ideia de “sujeição criminal”, a partir de Michel Misse (2010); na pesquisa *Mulheres que matam*, de Almeida (2001); nos estudos de Luiz Fábio Silva

Paiva (2007 e 2019); e nos trabalhos de Abramovay (2010) e Osterne, Brasil e Almeida (2013), bem como Padovani (2015).

Também me apoio na obra *A interpretação das culturas*, em que o autor afirma que “em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. [...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. (GEERTZ, 2008, p. 04).

Ou seja, o fazer etnográfico é um processo que exige bastante esforço físico e intelectual, por isso Geertz o define como uma ““descrição densa” que reúne uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas que são sobrepostas, entrelaçadas, confrontadas e se aliam com a rotina do trabalho de campo que consiste em entrevistar os informantes, fazer observações sobre suas vidas, deduzir regras de convivência de uma dada comunidade ou grupo social, fotografar, anotar, escrever no diário. Enfim, descrever essas histórias de vida é como “tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas como exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 2008, p. 07).

Então, entendemos a pesquisa como sendo uma descrição de histórias de vida em uma experiência social que nos interessa pesquisar, isto implica um relato detalhado das experiências de campo nas quais o pesquisador explicita os padrões das relações culturais e sociais e os coloca em contexto. O papel de um antropólogo, de acordo com Geertz (2008), é construir as melhores interpretações possíveis e, o mais importante, ser um participante ativo da cultura e não um observador passivo.

Como sinalizaram outros estudiosos, a exemplo de Brandão (2018), a perspectiva etnográfica também está na origem de importantes pesquisas sociológicas. Trabalhar em consonância com tal perspectiva, significa estudar as pessoas onde elas realmente vivem, respiram e trabalham. Isso pode incluir entrevistas, fotografias, anotações, mapas etc. Mas, para que seja de fato uma etnografia, a experiência também deve ser personalizada: os pesquisadores devem fazer contato direto com as pessoas que estudam em algum momento do processo etnográfico.

No que tange a qualquer tipo de observação dentro de unidades prisionais e, nesse caso, a observação participante, umas das grandes dificuldades é conseguir a inserção no sistema prisional. Esta busca pode ocasionar dificuldades por se tratar de uma “instituição total”.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal (GOFFMAN, 1974, p. 11).

Na interpretação de Goffman, toda instituição tem tendências de “fechamento”, sendo umas mais “fechadas” que outras. O fechamento ou caráter total das instituições é simbolizado pela barreira em relação ao mundo externo e por proibições à saída que, muitas vezes, estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos. Num grau máximo de restrição, podemos dizer que se encontram as “instituições totais”.

Para Francis R. Beck, é um processo denso conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar (BECK, 2004, p. 34). Ele destaca que essas dificuldades são constantes para os praticantes da observação. De fato, os entraves no campo de pesquisa vão além dos destacados. Nessa pesquisa não foi diferente, sendo necessário passar não só por um Comitê de ética da própria Universidade, mas também obter a autorização, por meio de um termo de anuência da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, hoje SAP – Secretaria da Administração Penitenciária, bem como da própria instituição prisional, por meio da diretoria como fiel depositária que, inclusive, fez investigação da vida pregressa da pesquisadora. Assim, esta pesquisa passou por todo um processo administrativo das instituições, obtendo autorização da SAP e da Diretoria do IPF. Foi um processo difícil, que durou cerca de um ano. Destaco ainda que fui autorizada a fazer pesquisa nesta unidade prisional desde que não portasse qualquer tipo de aparelho eletrônico, tendo em vista que nada pode ser gravado ali.

Após passar por todo o processo burocrático necessário que durou um ano, cheguei ao presídio com as devidas autorizações, e fui direcionada a sala da diretora que me informara que o secretário de segurança não reconhecia facção, porém sabia da importância do trabalho e me direcionou para uma lista de mulheres que estavam confinadas na ala de segurança máxima e que seriam as mulheres faccionadas, onde então eu pude ter acesso aos prontuários assim como as mulheres que participavam de grupos criminosos e que estavam no presídio, onde foi concedida as entrevistas sobre cada uma após a leitura e apresentação do TCLE – termo de livre esclarecimento.

Minha ligação profissional pregressa com este campo de pesquisa facilitou meu acesso, mas também vale destacar que minha relação anterior se limitava a atendimentos na condição de advogada e não de pesquisadora.

O local reservado para as entrevistas desta pesquisa foi a sala do serviço social ou o parlatório, sendo possível que eu entrasse apenas com um caderno (diário de campo) e uma caneta; nada podia ser gravado, os objetos e adornos da pesquisadora tiveram de ser previamente retirados, tais como relógio, brincos, chaves e a bolsa; estes objetos ficavam na recepção, à entrada do presídio.

Após as entrevistas com as presas, eu tentava transcrever tudo que fora captado naquele momento. O registro era feito no diário de campo, junto com outras impressões que eram registradas durante o próprio encontro. Assim, tentava anotar falas, gestos e descrição do lugar e da situação, pois tudo era considerado valioso para busca da compreensão almejada.

Descrever essas mulheres foi algo desafiador, em virtude de serem pessoas que vivem às margens da sociedade, com experiências muito ricas e falas polissêmicas. O interesse em estudá-las partia também de uma visão crítica da referida ideia de “margens”, porque não se trata apenas de espaços distantes de um “centro”, mas de “lugares onde o estado está sendo constantemente refundado nos seus modos de produção de ordem e de lei” (TELLES, 2010, p. 214). Por isso, ressalto a importância da obra “A cidade nas fronteiras do legal e ilegal” em que Vera Telles (2010) nos explica diversos tipos de relações ocorridas entre as pessoas nas cidades, o que também nos inspirou uma perspectiva descritiva das situações vivenciadas como pesquisadora em presídio.

As mulheres presidiárias, sujeitos dessa pesquisa, são oriundas de bairros periféricos da cidade, tomados por um cotidiano violento que adquiriu novas configurações a partir da chegada das facções no Estado.

Por isso, é importante

descrever o urbano colocando em foco a trama das mediações e conexões que articulam e ao mesmo tempo transbordam campos de práticas nas suas formas estabelecidas (trabalho, moradia, consumo e serviços, etc.), estabelecendo zonas de contiguidade e criando passagens onde não se esperava que acontecessem. Não contextos ou circunstâncias de localização, mas algo que é constitutivo de situações que traçam o seu próprio território feito de práticas, circuitos de deslocamentos, zonas de contiguidade e conexões com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras ou limiares, bloqueios e possibilidades (TELLES, 2010, p. 14).

A reflexão tecida pela pesquisadora Vera da Silva Telles nos é importante para situar de modo provocativo os espaços em que gravitam as mulheres de nossa pesquisa. Precisamos ir além dos clichês e do senso comum em relação à ideia de margem, pois vai além da ideia geográfica.

Margens não são definições territoriais, com contornos previamente estabelecidos, não são lugares geográficos, tão pouco uma periferia, são espaço de práticas e relações que se deslocam e se redefinem não a margem do estado, mas justamente conforme as forças destes operam nestes lugares: contextos situados a partir dos quais é possível seguir e estenografar seus modos, seus tempos, procedimentos, técnicas e tecnologia de ação. (TELLES, 2010, p. 214-215)

Estudaremos, a partir das falas das entrevistadas como transitaram e vivenciaram as tensões entre o “legal e o ilegal”. Portanto, a incursão etnográfica junto com a reflexão sociológica sobre a ideia de margem, auxiliou a pesquisa de campo, em que a presença da pesquisadora ocorreu de forma alternada. A observação direta gerou os dados e reflexões contidas nas anotações no diário de campo.

Para as entrevistas, foram escolhidas 26 mulheres, sendo todas da ala da segurança máxima ou de integridade física¹⁴. Embora a proposta tenha sido de entrevistar essas 26 mulheres, o desafio de concluir o trabalho em tempo hábil, bem como a já relatada burocracia que impôs muitas buscas de autorização, competiram para que as entrevistas se reduzissem a 10. Optei também por entrevistar mulheres que não vestem a camisa de facção para poder compreender, a partir delas, a dinâmica da influência que as demais exercem sobre as outras presas em suas vivências, as relações de poder que são estabelecidas.

O que se tenta compreender nessa pesquisa não é o porquê, mas principalmente como ocorreu tal situação? Como essas mulheres se constituíram em seu estado atual? Como elas ingressaram nas facções, isto é, como se batizaram¹⁵? Quais são suas rotinas? Como podemos definir poder e como isto se constitui nas mãos dessas mulheres?

Para refletir sobre esses questionamentos, apoiei-me em entrevistas semiestruturadas. Segundo Triviños, entende-se

por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Como descrito na citação, esse método geralmente consiste em um diálogo entre o pesquisador e o participante, guiado por um protocolo de entrevista flexível e complementado por perguntas, sondagens e comentários de acompanhamento. O método permite que o pesquisador colete dados abertos, explore pensamentos, sentimentos e crenças dos participantes

¹⁴ Ala da segurança máxima é a ala onde ficam as mulheres faccionadas e a ala da integridade física é ala onde ficam as mulheres que estão ameaçadas de morte pela facção, exemplificada pela interlocutora Brilhante, que será abordada no capítulo 3.

¹⁵ Batismo, neste caso, é uma forma de ritual ao qual as presas aderem para se vincular a uma determinada facção.

sobre um tópico específico e se aprofunde em questões pessoais e, às vezes, sensíveis. Ele é eficaz por que “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Portanto, a entrevista semiestruturada é o nosso principal método complementar para a análise etnográfica. Na antropologia, os pesquisadores etnográficos passam anos vivendo imersos nas culturas que estudam para entender comportamentos e rituais sociais de toda uma cultura.

De acordo com Carmen Tornquist (2004, p. 31),

a antropologia das sociedades urbana-industriais exige um estabelecimento de fronteiras, tênues do ponto de vista geográfico e social, sejam estabelecidas simbolicamente pela pessoa que faz a pesquisa, tendo em vista o contato estabelecido com o universo de estudo, sobretudo, com as pessoas que transformamos em narrativa, não cessam nunca.

Para uma melhor compreensão da problemática proposta nesse estudo, inserida em seu espaço e tempo, a pesquisa foi dividida em algumas etapas importantes.

Na primeira parte, utilizo as pesquisas bibliográficas e documentais. Considerei um amplo levantamento da literatura produzida por outros cientistas que informam sobre o estudo em tela, a partir de suas categorias *violência, facção, mulher encarcerada, ascensão, criminalidade*. Ademais, integrei à pesquisa, a consideração de documentos administrativos do sistema prisional.

A segunda parte da pesquisa cruza dados decorrentes de bibliografia e documentos oficiais com a realidade que observei no Auri Moura Costa, ou seja, com o que pude perceber da vida dessas mulheres que têm crescido muito em número e mudado bastante em papéis que exercem dentro do cárcere e das facções.

Além das mencionadas fontes bibliográficas e documentais oficiais, matérias jornalísticas e outros documentos foram considerados, notadamente alguns que apresentam gráficos e estatísticas do sistema penitenciário cearense.

O presídio é um ambiente repleto de regras, tanto para os visitantes, quanto para aqueles que laboram e vivem na cadeia, sendo que para essa pesquisadora não é possível adentrar nas imediações para tirar fotografias e colher áudios, o que se torna uma dificuldade, pois “quando dizemos que compreendemos um fenômeno, queremos dizer que conhecemos suas características, o que produz e quais as suas relações com outros fenômenos. A compreensão de um fenômeno é sempre incompleta, parcial e probabilística” (KERLINGER, 2003, p. 70). Embora exista tal proibição, tentou-se descrever o máximo possível as falas e

situações, preservando, contudo, a identidade das interlocutoras, aqui apresentadas com codinomes.

Das falas das entrevistadas, foram tecidas narrativas. Ao longo do trabalho, apresento inicialmente dados sobre o universo da pesquisa. Em seguida, o cruzamento desses dados com a atual conjuntura das presas. E, por fim, no terceiro capítulo, analiso o trabalho colhido nas entrevistas, apresentando as referidas narrativas juntamente com uma análise dos dados que cruzei com minhas interpretações.

Ainda é relevante destacar que nas visitas realizadas como pesquisadora, apresentei-me como estudante do mestrado em sociologia da UECE, mostrando o termo de anuência com frequência. Quando das entrevistas, ao me apresentar às internas, eu perguntava se a presa sabia ler e lhes mostrava, bem como lia para todas elas, o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que informa que a interlocutora irá participar de uma pesquisa e pode ficar à vontade para não falar ou falar somente aquilo que quiser, tendo a sua identidade preservada nos relatos da investigação.

Dentre as 10 mulheres entrevistadas, somente uma não sabia ler, então eu li com mais vagar os termos da pesquisa, questões como a preservação do anonimato e a ausência de remuneração pela entrevista eram destacadas. Eu já havia estado no presídio algumas vezes, para colher a assinatura e autorização da diretora para esta pesquisa, já havia me apresentado como pesquisadora, porém ainda não tinha acessado às detentas na condição de pesquisadora.

Como já apontei, o objetivo da pesquisa qualitativa é entender a realidade social de indivíduos, grupos e culturas o mais próximo possível de seus participantes, como a sentem ou a vivem. Assim, pessoas e grupos em pesquisas qualitativas são estudados em seus ambientes habituais. Então, esta pesquisa, ao seguir uma abordagem qualitativa, procura explicar “como” um determinado fenômeno (as facções) opera em um contexto particular (o do Presídio feminino).

A primeira atividade que tentei fazer no campo foi observar ao máximo e durante as entrevistas isso se repetiu, mantive o foco nos discursos, gestos e olhares, de uma forma que tentava deixar as interlocutoras à vontade para falar, tentando não me emocionar para que elas não se sentissem constrangidas. Após entrevistar a primeira, pude observar que a segunda e terceira entrevistadas se sentiam mais à vontade. Eu soube que elas comentavam entre si que eu estava indo ao presídio, para escrever a história delas. Algumas me perguntaram se a pesquisa “é para ter alguma melhoria?”. Eu respondia que não e começava a explicar a finalidade da pesquisa. A relação fluiu e elas me contaram muito das suas histórias de vida, das

suas angústias e quedas, algumas chegaram a chorar. Muitas vezes, eu saía de lá triste por não poder fazer mais por elas do que apenas dar os meus ouvidos para compreendê-las.

Em alguns momentos, me peguei falando gírias e falas que pertencem a elas, pois conhecer os apelidos e os valores delas fez parte das entrevistas. Não deixar passar nada despercebido, como por exemplo, em determinada vez, uma delas, no início, disse a seguinte frase: “Aí né, eu fiquei de castigo porque estava fazendo um cat”¹⁶. Só após uma longa conversa eu entendi o que era um “cat”, no dialeto das primas fiéis.

Como foi dito, após a primeira entrevistada, as outras detentas se sentiram à vontade e falavam abertamente, porém, discretamente, para não causar alvoroço, e para outras, conversar era uma forma de ver o tempo passar mais rápido e de se sentirem aliviadas pela pressão do ambiente em que vivem.

A estigmatização do lugar da pesquisa e dos que lá se encontram têm impactos objetivos e subjetivos, principalmente na representação social na visão dessas mulheres. As próprias agentes penitenciárias têm uma visão diferenciada das que se ali encontram, em um dado momento, eu estava indo para o parlatório, lugar onde eram feitas as entrevistas, quando ouvi uma agente que falava com outra em tom depreciativo, cuja transcrição vem a seguir: “tanta coisa para pesquisar, porque ela resolveu vir fazer isso aqui com essas criaturas”. Em outro momento, recebi de outra agente elogio pela iniciativa de fazer esse trabalho.

Entende-se por estigma social¹⁷ uma marca ou sinal que delimita o sujeito como desqualificado ou menos valorizado, de acordo com Erving Goffman (2004, p. 4): estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena”. Trata-se de uma desaprovação social severa por causa de uma característica específica que indica desvio das normas. Goffman apresentou os fundamentos do estigma como uma teoria social, incluindo sua interpretação do “estigma” como um meio de estragar a identidade. Com isso, ele se referiu à capacidade do traço estigmatizado de “estragar” o reconhecimento da adesão do indivíduo às normas sociais em outras facetas do eu. Sem sociedade, não é possível haver estigma. Para ter estigma, é preciso ter um estigmatizador e alguém que seja estigmatizado. Como tal, este é um relacionamento dinâmico e social.

¹⁶ Cat é um lençol que é posto nas camas, como uma espécie de cabaninha, que serve para que os casais tenham relações sexuais e tenham conversas mais íntimas.

¹⁷ “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (GOFFMAN, 2004, p. 6).

3 AS MULHERES E O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL

Neste capítulo, discutiremos as origens do crime organizado e suas principais representações no Brasil, como pilares das facções contemporâneas, bem como avançaremos na reflexão acerca da atuação das mulheres nessas instituições criminosas. Apresentaremos o conceito de crime organizado, a histórias das principais facções no Brasil e um brevírio de suas atuações em diferentes unidades da federação, notadamente no Ceará, que – inclusive – deu origem a uma facção específica, a GDE. Depois, discutiremos a inserção da mulher no mundo do crime, principalmente a partir de dados estatísticos da população carcerária feminina.

Todo o território nacional tem atuação de facções criminosas (ENDO, 2006). Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho travam guerras incessantes pelo domínio do tráfico de drogas no país e buscam aliados em todos os estados (DIAS e MANSO, 2019). No Estado do Ceará, não é diferente, as periferias de suas cidades, principalmente na capital, Fortaleza, multiplicam-se os palcos de disputas violentas entre esses poderes supra-estatais, que reinventam as maneiras de fazer crime, ao mesmo tempo em que grupos de bandidos locais¹⁸ lutam para se filiar e se perpetuar nas facções citadas (PAIVA, 2019).

Um fator importante para a criação e fortalecimento das facções criminosas no Brasil foi o aumento do número de presos e a falta de estrutura carcerária para esse volume de indivíduos (PORTO, 2007). Como os presídios ajudam a organizar e a multiplicar o poder dessas facções? Por que foi tão expressivo o crescimento dessas facções, principalmente o CV e o PCC, nos últimos vinte anos?

Antes de adentrarmos na breve história brasileira das facções, precisamos entender o que é crime organizado.

3.1 O que é Crime Organizado?

Segundo diversos estudos – a exemplo de Dias e Manso (2019), Paiva (2019), Amorim (1993), Beck (2004), Endo (2006) e Biondi (2009) – podemos afirmar que as associações criminosas modernas, como as já citadas PCC e CV, não atuam de forma desordenada. Elas são complexamente organizadas e levaram décadas para tomar a

¹⁸ Segundo Paiva (2019, p. 3), embora alguns grupos de criminosos sejam de modo recorrente chamados de facções, também há uma variedade de expressões para se referir a eles, tais como “o comando”, “o bonde”, “o trem”, “a tropa”, “a família”, “os irmãos”.

configuração que têm hoje. A distinção mais óbvia entre crime organizado e outras formas de conduta criminal é a organização.

No site de alcance internacional da Agência estadunidense FBI (*Federal Bureau of Investigation*), há uma seção específica¹⁹ que descreve e tipifica o que seja o crime organizado. Além da descrição da conduta, organização e tipificação dos principais crimes envolvidos, atualizam diariamente a lista dos criminosos mais procurados do mundo, que incluem mafiosos, terroristas e líderes de carteis de drogas.

Em diálogo com esse contexto de descrição do crime organizado, Mendroni explica que o termo se refere a grupos que tenham

algum tipo de estrutura formalizada cujo objetivo primário é a obtenção de dinheiro através de atividades ilegais. Tais grupos mantêm suas posições através do uso de violência, corrupção, fraude ou extorsões, e geralmente têm significativo impacto sobre os locais e regiões do país onde atuam [...] possui uma hierarquia própria e capaz de planejamento empresarial, que compreende a divisão do trabalho e o planejamento de lucros. Suas atividades se baseiam no uso da violência e da intimidação, tendo como fontes de lucro a venda de mercadoria ou serviços ilícitos, no que é protegido por setores do Estado. Tem como característica distinta de qualquer outro grupo criminoso um sistema de clientela, a imposição da lei do silêncio aos membros ou pessoas próximas e o controle pela força de determinada porção de território (MENDRONI, 2002, p. 5-6).

Em termos gerais, o crime organizado não inclui atos criminosos aleatórios, não planejados e individuais. Em vez disso, concentra-se exclusivamente em atos planejados que refletem o esforço de grupos de indivíduos. Trata-se de uma empresa ilegal contínua que trabalha racionalmente para lucrar com atividades ilícitas que geralmente são muito procuradas pelo público. A sua complexidade e seu *modus operandi* referem-se à influência do sistema capitalista (ENDO, 2006, p. 1). Sua existência contínua é mantida através da corrupção de funcionários públicos e do uso de intimidação, ameaças ou força para proteger suas operações. A atividade do crime organizado varia entre países, regiões, tipos de crime e natureza de sua organização. Em cada país, existem vários grupos que realizam esse tipo de ação que ameaça à segurança pública.

Ao abordarmos esse tema, de modo direto, estamos tratando de um contexto jurídico, pois do ponto de vista da lei, o crime é uma conduta, uma ação ou uma omissão tipificada considerada ilegal e punível. Um crime, portanto, viola o Direito Penal. E essas organizações atuam em empreendimentos ilícitos perante o Estado de Direito.

De acordo com Émile Durkheim,

o crime não se observa apenas na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades de todos os tipos. Não há nenhuma onde não exista uma criminalidade. Esta muda de forma, os atos assim qualificados não são os mesmos em

¹⁹ Site do FBI (Federal Bureau of Investigation), disponível em: <https://www.fbi.gov/investigate/organized-crime>

toda parte; mas, sempre e em toda parte, houve homens que se conduziram de maneira a atrair sobre si a repressão penal. (DURKHEIM, 2007, p. 66-67).

Na história, o crime e as relações humanas estão entrelaçados. Na *Bíblia*, há o relato mítico do primeiro homicídio, em que Caim assassina o irmão Abel. Ele é punido por Deus e penalizado com o exílio. Percebemos nesse mito como a sociedade humana necessita de um ordenamento coercitivo; na narrativa bíblica, um ser divino; modernamente, a Lei e o Estado, que buscam garantir a paz e tranquilidade entre os homens.

O primeiro artigo do *Código Penal Brasileiro* dá ciência de que “não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”²⁰. Portanto, as organizações criminosas assim são denominadas, pois estão envolvidas em crimes previstos nos códigos penais de cada país onde atuam, tais como roubo de carga, fraude, assaltos, sequestro por resgate e a exigência de pagamentos de "proteção". A principal fonte de renda desses sindicatos criminais é o fornecimento de bens e serviços ilegais, mas para os quais há demanda pública contínua, ou seja, clientes que consomem drogas, prostituição, agiotagem e jogos de azar.

Enquanto na Europa e na Ásia existiram círculos internacionais de contrabandistas, ladrões de joias e traficantes de drogas há milênios, na Itália (Máfia) e no Japão (Yakuza) organizações criminosas floresceram no século XIX no século XX.

O tremendo crescimento do crime nos Estados Unidos durante a vigência da Lei Seca (1920-1933) levou à formação de variados grupos criminosos, com inspiração na Máfia italiana, por exemplo, Al Capone, maior gangster norte-americano, cofundador da organização Chicago Outfit. Após a revogação da Lei Seca, acabou-se a pirataria em torno do álcool – a prática ilegal de fabricar, vender ou transportar bebidas alcoólicas – e, com isso, os líderes criminosos se voltaram para outras atividades e se tornaram ainda mais organizados. A configuração usual era hierárquica, com diferentes "famílias" ou sindicatos, encarregados das operações em muitas das principais cidades. À frente de cada família, havia um chefe que tinha o poder da vida e da morte sobre seus membros.

A Máfia Italiana²¹, durante o século XX, foi um dos maiores exemplos de crime organizado. Desde seu surgimento em 1800, os grupos italianos, amplamente conhecidos como

²⁰ Como pode ser conferido em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art1 Acesso em 19 fev.2020

²¹ Grupos mafiosos evoluíram ao longo de 2000 anos durante numerosos períodos de invasão e exploração por exércitos conquistadores na Itália. Ao longo dos milênios, os sicilianos se tornaram mais clandestinos e começaram a confiar nos laços familiares para segurança, proteção, justiça e sobrevivência. Uma sociedade secreta subterrânea formada inicialmente como combatentes da resistência contra os invasores e para exigir justiça de vigilante de fronteira contra a opressão. Na Sicília, a palavra Máfia tende a significar "viril". Um membro era conhecido como “homem de honra”, respeitado e admirado, porque protegia sua família e amigos e permanecia calado até a morte. Os sicilianos não estavam preocupados se o grupo lucrava com suas ações, porque vinha à custa das autoridades

Máfia Italiana, se infiltraram no tecido social e econômico da Itália e se tornaram de natureza transnacional. Na Itália, existem quatro grupos ativos: La Cosa Nostra (Máfia siciliana), Camorra, 'Ndrangheta e Sacra Corona Unita. Eles também são conhecidos por colaborar com outros grupos internacionais de crime organizado para realizar suas atividades ilícitas. Nos Estados Unidos, o La Cosa Nostra se originou com o Cosa Nostra. O FBI (2020) estima que o grupo tenha mais de 3.000 membros e associados espalhados principalmente pelas principais cidades do Nordeste, Centro-Oeste, Califórnia e Sul. Sua maior presença se concentra em Nova York, Sul de Nova Jersey e Filadélfia. As principais ameaças à sociedade americana colocadas por esses grupos são o tráfico de drogas – heroína, em particular – e lavagem de dinheiro. Eles também estão envolvidos em jogos ilegais, corrupção política, extorsão, sequestro, fraude, falsificação, assassinatos, atentados, tráfico de armas e infiltração de empresas legítimas.

Ao nos debruçarmos sobre o início do crime organizado no Brasil, devemos observar o contexto histórico da segunda metade do século XX. Segundo Camargo (2019, p. 12)

Nos anos de 1960, a urbanização do país começou a crescer de forma considerável, devido ao êxodo rural, a população camponesa migrou para as grandes cidades em especial São Paulo – SP e Rio de Janeiro – RJ, em busca de melhores condições de vida, tratava-se de pessoas com escassas condições financeiras, e com pouca ou sem nenhuma condição profissional, a não ser o cultivo da terra. Parte destes trabalhadores rurais, ao longo da década seguinte, anos 70, conseguiram com muito esforço, melhora significativamente sua condição financeira, mas com a crise do petróleo no final da década e o estacionamento econômico nos anos seguintes, impossibilitaram que a outra parte também conseguisse.

Ou seja, com o abandono da vida rural, milhares de pessoas migrando para as grandes cidades, com a renda escassa, condições insalubres de trabalho ou desemprego, causando uma explosão demográfica nas regiões periféricas, mais afastadas dos centros urbanos, tornando as periferias propícias para o desenvolvimento do crime. Com o crescimento das periferias e favelas no Brasil, local de moradia de uma massa pobre da população, ao longo das décadas, foi sendo ignorada pelo poder público, deixando faltar saúde, saneamento, segurança, educação.

Então, nas periferias e favelas, regiões desassistidas e sem a presença efetiva do Estado, estabeleceu-se o local prioritário de atuação do crime organizado no Brasil, com destaque ao PCC e ao CV, estendendo seu tráfico de influência a todos os estados. Por meio de dissidências e inspiradas também nas grandes organizações criminosas, cidades como Fortaleza, no Ceará, criaram facções locais, Guardiões do Estado (GDE) no caso cearense. Na

opressivas. Essas sociedades secretas acabaram se transformando na Máfia siciliana e mudaram de um grupo de ilustres sicilianos para um grupo criminoso organizado na década de 1920 (FERNANDES e FERNANDES, 2002) e (ENDO, 2006).

Bahia, surgiu o Bonde do Neguinho. No Amazonas, a Família do Norte (FDN). Na Paraíba, a Okaida, entre outros (ENDO, 2006).

Em 2019, o *Jornal Gazeta do Povo*²² divulgou os dados de uma pesquisa realizada pelo Ministério de Segurança Pública, publicada no *12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2018). Foi uma pesquisa nacional que apontou a existência de facções criminosas em todo o Brasil. O estudo mapeou quantas facções estavam ativas em cada estado. No entanto, a quantidade de grupos organizados não significa necessariamente que são as regiões mais perigosas. Além de demonstrar quais são as maiores facções atuantes por estado, a pesquisa também aponta as facções que atuam com mais frequência ou que predominam em determinados estados.

Tabela 1 - As maiores facções criminosas do Brasil, por número de estados de atuação.

| Facção | Estados |
|-----------------------------------|----------------|
| PCC (Primeiro Comando da Capital) | 23 |
| CV (Comando Vermelho) | 7 |
| CV regionais | 5 |
| Família Monstro | 2 |
| Okaida | 2 |
| FDN (Família do Norte) | 1 |

Fonte: *12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2018.

Pelos dados da tabela, concluímos que o PCC domina o maior número de estados e, conseqüentemente, de cadeias no Brasil.

Tabela 2 - Facções criminosas por estado

| Estado | Facções criminosas | Quantidade |
|---------------|--|-------------------|
| Acre | PCC, CV, Bonde dos 13 | 3 |
| Alagoas | CV, PCC | 2 |
| Amapá | PCC, CV | 2 |
| Amazonas | FDN, PCC | 2 |
| Bahia | PCC, Quadrilha do Perna, Comando da Paz, Bonde dos Malucos, Mercado do Povo Atitude, Catiara | 6 |

(continua)

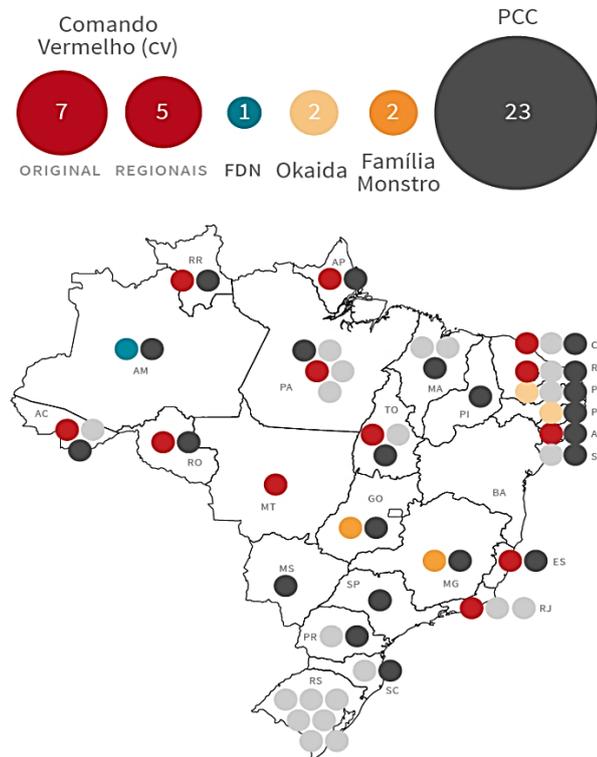
²² Reportagem “Mapa das facções criminosas no Brasil, disponível em <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/mapa-das-faccoes-criminosas/> Acesso em 19 fev.2020

Tabela 2 - Facções criminosas por estado

| | | (conclusão) |
|---------------------|---|-------------|
| Ceará | CV-CE, PCC, GDE | 3 |
| Espírito Santo | PCC, CV | 2 |
| Goiás | PCC, Família Monstro | 2 |
| Maranhão | PCM, Bonde dos 40, PCC | 3 |
| Mato Grosso | CV-MT | 1 |
| Mato Grosso do Sul | PCC | 1 |
| Minas Gerais | PCC, Família Monstro | 2 |
| Pará | PCC, Bonde dos 30, Comando Classe A, União do Norte, CV | 5 |
| Paraíba | PCC, Okaida, EUA | 3 |
| Paraná | PCC, Máfia Paranaense | 2 |
| Pernambuco | PCC, Okaida | 2 |
| Piauí | PCC | 1 |
| Rio de Janeiro | CV, ADA, TCP | 3 |
| Rio Grande do Norte | PCC, CV, Sindicato | 3 |
| Rio Grande do Sul | Manos, Bala na Cara, Abertos, Unidos pela Paz, Primeiro Comando do Interior, Os Tauros, Os Brasas | 7 |
| Rondônia | PCC, CV-RO | 2 |
| Roraima | PCC, CV-RR | 2 |
| Santa Catarina | PCC, PGC | 2 |
| São Paulo | PCC | 1 |
| Sergipe | PCC, Bonde dos Malucos | 2 |
| Tocantins | PCC, Máfia Tocantinense, CV-TO | 3 |

Fonte: 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

Para complementar esse entendimento das diversas facções, segue um mapa do Brasil com a informação sobre a facção predominante e a quantidade de Estados em que cada facção evoluiu no território. No mapa é possível observar que no Ceará as mais atuantes são o PCC, CV e a facção regional GDE.

Figura 12 - Principais facções e estados onde atuam**Outras facções**

Abertos (RS)
 ADA (RJ)
 Bala na Cara (RS)
 Bonde dos 13 (AC)
 Bonde dos 30 (PA)
 Bonde dos 40 (MA)
 Bonde dos Malucos (BA)
 Bonde dos Malucos (SE)
 Catiara (BA)
 Comando Classe A (PA)
 Comando da Paz (BA)
 EUA (PB)
 GDE (CE)
 Máfia Paranaense (PR)
 Máfia Tocantinense (TO)
 Manos (RS)
 Mercado do Povo Atitude (BA)
 Os Brasas (RS)
 Os Tauros (RS)
 PCM (MA)
 PGC (SC)
 Primeiro Comando do Interior (RS)
 Quadrilha do Perna (BA)
 Sindicato (RN)
 TCP (RJ)
 União do Norte (PA)
 Unidos pela Paz (RS)

Fonte: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/mapa-das-faccoes-criminosas/>

Embora não esteja descrito no mapa, existe uma pequena parcela da FDN atuante no Ceará de modo (ainda) discreto, fechando acordos com o CV. Em virtude dessa discreta atuação, a FDN quase não aparece, mas atualmente lidera alguns grupos ao lado do CV²³.

As facções suprem carências não assistidas pelo Estado como observamos nas falas das dez presidiárias que serão analisadas no capítulo 3, apontando que a administração estatal não lhes fornece nem material de higiene no presídio. Os familiares são responsáveis por levar esses materiais, mas quem adere à facção, o recebe – assim como dispõe de comida, colchão, roupas e até celulares por meio da facção.

Ao prender um ser humano e encarcerá-lo, o Estado não pensa que isto contribui para o aumento do contingente de soldados e participantes das facções, mas o recrutamento dos faccionados se torna bem maior dentro das cadeias do que fora delas. O abandono, por parte do Estado e da sociedade, faz com que estes indivíduos se tornem, pessoas ocultas, ou seja, seres vivos, mas que na realidade, não são reconhecidos, como se suas vidas não tivessem valor algum. Esses sujeitos, por sua vez, encontram guarida nas facções que lhes assiste, protege e acrescenta sentido para viver, por mais ilegal que seja a maneira de serem reconhecidos.

No crime essas pessoas encontram guarida e uma nova família, em que o novo participante passa a ter consideração e a ser reconhecido como parte de algo importante, mesmo que o Estado faça o combate a essa criminalidade. O indivíduo oculto, invisível para o Estado, tem importância para aquele grupo.

Se essas pessoas não vivem socialmente porque são ocultas e esquecidas pelo Estado, por que elas teriam de respeitar as leis do mesmo Estado que não as reconhece? De outro lado, tem-se também que o Estado ao colocar essas pessoas no presídio encarcerados, em seus corpos disciplinados e mecanizados por regimes de trabalhos obrigatórios, instâncias de vigilâncias constantes, além de “fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo” (FOUCAULT, 1987, p. 207). Desse modo, a prisão se constitui como instrumento, um saber que se acumula e se centraliza, para torná-los dóceis e úteis, originando as facções.

²³ A Família do Norte (FDN) têm 663 membros nos presídios do Estado. Aliada ao CV, divide o domínio da penitenciária de Sobral com a facção carioca, mas está presente em outras unidades ocupadas pelo comando (*O POVO*, 2018).

3. 2 Comando Vermelho (CV)

O Comando Vermelho foi a primeira e a maior organização criminosa a dominar os territórios de comunidades carentes, tornando-se o pilar que originou, por meio de dissidências, outras organizações no Brasil (AMORIM, 2009). Atualmente, é a segunda facção do país e a maior do Rio de Janeiro (Tabela 1).

O CV surgiu em plena ditadura militar, em 1979, no presídio Cândido Mendes²⁴, na Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ), também conhecido como “Caldeirão do Diabo”²⁵, a partir do convívio de detentos que assaltavam bancos que foram mantidos juntos com grupos armados que combatiam o regime militar. A justificativa de tais grupos estarem juntos eram que ambos haviam infringido a lei de segurança nacional, eram detentos de “alta periculosidade” e estavam na mesma ala para que seus crimes fossem punidos (FREITAS, 2010). Seus principais fundadores foram William da Silva Lima, o "Professor", Paulo César Chaves e Eucanã de Azevedo.

Carlos Amorim afirma que o Comando Vermelho é uma reação ao descontentamento dos presidiários à forma opressiva e desumana do tratamento recebido pelos militares, visto o contexto em que surgiu, durante o Regime Ditatorial. Segundo o pesquisador

As grades têm a ferrugem das décadas. E muitos lugares ainda exibem cicatrizes das incontáveis rebeliões e incêndios. O Cândido Mendes tem segredos: mortes violentas, estupros, o preso contra o preso, a guarda contra todos. Porque essa é uma cadeia de muitos horrores. É a mais pobre de todo o sistema carcerário do Estado do Rio. Faltam comida, colchões, uniforme para os presos, cobertores para um inverno de ventos frios que vêm do mar. Faltam armas e munições para os soldados - e é comum que eles mesmos as comprem em caráter particular. Papel higiênico, aqui, é coisa que nunca se ouviu falar. A cadeia, construída para abrigar 540 presos, está superlotada. Os 1.284 homens encarcerados ali no ano de 1979 se vestem como mendigos. Lutam por um prato extra de comida. Disputam a fachada um maço de cigarros ou uma “bagana” de maconha. Cocaína e armas de fogo podem ser a razão para um motim (AMORIM, 1993, p. 16).

²⁴ O Comando Vermelho “nasceu em um paraíso natural que já foi considerado um inferno na terra. Ilha Grande, um belo destino turístico na costa do Rio, abrigou desde 1886, na época do imperador Pedro II, até 1993, uma das prisões mais horríveis do mundo: os piores criminosos do Rio, vestidos como mendigos, brigavam ali por um prato de comida ou um chuveiro. Os prisioneiros eram, primeiro, doentes de cólera e febre tifoide chegados da Europa e da África, até que a prisão se transformou em calabouço de prisioneiros políticos ilustres, opositores da ditadura (1964-1986), guerrilheiros, criminosos comuns, assassinos e estupradores do Rio” (MARTÍN, 2017).

²⁵ A Ilha Grande ficou conhecida como "Caldeirão do Diabo", numa alusão ao presídio francês de Caiena, na Ilha do Diabo, extremo norte do continente sul-americano. Ali se tratava o ser humano como bicho, no meio da selva e do calor amazônicos. O "Caldeirão" da Guiana Francesa foi desativado em 1946, depois que um preso mundialmente famoso denunciou as miseráveis condições da colônia penal. (AMORIM, 1993). Nesse mesmo presídio, durante a ditadura Vargas, o escritor Graciliano Ramos foi preso por supostos crimes contra o Estado, cujas experiências foram transcritas no livro *Memórias do Cárcere*.

Observamos no trecho citado que o corpo era o alvo e objeto do poder, em que concomitantemente era coagido pelo poder institucionalizado e pelos rivais. Foucault (1986) alerta que a prisão é uma das instituições de controle e disciplinarização do corpo social. A prisão, para ele, deve ser entendida como uma peça crucial da guerra social, entendendo a relação estreita entre crime, polícia, política e repressão.

Frequentemente a população pensa que o policiamento e o encarceramento são mecanismos de combate à delinquência. Raramente levam em conta que eles são mecanismos produtores da insegurança ao se valerem da normalização e regulação da delinquência para gerir e pulverizar as manifestações políticas e sociais, mas também para legitimar de fato a atuação, muitas vezes ilegal, do estado e seus aparelhos repressivos. Grosso modo, se pelo aprisionamento se produz e se normaliza o delinquente, já quando ele retorna à sociedade passa a ser objeto de uma maneira de gerir e controlar que dele extrai proveitos econômicos e benefícios políticos. Se dentro da prisão o delinquente é fabricado pelas disciplinas, fora dela ele é governado por dispositivos de segurança (CANDIOTTO, 2012, p. 23).

A vigilância e repressão dos criminosos seriam feitas pela presença da polícia; a prisão seria o meio de recrutar criminosos, mantê-los no crime e continuar a vigiá-los.

Foucault (1986, p. 293) diz que a prisão não é filha de leis, mas de normas. Serve apenas para uma coisa: criar delinquência que, por sua vez, permite um controle cada vez mais profundo das populações. Se essa instituição conseguiu sobreviver para nós, é porque foi conduzida por um regime político, cujo objetivo é tornar o acúmulo de homens "dóceis" e "uteis". Ou seja, a prisão, ao invés de reprimir o crime, o produz e organiza. E no Brasil, como vimos pela descrição de Carlos Amorim, foi e é uma verdadeira fábrica de criminosos.

Em 2002, a polícia paulista apreendeu com um membro da facção, o que considera ser o estatuto do Comando Vermelho. Por meio da leitura desse Estatuto, percebemos mais detalhes sobre sua fundação, propósitos e ideologia.

COMANDO VERMELHO LIBERDADE, RESPEITO, LUTA, JUSTIÇA, UNIÃO.
 ESTATUTO
 O CONSELHO DO COMANDO VERMELHO ORGANIZAÇÃO FUNDADA EM 1979 NO PRESÍDIO DA ILHA GRANDE NO RJ COM O INTUITO DE COMBATE A OPRESSÃO LUTA PELO PROGRESSO E LIBERDADE POSSA A REGREDIR AS REGRAS CRUCIAIS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DE NOSSA ORGANIZAÇÃO.
 Art. 1: No lema do princípio de paz, justiça e Liberdade, significa que o respeito de todas as lutas somos também de paz, porém jamais fugiremos das guerras quando ela se fizer necessária.
 Art. 2: Os (5) Cinco pilares do CV. São... Liberdade, Respeito. Luta, Justiça, União. (L.R.L.J.U) Neste princípio básico, se resume o grau de nossa convivência harmoniosa que idealizamos entre irmãos e todos aqueles dignos de consideração no qual nos Relacionamos (sic).

Este trecho expõe uma ideologia moldada, aos poucos, pela aproximação de presos comuns com presos políticos, de convicções de extrema esquerda. Diga-se de passagem, estes presos políticos tinham treinamento em guerrilhas. Os criminosos que foram entrando no referido presídio foram se doutrinando em novas formas de organização, alterando suas atitudes

e formas de agir. Perceberam que unidos poderiam ganhar mais força para sobreviver num ambiente altamente violento e criar redes de comunicação, para passar ordens, discursos doutrinários e mensagens de repressão. Assim, ganhando força fora da prisão, o CV institucionalizou o tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

com o nome de Falange Vermelha, uma mescla de ideologia de esquerda com o objetivo de se capitalizar através do crime. Da mesma forma como hoje, quando as ordens para ações criminosas partem de presídios, antigos presos políticos elaboravam planos que eram executados por criminosos comuns fora dos presídios. Com a consolidação das favelas, nos anos 1980, criminosos ligados ao grupo da Ilha Grande viram no tráfico de cocaína a chance de um lucro fácil e mais rápido que os assaltos. Era o fim da Falange e o início do Comando (FREITAS, 2010, p. 1).

Isto é, a cocaína foi responsável pela grande ampliação do poder do Comando Vermelho, enquanto a população nas favelas cariocas aumentava, na virada dos anos 1970 a 1980. Com o CV, o Brasil entrou na rota internacional da droga, tornando-se ponto de distribuição para a Europa. Suas ações vão desde o tráfico de drogas e armas até assaltos a banco, carros-fortes e sequestros.

Com grande arrecadação financeira, o lucro era investido em aquisição de armamentos importados e de grosso calibre. Por exemplo, em 1984, no Morro da Mineira, foi apreendida pela polícia a primeira metralhadora em uma favela. Depois disso, por meio da imprensa, tomamos notícia da aquisição de pistolas 7,65, metralhadoras Bereta, Uzi e Ingran de 9 mm, fuzis automáticos, granadas, rifles, miras especiais de laser, munição de aço especial, armamento de guerra antitanque e antiaéreo. No início dos anos 1980, a taxa de homicídios era de 25 por 100 mil habitantes (*Folha S. Paulo*, 2002)²⁶.

Em 1990, 90% das favelas do Rio de Janeiro pertenciam ao Comando Vermelho, (AMORIM, 1993). Muito poder e dinheiro levou os traficantes a financiarem escolas de samba e campanhas eleitorais. Entre as mais famosas lideranças do CV presas, estão os traficantes Fernandinho Beira-Mar (condenado a mais de 400 anos de prisão) e Elias Maluco, apontado como mandante do assassinato e tortura do jornalista Tim Lopes, em 2002, além de Marcinho VP. Outro líder célebre foi o traficante Escadinha que foi resgatado do presídio de Ilha Grande de helicóptero, em 1986, numa das mais espetaculares fugas da história do Brasil (FREITAS, 2010).

O CV, com o desejo de expandir seus territórios, entrou em várias guerras contra seus inimigos e a polícia. Entre a sua primeira e principal conquista territorial foi o Complexo do Alemão, que já tinha sido disputado com a facção Terceiro Comando e a Amigos dos

²⁶ Conforme relatado em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/traficconorio/faccoes-cv.shtml> Acesso em 19 fev.2020

Amigos, surgidas pela dissidência e traição de seus próprios membros, nos anos de 1990, além da Vila Cruzeiro e a favela de Manginhos. Atualmente, o Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro estão ocupadas pela polícia carioca.

Até hoje, o CV está organizado em presídios cariocas, como Bangu I, de onde controla também associações de favela no Rio de Janeiro. Não existe um único líder, pois há um comandante em cada favela e região. Aos poucos, foi ampliando seus negócios em outras partes do país, chegando a São Paulo, no início da década de 1990.

Com os negócios focados no tráfico de drogas e roubo de cargas, devido à grande movimentação de dinheiro em torno destas atividades, o CV se transformou num refúgio laboral para muitos jovens das favelas cariocas, pois a atuação no crime organizado se torna um modo de sustentara a família e ascender socialmente na Comunidade (MARTIN, 2017). O trabalho no crime organizado se torna estilo de vida e motivo de ostentação de muitos jovens, inclusive menores, tirando fotos fazendo o gesto da sigla da facção, rapazes e mulheres. Nas figuras a seguir, podemos observar a imagem de mulheres orgulhosas em pertencer ao Comando Vermelho.

Figura 13 - Xerifa da Rocinha, foragida da polícia, namorada do traficante Nem.



Fonte: *Meio Norte notícias*.

Figura 14 - Mulheres integrantes do CV no presídio feminino



Fonte: Portal Sorriso MT

Como uma empresa com centenas de filiais criminosas em vários estados brasileiros, o CV possui um incontável número de soldados que portam um enorme poder bélico para repelir inimigos e a polícia.

3.2.1 CV no Ceará

Segundo reportagem do jornal *O Povo*, “No Ceará, o Comando Vermelho (CV) possui pelo menos 9.056 membros nas penitenciárias cearenses” (*O POVO*, 2018). Trata-se da mais antiga das facções criminosas que atuam no Ceará. Foi se instalando no estado, paulatinamente, a partir da década de 1980, e ganhou atenção da mídia quando seus membros protagonizaram grandes assaltos a bancos e joalherias.

Em entrevista com uma mulher faccionada do CV, observamos algumas particularidades da conduta dessa organização:

Diferente do PCC, o CV em sua liderança, pode dar um salve diferente em cada quebrada, não existe uma sintonia final como nas demais facções, é mais livre até para mulheres assumirem voz de comando, mandar nas bocas, cometer homicídios, a única proibição geral é que se você rasgar a camisa para ir para outra facção o integrante será executado ou se a mulher cometer a pratiagem. (Entrevista a Brilhante, em 25.01.2020).

Boca de prata ou pratiagem é o nome que se dá para aquele homem ou mulher que trai de alguma forma o companheiro que está dentro da facção, seja traição com outro integrante ou quaisquer outras formas.

Percebemos que, diferentemente do PCC, que possui um código de conduta rígido, no Ceará, cada liderança do CV tem autonomia para agir como quiser em seus domínios. Geralmente, os membros são jovens e agressivos. E a violência é o método empregado para

impor medo e mandar recados aos rivais, por meio de torturas, decapitações, esquartejamento e carbonização. Um exemplo dessas ações altamente violentas²⁷ pode ser demonstrado em outro depoimento

Depois que a gente entra não tem mais como sair, só morta ou se for pra benção e, mesmo assim, a gente fica sendo vigiada por muito tempo, para ver se num vai trair a fé, por que se souberem que qualquer um saiu para benção e tá enganando a facção, a gente é decretada. Professora, a senhora lembra daquelas meninas que foram mortas lá no mangue? Que até serraram elas e fizeram [sic] o vídeo, pois é uma delas estava aqui presa comigo. Ela era da facção, mas traiu, aí a pena é aquela, que é para servir de exemplo pra outras [sic]. (Entrevista a Brillhante, em 25.01.2020).

Em Fortaleza, atualmente o CV se juntou à FDN (Família do Norte), que tinha pouca atuação. Juntos, predominam em alguns bairros. Em outros, dividem o poder com as demais organizações criminosas. Segundo Sousa (2019), o CV atua nos bairros Cajazeiras, Barroso, Ancuri e controla as Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) I e IV, os presídios das Cidades de Caucaia, Pacatuba e Sobral, e ainda 26 cadeias públicas e, no presídio feminino, as alas E e D.

Segundo Pires (2018, p. 242), o CV “tem o maior número de integrantes dentro das penitenciárias cearenses, com cerca de 9.056 membros. Nas periferias, atualmente, segundo dados do setor de Inteligência do governo estadual, o CV domina mais comunidades cearenses do que seu principal rival no Estado, a GDE.”

Como extensão de seu mando, dentro e fora das cadeias, a facção foi responsável por uma das maiores ondas de violência no estado cearense, promovendo ataques a prédios públicos e privados, no Estado.

No final de julho de 2018, em ordens que partiram de dentro do sistema prisional, a facção capitaneou ataques a coletivos e prédios públicos e privados em Fortaleza e região metropolitana. Foram carbonizados quatorze ônibus; uma agência bancária foi incendiada e em outra conseguiram controlar o fogo a tempo de evitar o incêndio; uma agência dos Correios, um prédio do Detran/CE e a sede da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã foram alvejadas com tiros; coquetéis molotov foram arremessados em uma das sedes das subprefeituras de Fortaleza, mas o fogo não se alastrou pelo prédio; uma granada e mais de 150 motocicletas foram incendiadas no pátio do Detran. De acordo com investigações policiais, os ataques, que fizeram as empresas de ônibus interromperem por um dia o serviço público de transporte municipal, foram em retaliação à morte de três membros do CV em confronto com a polícia na cidade de Amontada, litoral oeste do Ceará. (PIRES, 2018. p. 243).

Além das demonstrações violentas de força, o CV no Rio tem diversas ações assistencialistas junto às comunidades, como forma de permuta. Apesar da grande penetração no sistema carcerário e nos bairros, o “CV não conseguiu reproduzir no Ceará o mesmo

²⁷ Reportagem Três mulheres são torturadas e decapitadas na grande Fortaleza, por Ranniry Melo e João Pedro Ribeiro, no Portal G1 CE, disponível no link a seguir: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/tres-mulheres-sao-mortas-e-corpos-sao-colocados-em-mangue-na-grande-fortaleza.ghtml> Acesso em 19 fev.2020

desempenho e tipo de ação característico das suas atividades no Rio de Janeiro, seu estado de origem” (SOUSA, 2019, p. 48). No Ceará, não auxilia de modo tão intenso e cotidiano na manutenção de bens e serviços para a comunidade nem contribui sistematicamente com melhorias no espaço urbano, mas presta auxílios estratégicos. Como exemplo, faremos um depoimento pessoal. Eu pude comprovar esse fato, quando, em 2016, um rapaz que morava no bairro Bom Jardim apareceu na minha residência pedindo alguns livros emprestados. Também perguntou se poderia tirar algumas dúvidas porque havia acabado de passar no vestibular de uma faculdade particular para cursar Direito. Quando indaguei quem havia mandado me procurar, ele falou o nome do maior traficante da região onde morava, pertencente ao CV e responsável pelo custeio de seus estudos, inclusive o mesmo traficante já havia conseguido aposentar os avós do rapaz.

É comum, nos dias atuais, ouvir das pessoas da comunidade que eles preferem a facção à polícia, que a facção faz por eles o que nenhum Governo havia feito, como no depoimento a seguir: “Professora, a senhora acha que se um de nós for baleado, vai pro hospital público? De jeito nenhum, a gente tem médicos, advogados, gente de todo canto pra ajudar a facção, só que ninguém sabe, a gente forma médico, advogado, agente do governo até conselheiro tutelar” (Entrevista a Brilhante, em 25.01.2020).

Outras ações são doações de remédios, pagamentos de despesas, distribuição de brinquedos para as crianças, distribuição de cestas básicas.

Essas ações estão acontecendo de maneira difusa e esporádica nas comunidades, mas ainda não podem ser compreendidas como um conjunto articulado de ações de aliciamento e fidelização, que reproduzam a tradição comunitária, porém traz para a facção uma empatia da população, não como é reproduzido no Rio de Janeiro, mas que já faz alguma diferença (SOUSA, 2019, p. 49).

Assim, o crime organizado vai tentando ganhar espaço nos bairros de Fortaleza, promovendo guerras, recrutando e aliciando jovens soldados, ao mesmo tempo em que tenha se fazer reconhecer como benfeitores e mais atuantes que o poder público nos bairros pobres e periféricos.

3.3 Primeiro Comando da Capital (PCC)

A origem e desenvolvimento do PCC são narrados por muitos atores. Tomamos por exemplo, um de seus fundadores, José Márcio Felício, e também José Carlos Gregório²⁸, antigo membro do CV.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Gregório nos diz que o PCC nasceu a partir das principais lideranças do Comando Vermelho, no início dos anos 1980. Segundo Gregório, “é filho menor do Comando vermelho” (*apud* RYFF, 2001). Com a intensificação da repressão contra o CV no sistema carcerário carioca, alguns integrantes importantes passaram a agir em São Paulo, com o conhecimento da liderança da organização, que costuma tomar as decisões mais importantes em sistema de colegiado. Com sua penetração nos presídios paulistas, em pouco tempo, o crime organizado se configuraria em uma nova organização.

Segundo Roberto Porto, o seu nascimento oficial ocorreu em 1993:

A facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC), nasceu na casa de Custódia e Tratamento “Dr. Arnaldo Amado Ferreira” de Taubaté, em agosto de 1993. Originalmente, O Primeiro Comando da Capital era o nome de um time de futebol que disputava o campeonato interno do presídio de Taubaté, na época estabelecimento apelidado de “piranhão” ou “masmorra”, por ser considerado o mais severo do sistema. Os detentos da Casa de Custódia tomavam banho de sol apenas uma hora por dia, ao lado de um pequeno grupo de encarcerados, no máximo dez. Todos permaneciam em celas individuais, sem visitas íntimas. Consta que ao chegar à final do campeonato, o time Primeiro Comando da Capital, integrado pelos presos denominados fundadores José Marcio Felício, o Geleirão, Cezar Augusto Roriz, O Cezinha, José Eduardo Moura da Silva, o Bandeião, Idemir Carlos Ambrosio, o Sombra, dentre outros, resolveu em vez de jogar futebol, acertar as contas com dois integrantes do time adversário, resultando na morte destes presos. Deste ato, que tomou contorno de reivindicação contra as precárias condições do sistema prisional, se originou a facção criminosa (PORTO, 2007, p. 86).

Nessa histórica partida, José Márcio Felício, o Geleirão, ao matar dois rivais de futebol, dá início a uma grande rebelião e fez parte desse “sindicato” que lutava pelos direitos dos presidiários. Esse sindicato/irmandade era secreto, mas foi ganhando força ao se inspirar em modelos empresariais.

Em entrevista ao *Portal UOL*, trecho de um futuro documentário “PCC – Primeiro Cartel da Capital”, Geleirão descreve as suas tensões no presídio:

Em 1988 fui transferido para o Centro de Readaptação de Taubaté, onde permaneci por longos quatro anos trancado, sofrendo as mais diversas torturas, onde a lei era o “Cano de Ferro” e paulada. Um lugar perverso, onde era proibido tomar dois banhos e todos os dias havia espancamento. Um lugar dentro do estado de São Paulo onde as

²⁸ José Carlos Gregório, enquanto era liderança do CV década de 1980, condenado a mais de 60 anos por assalto a banco, foi um dos autores do resgate cinematográfico do traficante José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, do presídio da Ilha Grande. Neste ato, destacou-se o uso de um helicóptero. (*Folha Online - Cotidiano - Comando Vermelho deu origem à organização paulista, 21/02/2001, por Luiz Antônio Ryff, da Folha de S. Paulo, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2102200114.htm>*) Acesso em 19 fev.2020

maiores barbaridades aconteciam e nenhuma autoridade fazia nada. Todas as denúncias eram postas na gaveta. O prédio de Taubaté se tornou um modelo de lucro para as autoridades. Elas fabricavam relatórios para internar o sentenciado naquele lugar. Para sair tinha que pagar, ou muitas vezes as esposas do sentenciado recebiam "cantadas" das pessoas corruptas. Depois de longos quatro anos em Taubaté, com a troca de coordenador, fui transferido para o Presídio de Araraquara, porém ao chegar lá já sofri perseguições. O diretor da prisão fez um relatório mentiroso e me retornaram para Taubaté, onde tudo começou em 1992. Decidi que não ia mais passar por humilhações naquele lugar. Então resolvemos fazer uma comissão de presos para reivindicar os nossos direitos ao diretor Ismael Pedrosa. Estava disposto a mudar o sistema. Já não aguentava mais sofrer espancamento, ver preso morrer e os médicos atestarem laudo falso. Então resolvemos fazer uma "bateria" para chamar atenção da autoridade, como o juiz corregedor dos presídios, que na época era o doutor Ivo de Almeida. Passamos dez dias e dez noites batendo as portas das celas, a polícia jogava água com mangueira, mas não conseguiram parar o movimento. Após estes dez dias e dez noites recebemos a visita do doutor Ivo de Almeida. Então fizemos nossas reivindicações e algumas foram atendidas. Taubaté, o famoso Piranhão, era um lugar horrível e massacrante que nenhum ser merecia estar. Criamos um campeonato de futebol, mas para acontecer pedimos autorização ao diretor Ismael Pedrosa. Seria galeria contra galeria. Foi aí que surgiu o nome PCC. Eu disse para Isaías Moreira do Nascimento, vulgo Esquisito. "Esquisito, vou colocar o nome PCC." "O que significa?" "Primeiro Comando da Capital." "É isso, mano. (GELEIÃO *apud* ADORNO e COSTA, 2019).

De acordo com o depoimento de Geleirão, a meta primordial do PCC era a prática de extorsões contra detentos e seus familiares, além de execuções de presos, a fim de adquirir controle nos presídios para traficar entorpecentes em suas instalações. Enquanto as autoridades públicas negavam sua existência, o PCC ampliou o número dos "irmãos" (membros), expandindo cada vez mais o seu poder nos presídios o estado de São Paulo. Com o passar dos anos a organização criminosa estendeu suas operações, passando também a realizar inúmeros crimes fora do sistema prisional (PORTO, 2007, p. 74).

Além de estrutura semelhante, o PCC utilizou várias marcas criadas pelo CV, como a frase "Paz, Justiça e Liberdade"; avançando perante a população carcerária para convencê-la a se organizar contra o sistema

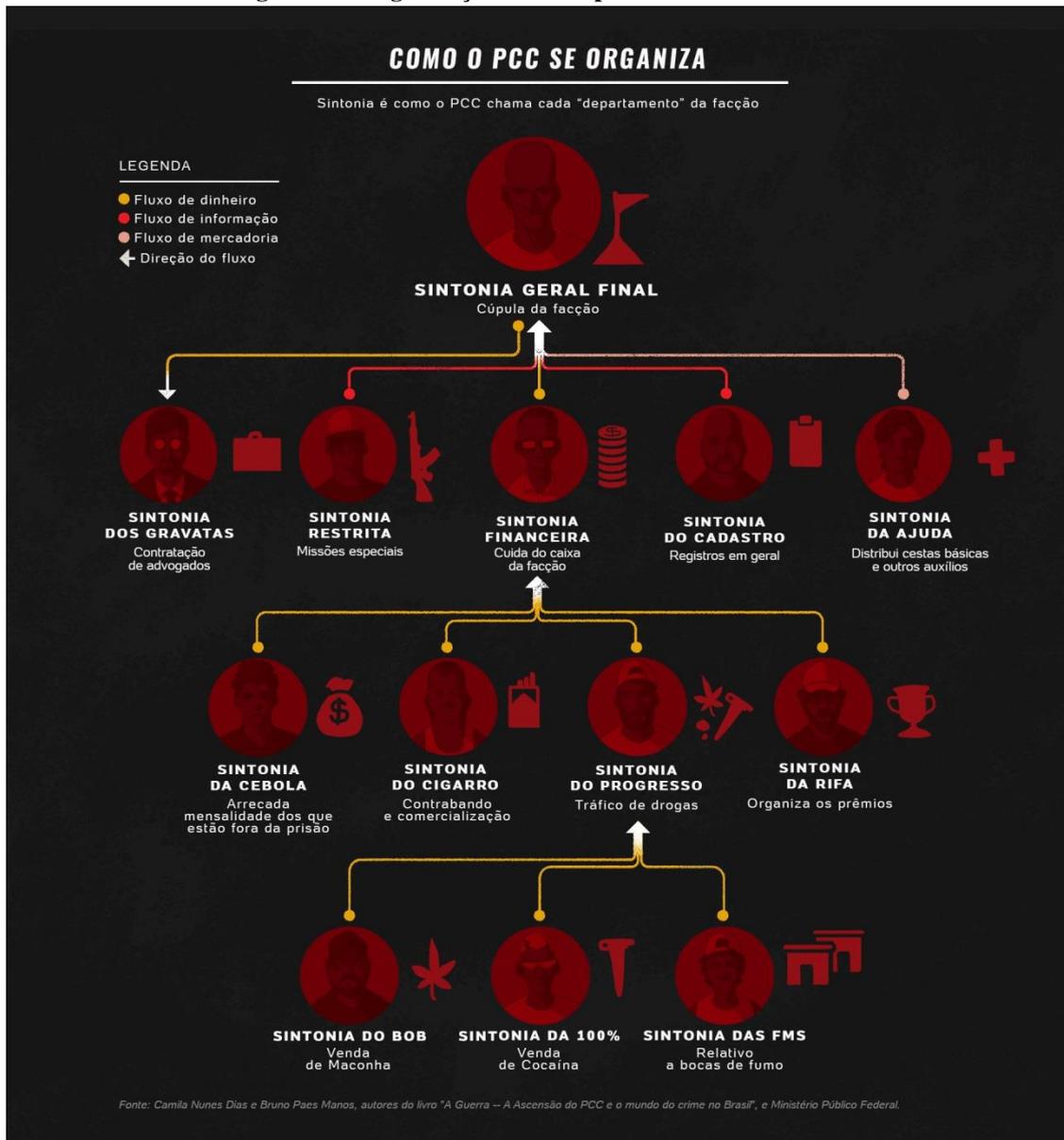
A difusão do discurso era facilitada pela situação calamitosa das prisões, que proporcionava a base material para a ancoragem do apelo ideológico formulado pelos fundadores. Os propagadores dessas ideias eram lideranças com carisma e capacidade de comunicação. Nesse primeiro momento, o crescimento do PCC tinha um componente marcadamente ideológico e político. O fortalecimento buscava criar mecanismos de defesa na guerra que o Estado havia declarado contra eles. Muitos dos traços característicos desse primeiro momento da expansão do PCC para além de São Paulo desaparecem ou são completamente reformulados na sequência desse processo, especialmente após 2006 (DIAS e MANSO, 2019, p. 100).

Além do lema, o PCC, assim como o CV, proibiu a prática de estupro, roubos no interior dos presídios. O objetivo de lutar contra o sistema é flagrante no Estatuto do PCC, em que anuncia a ligação com o CV: "Em coligação com o CV, iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o terror "dos poderosos" opressores e tiranos

Geral Final e o Resumo disciplinar, formada por um seletivo grupo de presos da Penitenciária II de Presidente Venceslau (DIAS e MANSO, 2019). A Sintonia dos (Outros) Estados e Países e o Resumo Disciplinar dos Estados e Países – duas instâncias vinculadas e que aparentemente se confundem – são as mais altas instâncias do PCC para fora de São Paulo. Os estudiosos afirmam que o PCC é mais que uma organização criminosa e se estrutura por meio de

sintonias, “temáticas”: a sintonia dos gravatas, responsável pela contratação e pelo pagamento de advogados; a Sintonia da ajuda, que atua na distribuição de cesta básica e demais auxílios a integrantes da facção; a Sintonia do cadastro, responsável pelo registro dos batismos – como são chamados os processos de filiação – e relatórios de punição. A sintonia do progresso, das mais complexas da organização, responde pelas atividades que envolvem os lucros da facção e se desdobra em várias outras, como a sintonia do bob que atua no comércio de maconha; a Sintonia da 100%, ou seja, da cocaína pura. A Sintonia das FMS, encarregadas das bocas de fumo. Há ainda a Sintonia da Cebola, responsável por arrecadar as mensalidades pagas pelos membros do PCC fora da prisão e a Sintonia da Rifa, que organiza rifas para levantar recursos. Recentemente, verificou-se a existência da sintonia do cigarro, atualmente no contrabando e comercialização desta mercadoria nas prisões, e a Sintonia do jogo do Bicho. (DIAS, MANSO, 2019, p. 14-15)

Figura 16 - Organização do PCC por meio das sintonias.



Fonte: <https://www.uol/noticias/especiais/25-anos-de-pcc.htm#25-anos-de-pcc>

Segundo uma das interlocutoras (Brilhante), relata que quando alguém vai parar numa penitenciária, a pessoa tem de conversar com o "disciplina", invariavelmente alguém do PCC nos presídios, seja ele feminino ou masculino. A pessoa segue as regras ditadas pela facção e pode ingressar no grupo, desde que seja aceita. Isso vale para todas as cadeias, independentemente de ser no Auri Moura Costa. Isso é uma regra da facção.

Quando ingressa no PCC, a presa passa a receber proteção da facção e ajuda para se manter no presídio e a sua família lá fora também, já que o Estado não o faz. Diante do caos nos presídios, acaba se tornando vantajoso para a interna fazer parte da organização.

3.4 Família do Norte (FDN)

A Família do Norte foi criada em 2006 e se constituiu como a maior associação do crime organizado no estado do Amazonas (SOUSA, 2019), sob o comando dos narcotraficantes Zé Roberto da Compensa, João Pinto Carioca e Gelson Carnaúba. A FDN domina a rota do tráfico de cocaína e maconha produzidas no Peru e na Colômbia e transportadas pelos rios da Amazônia, sobretudo pelo rio Solimões.

De acordo com a Polícia Federal, a FDN e o Comando Vermelho mantinham uma aliança desde 2015, sendo um modo encontrado pelas duas facções para se protegerem do avanço do paulista PCC na região.

O território do estado do Amazonas possui dimensões continentais, um rio imenso que corta suas demarcações, além ser limítrofe a outros países andinos, notórios produtores de entorpecentes, assim o Amazonas tornou-se um grande corredor de drogas nos últimos anos. A prisão de alguns chefes do tráfico amazonense e a transferência destes para presídios federais no início da década de 2000 foi o ponto de partida para instalação do crime organizado no estado, afastando a mercancia familiar, pois surgiram as primeiras facções, quais sejam, a Família do Norte – FDN e o Primeiro Comando da Capital – PCC (CAVALCANTI e SOARES, 2016, p. 201).

Com milhares de membros no estado amazonense, a FDN promove constantemente guerras por territórios, deixando rastro de inúmeros homicídios, sobretudo, a partir de 2008. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), o índice de homicídios se intensificou em Manaus devido às “guerras” por território e atuação das facções.

De acordo com o jornalista Pedro Sousa, a partir de investigações da Polícia Federal, a criação do FDN teve influência das facções sudestinas, pois

a ideia da união entre os dois traficantes surgiu após eles terem passado uma temporada presos em presídios de segurança máxima, onde tiveram contato com criminosos do Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo. Eles retornaram para Manaus determinados (ou orientados) a também se estruturarem como facção criminosa, fundando assim a Família do Norte (SOUSA, 2019).

As alianças entre FDN e CV surgiram no presídio federal do Mato Grosso do sul, por meio das articulações entre Gelson Carnaúba e “Caçula”, líderes da facção carioca, presos nesse local.

Na investigação da Polícia Federal denominada “La Muralla”²⁹, o poder público descobriu o aumento de “batismos”, ou seja, o recrutamento de novos membros do PCC no

²⁹ Disponível em https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/14/faccoes-comando-vermelho-e-fdn-rompem-alianca-e-aumentam-disputa-pelo-trafico-na-amazonia.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996 Acesso em 19 fev.2020

Amazonas, o que estava desagradando o FDN. Com apoio do CV, a FDN assassinou três traficantes do PCC, dando início à guerra que eclodiu em 2016.

Contudo, pouco tempo depois, a FDN romperia com a aliança mantida com a CV, em consequência fomentou mais mortes nas ruas de Manaus e nos presídios

O fim da união entre a Família do Norte e o Comando Vermelho começou quando, no início de 2017, um dos líderes da FDN, o traficante João Branco, após divergências com Zé Roberto, resolve criar a “FDN Pura”. Segundo informações de uma fonte que preferiu não se identificar, João Branco queria ser dono de uma só facção, mas acabou sendo forçado a se juntar ao Comando Vermelho, devido contato do grupo carioca com as rotas do tráfico de drogas da Colômbia. Por conta disso, a ideia da "FDN Pura" acabou sendo abandonada e seus membros integrados ao CV. À época, o Portal A Crítica teve acesso a um relatório, datado do dia 22 de maio, que detalhava o clima de tensão entre os traficantes. A esposa de João Branco, Sheila Maria Faustino Peres, era a responsável por levar as ordens do marido para seus aliados, mas Zé Roberto descobriu seu plano para separar a FDN (SOUSA, 2019).

O racha ente Zé Roberto e João Branco ocasionou um dos maiores massacres no estado do Amazonas, em maio de 2019, com a execução de 55 faccionados do sistema prisional. A ruptura entre as duas facções é monitorada pelos órgãos de inteligência do Exército, da Polícia Federal e da Polícia Civil do Amazonas. O temor do poder público é o aumento da tensão nos presídios do Amazonas e nos estados vizinhos, e nos bairros periféricos, porque além delas, ainda há o PCC que disputa territórios.

Um ponto importante a observar sobre a história da FDN é que ela surge no norte do país como um contraponto às facções do sudeste. A luta por autonomia e autoafirmação seria um elemento crucial para a construção de sua identidade (PAIVA, 2017). Em seguida, esta facção chegou ao Ceará, devido à sua antiga aliança com o CV, buscando ampliar seus negócios e alcance territorial, na tentativa de exercer sua influência para além da região Norte.

No início de 2020, quando o CV assumiu o controle do Amazonas frente ao antigo aliado FDN³⁰, muitos filiados cearenses soltaram fogos para comemorar a conquista. Nos bairros de Manaus e de outras capitais envolvidas por sua ação, onde existiam muros pichados com a sigla do Família do Norte as pichações foram cobertas com a sigla do Comando Vermelho.

3.5 Guardiões do Estado (GDE) – Facção cearense

O Ceará, assim como os demais estados brasileiros, é um alvo cobiçado pelas facções criminosas.

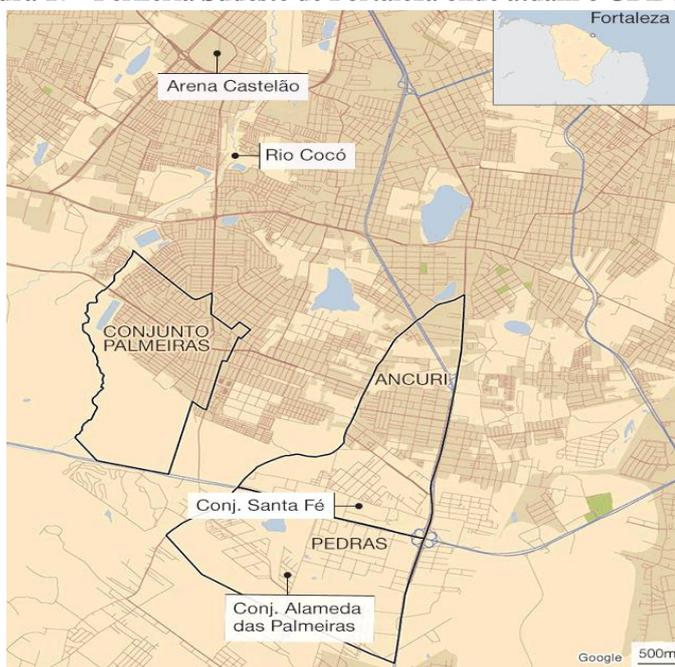
³⁰<https://d.emtempo.com.br/policia/189065/videos-comando-vermelho-desbanca-fdn-e-comemora-com-fogos-em-manau> Acesso em 19 fev.2020

Esse estado do Nordeste é território de atuação das três facções classificadas como das mais importantes do País: o PCC, o CV e a FDN. Apesar de exógenos, são coletivos que congregam presidiários e pessoas que fazem o crime no Ceará, com alianças e integrações diferenciadas nos esquemas de cada um desses grupos. Além desses, e também em razão do trabalho deles, um componente novo surgiu tensionando a relação com as “facções de fora” e reivindicando a condição de Guardiões do Estado (GDE) (PAIVA, 2019, p. 5).

As pichações nos muros e nas residências dos bairros simbolizam as disputas por território das facções, ocasionando o aumento da violência. As facções, segundo PAIVA (2019, p. 7), “desterritorializaram e reterritorializaram conflitos entre grupos armados” na cidade.

Segundo Mota (2019, p. 2), Fortaleza “entre as regiões metropolitanas, ocupa a pior posição, de acordo com dados mais recentes do DATASUS, que ainda são preliminares. São 86,7 homicídios para cada 100 mil habitantes. Na grande Natal, que ocupa a segunda posição, o índice é de 83,3”. Segundo a jornalista, o rio Cocó divisa as áreas de influência das facções, sendo a região à esquerda do rio, com os bairros Boa Vista, Barroso II, Passaré, dominada pelo GDE. À direita, os bairros Barroso I, Cajazeiras e Ancuri, são controlados pelo CV.

Figura 17 - Periferia Sudeste de Fortaleza onde atuam o GDE e CV.



Fonte: Prefeitura de Fortaleza via *BBCNews Brasil*.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Ceará, em 2018, foram de 167 assassinatos ligados às facções nos bairros citados (MOTA, 2019, p. 5). Em relação aos bairros “nobres”, o índice é muito pequeno. O aumento dos homicídios na capital está diretamente relacionado com a atuação das facções (MOTA, 2019).

Figura 18 - Gráfico da taxa de homicídios da Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: Data SUS via BBC News Brasil.

Outro fator importante para entender esses índices de violência, são as desigualdades econômicas existentes entre as regiões de Fortaleza. A ocorrência de violência é maior em regiões onde a maioria da população é formada por pessoas de baixa renda e escolaridade, onde muitos atuam de modo informal, sem carteira assinada. De acordo com Mota (2019, p. 5) se referindo a um destes locais, o bairro Conjunto palmeiras “a quase 20 km dali os moradores do bairro Meireles, o mais rico da cidade têm renda [média] 9 vezes maior, de R\$ 3.659,54, como consta nos dados mais recentes do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)”.

Figura 19 - Tabela dos mais pobres e dos mais ricos em Fortaleza.

Perfil dos bairros de Fortaleza

| Bairro | População (em mil) | Renda média (em R\$) | Posição |
|--------------------|--------------------|----------------------|---------|
| Conjunto Palmeiras | 36,6 | 239,3 | 119 |
| Pirambú | 17,7 | 340,4 | 113 |
| Bom Jardim | 37,8 | 349,8 | 110 |
| Ancuri | 20,0 | 413,4 | 102 |
| Aldeota | 42,4 | 2.901,6 | 5 |
| Cocó | 20,5 | 3.295,4 | 3 |
| Meireles | 36,9 | 3.659,6 | 1 |

Fonte: IPECE via BBC NEWS Brasil.

Percebemos nesta tabela, que os bairros Ancuri e Conjunto Palmeiras³¹, que ocupam algumas das posições mais baixas nesse *ranking*, com diversos moradores em estado de extrema pobreza, são territórios de atuação da GDE.

No início dos anos 2000, a falta de saneamento básico, falta de quadras de esportes, escolas, creches, hospitais e posto de saúde, falta de iluminação, tornaram propícia a atuação de quadrilhas locais nesses bairros periféricos, organizando o tráfico³² e o crime com a chegada das facções do sudeste. Esses bairros se tornaram terreno fértil para o crime, onde o poder público não se apresenta ou mesmo ignorava essas regiões.

Segundo Paiva (2019, p. 4),

Gestada durante alguns anos, a fundação da GDE é atribuída ao início de 2016. O coletivo conseguiu rápida expansão no sistema prisional e nas periferias de todo o Ceará, despertando atenção desde o primeiro momento pela juventude de seus integrantes. Composta por um conselho central, a GDE agenciou grupos locais que faziam o crime em determinados bairros de Fortaleza, integrando-os como “tropas” e garantindo certa autonomia para ações que não poderiam deixar de respeitar o conselho estabelecido entre seus integrantes. No primeiro momento, a GDE se constituiu como grupo autônomo e independente, garantindo algumas alianças estratégicas para o acesso a drogas e armas. Apesar de replicar práticas das outras facções, a GDE buscou adesão à ideia de não ser um grupo hierarquizado como PCC, garantindo a seus integrantes outro tipo de participação nas decisões coletivas e não executando cobranças de mensalidade. Em suas primeiras ações, a facção cearense procurou não apenas consolidar o domínio dentro do sistema prisional, mas também nas ruas, com medidas de proibição de assaltos, punindo com tiros nas mãos e nas

³¹ “Os primeiros moradores do bairro vinham do Arraial Moura Brasil, uma favela à beira mar que foi parcialmente removida e deslocada para o conjunto habitacional nos limites da cidade, a 17 km. No lugar dela surgiram, anos mais tarde, a avenida Leste-Oeste e o Marina Park, ainda hoje o hotel mais luxuoso da cidade” (MOTA, 07/03/2019).

³² Em Fortaleza, os “traficantes”, em geral, eram tanto os líderes de gangues que viram, na maconha e na cocaína, meios de continuar as brigas de gangues, quanto pequenos empreendedores, homens e mulheres que fizeram de sua casa boca de fumo (PAIVA, 2019, p. 171).

pernas os que ousavam desobedecer a suas diretrizes. Em suas manifestações públicas, integrantes da GDE destacam, como explicou um interlocutor, que o “[...] tempo das gangues em Fortaleza acabou, agora é facção e todos têm que respeitar”.

Nas conversas com as mulheres no presídio, no campo de pesquisa, deparei-me com essas divergências de quando a GDE havia surgido. No entanto, há indícios que permitem, ao menos, formular hipóteses, uma vez que o hino da GDE que foi cantado no momento da entrevista por uma das interlocutoras que estava presa relata a sua fundação.

Dia primeiro de janeiro o fundamento, 2016, criado o juramento, em cima do fator pressão e do crime errado, criado no Ceara os Guardiões do Estado. O espanto noturno, a facção rival, o salve já foi dado mandamos o aval, pressão psicológica abala a facção, somos mentes abertas e puros de coração, resposta foi na rua e dentro do sistema, o governo abalado, que facção é essa? capaz de comandar o crime no Estado, era a GDE com fundamento inesperado. Então se expandiu por todas quebradas de Sudeste a Oeste e Norte foi tomada, a polícia dizia que era um novo inimigo, e não sabiam eles que era 745. O ano se passou muitas coisas mudou os verdadeiros e leais com nois fechou, são mais de doze mil, espalhado no Estado, somos a GDE os Guardiões Do Estado. É GDE, 745, é GDE 745, é GDE 745, é GDE 745! (Entrevista a Brilhante, 25.01.2020)

O criminoso conhecido por Marquim Chinês foi responsável por definir o número da facção, 745, referindo-se à posição da letras no alfabeto, G=7, D=4, E=5. Outras facções também trabalham com símbolos numéricos, como o PCC, que adotou o 1533. O GDE, em Fortaleza, se apresenta como “T-3” ou “tudo 3”, em oposição ao CV, representado pelo “T-2” ou “tudo 2”.

A GDE, segundo informações da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS), é considerada a maior facção em número de membros soltos, além de contar com 5.718 integrantes ativos nas penitenciárias cearenses e controlar cerca de 70% dos territórios em disputa pelo tráfico de drogas na Capital. Os números levam em conta os prisioneiros autodeclarados de cada organização criminosa. Em razão da política de divisão das facções por presídios onde elas não se choquem com facções rivais, todo prisioneiro, ao ingressar no sistema, declara a facção que pertence para não ser colocado com uma facção inimiga e ter a sua integridade ameaçada (SOUSA, 2019, p. 51).

O crescimento da GDE é registrado pela imprensa regional e estudado por diversos pesquisadores, tais como os professores César Barreira e Luiz Fábio Paiva, ambos do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Para Luiz Fábio Paiva, o crime tornou-se um modo de fazer o cotidiano na cidade, por meio da ação coletiva de grupos faccionados. Assim como na Itália, fazer parte da Máfia era ser parte de uma família, fazer parte de uma facção gera o sentimento de “pertencimento” em que os jovens, ao se inserirem e praticarem ações criminosas constroem relações afetivas e laços sociais (PAIVA, 2019, p. 170). Ou seja, pertencer ao GDE dá status ao jovem, demonstrando o sentimento de glamourização do estilo de vida do crime.

Segundo Sousa (2019, p. 53),

A GDE tem se notabilizado por ações como: a colocação de um carro-bomba ao lado da Assembleia Legislativa do Estado em 2016, a onda de ataques a prédios públicos e ônibus, ocorrida em abril de 2017, o recado deixado, no ano de 2018, na calçada do 22º Batalhão da Polícia Militar, com pedras formando a frase: “GDE 745 Tudo Nosso”. Todas são ações espetaculosas, que exigem ousadia e coragem, desafiam explicitamente o Estado e têm a potencialidade de funcionar como propaganda para provocar a adesão de jovens à organização.

Portanto, as ações violentas do GDE não mais podiam ser ignoradas. Recorro à fala de uma das primas fiéis, bastante jovem, para analisar, com suporte nessa entrevista, aspectos do discurso e do imaginário que nutrem a aventura e os sentidos atribuídos pelos faccionados à sua participação no crime.

A gente não é obrigada a se batizar, ninguém pode obrigar ninguém a nada, eu entro se eu quiser, só que tanto aqui dentro e lá na rua a gente só tem respeito se fizer parte da facção, se vestir a camisa. Da pra viver de boa, sem vestir a camisa, mas é muito difícil, porque tudo fica mais difícil, ninguém te respeita ninguém da nada por você, mas quando a gente entra a gente se fortalece. (Entrevista a Arlequina, em 08.02.2020)

Enquanto outra, assim se expressa

Agora, fortalecida eu quebro mesmo!, porque tenho apoio dos outros, quando eu andava sozinha, ninguém me dava moral. Agora eu passo as pessoas baixa e a cabeça, vem me pedir ajuda pra *cobrar furo*³³, tudo mudou depois que eu vesti a camisa, restante de todo mundo passa a gostar de você e te respeitar, só quem odeia a gente é os cana e o governo, que trata nos igual umas ratazanas. Mais isso nunca foi problema pra gente, porque nós também num gosta deles não [sic] (Entrevista a Trem Bala, realizada em 15/02/2020).

Essa socialização do crime, que antes era realizada por meio das gangues, agora é tecida por meio das facções. Com esse sentimento de pertencimento, seus membros, sejam jovens, mulheres, adolescentes e adultos, sentem que fazem parte de uma coletividade, e não estão sozinhos. Juntos podem se impor e lutar contra seus adversários. A fidelidade, ou seja, “vestir a camisa”, é algo primordial entre os criminosos e apoiadores.

Um fator não menos importante a ser destacado pela GDE, é que a facção local tem aliança com o PCC e que no estado do Ceará, aquela é um braço do primeiro comando da capital, a aliança funciona como uma troca, onde o PCC supre a GDE de armamentos e outros utensílios criminosos e em troca os integrantes da GDE passam a pagar o dizimo para a facção. Outra observação é que a bem pouco tempo o PCC passou a afrouxar as regras do batismo³⁴, sendo que antes não era possível que menores de idade entrassem para a facção, porém essa regra mudou quando fez uma aliança com a GDE, uma vez que a maioria dos membros pertencentes a facção local são jovens adolescentes.

³³ Cobrar furo significa, cobrar alguém que está devendo droga ou que ‘vacilou’, falou demais, alguém que vai morrer, porque fez alguma coisa contra um morador da comunidade ou que está devendo alguma coisa.

³⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/15/pcc-afrouxa-regras-de-batismo-para-chegar-a-40-mil-filiados.htm> Acesso em 19 fev.2020

Portanto, isso representa o cotidiano das zonas periféricas da cidade, dominadas pelas guerras entre facções rivais, entre as facções e a polícia, onde alguns de seus habitantes, ora colaboram, ora são coagidos. O crime organizado atrai muitos jovens, homens ou mulheres, para se envolverem em atos ilícitos por falta de opção socioeconômica, e também pela suposta glamourização da vida em facção. Como nos diz Chico Science e nação Zumbi em uma de suas canções, “banditismo por necessidade”.

3.6 Mulheres, facções e o mundo do crime

Na história humana, houve mulheres assassinas, piratas, conspiradoras, espãs, gângsteres? Sim. Ao longo da história, as mulheres tiveram sua participação efetiva em muitos atos criminosos. Abaixo, relataremos, como exemplo, algumas criminosas notórias do sexo feminino do século XVII ao início do século XX, que causaram estragos em terra e mar, na Europa e nos EUA (BLUMBERG, s/d).

Belle Starr, nascida no Texas, no século XIX, viveu uma vida de crimes e assassinatos junto com o bando do fora da lei Jesse James. Moll Cutpurse, nascida Mary Frith, era notória na Londres do século XVII. Ela começou sua vida de crime como batedora de carteiras comum, e depois expandiu seu território e se tornou ladra de estrada, vestida com roupas masculinas.

Anne Bonny foi uma pirata irlandesa que atuou pelo mar do Caribe junto com o pirata John Rackham, no século XVIII. Charlotte Corday se tornou uma assassina aos 25 anos. Filha de nobres franceses, leal aos girondinos, durante a Revolução Francesa, esfaqueou até a morte seu rival político, Jean-Paul Marat, um dos líderes da Revolução.

Mary Surratt dirigia uma taberna com o marido em Maryland, onde eles receberam soldados confederados durante a Guerra Civil Americana. Quando o marido morreu, Surratt mudou-se para Washington, DC, e abriu uma pensão. A pensão tornou-se um local de encontro para John Wilkes Booth e seus colegas conspiradores. A própria Surratt ficou envolvida na trama para matar o presidente Abraham Lincoln. Pensa-se que ela tenha conversado regularmente com Booth sobre seus planos e tenha ajudado a esconder as armas usadas para o assassinato em sua taberna, em Maryland. Ela foi julgada e considerada culpada de conspiração e se tornou a primeira mulher a ser condenada à morte pelos Estados Unidos, enforcada com os outros conspiradores em 7 de julho de 1865.

Kate ("Ma") Barker liderou a gangue Barker com seus filhos e se tornou infame como a inimiga pública número um do FBI. Ela e sua gangue orquestraram uma série de roubos, assassinatos e sequestros em todo o centro-oeste americano durante o início dos anos 1930. Em 16 de janeiro de 1935, ela e o filho Fred conheceram suas mortes no que foi o tiroteio mais longo da história do FBI, na casa em que esconderam na Flórida.

E Bonnie Parker junto com Clyde Barrow tornaram-se o casal de criminosos e assaltantes mais famosos nos E.U.A durante a década de 1930, mortos em um tiroteio com a polícia.

O crime não pode ser visto apenas como ato ilícito contra a Lei, fruto da delinquência, pois muitas dessas criminosas na História (BLUMBERG, s/d), e atualmente, há grupos de mulheres que buscam autoafirmação e empoderamento, cometendo diversos crimes, que vão desde o tráfico de drogas a assaltos, extorsão sequestro e homicídios.

Almeida (2001, p. 80) trabalha a autoafirmação como um dos fatores relacionados às mulheres que cometem crimes violentos, pois isso auxilia na compreensão dos crimes como algo além de ações destruidoras e instituídas. O crime seria, portanto, um modo de manifestar uma contestação?

É claro que não é bom esquecer que muitas mulheres se aliaram ao mundo do crime por uma questão de sobrevivência e por uma luta contra as opressões do sistema prisional.

Por todo o sistema patriarcal de dominação masculina em diversas sociedades no mundo ocidental, mulheres criminosas eram exceções, pois o padrão social e culturalmente construído ao longo dos séculos para as mulheres era da mãe, esposa e dona de casa. Segundo Almeida (2001), quando as mulheres

adquirem, com seus crimes, visibilidade social, alcançando o mundo público e sinalizando a violência como uma criação, uma forma de se libertarem de uma situação de frequente invisibilidade, sofrimentos e vida indigna. Despercebida como autora de crimes pelo campo jurídico e construída socialmente para desempenhar funções no âmbito da casa, lugar da passividade, a mulher, com o crime, institui uma nova forma de ser mulher: sujeito ativo, autora de ações que ultrapassam o, mundo privado (ALMEIDA, 2001, p. 4).

A mulher criminosa, não apenas a assassina, engloba para si, além da antiga imagem maternal, o papel de vilã, violenta, rompendo a condição feminina dócil e delicada.

Com a intensificação da Revolução Industrial e o aumento da quantidade de fábricas, na Europa e nos EUA, a necessidade de mão de obra, marcou a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho (CAPELLE e MELO, 2010, p. 77). A entrada no espaço público e ocupação dos postos de trabalho trouxeram experiências que ampliaram a autoestima das mulheres, reduzindo, aos poucos, por meio de lutas das pautas feministas, as barreiras entre

as atuações dos homens e mulheres. Contudo, a princípio, as mulheres não se desocuparam dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, o que lhes gera uma sobrecarga de trabalho no mundo moderno.

Segundo Almeida (2001, p. 14),

Hoje, se é que podemos falar em modernidade no seu sentido amplo, percebemos que, embora com mudanças e conquistas em relação ao direito das mulheres nestes séculos últimos - o direito ao voto e à participação política, as denúncias contra maus-tratos de companheiros advindas da luta de mulheres em movimentos e entidades femininas, a luta das donas de casa pelo controle dos preços, entre outros - o fato de ainda observarmos sua constante luta por esses direitos denota que muita coisa não mudou. Da mentalidade da mulher e do homem moderno à sua atuação no espaço público, hoje, muita coisa permanece em termos de divisão de papéis sexuais, ainda cabendo mais ao homem ser dono do espaço público, como provedor da família, e à mulher, ser dona de casa, como mantenedora da moral e da honra do lar e dos filhos.

Historicamente, as mulheres viveram em um ambiente opressor, calcado na dominação masculina (BOURDIEU, 2012, p. 74), assimilando uma série de papéis e imagens do que deveriam ser e de como deveriam se comportar. De modo ativo ou não, muitas mulheres cometeram crimes como forma de se defender dessa opressão, dessa violência cotidianamente construída. Seus crimes não estão isolados do contexto das relações familiares e de trabalho.

O mais comum era ver notícias sobre mulheres assassinadas ao invés de mulheres assassinas. Ao longo da história, as mulheres estavam invisíveis, marginais em relação ao espaço público. A partir do momento em que eram alvos de investigação, prisão e julgamento por crimes violentos tornaram-se visíveis, pois serão objetos de ação penal pública.

Almeida (2001) questiona se existem crimes tipicamente femininos. Nesse questionamento, surgem outros: o que é mulher? O que é crime? Quais diferenças entre crimes cometidos por homens e mulheres? Quando as mulheres ganharam mais protagonismo e destaque no mundo do crime?

No contexto da antiga investigação judicial, pautada numa visão masculina, entendia-se que os típicos crimes cometidos por mulheres seriam o infanticídio, o aborto, a prostituição, o abandono de crianças, o assassinato dos companheiros numa situação passional, ou seja, relacionados ao seu papel maternal e os delitos relacionados ao seu corpo, que é supervisionado pelo Estado. Atualmente, principalmente no contexto das facções, passaram a ser publicamente reconhecidos outros crimes cometidos por mulheres, tais como assassinatos, roubos, sequestros, falsificação e tráfico de drogas. Entender os tipos de crimes, tanto entre homens e mulheres, é compreender a estrutura social e o mundo cultural que permeia a violência.

Ainda segundo Almeida (2001, p. 23),

a presença de mulheres envolvidas em crimes junto com os homens de gangues, embora permanecessem mais "escondidas", atuando como suporte, pela própria estrutura social que construiu os papéis sexuais, diferenciando homem e mulher. Homem é macho, forte, pode agredir; mulher é fraca, sensível, não pode agredir, ainda mais agredir um homem. As gangues também fazem parte do imaginário masculino. Entretanto o papel da mulher nas gangues ultrapassa o papel de doméstica e fraca.

Nesse cenário de ascensão ao mundo no crime, no contexto do Ceará, entendemos e ressaltamos no estudo das facções, a grande presença de jovens, inclusive mulheres. Cada vez mais nos noticiários vemos mulheres participando de gangues, de assaltos, em disputa da ocupação de territórios ligados ao tráfico, em busca de autoafirmação e liderança. As organizações criminosas oriundas dos presídios criam complexas conexões que levam suas lutas para o campo externo. Quanto mais atuante fora dos presídios, mais forte é a facção. Para atingir esse objetivo de fortalecimento, há uma série de pactuações, serviços, alianças, que permeiam as fronteiras entre o legal e o ilegal, em que vários atores jogam a partir da lógica do coletivo criminoso.

Não é possível entender o protagonismo das mulheres no mundo do crime sem compreender as dinâmicas, negociações, cooperações e correlações de força entre comandantes e comandado(a)s. A atuação das mulheres, tanto, inicialmente como companheiras, quanto como soldados com funções específicas também passa por essa multiplicidade de interações. Por exemplo, o PCC é uma instituição de origem prisional que reproduz a estrutura social da dominação masculina externa em que as mulheres têm papéis definidos pelos próprios homens. Por isso, elas ocupam com menos frequência posições de liderança na organização. Mesmo assim, na fase inicial da organização criminosa, entre os anos 1990 e o começo dos anos 2000, enquanto os fundadores estabeleciam as diretrizes gerais e emitiam ordens, as chamadas primeiras-damas gerenciavam toda a troca de informações de dentro para fora da cadeia.

Em relação ao encarceramento feminino, o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Mulheres* (BRASIL, 2018), lançado em 2017, com dados relativos a 2016, recenseia a população carcerária de 42.355 mulheres. Esse número coloca o Brasil como a quarta maior população prisional feminina do mundo perdendo apenas para Estados Unidos, China e Rússia. Ainda segundo o levantamento, a expansão do encarceramento de mulheres no Brasil não encontra parâmetro de comparabilidade entre os demais países. Em nosso país, em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 455%.

Figura 20 - Informações prisionais dos doze países com maior população prisional feminina do mundo

| País | População prisional feminina | Taxa de aprisionamento de mulheres (100 mil/hab) |
|----------------|------------------------------|--|
| Estados Unidos | 211.870 | 65,7 |
| China | 107.131 | 7,6 |
| Rússia | 48.478 | 33,5 |
| Brasil | 42.355 | 40,6 |
| Tailândia | 41.119 | 60,7 |
| Índia | 17.834 | 1,4 |
| Filipinas | 12.658 | 12,4 |
| Vietnã | 11.644 | 12,3 |
| Indonésia | 11.465 | 4,4 |
| México | 10.832 | 8,8 |
| Mianmar | 9.807 | 17,9 |
| Turquia | 9.708 | 12,1 |

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2018.

Com a expansão e influência do PCC, as mulheres estão em constante relação com o mundo do crime, incluindo relacionamento com homens faccionados que as chamam de “cunhadas” na dinâmica das penitenciárias femininas, onde são conhecidas como “irmãs”, ao serem batizadas pelo comando e passarem a integrar a hierarquia da facção.

Rosângela Teixeira Gonçalves descreve várias ações de mulheres com o PCC, como a desativações de centrais telefônicas clandestinas, gerenciadas por mulheres, além da atuação de advogadas que são responsáveis por transmitir mensagens e orientações, sobretudo, fazer movimentações financeiras ilícitas, como a lavagem de dinheiro. Ela narra outras ações.

Entre 2002 e 2003, o PCC passou, de acordo com Dias (2011) pela mais importante transformação interna, desencadeada a partir de múltiplos eventos que produziram uma crise na cúpula. Essa cisão levou a uma violenta disputa pelo poder, promovendo a substituição das lideranças, assim como uma reorganização e reestruturação do Comando. Entre muitas versões para a ruptura, o único consenso é que seu estopim foi o assassinato de Ana Maria Olivatto Herbas Camacho, advogada e esposa de Marcola, um dos líderes do PCC. Os mandantes e as motivações são desconhecidos, o que se sabe é que o executor do homicídio foi Lauro Gomes Gabriel, o “Ceará”, irmão de Aurinete, esposa de Cesinha, que na época era um dos líderes do PCC. Por conta da proximidade dessa vinculação, Marcola acreditou que Cesinha estava envolvido na morte de Ana Maria, mobilizando grande parte dos integrantes do PCC para vingá-lo. Ceará e pessoas próximas a ele, como parentes e amigos foram executados, Aurinete conseguiu fugir, sendo presa em 2004. Outras duas mulheres foram vítimas da ruptura entre a cúpula do PCC, Erenita Galvão Guedes teve sua casa invadida por homens encapuzados, que estavam à caça de Aurinete, sua amiga. Eletina levou vários disparos na cabeça e faleceu no Hospital Jabaquara. Outra mulher assassinada foi a assaltante de bancos Andrea Paredes Gomes Kalid, fugitiva da Penitenciária Feminina de Porto Alegre, também ligada à esposa de Cesinha. Nesse mesmo período, foi presa através de escutas telefônicas, Petronilha Felício, esposa do Geleião, um dos fundadores do PCC, acusada de ser a porta-voz do marido dando ordens de atentados contra órgãos públicos e contra a polícia militar (GONÇALVES, 2017, p. 6-7).

No trecho citado, percebemos que as esposas e companheiras dos líderes do PCC não são apenas “cônjuges”, mas atuam de modo ativo em diversas ações violentas e são vítimas também de ações de rivais e da polícia. Em 2004, devido à prisão de Aurinete, esposa de Cesinha, o líder citado no trecho, ocasionou uma grande rebelião no Presídio Feminino de São Paulo. Na megarrebelião que ocorreu em 2006, em que o PCC comandou 74 unidades prisionais em atos violentos, as mulheres foram cruciais ao comandarem as centrais telefônicas. Durante essa rebelião, as presas do Presídio Feminino de Santana expuseram faixas de apoio ao PCC.

Segundo Gonçalves (2017, p. 9),

A partir desse momento, as mulheres passam a ser mencionadas frequentemente na imprensa e reportagens especiais são produzidas sobre as possíveis atribuições das mulheres no Comando, as colocando como as responsáveis pelo gerenciamento das contas, pela lavagem de dinheiro, pela troca de informações e pela gestão das centrais telefônicas.

Percebemos que as mulheres participavam do PCC devido ao envolvimento afetivo com algum membro, mas com o passar dos anos algumas mulheres se envolveram com esta facção por outros meios. Atualmente, as mulheres do PCC não são apenas “mulheres de presos”, mas são pessoas que foram treinadas para usar explosivos e armas de grosso calibre, por exemplo. A marca dessas mulheres são o protagonismo e a liderança.

3.6.1 O perfil da figura feminina nas facções no Brasil

O Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em 2019, fez uma pesquisa sobre mulheres em condições de encarceramento, cujo título é *Mulheres Sem Prisão – Enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal* (ALMEIDA, FELIPPE, SOUZA, CANHEO, 2019), por meio do levantamento feito nas audiências de custódia de mulheres presas em São Paulo, entre dezembro de 2017 e abril de 2018, para traçar o perfil dessas mulheres paulistas, que integram as organizações criminosas e que estão encarceradas.

A pesquisa revelou que 31% das mulheres não concluíram o ensino médio e 35% sequer concluíram o ensino fundamental (ALMEIDA *et al*, 2019). Portanto, a maioria das encarceradas é de mulheres com pouco acesso ao estudo formal.

Outro fator que dialoga com a medição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é que o Brasil, em 2019, tinha 12,4% de desempregados, com uma taxa de 14,2% de mulheres desempregadas, enquanto entre as presidiárias, essa taxa era de 26,02%. Tomando esses dados em comparação com as falas das mulheres que foram entrevistadas no IPF, vemos que no Ceará a situação parece ainda mais grave, pois apenas uma das entrevistadas estava

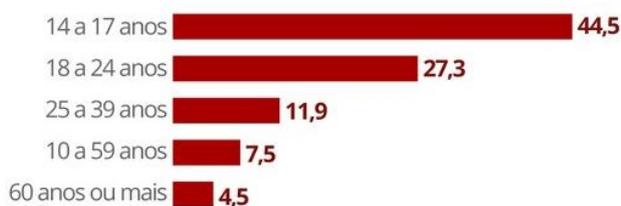
trabalhando legalmente de carteira assinada, em condições de trabalho razoável, sendo que as demais estavam desempregadas, ou se sustentavam de bicos ou subempregos na época em que foram detidas.

Figura 21 - Taxa de desemprego em 2019

Por sexo



Por idade



Por cor ou raça



Por grau de instrução



Fonte: G1Globo³⁵

A Pesquisa nos presídios femininos em São Paulo não contrasta com a pesquisa *INFOPEN Mulheres*. A *INFOPEN*, organizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do DEPEN, desde 2004 compila informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, por meio de um formulário de coleta estruturado preenchido pelos gestores de todos os estabelecimentos prisionais do país. Em 2015, foi lançada a primeira versão com o público feminino, em acordo com a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAMPEN.

³⁵ ALVARENGA, Darlan. 5,2 milhões de desempregados procuram trabalho há mais de 1 ano, aponta IBGE. In: G1, 16/05/2019, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/16/52-milhoes-de-desempregados-procuram-trabalho-ha-mais-de-1-ano-aponta-ibge.ghtml> Acesso em 19 fev.2020

Em sua segunda edição, o INFOPEN Mulheres passa a explorar uma gama mais abrangente de dados sobre as mulheres encarceradas no Brasil e os estabelecimentos penais em que se encontram, com uma nova seção sobre a “Infraestrutura e a garantia de direitos”, que aborda dados inéditos sobre os estabelecimentos femininos e mistos, além de uma análise sobre a evolução histórica da distribuição de tipos penais pelos quais as mulheres foram condenadas ou aguardam julgamento (BRASIL, 2017, p. 7).

De acordo com a pesquisa, conclui-se que

a população prisional feminina atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional [...] No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000 para 665 mil homens em 2016 (BRASIL, 2017, p. 14).

Do total da população carcerária feminina, há 70% de mulheres jovens, entre 18 e 29 anos. Acerca da raça, a pesquisa apontou que 62% da população prisional feminina são compostas por mulheres negras³⁶.

Sobre a escolaridade

Foram obtidas informações acerca da escolaridade para 73% da população feminina privada de liberdade no Brasil (ou 29.865 mulheres). 66% da população prisional feminina ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Apenas 15% da população prisional feminina concluiu o ensino médio (BRASIL, 2017, p. 47).

Sobre o tipo de delito, há informações muito importantes para a nossa pesquisa, porque

Entre as unidades prisionais que dispunham de informação sobre o tipo penal, foram computadas 33.861 incidências penais nos registros de mulheres, distribuídas entre os grupos do Código Penal e de legislações específicas. De modo geral, podemos afirmar que os crimes relacionados ao tráfico de drogas correspondem a 62% das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento em 2016, o que significa dizer que 3 em cada 5 mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico. Entre as tipificações relacionadas ao tráfico de drogas, o crime de Associação para o tráfico corresponde a 16% das incidências e o crime de Tráfico internacional de drogas responde por 2%, sendo que o restante das incidências se refere à tipificação de Tráfico de drogas, propriamente dita (BRASIL, 2017, p. 53).

Observamos por meio dessa pesquisa que houve o avanço do público feminino em relação ao tráfico de drogas. As drogas não são as causas dos problemas sociais, da pobreza, do encarceramento e do racismo estrutural que agudizam o viver de um número expressivo de pessoas, mas uma de suas consequências (GONÇALVES, 2017; TABOSA, 2015). Somando-se à falta de estudos, ao desemprego, à desestruturação familiar e às péssimas condições de moradia, podemos inferir que as desigualdades sociais contribuem para a criminalidade.

³⁶ Podemos afirmar que, entre a população maior de 18 anos, existem aproximadamente 40 mulheres brancas privadas de liberdade para cada grupo de 100 mil mulheres brancas, e existem 62 mulheres negras na mesma situação para cada grupo de 100 mil mulheres negras, o que expressa a disparidade entre os padrões de encarceramento de mulheres negras e brancas no Brasil (INFOPEN 2017, p. 41)

Na pesquisa que fiz no IPF, das dez entrevistadas, somente uma tinha nível superior e duas haviam terminado o ensino médio; as demais sequer chegaram a concluir ensino fundamental, sendo que uma era analfabeta. A maioria já era mãe com menos de 18 anos de idade, sendo que somente três não tinham filhos; as demais tinham pelo menos duas crianças. As cores parda ou negra predominavam nas entrevistadas. Antes de serem presas elas moravam em regiões da periferia de Fortaleza ou no interior do estado do Ceará. Além de serem em sua maioria mulheres pobres, negras, mães e sem instrução, todas essas mulheres – com exceção de Anjinha – eram arrimos de família, laboravam para manter o sustento dos filhos e a manutenção da casa, sendo chefes de família em periferias; o que me parece ter contribuído para que viessem a se tornar chefes de uma “boca”, de uma quadrilha ou de uma facção.

4 AS PRIMAS FIÉIS

Neste capítulo, apresento e discuto situações peculiares encontradas no campo de pesquisa, enfatizando as histórias de vida de dez mulheres presas, o envolvimento delas com o crime organizado e as tensões decorrentes de sua condição feminina. Para tanto, o principal substrato são falas e análises das imagens de si construídas por mulheres que hoje cumprem pena no Presídio Auri Moura Costa. Arranjos éticos híbridos que conformam resistências, críticas e cisões são manifestados nas falas e nas formas de viver das interlocutoras. As falas revelam acomodações e rupturas que inauguram fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas, com suporte para relativização moral, na adoção do risco associado à aventura, para experimentação de novos tipos de afetividades e para inovadores arranjos de intimidades, como base para planos de vida.

Com efeito, aproprio-me de histórias de vidas ao longo deste trabalho com um olhar etnográfico, na intenção de alcançar e compreender o impacto da facção criminosa na vida das mulheres presas no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. O que me leva no campo da antropologia, usando um pouco de etnografia que é recurso potente para o trabalho sobre os mais diversos objetos contemporâneos na perspectiva de sociólogos, como aponta Daniel Cefaï (*apud* BRANDÃO, 2018), Pode-se dizer que

Sem a pieguice quase religiosa de muitos de nossos pares que se arvoram “pluri”, “inter” e/ou “trans” disciplinares, [...] [a perspectiva etnográfica] é o resultado de um exercício de pesquisa complexa que fecunda simultaneamente saberes e práticas oriundas das ciências históricas, sociológicas e antropológicas, demonstrando a riqueza do pluralismo para a produção do conhecimento científico. (BRANDÃO, 2018, p. 597).

Como salienta Diógenes (1996, p. 147),

uma etnografia da violência, não se assemelharia ao trabalho desenvolvido pelo “investigador criminalista” na busca de vestígios? Talvez, mas com uma diferença fundamental; para o etnógrafo hermenêuta os “resíduos”, os “sinais” se apresentam na interpretação, que se torna, assim como vestígios físicos do crime, uma materialidade.

Assim, os relatos narrados aqui são representações do real coletado ao longo da pesquisa que narro; porém, as mulheres sobre as quais pesquisei tiveram seus nomes alterados, usei nomes fictícios para cada uma, assim como os logradouros mencionados por elas, como bairros e cidades. Este esforço de anonimização se deve a questões éticas e legais que impõem a necessidade de impedir a identificação pessoal das minhas interlocutoras para garantir a preservação da imagem e evitar que esta pesquisa contribua com alguma forma de estigmatização adicional.

Tanto os nomes civis, quanto os nomes de guerra, ou seja, os de batismo na facção, foram ocultados para preservar suas identidades e também para não expor as integrantes de facções que me revelaram informações. Estas revelações poderiam leva-las a ser tratadas como “dedo-duro”, o que é passível de diversas formas de punição, incluindo até com a morte. No entanto, minha preocupação de anonimização se reduz bastante em relação à Xerifa, Trem Bala, Medonha e Arlequina, pois elas autorizaram a revelação de seus nomes de guerra. Portanto, cada subcapítulo, com exceção às quatro últimas mencionadas, apresenta como um título, um nome de guerra atribuído por mim, a partir de suas características e ações narradas, incluindo crimes, além do nome civil fictício.

As histórias que apresento são majoritariamente histórias de mulheres violentas, mas também são narrativas sobre as trajetórias de mulheres que foram violentadas ao longo de suas existências. Algumas são cruéis e cheias de malícia, porém elas são também repletas de estratégias de sobrevivência em um submundo que só quem vive sabe relatar seus perigos, percalços e tristezas. Trata-se do mundo de detentas, esforcei-me para compreendê-lo a partir das narrativas das mulheres presas com quem pude interagir ao longo desta pesquisa; com isto, pude traçar caminhos para entender os sentidos produzidos na vida cotidiana dessa criminalidade feminina.

Os trechos narrados abaixo, abordam acontecimentos no cotidiano das presas, relações de poder de afeto, fatos elegidos como uma “forma sob a qual se faz possível falar o inexprimível” (PADOVANI, 2015, p. 91).

A seguir, disponibilizarei os dez relatos das mulheres faccionadas que estão cumprindo pena no Instituto Auri Moura Costa, tecendo suas histórias de vida a partir dos relatos que colhi por meio de suas falas, intercalando com minhas interpretações socioantropológicas, a fim de lhes traçar perfis.

4.1 O aviãozinho da asa quebrada

No dia 25 de janeiro de 2020, às 9h, cheguei ao Instituto Prisional Feminino Auri Moura Costa, após percorrer a longa estrada da BR 116. Estava chovendo e o ar estava abafado. Parei meu carro diante da primeira portaria do complexo penitenciário, identifiquei-me, adentrei por mais 500 metros, seguindo caminho até a segunda portaria, onde me identifiquei novamente às agentes, que estavam armadas com pistolas ponto 40, vestidas de preto e portando bonés, coletes à prova de balas e coturnos pretos, semelhantes aos da polícia.

Era um dia de visita como todos os fins de semana. Fiquei na fila de espera, enquanto quatro mulheres estavam se identificando para entrar e visitar seus parentes. Após alguns minutos, a Diretora adjunta, que estava dando ordens para alguns agentes, me viu na fila e disse: “Pode entrar, você não precisa pegar fila, vai se identificar só lá na recepção”.

Dentro da unidade, na pequena recepção, havia três cadeiras e uma pequena sala com uma janela de vidro, em que entreguei minha identificação e as autorizações da SAP, da Escola de Gestão Penitenciária, do Comitê de ética e pesquisa e da Diretora que havia assinado o termo de fiel depositária.

O clima era tenso, pois as visitantes estavam chegando, algumas traziam crianças e, após algumas horas, com o término da visita, eu começaria as entrevistas. Antes disso, a Diretora adjunta me advertiu sobre algumas regras da Instituição e aproveitei para entrevistá-la, para melhor compreender o funcionamento da penitenciária.

Eram 13h, quando saí da sala da diretoria, após a longa entrevista, e me direcionei novamente à recepção, onde deixei meus pertences, sendo permitida a minha entrada nas alas prisionais somente com uma caneta e o diário de campo, que foi verificado e lido pelas agentes que estavam na entrada seguinte, após a recepção. Passei pelo raio-x, por uma esteira, onde fiquei em pé, de costas para a agente de pernas e braços abertos.

Em seguida, fui direcionada à sala do serviço social, uma vez que não existe atendimento desse serviço no fim de semana. Eu entrei e fiquei aguardando. Enquanto esperava, saí alguns instantes da sala para observar o ambiente. Conversei com uma agente que estava ao lado da sala, sentada em uma cadeira de plástico branca, ela me perguntou qual era a finalidade dessa pesquisa, cuja explicação eu lhe dei.

Após alguns minutos, a primeira interlocutora chegou, vestida com uma blusa branca e calção laranja, algemada com os braços para trás e de cabeça baixa. Eduarda sorriu para mim e perguntou: “É para ter alguma melhoria?”. Eu disse que não e expliquei a finalidade da pesquisa, aceitando conceder a entrevista. Eu pedi para a agente retirar suas algemas, mas, por ordem da diretoria, isso não seria possível, porque eu estava diante de uma presa da ala de segurança máxima, considerada perigosa.

Em virtude da minha insistência, e por me sentir incomodada por vê-la com as algemas, pedi novamente para que retirassem. Então, a agente penitenciária colocou Eduarda no parlatório e disse que eu poderia atendê-la lá sem as algemas, onde existia uma divisória apenas com uma tela com furinhos e uma cadeira para sentar.

Eduarda era uma mulher alta, cabelo e olhos castanhos, com sorriso e dentição perfeitas, lábios carnudos, nariz fino, sobrancelhas e cilho que pareciam ter sido pintados, pele

parda. Usava um corte de cabelo estilo moicano, falava com uma voz baixa e mansa e seu andar era bastante masculinizado.

Abramovay (2010, p. 51) relata que mulheres autoras de violência se caracterizam necessariamente como “masculinas”, não por negarem que são mulheres, mas por se reinventarem ao dar lugar a novas formas de feminilidades, desenvolvendo negociações entre novas e antigas vozes sociais que foram marcadas, sobretudo, por alterações e transformações sociais da família.

Nascida em uma família de três irmãs, no bairro Luciano Cavalcante, periferia de Fortaleza, Eduarda é a caçula, e, atualmente, com 28 anos, cumpre pena pela décima vez. Ela, na adolescência, se viciou em drogas variadas, estava sendo julgada novamente por assaltar, traficar e cometer homicídios.

No dia em que foi presa pela primeira vez pela polícia, traficando drogas, aos treze anos de idade, Eduarda se sentiu muito mal e apanhou muito para poder falar de quem era a droga. Ela teve que assumir para não levar os policiais até ao dono.

Era para eu estar na escola, mas eu falava para a minha mãe que ia, mas ficava no meio do caminho nas ruas, eu ia era lá pro laboratório, pegar mais droga pra vender. A minha mãe vendia Avon e trabalhava em casa de família para criar a gente, mas o dinheiro não dava para nada, só para comer e mal [sic (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020)].

Durante o relato de Eduarda, do seu caminho para a escola, lembrei-me da minha adolescência no bairro Bom Jardim, quando era comum, no percurso para o colégio, encontrar outras adolescentes da minha idade, enquanto algumas ficavam nas esquinas ou desviavam o caminho para outras práticas, às vezes, só para namorar escondido dos pais, e outras para usar drogas. Eu senti que não era diferente de Eduarda, me via em algumas situações relatadas, sua infância e adolescência passavam como um filme da minha vida e, a partir desse relato, pude comparar suas dificuldades vividas com as minhas.

Ela tinha desejo de possuir bens que outros adolescentes da sua idade possuíam, como mochila, calça e tênis de marca. Ela também tinha o desejo de se sustentar, porque passava por dificuldades financeiras em casa.

Após ter sido presa pela primeira vez, no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (Instituição feminina para menores infratoras), onde ficou três meses, Eduarda não queria mais estudar, nem de fazer coisas comuns às demais adolescentes, pois, na sua mente, ela conhecia o sistema, mesmo passado pouco tempo, não via sentido voltar para a escola.

Eduarda, ao ser solta, continuou adquirir drogas para vender. Ela ia ao “laboratório” pegar drogas e ficava devendo. Sempre que era presa, a polícia tomava suas drogas e, às vezes,

a agredia. Ela ia se acostumando com isso. Foram ao todo sete prisões quando era menor de idade, e a última, aos 17 anos. A maioria dessas detenções se deu por tráfico de drogas. Porém, as prisões envolviam também porte ilegal de armas de fogo e alguns roubos de carro, casas e celulares.

Uma vez eles me levaram, aí me apresentaram lá para o delegado, eu já sabia como era o procedimento, de lá eles iam me levar para o IML pra fazer exames. Eu só cheguei na porta da sala o médico, ele me olhou de longe algemada e mandou me levarem de volta, me colocaram de volta na viatura. No retorno pra delegacia, pararam em um lugar que até hoje eu não conheço e me torturaram e me estupraram. Claro que não ia dar nada no exame, porque a gente já tinha saído de lá e quem ia acreditar em mim? [sic] (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020).

Mediante o relato das violências sofridas por Eduarda na adolescência, destaco a análise de Abramovay (2010, p. 51) ao afirmar que “a presença feminina, enquanto autora de práticas violentas, até poucos anos atrás, tinha recebido pouca atenção, havendo certa reprodução de estereótipos que representavam a mulher no papel de vítima”. Segundo a autora, o problema não é negar as dinâmicas sociais que continuamente vitimizam as mulheres, mas destacar os contextos em que elas surgiram como autoras de violência.

Ela era conhecida da polícia, não adiantava mais prender, porque, em pouco tempo, era posta em liberdade. Ao longo de suas prisões, a jovem que afirmava que não temia mais nada, nem mesmo as surras que levava da polícia, deixou de ser Eduarda e tornou-se Cadu.

Almeida (2001, p. 135) destaca que, em relação à sexualidade, a mulher, a partir da Idade Média e, especialmente na Era Cristã, era comparada ao mito de Eva. Seria a própria feiticeira que ameaçava a integridade moral do homem, só com a sua presença. Portanto, o lema era vigiar e adestrar as castas morais do bom comportamento esperado pela mulher.

No caso de Eduarda, ela quebrara todos os padrões históricos hegemônicos que tradicionalmente associam o masculino ao uso de agressões físicas e ao exercício da autoridade, que cria a expectativa do homem enquanto possuidor de um roteiro perfeito em que as suas socializações passam e devem passar pelo exercício de ações agressivas, que contribuem para a afirmação de sua capacidade de desafiar e enfrentar (ABRAMOVAY, 2010, p. 49-50).

Na sua terceira prisão, aos 15 anos, resolveu que não ia mais ser *aviãozinho*³⁷ de ninguém, porque sempre que “quebravam a sua asa”, ela ficava devendo. Toda vez que perdia drogas para a polícia, tinha que pagar ao dono.

Em pouco tempo, vendeu alguns objetos de valor, juntou dinheiro e conseguiu comprar uma quantidade maior de “pó” (nome que se dá para cocaína), em que ela mesma

³⁷ Na gíria policial, o *aviãozinho* é a pessoa que leva a droga para um comprador e volta com o dinheiro para o traficante, gerente da boca, ou o dono da droga.

misturava com “pó Royal” (marca famosa de fermento usado na fabricação de bolos), fazia pequenas trouxinhas ou colocava em sacos de dimdim (sacolé ou geladinho), em maior quantidade e vendia para os viciados.

Depois de um pequeno espaço de tempo, passou a vender também outras drogas, como crack (bastante procurada) e até heroína. Eduarda transformada em Cadu, em pouco tempo, tornara-se a maior traficante do seu bairro.

Como grande traficante, deixou de ser “o aviãozinho da asa quebrada” para se tornar uma mulher extremamente impiedosa e sádica. A sua rota de tráfico e de clientes mudou, não vendia mais para aqueles viciados na boca de fumo e na rua, sua clientela tornou-se grande. Associou-se ao dono do laboratório (fábrica das drogas) e ficou conhecida por matar todos os donos das outras bocas da região, que tornaram a ser comandadas por ela.

Os crimes praticados por Cadu se destacam na sua vida, não apenas como uma única possibilidade diante da falta de alternativas ocasionadas por uma situação de vulnerabilidade social vivida, mas como uma opção para ela de se colocar, ou mesmo, de se manter, em condições sociais e financeiras atraentes.

Nessa época, Cadu não morava mais com a mãe, chegou a comprar carro, moto e conheceu quem seria sua primeira companheira, que também era viciada em drogas. Ambas, tanto usavam, quanto traficavam.

Com cada passagem pela instituição prisional, Cadu relata que saía pior, menos estimulada a estudar, extremamente violenta, sem perspectivas de sair do mundo do crime, sempre dando mais trabalho para a família e para a polícia. Nada fazia Cadu mudar.

Andava sempre armada e bem vestida, inclusive com anel e cordão de ouro, para demonstrar seu poder aquisitivo. O sonho de tornar-se dentista havia ficado para trás. Cadu não chegou a concluir o Ensino Fundamental, era praticamente analfabeta, só sabia escrever o nome e lia com muita dificuldade.

No ano de 2010, aproximadamente, em novembro, transportando drogas pelo seu bairro, foi surpreendida por várias viaturas da polícia, que a cercaram na casa onde estava a droga, que acabara de ser entregue.

Como de sempre, eu tentei correr, saquei a arma para atirar, mas quando dei conta a polícia já estava dentro da casa, era muita viatura lá fora, daí eu vim presa pela primeira vez aqui para o Auri Moura Costa” por tráfico de drogas e associação ao tráfico (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020).

Dessa vez, a unidade prisional não era para adolescentes, era um presídio para adultos. Isso não foi o bastante para surpreender a moça, pois seu comportamento não mudava.

Ela foi presa em novembro, passou dezembro e o réveillon de 2010 no IPF, e em janeiro de 2011, foi solta.

Em liberdade, Cadu voltava novamente às atividades ilícitas com força total. Aproximando-se do fim do mês de janeiro de 2011, Cadu, ao visitar a avó materna, foi surpreendida por policiais que lhe pararam no caminho e perguntaram onde estavam as drogas. Segundo eles, tinha uma pessoa traficando naquela região e teriam recebido a denúncia pelo rádio.

A polícia colocou Cadu dentro da viatura e levaram até a casa da avó. Dentro da casa, foi agredida para que entregasse a droga. Enquanto isso, um dos policiais localizou uma balança de precisão e vários celulares dentro de uma caixa, que estava debaixo da cama do primo da jovem, menor de idade.

Eu ainda falei que não era meu, que era do meu primo que morava com a minha avó, mas a polícia não acreditou. Eu não era mais primária, já havia sido presa, aí sobrou pra mim, tive que comer o B.O sozinha. Eu pedi logo pra eles me levarem para delegacia, porque eu não queria que a minha mãe chegasse e me visse algemada e cheia de peia, por que eu não queria que ela sofresse (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020).

Com menos de um mês em liberdade, Cadu voltou para o Auri Moura Costa, mas, continuava a cometer crimes pelo telefone, traficava dentro do presídio, vendia celular para as outras presas, sendo essas atividades ilícitas seu sustento dentro do presídio. Ela era líder de uma ala completa de mulheres e a única que não usava uniforme do presídio. Tinha o poder de mandar e colocar quem quisesse nas celas da ala que mandava.

Cadu é uma mulher que optou por seguir uma carreira desviante (BECKER, 2008) na tentativa de construir uma carreira criminosa produtiva e bem sucedida, conquistando ganhos financeiros, mas também subjetivos, dentre eles: autonomia, visibilidade social, obtenção de conhecimentos e habilidades de do crime um estilo de vida.

Ela permaneceu presa até o ano de 2015. Nesse tempo, participou de alguns projetos dentro do presídio, trabalhava na fábrica de sabão, fazia artesanato e ia para as aulas do PróJovem³⁸. Com essas ações, ganhou remissão de pena e saiu do presídio no mesmo ano.

Fora da prisão, Cadu viu que muita coisa havia mudado nas bocas de fumo que comandava, pois foram tomadas por outras pessoas, e ela perdeu bastante dinheiro no negócio das drogas. A sua família vendeu alguns bens, como moto e carro para pagar seus advogados de defesa. As dificuldades eram muitas, mas nada neutralizava o desejo de recomeçar. Passados

³⁸ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano é um programa educacional destinado a jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de dezoito meses.

alguns meses, Cadu tentava se reerguer, mas os negócios no crime estavam mais concorridos com a entrada das facções no estado do Ceará.

Num improviso, para tentar voltar ao topo do crime, Cadu começou a praticar roubos em casas luxuosas, fazia as vítimas de reféns dentro de suas próprias casas e, com a ajuda de três adolescentes, fazia o “rapa”³⁹. Cadu era a mentora de tudo, os demais integrantes da gangue só faziam o que ela mandava.

Uma vez, né, nós fomos roubar lá no Porto das Dunas, uma casa muito bonita com piscina. Já estávamos terminando, eu já tinha recolhido o cordão e as alianças das vítimas, celulares e todos os objetos de valor que tinham. Então, na volta para o nosso próximo destino, começamos a ouvir sirene de viatura, alguém havia chamado a polícia pra nós. O menino que estava dirigindo o carro ficou nervoso e no meio da perseguição bateu em outro carro [sic] (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020).

Coragem é a sua marca, Cadu afirma não ter medo de absolutamente nada. Quando indaguei se ela não tinha medo de morrer, ela respondeu em tom de deboche e dando risada: “Sou tão ruim que nem a morte me quer!”.

Ao analisar a fala de Eduarda e a maneira como a jovem descrevia seus crimes, eu ficava impressionada e chamo a atenção em saber que ela, na condição de mulher, agia como uma cangaceira, impiedosa e sem limites, até para defender valores que faziam parte da sua honra. A coragem e a força de Cadu para recomeçar e se manter resiliente eram assustadoras.

Almeida (2001, p. 107) exemplifica com o romance da escritora cearense Raquel de Queiroz, *Memorial de Maria Moura* (1992), que narra o surgimento da “mulher homem” Maria Moura, que “calçava botas de cano curto, trajava calças de homem, camisa xadrez de manga arregaçada” e se tornou cangaceira devido a um assassinato que cometera por motivo de honra. Cadu era tão violenta e impiedosa quanto a personagem Maria Moura, pois era estrategista, influenciadora, impiedosa. Ela era uma sobrevivente do mundo do crime e falava com orgulho disso.

No ano de 2016, a jovem retornou ao presídio novamente. Antiga conhecida das colegas que havia deixado recentemente, ela quis ocupar o seu posto de mandante da ala, no entanto, as coisas por ali haviam mudado. Para voltar a mandar, Cadu teve que aceitar o ingresso na facção: “Eu não queria me batizar, eu não precisava de nenhum escudo, bastava ter força e coragem pra recomeçar, aí eu virei apenas simpatizante que é prima, não preciso vestir a camisa, nem participar do batismo, mas tenho que ser leal” (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020).

³⁹ Forma de tirar algo a alguém de modo ardiloso ou fraudulento.

Segundo Moore (2004), conforme a compreensão que obtive das atividades desenvolvidas por Eduarda dentro e fora da cadeia, ela exemplifica a possibilidade da mulher se modificar e se reafirmar continuamente para adaptar-se às diversas mudanças econômicas e sociais. Assim, surge uma variedade de crimes praticados por mulheres que tornam um modo lucrativo e alternativo de vida, oferecendo ganhos materiais e subjetivos.

Como presidiária experiente, que conhecia as regras do presídio, era uma que ditava essas regras. Eduarda era conhecida por ser extremamente violenta e por oprimir as colegas de cela. Ela não gostava das agentes, não respeitava ninguém e tinha contatos dentro e fora da prisão para executar as suas ordens.

Em rebelião, no ano de 2016, Cadu foi uma das vítimas, chegando a ficar na UTI do Hospital Instituto José Frota, em virtude das várias furadas de cossoco⁴⁰. Ela teve pernas e braços quebrados, levou vários golpes com instrumentos perfurocortantes que iam desde o tórax até a região do pescoço.

No seu relato, ela salienta que “eu só me lembro que quem me tirou da cela foram as prisioneiras, quando eu acordei estava no Gonzaguinha de Messejana, só ouvi quando o médico disse: ‘Não temos como ficar com ela aqui, ela tem que ser levada para o IJF, o estado dela é grave’” [sic] (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020).

No caminho para o hospital, Eduarda teve três paradas cardíacas, chegando a ser entubada dentro da ambulância. Após vários meses hospitalizada, foi transferida para a cadeia pública de Uruburetama, juntamente com outras presidiárias, onde permaneceu até o mês de setembro de 2016.

Estava usando tornozeleira eletrônica, após três meses solta, em 2017, de volta à ativa, com uma nova companheira, foi à Secretaria de Justiça para fazer manutenção no aparelho, pois apresentava problemas. Ao adentrar a sala da instituição para fazer a manutenção, sentou-se e foi informada pelo técnico que o aparelho havia sido danificado e que teria que comunicar ao juiz e à polícia. Eduarda chorando disse que não sabia o que estava acontecendo, pois não havia feito nada para danificar o aparelho. Ela pediu ao técnico para avisar sua companheira, que ficara esperando na recepção. Nesse intervalo, agarrou a mão da companheira e fugiram de lá correndo, até não serem mais vistas pela polícia.

Para se afastar de lá, pegaram um táxi e foram até o bairro Parangaba, desceram próximo ao Bar do Avião. Na fuga, Eduarda perdeu todos os documentos. A companheira que só tinha cinco reais no bolso, tentou pagar o taxista, que resmungou e disse que ia chamar a

⁴⁰ Artefato de ponta fina criado de forma artesanal, usado para furar ou rasgar.

polícia. Novamente, as duas mulheres correram até não mais serem alcançadas. Ao chegar em casa, Cadu retirou o aparelho da perna e jogou fora, para que não fosse localizada.

Mesmo fugitiva da justiça, tentou, discretamente, seguir a vida com uma pequena venda de churrasquinho. Com o pouco lucro das vendas, Cadu voltou a fazer o que sabia de melhor, roubar e traficar. Em pouco tempo, conseguiu comprar drogas para vender, a venda de churrasco como disfarce, para ninguém suspeitar do seu passado. Essa atividade foi feita em outro bairro, distante do seu bairro natal.

Cadu, enquanto traficava, voltou a fazer assaltos, como veremos os detalhes adiante. Um de seus conhecidos propôs realizar um assalto no bairro, mas como não tinha experiência, ficou de pilotar a moto, enquanto Cadu fazia o assalto. Em torno de catorze horas, ela estava armada com um revólver calibre 38, se dirigiu de moto com o comparsa ao mercantil e anunciaram o assalto. Ela levou tudo que tinha no caixa, mais a aliança da vítima e os celulares dos clientes que estavam no mercado, “e ainda deu tempo de pegar uma chinela”, disse-me Cadu sorrindo. Em seguida, subiu na moto e ambos fugiram; o dinheiro, como combinado, foi dividido.

Meia hora depois, um carro de polícia parou em frente à casa em que Cadu estava, pois o parceiro do assalto a denunciou.

Eu estava em casa quando a polícia chegou com aquele cabueta, arrombado que não aguentou a pressão dentro da viatura, foi ele quem levou a zebrinha⁴¹ até lá. Eu peguei a droga, todo o dinheiro e a arma e joguei num terreno baldio, ao lado da casa, foi só o tempo da polícia entrar e me algemar [sic] (Entrevista a Eduarda, realizada em 25/01/2020).

Quando a polícia entrou, não encontrou nada de errado, nenhuma prova, porém o parceiro com quem fizera o assalto, a entregou e algumas pessoas que foram feitas de refém no mercantil a reconheceram na delegacia.

Eduarda relata que quando estava solta, afirmava que desejava viver legalmente e que retomaria a sua vida dentro dos ditames estabelecidos pela sociedade; por outro lado, se colocava em posição de ilegalidade, no momento em que voltava a traficar, assaltar, matar e formar quadrilhas, e mesmo dentro da instituição carcerária, comete novos crimes. Ela não está fora da estrutura social ou de suas bordas, está nas fendas da própria estrutura social. Essa alternância acaba deixando a jovem experiente em posições que não se pode classificar. Segundo Turner (1974), no que se refere à experiência, os indivíduos evocam o passado, sendo estruturalmente irrelevante se esse passado é real ou mítico, moral ou amoral.

⁴¹ Carro da polícia da marca Renault, modelo Duster, pintado de preto e branco.

Cadu foi presa novamente, em maio de 2017, e permanece até janeiro de 2020 no Auri Moura Costa. Ela era uma das detentas da ala da segurança máxima, proibida de ter contato com outras internas, por ser uma mulher violenta que influencia as demais companheiras.

Cheia de disposição e aguardando sua próxima soltura, Cadu relata que hoje sua missão é brigar contra a opressão do Estado e os maus tratos vividos dentro do presídio. Disse que fala com Deus todos os dias na cela fria que divide com mais três mulheres, sendo uma delas sua nova companheira.

Relata que deseja sair, quer voltar a estudar e que tem ajuda da mãe, quando pode visitá-la. Porém, reclama que se sente só, não queria ficar na segurança máxima, diz que sente vontade de ir para uma ala normal, voltar a ter contato com as demais presas. Eduarda afirma que se sente como uma leprosa, como se ninguém pudesse encostar nela ou ter contato.

4.2 O brilhante partido

“Vida se paga com vida e sangue se paga com sangue” (LARISSA).

A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), atualmente, por meio da direção do IPF, combate as facções, tentando reduzir o impacto que essas organizações trazem às presidiárias e à instituição. Em virtude disso, quando identificadas, as lideranças das facções ficam isoladas na área de segurança máxima ou de integridade física, que são alas específicas das presidiárias com a vida ameaçada, por terem traído a facção ou por terem sido expulsas da cela.

Algemada e com alguns hematomas nítidos, Larissa veio ao meu encontro com um olhar baixo e rosto bastante assustado. A jovem que havia sido expulsa de uma cela pelas outras companheiras, agora estava na ala da integridade física, teve as algemas retiradas ao entrar no parlatório e indagou “Aconteceu alguma coisa com a minha família?”. A distância dos filhos e do cônjuge é um dos maiores dramas do cotidiano carcerário. A tristeza só é amenizada no dia da visita, uma vez a cada quinze dias, alternando entre sábado e domingo, quando recebe alguém da família. Naquele mês, Larissa já havia recebido a sua visita e aguardava ansiosamente o próximo fim de semana, para ver a irmã, que era a única que ainda lhe visitava.

Oriunda de uma família de nove irmãos, não tinha a mãe nem o pai vivo. Ao ser presa, os irmãos a ameaçaram: se ela não saísse da facção, iriam abandoná-la.

A mulher de 34 anos, mãe de três meninas (com idade de doze, cinco e dois anos), estava presa há dois anos e cinco meses e não havia sido julgada. Ela tem a pele negra, de baixa

estatura, cabelos crespos que iam até da altura ao ombro, com um emaranhado cobrindo seu pequeno rosto, fala baixa, com tom autoritário.

Larissa começou a entrevista falando do seu passado.

Eu nunca havia sido presa antes, nem quando eu era menor de idade. Eu trabalhava de carteira assinada, inclusive trabalhei muito tempo no banco Itaú. Eu era dos serviços gerais, mas aprendi muitas coisas olhando e vendo os funcionários fazer, principalmente, a manipular documentos. Nesse tempo, eu só tinha minha primeira filha, eu era mãe solteira e precisava trabalhar, muitas vezes não tinha com quem deixar minha filha. (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Nesse período, a jovem mãe, que só havia concluído o Ensino Médio, começou a se relacionar com um rapaz, que seria o pai da sua segunda filha.

Embora tenham ocorrido diversas conquistas, junto com o aumento da participação feminina nos espaços de trabalho, principalmente nas cidades e a flexibilização do mercado de trabalho para as mulheres, essas melhorias não chegaram nas zonas periféricas, visto que a maioria das mulheres, que moram nos guetos ou nas favelas, encontram-se ligadas a atividades que têm baixa remuneração e podem ser consideradas como subempregos. Ela ressalta que “tive que sair do meu emprego, eu não tinha com quem deixá-las e ele não me ajudava, quase todos os dias eu apanhava, a minha vida era um inferno vivendo com aquele homem”. (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Na análise interpretativa sociológica, Almeida (2001, p. 153) esclarece que toda violência contida e abafada, tende a libertar-se, espalhando-se rapidamente, assim como o sangue que jorra nas veias. O menor conflito, a menor violência, pode contagiar multidões. Assim foi a vida violenta de Larissa.

A mulher, que seria futuramente batizada como uma das irmãs no crime organizado, passava por situações de agressão diariamente, não tendo condições de sustentar as filhas. O marido era viciado em álcool e o seu dinheiro era usado para sustentar o vício, como ela ressalta no trecho a seguir: “Eu me virava, sabe, trabalhava de manicure fazendo unha das vizinhas, lavava roupa, fazia faxina, tudo isso para ganhar alguns trocados ou o que comer, pelo menos para comprar o leite das minhas filhas” (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

A filha mais nova estava com dois anos, quando engravidou novamente. Ela teve complicações durante o resguardo e refez a cirurgia.

Quando eu me dei conta já estava lavada de sangue, ele me deu uma surra quando eu ainda estava de resguardo, que a minha cirurgia abriu. Quando eu saí do hospital, jurei que nunca mais homem nenhum encostaria em mim, que nunca mais nem eu nem minhas filhas íamos passar necessidade [sic] (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Almeida (2001, p. 154), aponta que “um olhar mais atento permite perceber que a violência criminosa entre as mulheres já é produto da violência histórica de uma sociedade

excludente, preconceituosa e injusta”. Entendo que a vida de Larissa foi muito mais do que esse produto, pois “a discriminação e exclusão desmedidas permitiram a criação de forma opcional de escape de um mundo injusto e desigual”. E uma dessas formas foi a violência que acompanhou sua vida corriqueiramente.

Então, ela saiu de casa com as três filhas. Sem condições de mantê-las, deu a filha mais nova para um casal, que adotou a criança recém nascida. Em seguida, pediu ajuda a alguns familiares para cuidar das outras duas, mas, mesmo assim, as coisas eram difíceis, tinha que pagar alguém para cuidar delas e se sustentar.

Nesse período desempregada, passando por diversas necessidades, Larissa fora apresentada por uma amiga a um homem, que mais tarde seria seu novo companheiro.

Conheci-o por meio de um bate papo que uma amiga me apresentou, tudo era feito por telefone, eu não sabia que ele estava preso. Um dia eu pedi para encontrar com ele, foi aí que ele me falou a verdade, que estava preso na CPPL III, desde então comecei a visitá-lo no presídio. (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Lúcio era o nome do rapaz, batizado no PCC, que tinha por apelido “Resgate”. Ele era jovem e tratava a companheira muito melhor do que o marido, que ela havia tido, era leal e a respeitava, como ela afirmou. Existia essa relação de comprometimento mútuo com a vida do crime, em que Larissa seria apresentada.

No início, a jovem, que apenas fazia visitas descompromissadas, começara, aos poucos, a se envolver no mundo do jovem presidiário. Precisando de dinheiro e cheia de disposição para trabalhar, Larissa recebeu o primeiro convite para se batizar na facção.

Eu não tive medo, já sabia como o crime funcionava, já estava fazendo as visitas no presídio há algum tempo e conversava com as outras mulheres dos presidiários, já tinha os contatos e após três meses com meu nome na lista de investigação da facção eu fui batizada [...] Pude escolher seis padrinhos e recebi o vulgo de Brilhante [sic] (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Larissa, após o batismo, recebera um codinome escolhido pela facção, ao qual pertencia, o vulgo, que é o termo utilizado para se referir a uma classe popular, uma pessoa que faz parte do povo, ou seja, que pertence a maioria dos indivíduos. Etimologicamente, essa palavra é oriunda do latim *vulgus* que quer dizer “multidão” ou “povo”. Vulgo é alguém pertencente a plebe, ou seja, a camada mais comum da sociedade, que não faz parte de algum grupo exclusivo ou aristocrático. Portanto, Brilhante era o seu nome na facção, o seu vulgo.

A participação na prática de sequestros, assaltos, estelionatos, tráfico de entorpecentes, dentre outros empreendimentos ilícitos, são ainda atividades socialmente consideradas e delegadas apenas aos homens, porém essa realidade vem mudando, e tomamos Larissa/Brilhante como exemplo de uma carreira criminosa produtiva e bem sucedida.

O Comando encarregava à nova integrante algumas missões. Assim, como as outras mulheres, cada uma tinha seu papel. O de Larissa era organizar a documentação para as companheiras dos presos, no momento em que as visitas chegassem e se apresentarem na recepção dos presídios para o ato da visita.

Éramos ao todo quatorze mulheres na liderança da facção em 2017, entre irmãs, cunhadas e primas. Eu era a geral do Estado, fui acusada por sequestro, associação criminosa e uso de documento falso. Fui apontada na organização criminosa como responsável por falsificar documentos. (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Falsificar documentos era sua especialidade, todos os tipos que se podiam imaginar, como passaportes, identidades, CPFs, certidões de nascimento. Ela fazia isso com frequência e mandava até para fora do Estado. Era uma mulher que cobrava caro pelos serviços, conseguindo assim, sustentar as filhas.

Para melhor compreender a carreira de crimes Larissa, uso o conceito de *outsider* apresentado por Howard Becker, em *Outsider- estudos de sociologia do desvio* (2008). No livro, Becker descreve os processos pelos quais certos comportamentos são criminalizados, ou seja, aponta o desvio como o produto cultural das interações entre pessoas, cujas ocupações envolviam cometer crimes ou capturar criminosos.

Importante para ele é a suposição básica de que o crime é um produto de atribuições e o indivíduo que desvia das regras sociais do grupo, ou seja, alguém que não vive conforme as regras estipuladas por esse grupo, é considerado um outsider, um desviante. Neste sentido, Becker (2008, p. 27) define *outsider* como “aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se, por isso, fora do círculo dos membros “normais” do grupo”, no qual a definição é pelo processo de rotulação”.

Com base no comportamento, o indivíduo cria o processo de autojustificativa para permanecer na atividade desviante. No caso de Larissa, conscientemente se desviava das regras sociais a partir da convivência com outros indivíduos e empreendeu uma carreira criminosa sem volta, em que recebera nome e sobrenome, sendo, portanto, uma irmã batizada no PCC.

O romance com o companheiro ia bem, ela sugeria para os outros, a imagem de mãe aparentemente perfeita, que levava as filhas para a escola.

A imagem da mãe jovem, dedicada ao lar, carinhosa e dócil, personagem apresentada por Almeida (2001, p. 114), a jovem Larissa era uma mulher que não contradizia o esquema e os estereótipos que constituíam a imagem e o lugar da mulher na história da sociedade brasileira: o lugar anônimo da mãe. Larissa/Brilhante se encontrou com a história de tantas mulheres, que durante os séculos sofreram e carregaram estereótipos que as confinaram

no espaço doméstico. Reencontra-se também com a história de tantas mulheres que se despediram dessa condição, por necessidade ou por rebeldia, ousando fugir das características “universais” atribuídas a mulher, como fragilidade e submissão, através da transgressão de regras, da violência e do assassinato.

A moça gostava do que fazia e passou a internalizar aquela vida de crimes, falsificando cada vez mais. Larissa também se juntara a outra mulher e dois homens para praticarem extorsões mediante sequestro. Antes de efetuar os sequestros, eles observavam durante vários dias o cotidiano das futuras vítimas. Quando o sequestro era feito, eles levavam as vítimas para um lugar ermo, vendadas para não saber onde estavam. Então, começavam a ligar para a família e pedir dinheiro pela soltura, às vezes, chegando até a matar, como afirmou.

O dinheiro era dividido e uma parte ia para a facção, porém, o que sobrava, dava para suprir as necessidades da sua família. Além do poder aquisitivo, também tinha o poder de mando e do respeito dentro da facção e fora dela

Nesse período, na rua, ela participou de várias missões com integrantes do PCC. Frequentava reuniões do Partido do Crime para discutir planos de assaltos. Também atuou em resgates de presos e manuseava com destreza variados tipos de arma de fogo, ao afirmar que “eu ia era para cima mesmo, sei atirar, usar pistola, macaca, revólver e até fuzil. Porque vida se paga com vida e sangue se paga com sangue [sic] (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

No mês de agosto de 2017, numa quinta-feira ensolarada, depois do almoço, Larissa teria ido se deitar e as filhas, que haviam chegado da escola, também estavam repousando, quando a polícia chegou na casa. Entraram de forma agressiva e deram voz de prisão a mulher, como ressalta: “falaram para eu não reagir, não fazer escândalo, porque eu já vinha sendo investigada e eles já tinham um mandado de prisão, explicou a moça”.

E ela continua o relato:

As minhas filhas acordaram e foram para a sala, a mais velha começou a chorar. Eu não pude fazer sequer uma ligação para que alguém fosse lá ficar com elas. Eu fui presa na frente delas, me algemaram e lá fora já tinha a viatura me esperando. Até hoje me envergonho disso, não quero vê-las, por isso peço a minha irmã que não traga elas aqui nunca. [...] No dia da minha prisão nunca encontraram nada na minha casa, não existe provas contra mim, estou presa aqui, mas meu flagrante foi forjado e meu advogado está trabalhando nesses fatos [sic] (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Muito embora Larissa fosse primária, com residência fixa, mãe de três meninas ainda menores de idade, sem provas contra si, ela tinha todos os requisitos para cumprir prisão domiciliar, prevista no art. 318 do *Código de Processo Penal*. A chamada “justiça moral” mandou encarcerá-la, levando-a a viver no presídio. Interpreto que a prisão de Larissa não foi

feita com base em provas encontradas no suposto flagrante, mas em valores morais de uma mulher negra, pobre, moradora da periferia e que já havia sido violentada pela sociedade. Comparo a prisão de Larissa feita de uma forma relacionada não a um evento criminoso, mas a uma “prisão moral”, ideia interpretada por Michel Misse (2010, p. 27) ao afirmar que o indivíduo não é avaliado somente pelo que fez, mas pela “sujeição criminal”, que nada mais é do que a incorporação social do “bandido” e de seus tipos sociais.

Ou seja, na sujeição criminal

encontramos um processo, mas potencializado por um ambiente de profunda desigualdade social, forte privação relativa de recursos de resistência (ou ocultação social) à estigmatização e pela dominação (mais que apenas pelo predomínio) da identidade degradada sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo. O rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada (MISSE, 2010, p. 23).

Dentro e fora do Presídio, Larissa era uma mulher que tinha contatos, sabia que muitos queriam sua cabeça e, por motivos de segurança, nem visita recebia no início de sua prisão; diferente das outras presas que, logo no primeiro mês, já recebiam visitas.

Mas, só a falta das filhas, da visita e do que havia deixado para trás, não lhe satisfazia. Larissa continuava sua vida de crimes normalmente, no interior do presídio, como menciona a seguir.

Uma vez né, já estava aqui presa, quando me falaram que uma pessoa estava no cativado e que eu seria acusada de ser a mandante, alguém tinha aberto a boca. Aí a minha casa caiu, porque por mim tinha sido pau no gato, naquela bicha safada! Só que a polícia chegou antes [sic] (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

As irmãs do PCC, que estavam em liberdade ou presas, tornam-se responsáveis pela sua área, seja um bairro ou um município, ou ainda uma ala do presídio. As irmãs estão subordinadas a uma chefia do comando da facção, que dá o poder de comandar e de influenciar as demais mulheres, que não tem tanta força ou que ainda não são batizadas, as simpatizantes do partido, chamadas de primas.

Pelo fato de ser batizada e fazer parte de um grupo criminoso, Larissa tinha um tratamento diferenciado em relação a tudo, como por exemplo, as idas ao médico ou ter atendimento de outros profissionais, ou até a saída para ver um parente morto, mesmo com escolta.

Eu me ajoelhei bem ali no canto daquela parede chorando, implorando que me deixassem ver minha mãe pela última vez, mas a diretora disse, que não podia me deixar sair, porque eu estaria colocando em risco a minha vida e a composição da polícia que iria fazer a escolta, existia um risco de algum atentado. Aí fazem cinco meses que minha mãe faleceu e eu não pude vê-la nem dentro do caixão pela última vez [sic]. (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

O primeiro sinal de desrespeito e de violações que o Estado comete em relação a essas mulheres é o tratamento diferenciado. Nem mesmo no momento de dor, Larissa pode sair para ver a mãe em um caixão. Antes de ser presa, a jovem foi destituída de qualquer política social e permaneceu, cotidianamente, violada. Vejo que por mais que Larissa argumentasse a sua necessidade de ver a mãe pela última vez e até se ajoelhasse pedindo, senti na sua fala a exclusão do seu discurso, como se ninguém a quisesse ouvir, como se duvidassem das suas justificativas para a saída, não dando importância ao sentimento de perda do outro. E essa “falta de fala” é o que Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2020) vai chamar de “exclusão discursiva”. Tal situação, se caracteriza como a exclusão do discurso que nega ou desvaloriza a dignidade dos grupos, ao não os considerar interlocutores plenos. Essa condição se acentua entre as presidiárias faccionadas.

A morte da mãe e a pressão por parte da família para sair do crime organizado, porque seria abandonada, fizeram Larissa repensar algumas atitudes, como a de “rasgar a camisa da facção” para sair de vez do mundo do crime.

Minha irmã veio me visitar e disse que a nossa mãe já estava morta mesmo e não fazia diferença, porque ela morreu pedindo para eu sair do mundo do crime, mas se eu não mudasse eu ia ver realmente o que era ficar só, porque até o amor das minhas filhas eu ia perder, e ia ser abandonada por todos [sic] (Entrevista a Larissa, realizada em 25/01/2020).

Larissa aguardava o julgamento enquanto estava na ala da integridade física, porque sofria ameaças constantes, em virtude de ter sido decretada⁴², após a pressão da família, em “rasgar a camisa da facção”. Portanto, não podia mais estar junto das outras presas. Havia sido “espurrada”⁴³ da ala e sua vida estava em risco e a única maneira de se manter viva era conviver na ala das duzentas, que eram mulheres que haviam praticado crimes contra crianças. Elas não ficavam junto com as demais, por serem ameaçadas de morte constantemente.

Apesar de repudiar o tipo de crime cometidos pelas atuais companheiras de cela, uma vez que seu bem maior era suas filhas crianças, ela tentava manter a calma para não cometer um homicídio lá dentro.

4.3 Anjinha

Distante do bairro Granja Portugal e do Luciano Cavalcante, onde moravam suas colegas de cela, vivia Anjinha, uma jovem de vinte e quatro anos, olhos castanhos, cabelo preto,

⁴² Ameaçada de morte, pessoa que passou pelo tribunal do crime e foi decretada com a pena de morte, por ter saído da facção.

⁴³ Expulsão da cela e do convívio com as demais presas.

grande na altura da cintura, rosto pequeno e arredondado, de nariz afilado, boca fina, sem manchas na pele, tatuagem no braço esquerdo com nome da sua companheira. Ela falava de modo manso e baixo. Estava sendo acusada por tráfico de drogas e extorsão, segundo as investigações da polícia, a jovem atuava com uma amiga, que cobravam e estorciam as famílias dos viciados.

Nascida na periferia de Fortaleza, no bairro Vila Velha, a interlocutora começou a trabalhar aos quatorze anos para o crime, em troca de poder, subsistência e respeito. Ela ajudava o namorado a administrar o negócio das drogas na favela do Inferninho (no bairro Quintino Cunha).

Aos quatorze anos de idade, eu fui morar com meu irmão, em 2013. A minha mãe foi embora para o interior e eu precisava continuar estudando. Aí, eu conheci um rapaz, o nome dele era Roberto. Ele já era envolvido com o crime. Meu irmão foi embora para o Rio de Janeiro, foi chamado pelo Comando para trabalhar lá. E aí, eu fiquei morando de favor na casa de algumas pessoas, no interior, lá em Independência. Depois voltei para Fortaleza, foi quando eu me juntei com o meu namorado [sic]. (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

Anjinha amava o namorado, pois lhe dava tudo, como uma casa confortável, pois era um traficante bem sucedido. As pessoas lhe respeitavam e ela podia estudar, viajar, possuía bens que outras mulheres da sua idade não tinham, esbanjava em salões de beleza, tinha roupas caras, carro, moto, viagens e podia viver uma vida corriqueira. Concluiu o Ensino Médio e pretendia fazer faculdade.

Contudo, essa vida de comodidade começara a ruir

Mataram ele na minha frente, lá na calçada da nossa casa A morte era por causa de espaço para as bocas. Um cara chegou na moto e deu uma rajada de bala, era só pra ele mesmo, não pegou nenhuma em mim. Eu gostava dele, mas em parte, me senti aliviada, ele me batia muito, me espancava, eu apanhava de ficar de olho roxo e era ameaçada constantemente [sic] (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

Para melhor compreender o varejo de tráfico de drogas, atualmente, dominado pelas facções, é necessário entender que no período de 2013, alguns traficantes como o namorado de Anjinha, foram mortos para que o domínio das regiões fosse tomado pelos novos comandantes do tráfico.

Segundo Misse (2018, p. 74), uma parte importante da explicação da associação do varejo do tráfico com a violência deve-se ao surgimento de quadrilhas que controlam territórios em áreas urbanas de baixa renda, o que leva a intermitentes conflitos com outras quadrilhas pelo controle desses territórios e de seus pontos de venda, inicialmente no Rio de Janeiro. Do mesmo modo, o baixo poder aquisitivo dos que operam nesses territórios torna-os vulneráveis a um sistema de consignação de vendas em que a dívida é paga com a morte

Mas o negócio que o marido havia deixado, precisava continuar e Anjinha não era uma mulher acostumada a viver com pouco, então passou a vender drogas, junto com uma amiga. Ambas continuaram o negócio, partindo do restante do material que o companheiro havia deixado. “A senhora acha professora que eles vão da razão pra nós, eles são homens são todos iguais! Eu tive que conquistar o meu espaço, fazer o meu nome” [sic] (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

Diante do depoimento de Anjinha, eu me perguntava, intrinsecamente, o que havia percebendo ao longo da minha pesquisa, e tive alguns questionamentos: será que as mulheres só estão no tráfico, porque foram vítimas? Será que sempre existe um homem dando as diretrizes na organização criminosa? As mulheres teriam menos “tendências” criminosas que os homens?

As mulheres, segundo Faria (2008, p. 163) ao longo da história, têm sido vítimas de uma armadilha social que as coloca numa posição de fragilidade e de docilidade, características responsáveis por uma construção de um estereótipo de pessoas menos capazes. Porém, Anjinha prova o contrário, por meio de seu relato.

Juntas, as duas mulheres iniciaram uma parceria de vários golpes nas famílias de viciados. Anjinha sabia que, para a família dos viciados, o que importava era a vida deles. Então, quanto mais eles consumiam, mais a família pagava para que não fossem mortos. Alguns viciados até colaboravam com elas, muitas vezes, inventando ameaças para afligir a vida dos familiares, fazendo com que eles pagassem mais rápido.

Do valor, era retirada uma pequena parte de mercadoria e entregue ao viciado para eles consumirem, como ela ressalta: “ganhávamos dinheiro assim, as famílias pagavam as dívidas dos viciados para a gente não mandar matar, sempre deu certo, eles sempre pagavam”. (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

A jovem, que andava sempre segura de suas ações, mal sabia o que a aguardava, muitas pessoas já estavam cansadas das cobranças. Por conta disso, armaram uma emboscada em 2017.

Um dia eu fui buscar um dinheiro, o valor era R\$ 3.800,00, na casa de uma viciada. Já tínhamos combinado que o pai dela ia pagar pelo resgate. A moça havia nos procurado e como estava devendo muito e não sabia como pagar, ela propôs da gente simular um sequestro. Ela ligaria para o pai dizendo que estava devendo e que a gente ia matar ela, caso ele não pagasse o resgate. Só que quando eu cheguei lá pra pegar o dinheiro combinado, ele tinha chamado a polícia, eles me prenderam, me algemaram, me bateram, e aí eu confessei que era tudo armação. Eu e ela fomos presas juntas, acusadas de extorsão e tráfico de drogas. Eu peguei 14 anos de condenação, mesmo sendo primária e nunca tendo sido presa, nem quando era menor de idade [sic]. (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

A vida de crimes não havia terminado com a sua prisão. Dentro do Auri Moura Costa, Anjinha conheceu como funcionava o mundo do crime faccionado e teve que escolher ser uma prima fiel.

Dentro do presídio, se envolveu com mulheres e uma delas era Marta, que hoje é sua atual companheira, que lhe ensinou como proceder dentro da unidade.

O crime hoje está assim, ou você é de um lado ou você é do outro, se você não se batizar não pode assaltar, não pode vender drogas, porque em todo lugar que a gente vai tem facção e ela quem manda, então a gente tem que escolher, e aqui dentro é do mesmo jeito, tem que escolher um lado. Eu escolhi e não me arrependo, até porque ninguém respeita a gente se não fizer parte de alguma coisa [sic] (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

A jovem comandava o crime de dentro da cadeia junto com sua companheira, que estava sendo acusada de homicídio, tráfico de drogas, tráfico de influência, corrupção, agressão e de ser líder de uma ala inteira, responsável *por dar a voz*⁴⁴ para outras mulheres, inclusive para iniciar rebelião.

Antes dela vir presa aqui, ela era matadora de bela⁴⁵, mas fazia outras coisas também. A família dela tem bastante condição, ela tem um irmão que é até policial rodoviário federal. Ela completou os estudos e até terminou faculdade. Ela tem muito mais consideração por mim e a família dela também, diferente da minha que me abandonou, se não fosse a mãe dela trazer o malote pra mim e outras necessidades eu nem sei como eu estava vivendo aqui [sic]. (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

Enquanto presa, a interlocutora respondeu por um crime de tráfico de drogas, cometido dentro do presídio, ao ser encontrado drogas e um celular em sua cela.

Eu tive até audiência, mas fui absolvida, porque era tanta mulher dentro da cela e nenhuma me entregou, poderia ser de qualquer uma, então o juiz me absolveu. Eram só 300 gramas de maconha que estava guardada dentro de um pote de biscoito, de uma menina que tinha recebido alvará, aí eu fiquei com o pote debaixo do colchão. Fui pra tranca⁴⁶, mais de uma vez já, uma porque encontraram um telefone nas minhas coisas e, da outra vez, por causa de drogas, mas isso não é nada a vista do que a gente passa aqui todos os dias. A gente sofre muitos maus tratos, é peia nos procedimentos, é falta de água limpa de uma comida descente, não temos acesso a nada, feliz da gente quando elas resolvem deixar a gente tomar as duas horas de banho de sol, porque na maioria das vezes, só é uma hora e mal [sic] (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

Faria declara que, anteriormente, não era associado à mulher o direito à violência, somente podendo atingir seus propósitos por meio da malícia, pois “não lhes é permitida a prática de condutas que demonstrem a capacidade de inverter o papel social de inferioridade que lhes é imposto, o uso de violência por parte das mulheres choca, pois demonstra, em

⁴⁴ Dar ordens para algo acontecer ou deixar de ser feito.

⁴⁵ Matador de bela: quem mata mulheres.

⁴⁶ Tranca é uma cela escura sem ar, sem ventilação e nem luminosidade, feita de paredes grosseiras de concreto e chão de cimento frio grosseiro, onde só cabe uma pessoa. Não se tem onde tomar banho e se dorme no chão, as necessidades são feitas no final da pequena cela, dentro de um cano chamado de bojo, que fica aberto dentro da cela. A pessoa recebe a comida e a água pela porta e fica lá os dias de castigo. Se colocarem mais de uma pessoa, a presa é obrigada a dormir sentada e as vezes até em pé.

verdade, a equivalência dos seres na espécie humana” (FARIA, 2008, p. 164). Comparando a fala da autora e ao relato de Anjinha sobre sua conduta e de sua companheira, compreendo que a mulher não precisava mais se esconder atrás da figura masculina para cometer crimes, ao contrário, agora são ferozes, violentas, traiçoeiras, inteligentes e capacitadas, como o público masculino, ao ponto de cometerem crimes que chocam a sociedade.

A rotina do sistema prisional feminino é simples, algumas presas chegam, outras saem. Algumas ganham a liberdade, outras não. E também têm aquelas que deixam a prisão sem alvará de soltura ou por erro do Estado.

Num dia, Anjinha havia saído da tranca e estava em sua cela, quando a agente penitenciária chegou e disse que ela estava livre para ir embora, que seu alvará havia chegado. Ela havia sido absolvida do crime de tráfico de drogas que foi acusada dentro do presídio, foi feito o alvará de soltura e estava lá a sua liberdade para assinar e sair.

Eu assinei o alvará e fui embora com ele no bolso, achei estranho, por que eu só tinha recebido o alvará do trinta e três, mas eu ainda estava respondendo pelo outro crime que eu peguei quatorze anos. Elas mandaram eu assinar e disseram que eu estava livre. Eu até achava que era brincadeira, mas eu assinei e saí. Aí, após uns vinte dias, eu fui fazer a minha carteirinha para visitar a minha companheira, [...] duas horas depois que eu saí do lugar, o diretor do presídio entrou em contato comigo, disse que tinha acontecido um engano que era pra eu voltar para a unidade, aí eu marquei com ele lá na de frente pro terminal da Parangaba, aí eu me entreguei e voltei pra cá e mesmo assim, ainda peguei três meses de pena a mais por um erro deles [sic] (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

A interlocutora relata que a situação dentro da unidade não tem sido fácil, visitas proibidas por um tempo, às vezes, ultrapassando mais de um mês. Não podem cantar, nem orar ou rezar alto, não tem direito de participar de nada, somente do Projeto Livro Aberto⁴⁷ que chega para elas na cela.

A gente é excluída de tudo, o Estado não ajuda a gente em nada, a água que a gente bebe tem gosto de desinfetante, elas pegam as garrafas que vem com coisas de limpeza e tira só o rotulo e enche de água e coloca pra gente beber [...] A minha cela tem vinte e uma mulheres, dessas somente seis recebem visitas, incluindo eu e minha companheira. Aí, a gente divide o que tem com as demais, porque nem um absorvente que eles dão pra gente. [...] Antes podia entrar comida, tínhamos acesso a uma alimentação descente, as visitas eram semanais, e agora é só de quinze em quinze dias. O café da manhã são dois pães dormidos que parece um pedaço de pau que quebra é os dentes, e um café só a borra e almoço e janta frango todos os dias e que as vezes vem cru. [...] A facção ajuda muitas de nós, porque quem é batizada geralmente recebe visita, aí traz os materiais de limpeza e algumas coisas que a gente precisa, aí é

⁴⁷ Projeto desenvolvido pela Secretaria da Administração Penitenciária, através da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso, em que o preso escolhe, a cada mês, uma obra literária dentre os títulos selecionados para a leitura. O apenado tem o prazo de 21 a 30 dias para apresentar o relatório de leitura ou resenha. O relatório deve ser elaborado de forma individual e presencial. A resenha que atingir a nota igual ou superior a 6,0 é aprovada pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc). Depois, isso é levado para a vara judicial para ser avaliado sobre a redução da pena. Ao final de 12 obras lidas e avaliadas, ele terá a possibilidade de remir 48 dias no prazo de 12 meses da pena.

dividido, só para aquelas que fazem parte do grupo[sic] (Entrevista a Anjinha, realizada em 01/02/2020).

Rego, ao discutir sobre as justificativas lógicas do encarceramento, ressalta que se podia até pensar que a função da prisão deveria ser a recuperação do indivíduo, porém “só raramente isto acontece, pois, na maioria dos casos a prisão dessocializa ao invés de recuperar” (REGO, 2004, p. 2). E esse era o caso de Anjinha, mesmo tendo voltado para o presídio, após ser constatado o erro por parte do Estado, voltou mais indignada e dessocializada do que a primeira vez que entrou. Até porque os relatos das condições do cárcere e dos maus tratos que observamos nos depoimentos das interlocutoras são situações corriqueiras. Condições que seriam para socializar as mulheres, as deixam mais revoltadas contra o Estado, o que as leva a radicalizar a incidência da vida criminosa.

Anjinha, que teve seus vinte dias de liberdade por ter sido solta por engano, atualmente segue cumprido a pena em regime fechado, apesar de ter progredido para o semiaberto, pois não existe lugar adequado para o cumprimento da pena nessas condições do presídio.

Ela também relatou que aguarda a ida para o regime aberto e que espera a companheira também cumprir a pena, para juntas saírem do presídio e recomeçarem. Ela fala que pretende retomar os estudos e que, com a ajuda da família da companheira, seja a oportunidade de recomeçar, visto que foi abandonada pela família de sangue e pela facção.

4.4 Bahia

Bahia vivia com as quatro irmãs, o pai e a mãe em Salvador. Tinha curso superior em Administração e sempre trabalhou. Ela tem 35 anos, negra, magra, um metro de oitenta, usa corte de cabelo masculino, olhos escuros, rosto pequeno e arredondado, lábios finos, bochechas magras, e muitas cicatrizes nas mãos, braços, pernas, que iam do rosto até a cabeça. Ela falava com uma voz grave, com tom altivo e empoderado. No braço direito, tem uma tatuagem com a seguinte frase: “Samuel, ninguém morre enquanto permanece vivo no coração de alguém”.

No início da entrevista perguntou: “Essa entrevista vai sair em rede nacional? Porque a minha família não sabe que eu estou presa, e eu prefiro que eles permaneçam pensando que está tudo bem comigo, minha mãe morreria se soubesse disso.”

Ela havia sido criada na periferia de Salvador, sempre viu a mãe e o pai trabalharem para dar o sustento aos filhos e tinha que fazer o mesmo, principalmente depois que engravidou.

Morávamos em uma casa próximo da praia, um casebre que, a qualquer momento, se racharia e ia cair em cima de nós. Eu ajudava a minha mãe lá na barraca de praia, na

cozinha. Depois, quando fui ficando maiorzinha, fui trabalhar de cumin e garçõete. Eu estudava e quando saía da aula ia trabalhar. Paguei minha faculdade, me formei recebi diploma, e mesmo assim não conseguia emprego na minha área. Então, eu continuava trabalhando de garçõete lá na barraca [sic] (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Segundo Almeida (2001, p. 29), “as mulheres pobres, a partir do final do século XIX, com a industrialização brasileira, experimentavam uma desfiguração da sua situação conjugal e condição de trabalho”, pois a sociedade burguesa, ao longo do século XX, via a mulher como responsável pelos afazeres domésticos, enquanto o marido trabalhava fora, a fim de trazer sustento ao seio da família. Contudo, essa configuração não pode ser seguida pelas famílias pobres, pois “inúmeras mulheres eram chefes de família, e muito embora cumprissem tarefas domésticas e conjugais, ainda tinham que sair para trabalhar fora, uma vez que os considerados homens pobres, não poderiam sozinhos, sustentar o lar e os filhos sozinhos” (*idem, ibidem*).

Bahia, aos 16 anos, relacionou com um homem e engravidou. Ele era envolvido com a gangue que predominava no local onde moravam. Para a mãe, a notícia da gravidez soara como um escândalo, “eu criei vocês todas com tanta dificuldade, e vocês só me dão desgosto, você não tem vergonha, resmungava a minha mãe com a situação” (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020). O rapaz assumiu a responsabilidade pelo futuro filho e ajudou a moça no seu sustento.

A jovem mãe continuava a viver, contudo tendo que trabalhar mais. Pensando em um futuro melhor para a filha, resolveu estudar para alcançar o nível superior. A mãe da jovem cuidava da criança, enquanto estudava. O namorado, extremamente ciumento, não aceitava que fosse para a faculdade, como ressalta, “ele era muito ciumento, não queria que eu trabalhasse nem que eu estudasse, vivia me dando macho, eu já estava tão cansada daquele relacionamento, aí um dia eu resolvi deixa ele de vez”. (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Bahia sempre trabalhou, mas, enquanto estava com o companheiro, conheceu algumas pessoas do mundo do crime. Ela não participava de nada, até porque tinha medo de algo acontecer com ela, e a mãe descobrisse e a sua situação piorasse.

Eu sempre tive medo, mas eu sabia como tudo funcionava, tanto porque eu conhecia as pessoas por causa do bairro que a gente vivia. Era tudo muito fácil, se quisesse se envolver, não faltava oportunidade. O tráfico de drogas rolava solto nas calçadas e na barraca que eu trabalhava, traficar era normal para os turistas e pra quem frequentava [sic]. (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

A situação de Bahia pode ser comparada a de muitas mulheres negras e pobres, que cedo tiveram que trabalhar, mesmo sendo discriminadas e subordinadas. Almeida relata que a

situação da mulher pobre é bem mais precária. Sem grau de instrução, com salários mais baixos que o dos homens e sendo “chefes de família”, tem que lutar bem mais,

trabalhar duro, dentro e fora do lar, para garantir o sustento próprio e da família. Precisam, ainda mais, transgredir as regras da tipificação feminina para a autoafirmação, e quando se envolvem em crimes estão condenadas a suportar o preconceito e a injustiça (2001, p. 30).

Na faculdade, Bahia conheceu outras moças e assumiu ser lésbica para a família, apesar das críticas. Próximo ao fim do curso, não ligava para as críticas, queria ser feliz e viver intensamente, como relatou.

Em 2016, a interlocutora conheceu Rana, uma cearense que passava férias na Bahia, ambas de apaixonaram. Elas resolveram se mudar e morar juntas. Mas Rana tinha família no estado do Ceará e não queria abandonar a mãe, as duas irmãs e o irmão que moravam na cidade de Morada Nova.

Foi então que Rana decidiu que precisava voltar e convenceu a companheira, de que, em Fortaleza, por ser uma cidade turística, conseguiria um emprego melhor, em um hotel ou até em alguma empresa. Não seria mais explorada como no seu antigo emprego, como ressalta: “Eu pedi as contas lá da barraca que eu trabalhava e deixei a minha mãe cuidando da minha filha, e vim embora para o Ceará. Falei pra minha mãe que eu ficaria mandando dinheiro para ela e que vinha para cá em busca de melhorias”. (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Em julho de 2016, as duas mulheres chegaram em Fortaleza, durante o Fortal. As companheiras resolveram tirar alguns dias de férias, antes de começarem a procurar emprego. Gastaram todo o dinheiro que Bahia havia recebido com o pedido de demissão, sobrando apenas uma pequena parte.

Diante das dificuldades enfrentadas, Rana chamou Bahia para morar na casa da mãe, na cidade de Morada Nova, que era proprietária de um salão de beleza e também trabalhava com outros negócios não tão lícitos. Segundo Bahia: “Ela era conhecida e todos a temiam, o apelido dela era Negona”.

Ela sabia dessas ações, não participava, porém não conseguia arrumar emprego e o tempo estava passando. Ela precisava mandar dinheiro para a mãe que ficou em Salvador, cuidando de sua filha. Sem ter opções e precisando de dinheiro, a jovem começou a colaborar com a sogra, em assaltos, homicídios, tráfico de drogas. Enquanto isso, a companheira trabalhava no salão de beleza e mantinham o relacionamento.

Em *Ralé brasileira*, Jessé Souza (2009) relata a inserção da mulher negra na atividade varejista do tráfico de drogas, o que possibilitou maneiras de obter renda e movimentar a economia, tendo em vista a o descaso do Estado em ajudar as pessoas pobres e a falta de políticas públicas que as amparem.

A partir do momento que aceitou fazer parte dos negócios, Bahia estaria não só contribuindo com a economia do tráfico, mas também estaria dando a si uma maneira de subsistência.

Sabe pelo tempo que eu estou aqui, eu penso que apenas 15% de nós entra no crime por necessidade ou porque são ameaçadas de alguma forma, 20% pra assumirem coisas dos maridos ou dos filhos e até dos netos, o restante é porque querem poder e ostentação, querem dominar e enfrentar. (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Mas a vida de crimes de Bahia foi curta, em julho de 2017, um acontecimento iria surpreendê-la.

Era 05/07/2017, o calor da cidade era sempre insuportável, então eu estava lá fora sentada na calçada do salão de beleza, numa sombra que fazia. Eram três horas da tarde, quando as irmãs da Rana, Renata e Rebeca, vinham correndo ao meu encontro para entrar no salão. [...] Entraram casa dentro com um saco de moedas e um monte de drogas e gritavam para tudo mundo entrar. Mas não teve jeito, fomos todas presas [sic]. (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Na delegacia, foram encontradas com as jovens um cachimbo, um isqueiro, uma nota de R\$ 5,00 e dezoito pedras de craque. O delegado deu voz de prisão à Bahia, à companheira e às duas adolescentes.

As meninas foram soltas na delegacia, até porque uma só tinha doze anos e a outra quinze. Eu e minha companheira ficamos detidas, mas como a mãe dela conhecia muita gente e era perigosa, ela desceu logo para o presídio, após quinze dias. Eu fiquei trinta e cinco dias lá na delegacia, porque não tinha vaga no presídio. [...] No dia 23 de dezembro de 2017, foi a nossa audiência, ela foi absolvida e eu peguei cinco anos e vinte um dias, em regime semiaberto. Aí, fiquei em condicional, eu não podia sair daqui do Estado e se eu fosse cumprir a pena lá na minha cidade, a minha família ia ficar sabendo que eu tinha sido presa e eu não queria. [...] A minha raiva é que ela me abandonou, depois de ter me trazido pra cá, ela foi embora, para outro lugar e eu não tinha ninguém nem nada aqui [sic]. (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

A família de Rana havia se mudado para outra cidade, inclusive a mãe que estava foragida, mas queria continuar os negócios e precisou deixar alguém administrando, por isso, passou para o filho Samuel e também para Bahia.

Ela não era mais ré primária e, em uma cidade do interior, facilmente era reconhecida pela população e por policiais, que passaram a persegui-la. Os homens, semanalmente invadiam a casa onde morava, em busca de algo ilícito que a fizesse ser presa novamente

Toda semana, a polícia invadia a minha casa, aí eu passei a bater foto e comecei a denunciar eles, por causa disso eles pegaram rixa em mim. [...] O Samuel estava sendo acusado de ter matado o pai de um policial, durante um assalto, aí começaram a perseguir ele e eu, até a polícia dar um fim nele, e eu sabia que a próxima seria eu, mesmo eu não tendo nada a ver com ocorrido. [...] Devido ao Samuel ser filho da Negona, e sabendo que eu tinha tido envolvimento com a irmã dele, eu era suspeita, por causa da minha relação de parentesco. Eu não fui embora de volta para a Bahia, porque fiquei com vergonha da minha família, eu queria cumprir a minha pena completa aqui para poder voltar, mas aí fui presa novamente, só que agora foi por desacato [...] (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Em agosto de 2018, policiais invadiram novamente a residência de Bahia em busca de entorpecentes, mas nada foi encontrado. Então, a moça começou a gritar com os policiais de que já haviam revirado a casa toda, a procura da droga. Os policiais ameaçaram de prisão se não falasse onde estava e, cansada das ameaças, empurrou o policial e o xingou. Então, Bahia foi presa por desacato à autoridade.

Como estava na condicional e foi presa novamente, Bahia teve a pena aumentada e iria passar um longo período no presídio.

Quando voltei para o presídio, fui encaminhada para a ala G, que era a ala das facionadas da GDE, onde conheci minha nova companheira, na cela 08. Lá, eu virei prima fiel, tinha a ajuda das demais companheiras, passei um ano de vivência com elas, até que eu fui castigada por participar de um “forjo⁴⁸”. [...] Eu me passei por outra presa durante uma revista, trocamos de cela, aí eu fui descoberta, por causa disso me colocaram na solitária. Fiquei dez dias lá sem ver ninguém, só porque eu queria estar perto da minha companheira e haviam mudado ela de cela [...] (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Era um dia comum dentro do Presídio, quando Bahia iria ficar conhecida por ser a mulher que deu uma surra em um agente penitenciário e liderar uma rebelião. Foi nesse evento, que seu nome mudou de Beatriz para Bahia. Todas as presidiárias iriam respeitá-la e os agentes também, por considerá-la perigosa.

Quando eu voltei da tranca, no dia seguinte, teve procedimento, tinha um agente penitenciário aqui que oprimia as presas e batia muito na gente, muito mesmo! Nesse dia, ele já tinha batido na Gardênia e na Tenebrosa, e o pior é que a gente não pode fazer nada, porque eles ainda levam a gente para assinar um procedimento por desacato na delegacia, aí a gente apanha e tem que ficar calada, não dá em nada. [...] Colocaram todas nós em procedimento, eu estava de costas próximo das grades, eu e outra companheira de cela chamada Sâmia estávamos sentadas no lixo próximo das fezes que estavam no chão. O agente falou pra eu limpar, aí eu peguei e limpei com a chinela, mas ele disse que era pra eu limpar com a mão e eu disse que não ia limpar com a minha mão. Aí ele me arrastou pelo cabelo da cela 01 até a cela 03, depois de ter dado vários chutes em mim e ter me espancado. [...] Quando ele achava que já havia me batido o bastante e eu estava deitada no chão, próximo da grade pendurada ficava a corrente e um cadeado que é usado pra fechar a grade da cela. Sem que ele esperasse, eu desarmeí ele e peguei a corrente e dei uma surra nele de corrente, as outras presas aproveitam e foram pra cima também, descontaram tudo que ele fazia com todas nós. Eu ia era matar ele, bicho safado, arrombado, que gosta de bater armado em mulher, mas sem uma arma não é nada! [...] Chegaram outras agentes, deram tiro pra cima, gritaram, mas não tinha mais jeito, a rebelião já havia começado. Só conseguiram nos parar na hora que a GAP entrou e começou a jogar spray de pimenta e a atirar com balas de borracha. Me levaram para assinar um B.O., lá na delegacia. Ele falou na frente da delegada que eu tinha agredido ele, mas eu estava muito machucada. Aí, a delegada me perguntou o que tinha acontecido comigo. Eu falei tudo pra delegada, abri a minha boca e falei tudo que ele fez e que ele fazia pra mim e pra outras, tudo que ele fazia a gente passar no presídio, que ele era quem tinha me espancado, Aí, quem teve que assinar um B.O foi ele. De lá, eu fui para o IML fazer exame de corpo e de delito, mas não deu em nada, ele continua trabalhando e o Estado não fez nada pra tentar minimizar o que ele fez comigo. É sempre assim a

⁴⁸ É um estratagema em que uma presa vai pra cela de outra presa, se passando pelo nome dela, ou seja, forjando a sua identidade com intuito de fazer reunião, ter uma conversa particular ou ter relações sexuais. Depois de concluído seu objetivo, volta para a sua cela, e isso ocorre sem o conhecimento dos guardas.

corda quebra do lado do mais fraco [sic] (Entrevista a Bahia, realizada em 01/02/2020).

Depois do acontecimento, Beatriz passou a ser conhecida por Bahia, e as suas colegas do presídio, quando lhe veem, gritam seu nome: “Olha a Bahia, a mulher que representa o crime!”, assim exclamam as colegas.

Bahia saiu muito machucada e até hoje traz consigo as marcas das agressões, cicatrizes nas pernas, nos braços, no rosto e na cabeça, que foram abertas, um dedo da mão que foi quebrado naquele dia e que ficou torto por falta dos cuidados médicos necessários. Tudo isso causado por um agente do Estado.

Após o ocorrido, Bahia teve que ficar isolada na área da segurança máxima, o agente penitenciário que a agrediu permanece trabalhando, mas agora em outro presídio. Bahia aguarda o término do cumprimento da pena, em regime fechado, totalmente, e pretende retornar para sua cidade, após ter pago toda a sua pena.

No relato de Bahia, noto profundamente a sua indignação em relação ao tratamento dado a ela e suas companheiras, vistas como objetos, pertencentes ao Estado, sem direito a fala, a ter voz submetidas a agressões físicas. Isso nos remete a ‘sujeição penal’ Misse (2010) que está atrelada à sujeição civil, que é a violação constante dos direitos, momento que os componentes civis da democracia são violados, tais como a liberdade e o direito à justiça. Esse processo acarreta numa objetificação do ser humano, assim como na época da escravidão no Brasil, em que os senhores de engenho, proprietários de grandes latifúndios tratavam os escravos negros como coisas, objetos. A sujeição civil como subtração dos direitos civis e da dignidade humana não permitiu que fosse feita justiça a uma presidiária, mesmo agredida por um agente público. Esse episódio exemplifica a desvalorização do ser humano, tratada tal qual um semovente, pertencente a galeria que pode ser comparada aos diversos bens do senhor da casa grande e da senzala, podendo ser negociados e transacionados pelo Estado, pertencendo mais como um processo criminal, sem valor humano.

4.5 Arlequina

Em 2020, foi lançado um filme intitulado *Aves de Rapina: Arlequina e sua Emancipação Fantabulosa*, adaptação de personagens das histórias em quadrinhos, que reúnem vilãs, heroínas e anti-heroínas que lutam contra um poderoso mafioso da cidade de Gotham City, o Máscara Negra. A protagonista é a personagem Arlequina que surgiu, inicialmente como caso amoroso do vilão Coringa, arqui-inimigo do Batman. Com o fim do conturbado relacionamento

com o criminoso, Arlequina busca a sua autoafirmação ao realizar ações para provar que é uma criminosa autônoma, protagonista de sua história ilegal, tentando afastar a sombra do ex-parceiro e amante.

Arlequina se junta às personagens Canário Negro, Caçadora e Renée Montoya para salvar a vida de uma garotinha que está sendo perseguida pelo Máscara Negra. Além disso, as quatro mulheres cometem diversos crimes para alcançar um único fim, retirar o poder dos homens criminosos que existem na cidade e tomá-lo para si.

Figura 22 - Atriz Margot Robbie como Arlequina, cena do filme *Aves de rapina* (2020).



Fonte: Warner, divulgação.

Devido ao sucesso da personagem e pela sua construção artística como mulher transgressora, foi escolhida pela nossa interlocutora para ser o seu nome de batismo, de atuação criminosa.

A interlocutora é ruiva, de cabelos lisos e curtos, 28 anos, com aproximadamente 1.50m, pele branca, olhos castanhos, sobrancelhas arqueadas, nariz fino, com uma tatuagem na perna direita, uma Arlequina desenhada e pintada de forma colorida, que subia da canela à coxa.

Nascida e criada na periferia de Fortaleza, no bairro Vicente Pizon, Arlequina era a filha caçula de quatro irmãs, não recebia visitas da mãe, era órfã de pai, e estudou até o sexto ano do Ensino Fundamental. No dia da entrevista, Arlequina colocou as pernas e pés em cima do balcão de cimento que divide a tela, entre um lado e outro, momento em que uma agente se aproximou com ar ameaçador, segurando uma tonfa com as duas mãos, e gritou “baixe as pernas que você não está na sua casa!”.

A vida da jovem nunca foi fácil, porém algo lhe perturbava, sempre que lembrava do pai e da maneira como havia morrido. Como ressalta:

Meu pai brigava muito com a minha mãe. Num dia, ele foi embora de casa e me levou junto com ele, pra um lugar tipo um quartinho lá na favela. A minha mãe denunciou ele pra polícia. Quando chegaram lá, os policiais queriam prendê-lo, mas ele resistiu e não quis se entregar. Eu estava dentro da casa com ele, quando ele saiu pra fora pra

negociar com a polícia, me levou junto e me fez de escudo humano. Eu tinha só dois anos de idade, mas eu me lembro de tudo. A polícia atirou nele, mas também atirou em mim. Olha aqui a marca da bala no meu tórax, tive até que fazer cirurgia! Mesmo ele estando comigo nos braços, eles atiraram para matar sem piedade e conseguiram. [...] Ele morreu ali, sangrando, e eu fui levada ao hospital para o pronto-socorro. Eu não entendia nada do que estava ocorrendo, só sabia que ele havia morrido. Sempre que me lembro dele, essa história me perturba. Essas lembranças dormem e acordam comigo e, às vezes, eu tenho pesadelos de como tudo aconteceu naquele dia [sic] (Entrevista a Arlequina, realizada em 08/02/2020).

O pai da jovem era alcoólatra e viciado em outras drogas, sempre estava metido em confusão, praticava assaltos e levava o fruto do roubo, muitas vezes, para dentro de casa, o que a esposa, mulher honesta, não aceitava. Quanto mais ela pedia para ele mudar, mais ele se afundava. Fora preso e solto algumas vezes, mas nada dava jeito. Arlequina não seria diferente.

Eu ajudava a minha mãe na feira, as minhas irmãs trabalhavam em casa de família e não podiam ficar comigo, aí ela me levava para ajudar. Eu era só uma criança e achava até divertido. Mas, um dia, tudo mudou na minha vida. Eu só tinha 10 anos de idade, quando comecei a roubar. Fui pega pela primeira vez, quando eu saía da feira e ia pra Beira-mar, fazia assaltos, às vezes, acompanhada de uma galera e, às vezes, eu ia sozinha [sic] (Entrevista a Arlequina, realizada em 08/02/2020).

Ela começou cedo, com pequenos furtos na feira, em que laborava ajudando a mãe, e depois alguns assaltos. Após ser presa aos dez anos de idade, ainda criança, foi solta após três meses, o que lhe deu fôlego e coragem para continuar a prática criminosa, ao ter passado pelo sistema, junto com outras adolescentes que conheceu dentro da unidade. Ela agora não estava mais sozinha.

As práticas cotidianas de ajudar a mãe na feira continuavam e, com a justificativa de ir à escola, a jovem saía com as amigas para fazer assaltos, usar drogas e ir às festas. A mãe sabia de tudo, mas não conseguia ter o controle sobre a vida da filha. Enquanto a mãe trabalhava como feirante para sustentar a casa, Arlequina se distanciava da escola e da família. Ela estava com 12 anos quando cometeu seu primeiro homicídio.

Eu estava ajudando a minha mãe lá na feira, aí tinha um cara que sempre ficava olhando pra mim, eu nunca liguei, sempre achava que todo mundo que estava lá era pra trabalhar e ser amigo um do outro, até porque minha mãe já era conhecida lá por ser feirante há muitos anos. Um dia minha mãe mandou eu ir pegar umas caixas, com alguns produtos dentro, só que era distante do movimento da feira, ficava afastado para não atrapalhar que as pessoas caminhassem. Aí, foi quando ele me seguiu e me segurou a força, tampando a minha boca e me jogou no chão. Ele tentou me estuprar, mas perto das caixas sempre ficava uma faca pra gente testar as frutas, foi aí que eu consegui me levantar corri onde até próximo da faca e aí dei vários golpes nele, no corpo todo. Eu nem sei como eu fiz aquilo, só sei que não me senti mal por isso não, eu queria mesmo era matar ele, mas ele não morreu na hora, só depois de dois dias de internado no hospital [sic] (Entrevista a Arlequina, realizada em 08/02/2020).

Dessa vez, ela foi presa pela prática de um homicídio. Indignada por ter tentando se defender de um estupro, ninguém acreditava naquela menina, porque já estava desencaminhada. Todos no bairro e na feira já a conheciam. Mais uma prisão na vida, porém,

dessa vez, iria passar mais tempo dentro do sistema. Isso lhe daria oportunidades para aprender o alfabeto do crime e se tornar uma mulher extremamente violenta.

A “falta de fala” (OLIVEIRA, 2020) foi sofrida por Arlequina, ou seja, ela vivenciou a exclusão discursiva sobre suas motivações no caso do homicídio contra o homem que a estuprou; as pessoas da comunidade e a polícia não a ouviram, ninguém queria saber seus motivos. A falta de estrutura familiar, agregada ao fato de viver em um bairro violento, sujeita aos diversos tipos de violência causados pelo próprio Estado, juntando-se à sua prisão ainda menor de idade e seu sentimento de injustiça, fizeram de Arlequina a mulher de hoje.

O homicídio cometido por Arlequina se aproxima do que Almeida (2001, p. 42) relata sobre as mulheres que cometeram crimes contra inimigos. Elas retratam um tipo de despreendimento da pura condição feminina, mesmo sendo esposas ou mães e, no caso de Arlequina, apenas uma adolescente. Uma vez cometido o homicídio, a transgressão supera a imagem de adolescente quase por inteiro, representando socialmente uma mulher destituída da condição feminina.

Fiquei presa dos 12 até os 14 anos, tempo bastante para aprender como o crime funcionava dentro da cadeia. A minha mãe sempre ia me visitar, quando não tinha que ir pra feira. Lá dentro, a gente sofre muito, eles inventam que tem cursos e outras atividades para a gente, mas é só para mascarar, porque a peia come de esmola, fora as fugas quando tem, é bala, é gás de pimenta, é espancamento. Eu assumi lá dentro que era lésbica, depois que passei a me relacionar com outras meninas. O problema é que quando eles descobrem e separam a gente das nossas namoradas [sic]. (Entrevista a Arlequina, realizada em 08/02/2020).

Após algum tempo, Arlequina estava solta novamente. Aos quatorze anos, assumida sua sexualidade, estava namorando uma mulher mais velha. A companheira tinha vinte e nove anos; ela, quatorze, quando decidiram morar juntas, em uma casa próximo da mãe dela, no mesmo bairro. Era uma residência simples, mas tinha o necessário para ambas viverem bem. A companheira era professora em uma escola particular do bairro e incentivava a moça a retornar os estudos, pois conseguir um emprego era mais complicado nas condições em que vivia.

A adolescente problemática, estava viciada em cigarros de mesclado⁴⁹ e em bebidas alcoólicas, não conseguia se firmar nos estudos, nem em qualquer emprego. Ela sabia ler e escrever com dificuldades. Ao brigar constantemente com a namorada, se aprofundava cada vez mais no mundo do crime, pois a mente da jovem ficava mais perturbada, segundo o que ela me relatou na entrevista

⁴⁹ Mistura de maconha com crack em pó. O cigarro com esta mistura tem efeitos mais fortes que qualquer uma das substâncias consumida separadamente.

Quanto mais distante da condição feminina, Arlequina se aproximava dos estereótipos esperados e impostos pela sociedade para uma mulher que vivia em tais condições. Almeida (2001, p. 50) chama a atenção para os estereótipos (tipificações) construídos sobre a mulher. Quando se afasta da condição de dona de casa e de mãe, ou de uma jovem pura, doce e obediente e “passa ao mundo da rua, do álcool, do sexo fora do lar e das brigas, – o universo masculino – elas são descaracterizadas e, assim, há uma tendência a penas maiores”. As circunstâncias próprias da condição feminina são retiradas e elas passam a serem tratadas iguais aos homens.

A cada briga, eu saía de dentro de casa, mais magoada, lembrava muito da morte do meu pai e tudo que eu já havia passado. Eu ia lá pra casinha, um local de encontro, onde nos reuníamos pra fumar um baseado e trocar umas ideias. De lá, a gente ia assaltar na Beira-Mar, gostávamos muito de roubar ouro dos gringos. Às vezes, à polícia pegava eu e as outras e batia tanto na gente e depois soltava, mas eu nem ligava, às vezes, nem sentia mais nada, porque eu, geralmente, ia fazer assalto quando ainda estava sob o efeito das drogas. Enquanto o efeito não passava, eu tinha coragem para tudo, até de matar um. Então, enquanto a polícia me batia, não sentia nada. Algumas vezes, após passar o efeito, eu nem lembrava o que tinha feito. [sic] (Entrevista a Arlequina, realizada em 08/02/2020).

Sempre que discutia com a companheira, Arlequina saía de casa e passava dias sem que ninguém soubesse do seu paradeiro. A mãe da jovem e a namorada ficavam aflitas, indagando o que poderia ter ocorrido.

Mas, Arlequina, enquanto estava fora de casa, em suas andanças pela rua, montara uma quadrilha só para fazer assaltos e se vingar de algumas pessoas. Ela era a mentora de tudo, os demais integrantes só obedeciam, assaltavam casas, carros, pessoas, casas lotéricas e estabelecimentos comerciais de todos os tipos.

Comparo a quadrilha criada por Arlequina e suas artimanhas às jovens que fugiam de casa para se tornarem cangaceiras, nas primeiras décadas do século XX. Essas “meninas-moças” não eram raptadas, como se supunha, muitas iam voluntariamente, como ressalta Lins (2001, p. 79)

onde uma vez integradas as recrutas aprendiam a arte da sobrevivência, no sertão e desempenhavam um papel importante na organização e na dinâmica do bando. Guardavam o mesmo estatuto das cangaceiras fundadoras e participavam do rodízio de tarefas e ocupações. Não existia empregadas, de forma que essa organização e a divisão do trabalho precisava ter um caráter emancipador, para garantir que por meio de revezamento o bando tivesse sentinelas, garantindo a segurança do acampamento.

Assim como as cangaceiras, a jovem, ao lado de sua quadrilha, não tinha limites, andava sempre armada e até matava se fosse necessário. Como os lucros da quadrilha eram poucos só com os roubos, a moça começou a vender drogas, além de permanecer na prática dos assaltos.

O depoimento de Arlequina demonstrava o quanto ela queria falar pelos seus gestos, pelo que fez. Ela não seria mais vítima, mas sim, autora, não seria mais ferida, mas sim feriria, não tinha medo de enfrentar um homem, visto que já era homicida, ela também mataria. Enfim, os crimes de vingança e inimizade e o envolvimento com drogas e roubo, revelam ações criminosas em que a mulher assume a condição de assassina e bandida, como autora que faz tudo para se desvencilhar do inimigo.

Para Almeida (2001, p. 54),

mulher sem profissão definida, alcoólatra, ladra, viciada em toxico e envolvida em gangues, não merece um olhar benevolente do ponto de vista técnico jurídico. Do ponto de vista sociológico, percebe-se que a descaracterização da figura feminina e ao transgredir o modelo tradicional de mulher, é mais fortemente julgada e condenada. Assim as mulheres expostas nessa condição são vistas como marginais, igualando-se ao homem considerados mais brutais e violentos e, portanto, não lhe caberiam penas mais baixas, sendo consideradas perigosas e recebendo penas altas em regime fechado.

Logo, a interlocutora revela que

Na minha última separação, eu tinha 17 anos. Estava traficando e roubando muito, quando fui embora de casa totalmente e fiquei vivendo nas ruas, só com os parceiros do crime. Fui presa novamente fazendo assalto em uma casa, lá na Praia do futuro. Eu era muito violenta, batia muito nas vítimas, não sei o que acontecia comigo, eu tinha muita mágoa de todos, da vida, da morte do meu pai, da minha situação, parecia que não era eu [sic] (Entrevista a Arlequina, realizada em 08/02/2020).

Após o período na prisão, Arlequina foi solta aos 17 anos, mas como estava envolvida demais no mundo do crime, não conseguia parar. Então, aos 19 anos, em julho de 2017, foi presa por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Depois desse episódio, foi solta na audiência de custódia, no mesmo mês.

Mas, a jovem que, teve uma rápida passagem pelo Auri Moura Costa, iria voltar para o local, só que agora para cumprir mais tempo de pena.

Eu fui solta no mesmo mês, mas aí quando foi no mês de outubro do mesmo ano, fui pega novamente com 50 gramas de maconha, 20 balinhas e uma arma. Aqui na cadeia é assim, para não morrer tem que matar, porque existe muita inveja e muita briga entre as facções, então todas temos que escolher um lado. É a lei da sobrevivência. Me colocaram na ala da segurança máxima, **porque eu era voz de rua, aí as agentes acham que a gente tem influência sobre as demais.** Por causa disso, ficamos isoladas, depois que começaram o combate pra derrubar as lideranças das facções. O que ninguém sabe é que a gente só deu uma trégua, fizemos um pacto de boa convivência para não estarem se matando, mas é só uma questão de tempo, vai voltar tudo a ser como era antes [sic] (Entrevista a Arlequina, realizada em 08/02/2020).

Arlequina, ao retornar para o Auri Moura Costa, teve que se adequar às novas instalações e regras da instituição, onde permanece atualmente. Ela recebe visitas regulares da mãe, de quinze em quinze dias, e ainda não foi julgada, não sabendo quanto de pena ainda tem ou quantitativo que ainda vai pagar. Na rotina do Presídio, pelas manhãs, como não trabalha e não pode sair da cela, recebe um café às sete horas, almoço ao meio dia e janta às dezessete

horas, banho de sol todos os dias, com duração de trinta a quarenta minutos, sendo alternados um dia pela manhã e outro pela tarde, sendo possível as internas apenas possuírem dois shorts e duas blusas e pouquíssimas roupas de baixo, de preferência sem elástico.

A jovem conta que, na mesma semana da entrevista, estava sem tomar um dia de banho de sol, porque foi feito um procedimento dentro da cela em que estava e encontraram um celular. Portanto, todas ficaram de castigo sem direito a banho de sol, em uma cela pequena com três comarcas e um banheiro que foi ocupado por vinte e sete mulheres ao mesmo tempo, algumas dormiam em pé.

Analisando os maus tratos vividos por Arlequina, misturada ao seu sentimento de indignação, bem como a resistência às agruras impostas pelo Estado, dialogo com Castoriadis (1992, p. 155) para ressaltar que o ser humano não é uma máquina pseudo-racional e socialmente adequada, pois há uma resistência, um abafamento dos desejos, que ficam latentes e podem rebentar a qualquer momento.

O que me faz compreender que Arlequina, independente de viver solta ou presa, irá sempre ter surtos? Indago se o presídio é o local adequado para uma pessoa de mente perturbada, fato que ressaltou diversas vezes na entrevista.

A presidiária fala com indignação e relata que tem vontade de sair do presídio, para voltar a estudar ou fazer um curso de barbearia e retornar o namoro com a companheira que ficou aqui fora, o seu grande amor, em que tatuou seu nome no braço direito, ao lado do de sua mãe Cristiana. Na perna esquerda, outra tatuagem com a imagem de São Jorge,⁵⁰ seguida de uma carpa e, na outra perna, a linda personagem colorida e descompensada, a Arlequina.

4.6 A Xerifa

O termo xerife vem do árabe “*sharif*” (nobre) e remetia a um título de honra dos soberanos islâmicos que descendiam do profeta Maomé, e também a um magistrado chefe da cidade de Meca, no período do Império Otomano. Nos EUA, o termo indica uma autoridade policial ou legal, que é responsável por questões administrativas e judiciais de um município ou condado.

Emanuela era a filha caçula de quatro irmãos. A garota que veio com oito anos, de Itapiúna para Fortaleza, vivia com a família em uma pequena casa, no bairro Jardim Jatobá. A

⁵⁰São Jorge é um santo que representa a coragem e a resistência ao opressor, por isso é usado por muitas pessoas que querem força e proteção na luta contra o mal. Também é considerado padroeiro do Rio de Janeiro, que decreta feriado estadual no dia do Santo Guerreiro

mãe trabalhava como costureira e em casa tinha algumas máquinas, fazendo serviços de costura para fora. O pai não trabalhava, pois era viciado em cachaça e brigava constantemente com a mãe da menina.

A família era muito humilde e o dinheiro que ganhava servia só para comer. Os filhos estudavam com muita dificuldade e Emanuela começou a trabalhar em casa de família como doméstica, ainda adolescente. Os pais se separaram e a mãe da jovem faleceu quando ela tinha dezesseis anos. A irmã casou-se com um policial e foi embora de casa, os dois irmãos foram para o interior.

A jovem ficou morando sozinha e trabalhando em Fortaleza. Conhecia todos os bandidos do bairro, mesmo não sendo envolvida, sabia como as coisas funcionavam por ali. Emanuela, aos dezessete anos não namorava. A irmã achava estranho que a moça não ligava para ter um relacionamento sério e arrumar um casamento.

Para a família da jovem, ela só seria representada e reconhecida depois que se casasse e tivesse filhos, igual à sua irmã. Osterne (2012, p. 205) relata que mulher faz parte de uma série de representações que, “em essência são produtos da posição que os sujeitos sociais ocupam na estrutura social e têm a função de emprestar significado à realidade”. No caso de Xerifa, ela não tinha essa preocupação e sofria pressão da família por conta disso.

O que a família não sabia era que a moça não gostava de homens e não queria saber de nenhum tocando nela. Porém, em virtude de tantas cobranças por parte da irmã, resolveu se relacionar com uma pessoa, um jovem rapaz que morava próximo dali e que sempre a elogiava quando passava na rua.

“A morena linda!”, ele falava! Eu nem ligava, mas teve um dia que a minha irmã encheu tanto meu saco, que eu resolvi ficar com o primeiro que eu vi na minha frente. Quando eu saí lá fora, ele estava jogando de bila na rua. Eu cheguei lá e falei assim: ei, vamos ali, tu não vive querendo me comer? Essa é a oportunidade! Eu só sei que foi horrível, eu não queria que ele me agarrasse, mas deixei. Depois de dois meses, após a minha primeira relação sexual, eu descobri que estava grávida. Eu chorei tanto, fui mãe aos **dezoito anos**. Aí, tive que ir morar com ele, mas eu não queria saber, era só por causa do meu filho [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

A jovem mãe havia se submetido a um relacionamento praticamente forçado, porque precisava sustentar o filho, mas a moça não gostava do companheiro, como ressalta: “Eu trabalhava em casa de família, mas ganhava pouco e precisava de um apoio melhor para o meu filho, de alguém para dar de comer para ele e tudo que eu não poderia dar. Mas eu nunca gostei de homem” (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

A mudança no papel produtivo das mulheres, não tem sido capaz de superar ou mesmo reduzir as posições de gênero nos grupos familiares das comunidades. Osterne (2001,

p. 219) relata que a prevalência do masculino não está limitada à sua condição de provedor, vai mais além e reflete uma representação social de gênero que identifica o homem como autoridade familiar. Essa reflexão serve para analisarmos a estruturação das práticas sociais de onde Xerifa morava.

O companheiro sabia da condição da jovem, mas não aceitava a ideia de não querer ser sua mulher, então passou a traí-la com outras mulheres e saiu de casa. Agora, Emanuela era uma mulher livre para se relacionar com quem quisesse.

A moça continuou trabalhando e resolveu pagar um curso de segurança. Tinha carteira de motorista nas categorias A e B e habilidades com artes marciais, pois quando era adolescente lutava judô e capoeira. Só precisava melhorar as habilidades. Foi nesse período que começou a se relacionar com outras mulheres: “Eu arrumei um emprego de vigilante em algumas lojas lá no Centro e cheguei a trabalhar até em banco, eu sabia atirar, lutar e não tinha medo de nada, eu queria era saber se estava trabalhando se eu precisasse matar um eu matava”. (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

Emanuela trabalhava durante o dia e, à noite, saía para se divertir com os amigos do bairro, deixava o filho em casa dormindo. Para ela, bastava saber que o filho estava em uma cama confortável e que não estava com fome.

Como mãe solteira, o dinheiro que ganhava como segurança não era o bastante para suprir as necessidades dela e do filho. Angustuada, se viciou em drogas, começando pelo álcool, chegando a usar maconha, rocha⁵¹, heroína, cocaína e crack.

Eu gostava de tomar uísque no início, aí alguns amigos ofereceram um baseado, mas eu fumava e não sentia nada. Foi aí que uma vez um colega disse assim: “— pois toma esse daqui que, tu vai sentir!”. Era um comprimido de LSD. Foi a maior viagem da minha vida, eu fiquei elétrica, não me lembrava de nada. Aí me chamaram para fazer um assalto em uma ótica, eu fui pilotando uma moto, fizemos o assalto e, em uma noite, ganhamos cinco mil reais [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

Entendo que Emanuela quebrou todos os paradigmas esperados por uma mulher na sociedade, não só por assumir a homossexualidade, mas também por ser mãe solteira, dona de casa, trabalhadora, que gostava de festas, álcool e drogas, frequentava ambientes que eram tidos como não tão adequados para uma mulher. A jovem quebrava com um “pacto machista” que a sociedade tinha como padrão, aquele ser feminino dócil, frágil e dependente de um homem para a vida social. Sobre isso, Almeida (2001, p. 101-102) relata que a mulher era freada por uma nova colonização, pois quando saía do poderio do pai e ia para as mãos do marido, tinha que ter o seu tempo e sua dedicação integralmente aos cuidados dos filhos e do cônjuge. Ser mãe e

⁵¹ Droga sintética, também conhecida como “droga do vacilo” ou comprimido de Rohypnol.

esposa amantíssima deveriam ser suas principais preocupações, deixando outros valores e a sexualidade em plano secundário.

O dinheiro vinha fácil e a jovem acabou se encantando pelo mundo do crime. Ficou desempregada e passou a usar os objetos que serviam para o trabalho para fazer assaltos, tinha acesso a armas, fardamento de segurança, algemas e poderia comprar armas com mais facilidade, sem levantar suspeitas.

Eu tinha porte legal de arma de fogo e tinha as armas, colete à prova de balas, munição e me passava bem direitinho por segurança. Comecei a fazer assaltos, mas não fazíamos assalto em lugar pequeno não, era coisa grande, postos de gasolina, carro forte, banco, casa lotérica e lojas grandes que tinham muito dinheiro. Não fazia assalto em boteco do bairro não, a fita era sempre grande [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

A jovem saía de casa todos os dias fardada, como se fosse trabalhar, bem armada e com colete à prova de balas. Parecia que ia de fato atuar como segurança. Ninguém da vizinhança suspeitava e sua irmã acreditava que tudo estava indo bem. A mulher já havia comprado um carro, uma moto e reformado a casa. A geladeira era sempre cheia e não faltava nada para o filho. Parte dos recursos que ganhava com o fruto da vida criminosa eram revertidos para sua casa e o bem-estar de seu filho e a outra parte para diversão.

Emanuela mantinha as características de mãe e de mulher que cuidava da casa e que saía todos os dias para trabalhar, o que lhe dava o estatuto de “boa e devotada, dada as tradições familiares e a maternidade e portanto ela se aproxima mais do “bom selvagem” (ROUSSEAU) do que do monstro criminoso, ela era salva pela maternidade, que lhe oferece a condição de bondade e docilidade e lhe esconde a natureza perversa e imoral” (ALMEIDA, 2001, p. 138). Neste trecho, a autora está citando o filósofo francês Jean Jacques Rousseau, que desenvolveu em sua obra a ideia do *bom selvagem* que seria o estado da “verdadeira juventude do mundo, em que todos os progressos anteriores foram em aparência, outros tantos passos para a perfeição do indivíduo, mas, na verdade, para a decrepitude da espécie” (ROUSSEAU, 2005, p. 92). A ideia de *bom selvagem* não se refere a um tipo de ser humano que necessariamente teve que existir em algum momento remoto da nossa história, nem que define perfeitamente o comportamento tribal. É uma suposição hipotética, algo que serve para entender a natureza do Estado, e não para saber como vivíamos antes.

Ao prosseguir o relato, a interlocutora explica que

Geralmente, éramos sempre em cinco pessoas, eu, outra mulher e três homens. Funcionava da seguinte forma: eu saía sozinha e ficava observando o local durante algumas semanas, às vezes, alguém que trabalhava no local dava a fita do funcionamento. Quando não, eu observava o movimento e aí, traçava o plano, o horário que tinha menos movimento e onde ficava o caixa ou o cofre. Um dos rapazes era o piloto de fuga, a outra moça ficava lá fora acompanhando o movimento, se caso a polícia chegasse ou alguém para ela poder avisar, enquanto isso lá dentro do

estabelecimento fazíamos o assalto, eu e os outros dois. Um dia eu estava reunida com alguns parceiros quando um policial chegou, eu já era conhecida no meio do crime, e veio pra negociar uma fita⁵² que ele estava dando de uma loja muito grande, lá no Centro. Ele trabalhava lá de segurança. A gente ia fazer o assalto e ia ser metade dele e o restante dividido pra nós. Eu aceitei, mas eu não confiava nele. Todos os parceiros falavam que ele queria mesmo era me matar, mas eu sempre deixava ele por perto, só que não confiava. Fizemos mais de um assalto, de fita dada por ele, quando foi um dia, fizemos um assalto e ele não queria repartir o dinheiro como havia ficado combinado, e enfiou o revólver na minha cara. Os outros correram. Só que eu desarme e matei ele com a mesma arma que ele ia me matar. Dei só um tiro na cara. Quando ele caiu, eu peguei e passei o sangue dele na minha boca. Coloquei o corpo dele dentro do carro e fui deixar lá na casa da família dele, e ainda disse assim “agora pode vir me matar!” Ele era um bandido igual a nós, merecia morrer, eu não me arrependo de ter matado ele. Ou era ele ou eu [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

Após esse episódio, ganhou fama de xerife do crime no meio dos parceiros. Ela era matadora e assaltante, ninguém a enganava. Mas, o fim da sua atuação estava perto.

Um dia, outro policial deu uma fita pra gente de num posto de gasolina e nós fomos. Só que chegando lá, o menino que sempre dirigia não tinha ido. Aí substituímos ele por outro rapaz. Ele era até menor de idade. Fizemos o assalto e fugimos, só que, no meio do caminho, começou a perseguição. Ele perdeu o controle do carro A polícia conseguiu atirar nele e ele ficou ferido. O outro gritava: “— é melhor a gente se entregar logo vamos todos morrer!” Mas eu preferia continuar fugindo, teve um momento que conseguimos desviar da polícia e, no meio do caminho, largamos o carro e fomos a pé pra casa A viatura passou direto e não viu ninguém na BR 116, onde o carro ficou largado [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

Após chegar em casa, Xerifa pensou que estava tudo em paz, procurou pelo celular, documentos e carteira e lembrou que havia ficado dentro no carro. Em pouco tempo, a polícia bateu em sua porta, mas a moça, experiente, esperava e tratou de se livrar de todas as provas que podiam incriminá-la. Se desfez rapidamente de todas as armas, munição e colete que tinha em casa.

Eu já estava indo fazer um BO pra falar que tinha perdido os documentos, quando eles chegaram na frente lá de casa, com os documentos do carro e perguntaram se o carro Fiat e cor vermelho era meu! Eu disse que sim. Aí, peguei meu filho nos braços e fui até a delegacia pra fazer o reconhecimento. Chegando lá, o policial só disse assim, “— segura aí o filho dela!” A policial pegou meu filho nos braços, aí, foi quando um deles agarrou no meu cabelo, me jogou no chão e começou a me bater. Teve uma hora que eu disse assim, “— está bom!” Mas o policial respondeu: “— está bom nada! você não derramou uma lágrima, não deu um grito, esses aqui levaram umas caibradas que já tão tudo se derretendo”, apontando para os comparsas, que já haviam sido presos antes de mim. Me levaram pra dentro de uma sala, onde tinha um tambor de água daqueles azul bem grande. Levei tanto choque e fui afogada diversas vezes. Chega já estava de boca roxa. Eu achava que ia morrer, quando me pegaram e levaram numa cela e apontaram assim: “está vendo aqui, tudinho tão preso por sua causa. Eu respondi que não conhecia nenhum, porque, até pra ser do crime, a gente precisa ter coragem e passar confiança. Eles ficaram só calados, também não me reconheceram, até porque se me entregassem, depois eu matava. Na parede tinha uma foto minha bem no centro e um monte de fotos menores apontando para mim, mas eu ficava só calada não

⁵² Atuação de fato do cotidiano de um estabelecimento, podendo ser criminoso ou não, dependendo do teor da conversa. Ex.: estou na fita (estou participando de uma fita), geralmente é o termo usado pela pessoa que é o bode expiatório para passar as informações para os demais agirem.

respondia nada. Eu estava sendo investigada lá, tinha foto minha vendendo arma e munição para um monte de gente. Quando cheguei aqui no Auri, eu estava tão machucada que o diretor não queria me aceitar aqui de jeito nenhum. Aí, mandaram primeiro fazer exame de corpo de delito, pra não dar bucho pra eles. Quando voltei do exame, fui logo premiada indo pra tranca. Passei quinze dias lá pra depois descer para ala. No dia do meu julgamento, a juíza nem me deixou abrir a boca, só me disse que eu seria julgada e pronto. Fiquei com tanto ódio naquela hora que eu a ameacei que, quando eu saísse, ia matar ela. Por causa disso, mesmo sendo primária, peguei essa pena de quatorze anos, tão alta. Mas eu ainda vou me vingar! [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

Girard (1990, p. 36) fala que existem pessoas que racionalizam a vingança, conseguindo dominá-la e limitá-la ao seu bel prazer. Pode manipular sem perigo, transformando-a em uma técnica extremamente eficaz de cura e, secundariamente, de prevenção a violência. Analisando o relato da audiência de Emanuela, vejo o sistema judiciário controlando a violência e se vingando de maneira eficaz de uma pessoa que não teve um lugar de fala.

Emanuela tinha prazer em matar, não se deixava enganar por ninguém e era muito desconfiada. Era uma mulher objetiva e de poucas palavras, não gostava de ser contrariada. Ao relatar a sua história, pedia para que eu a ouvisse sem fazer questionamentos ou perguntas.

Dentro da cadeia, Xerifa era conhecida e continuou a se relacionar com outras mulheres. Casou-se com uma nova companheira e era respeitada por ser uma mulher extremamente atrevida. Foi para a tranca diversas vezes, dava a voz para começo de rebeliões e mandava em um pavilhão completo. Por ser uma presidiária antiga, foi progredindo de regime e chegou a fazer cursos e até a trabalhar dentro do presídio.

Eu colocava celular, droga tudo pra cá pra dentro por meio do confirma⁵³, mas eu não mexia com nenhuma facção, só que eles sempre ficavam na minha cola. Eu não queria não, mas depois de certo tempo, a gente acaba tendo que escolher um lado. Eu não sou batizada, mas sou simpatizante da GDE, e então, assim nos tornamos primas, é uma relação diferente. Não é irmã, porque não é batizada. Não é cunhada, porque não sou casada com nenhum homem, nem mulher que está preso da facção. Nem sou da massa carcerária, porque temos um lado e a massa não tem lado, mas sou prima, porque sou simpatizante [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

Dentro do Presídio, Xerifa presenciou diversas rebeliões e tratamentos degradantes em relação a ela e as suas companheiras, que vão desde violência psicológica e corporal, até a falta do mínimo para sobrevivência de um ser humano.

A jovem conta que, determinada vez, recebeu a notícia que o filho estava sendo maltratado aqui fora, que o pai do menino havia levado ele para morar com a madrasta que batia nele e o deixava passar fome. A notícia soou como um “veneno” no corpo de Xerifa, que a fez

⁵³ Confirma é uma palavra usada para descrever a ação de depositar dinheiro na conta de alguma agente penitenciária para que essa trouxesse o que se pedia.

bater garrafas⁵⁴ de plástico nas grades para chamar atenção das agentes para que pudessem levá-la até a assistente social ou defensor público, que pudesse fazer algo por ela.

Mas, infelizmente, sua conduta foi tomada como mentoria de possível rebelião e foram chamadas várias agentes penitenciárias armadas e até o GAP para contê-la.

Eu derrubei a grade, não sei como, mas eu estava com tanta raiva que eu queria matar a madrasta do meu filho. Eu só sei que quando eu menos esperava, a grade da cela já estava era no chão e ali começou uma pequena rebelião dentro da ala. Uma das agentes veio ao meu encontro, já me batendo, e segurei nos cabelos dela e derrubei ela chão. Ali começou a confusão, porque as outras presas começaram a gritar e a bater garrafa, quando eu menos esperava a ala toda já estava solta, todas as presidiárias haviam saído das celas e já estava tudo pegando era fogo [sic] (Entrevista a Xerifa, realizada em 15 de fevereiro de 2020).

Almeida afirma que a maternidade é fundamental para entender como se constrói o lugar da mulher no imaginário social, pois “a construção da mulher materna retira seu estatuto de imoral e perversa e do lugar a mulher doce e emotiva” (ALMEIDA, 2001, p. 138). O motivo que levou Emanuela a causar uma rebelião no presídio para chamar atenção da direção, no intuito de resolver o problema do filho justifica a construção do lugar da mulher forte, mãe e emotiva

A interlocutora conta, atualmente, com 32 anos, e segue cumprindo pena, mas recebeu o benefício da prisão domiciliar com a tornozeleira para poder cuidar do filho em casa. Ela só está aguardando as liberações burocráticas para instalar a tornozeleira e sair do presídio.

Xerifa fala que teve a oportunidade de trabalhar na padaria que funciona dentro do presídio. Ela pretende sair e colocar seu próprio negócio em casa, para fazer e vender salgados, pães, bolos e dar uma vida melhor para o filho que já passou muito tempo longe dela, sendo maltratado. Ela, agora, quer compensar o tempo perdido.

Embora Xerifa tenha tido a oportunidade de trabalhar na padaria do presídio, observo que as demais presas não têm as mesmas oportunidades. Na realidade o trabalho para algumas é uma forma de passar o tempo dentro do presídio, para não estarem na cela, fazer qualquer coisa fora dela é melhor do que estar presa e sair só na hora do banho de sol. Ademais, o ambiente de trabalho como pude constatar nas minhas visitas ao presídio é precário, e as presas – como falou Xerifa em parte de sua entrevista – não recebem remuneração compatível, mas apenas uma ajuda de custo.

Sobre o trabalho das presidiárias no IPF, é tido pelos indivíduos encarcerados como uma maneira de passar o tempo. Silva (2010, p. 44), por sua vez, afirma que não há identificação

⁵⁴ Tática usada dentro do presídio para chamar a atenção das agentes. Por algum motivo, as presas batem garrafas de plástico nas grades até que algum agente penitenciário venha ao seu encontro.

de presos com a atividade laboral realizada e não ocorre a pretensa reeducação social colocada pelo discurso legal do Estado que justifica a pena privativa de liberdade. Dessa forma, a manutenção do encarceramento de um preso, com um estado deplorável de saúde, faria com que a pena não apenas perdesse o seu caráter ressocializador, mas descumpriria um princípio geral do Direito, consagrado pelo artigo 5º da *Lei de Introdução ao Código Civil*, o qual também é aplicável subsidiariamente à esfera criminal, e por via de consequência, à execução penal, que em seu texto dispõe que “na aplicação da lei o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum” (SILVA, 2010, p. 44).

Conforme afirma Martins (2009, p. 121), na criminologia, as figuras femininas foram circunscritas ao longo da história por diversos saberes e práticas. É sabido que, por muitos séculos, em comum mantiveram a docilidade, a fragilidade, a dependência, a maternidade e a vocação para a família, sendo inaceitável o comportamento divergente destes.

No caso das mulheres autoras de delitos, ou seja, no caso de Xerifa, ainda ocupam um espaço de oposição à figura feminina aceita socialmente. Ou, para utilizar-se de um enunciado jurídico apresentado até os dias atuais na codificação brasileira, a mulher criminosa está em oposição à figura da mulher *honest*. Então, por mais que ela tente retornar para casa e cuidar do filho e fazer atividades lícitas, por ter passagem pela justiça, nunca mais Emanuela poderá ser vista como uma mulher honesta.

4.7 Pocahontas

Pocahontas era o apelido de Camila, uma linda jovem *de trinta anos* que cumpre pena no Auri Moura Costa, desde o ano de 2016. Ela é morena, magra, cabelos longos e pretos, olhos pequenos esticados e escuros, assim como os cabelos, boca pequena e lábios finos, sem tatuagens na pele, falava com voz baixa e bem humorada.

O apelido é baseado na personagem título da animação *Pocahontas*, lançada em 1995, pelo Walt Disney Animation Studios. É o primeiro filme de animação da Disney a ser baseado em uma personagem histórica, a mulher nativa americana Pocahontas, que apresenta a narrativa de seu encontro e romance com o inglês John Smith e os colonos que chegaram na região da Virginia, no início do século XVII.

Pocahontas, como era conhecida no presídio, ficava triste todas as manhãs, quando a mãe saía para trabalhar e a deixava sozinha com o padrasto e os irmãos mais novos em casa. A garota, que era a mais velha entre os três irmãos, **com oito anos de idade**, ficava responsável pelos irmãos mais novos, enquanto a mãe saía para trabalhar.

Morávamos lá na Barra do Ceará, perto das Goiabeiras. A minha mãe trabalhava em casa de família e era separada do meu pai. Eu e meus dois irmãos ficávamos em casa sozinhos com o meu padrasto. Eu apanhava muito depois que a minha mãe saía. Ele me levantava à força da rede e me colocava para fora, trancava o portão e me deixava do lado de fora da casa, descalça, com fome, com sede e toda assanhada. Eu passava o dia inteiro na rua, pedindo as coisas aos vizinhos, tinha dia que comia e tinha dia que não comia nada. Quando a minha mãe chegava em casa, era outra pisa, porque ela não acreditava em nada do que eu falava. Eu era só uma criança, mas a vida já estava me ensinando como era dura [sic]. (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Muito jovem, Pocahontas conheceu todos os traficantes do bairro, passava o dia nas ruas e era sempre chamada para fazer pequenos serviços de aviãozinho ou de alma⁵⁵. Ela que cresceu em meio a tantos traumas, aos quatorze anos, fora abusada pelo padrasto e pelo meio irmão, filho do padrasto. A mãe não acreditou no que aconteceu e preferiu dar crédito ao marido, ao invés da adolescente.

A interlocutora, ao se ver diante daquela situação, resolveu morar na rua. A mãe que não a apoiava e nem acreditava na adolescente, não fez esforço algum para tentar reparar a situação. Ao contrário, Pocahontas conta que a mãe a expulsou de casa, pois escolheu a companhia do marido do que a dela: “Fui morar na rua, comia lixo, dormia embaixo dos alpendres das calçadas e não tinha para onde ir. Foi quando me lembrei de algumas pessoas que poderiam me ajudar” (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Para Almeida (2001, p. 113), “a violência alastrada nas vidas de tantas cidadãs é algo indefinido, incerto, inconstante, mas reinante, permanente e crescente”, e esse era o caso dessa interlocutora, uma vida de traumas de violência, que durante seu relato, me fez chorar e despertar o sentimento de empatia.

A vida da jovem não era fácil, enquanto esteve morando na rua para poder sobreviver, virou garota de programa e, muitas vezes, se submetia a situações terríveis, até agredida para poder ganhar um pouco de dinheiro para comer. Fazia alguns trabalhos de aviãozinho e aplicava pequenos golpes como o “boa noite cinderela”.

Saía para fazer programas particulares para traficantes e para homens da elite de Fortaleza. Passava dias em casas de praia, dançando, usando droga e se prostituindo. Era conhecida por todos os homens daquele meio como a linda Pocahontas. A prostituição tornou-se um recurso econômico para seu sustento. Ela era a sua própria provedora e não dependia de marido, nem de pai, nem de mãe, somente do seu trabalho.

A moça não tinha coragem de roubar e nem de traficar diretamente, porém estava cansada de se submeter àquela situação, que a arrastava para um poço sem fim, desde os

⁵⁵ Pessoas que trabalham disfarçadas para os traficantes ou policiais que se infiltram na comunidade, são chamados de almas.

quatorze anos, quando saíra de casa até os dezoito anos. Foi quando Pocahontas conheceu um rapaz que se chamava Alan, o homem que já havia sido preso por roubo e era usuário de drogas. Ele se apaixonou por Camila.

Alan vinha de uma família de classe média, tinha carro, casa própria, havia estudado em escolas particulares, não sabia o valor das diversas dificuldades de conseguir trabalhar para se sustentar. A mãe era funcionária pública e o pai tinha um bom emprego, que ganhava bastante para manter o único filho.

Com o apoio financeiro da família do companheiro, conseguiram comprar uma pequena casa, onde Camila foi morar. Lá, os noivos tiveram três filhos, dois meninos e uma menina que, atualmente contam com 10, 7 e 6 anos de idade. Camila estava vivendo uma nova fase da vida

Eu achava que ia ser feliz ao lado dele. Achava que pelo fato dele ter estudado e ser de uma família bem estruturada, eu teria feito um bom casamento, que nunca mais ia passar necessidade e que nada ia me faltar. Mas eu me enganei, ele era um homem igual a todos os outros, agressivo, me batia todos os dias. A família dele sabia, mas ignorava, ninguém se metia. Ele me deixava passar fome com os meus filhos, aos poucos ele vendeu tudo que tinha dentro de casa para trocar por droga. Foi aí que eu tive que voltar a trabalhar [sic] (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Camila não tinha estudado e, diante daquela situação, para não ver os filhos passarem necessidade, voltou a trabalhar como garçõnete, à noite, e doméstica durante o dia. Nos dias em que estava em casa, lavava roupas.

Eu não tinha muita opção, até porque não tinha estudo, também não queria voltar a me prostituir. Eu trabalhava de dia e a noite para colocar o pão em casa, para não ver faltar o leite dos meus filhos. Porque eu não podia contar com meu marido para nada, ele era um viciado. Ele me agrediu tantas vezes que eu tive cinco abortos dele, eu ficava toda roxa de peia [sic] (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Camila conta, com riqueza de detalhes, a violência sofrida pelo marido e chama atenção para o fato de ter sofrido cinco abortos em virtude das agressões. O fato que mais lhe trazia indignação era que a família do marido sabia das agressões. Camila pediu ajuda aos sogros, porém agiam de maneira indiferente ao sofrimento da jovem, como se concordassem com tudo que estava acontecendo. Camila relata que a sogra falava que não via nada demais na situação “porque o filho dela era homem e homem era assim mesmo”. Osterne (2001, p. 219), descreve que “a prevalência do masculino não se limita à sua condição de provedor, vai mais além e reflete uma representação social de gênero que identifica o homem como a figura de autoridade”. Portanto, determinadas comunidades demarcam, cartesianamente, o lugar do homem e o lugar da mulher. O homem é para trabalhar fora e garantir o sustento, enquanto a mulher é para respeitar o marido, cuidar da casa e dos filhos.

Novamente, a situação de violência e de indiferença sofrida, quando era adolescente ao ser expulsa de casa pela mãe, era vivida por Camila, ao sentir a indiferença dos sogros. Cansada dos maus tratos e, sem ter quem a ajudasse, resolveu ir embora, fugindo com os três filhos. Foi morar na cidade de Tauá, na casa de uma amiga. Mas, as dificuldades aumentavam e a jovem mãe precisava contribuir com o sustento dos filhos. Ela salienta que “foi quando resolveu traficar drogas. Eu não vendia para luxar, era por necessidade, para pagar o aluguel e sustentar os meus filhos” (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

O ex-marido, extremamente ciumento, estava à procura da mulher e dos filhos e, infelizmente, o lugar onde estava escondida com as crianças foi localizada por ele, que a ameaçou e a fez retornar para casa.

Para Osterne (2001, p. 227), “a violência que se pode constatar empiricamente na comunidade, pelas marcas de agressão no corpo das mulheres ou através de relatos, é exatamente uma violência que mantém a relação pela subordinação da agredida ao seu agressor, por sua sujeição possivelmente revoltada, porém consentida”.

Isto contribui para que esta interlocutora afirme: “Eu preferia vender droga a voltar a me prostituir. Todos os dias, eu pedia perdão a Deus, porque eu fazia por necessidade não era porque eu queria” (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

A moça não parou de traficar e, com mais experiência nas atividades ilegais, sustentava os filhos. O marido seguia viciado e agressivo e quando já não tinha mais o que vender para gastar com as drogas, resolveu vender a casa em que a família morava.

Nesse período, a jovem se separou do homem e foi morar na casa da mãe. Agora era adulta e sabia se defender; não tinha mais medo de ser maltratada.

Ele vendeu a nossa casa e foi embora morar com a mãe dele, sendo que depois que a mãe dele morreu, fiquei sabendo que mataram ele, até por que era ela quem bancava o vício dele. A minha saída foi pegar meus filhos e ir para a casa da minha mãe, para não ter que ir para a rua novamente. Em pouco tempo, comprei um terreno e consegui levantar uma casa muito boa para ir morar com meus filhos. Eu não queria ficar muito tempo na casa da minha mãe, até porque eu tentei matar meu padrasto duas vezes, queimado. Coloquei meus filhos para ir para casa da minha irmã e esperei ele vir passar a mão em mim novamente. Eu sabia que ele ia tentar. Eu já tinha comprado cinco litros de gasolina e joguei em cima dele. Só não deu tempo pegar fogo, porque o fósforo ficou longe, mas eu ia atear fogo nele com tudo que tinha dentro de casa, ia ser uma verdadeira explosão misturada com gás de cozinha e gasolina [sic] (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Camila continuou investido no negócio das drogas e, desse trabalho, conquistou a independência financeira. Ela comprou um terreno e construiu uma casa. Além do sonho tipicamente feminino, Camila representa também a mulher que ousa. E dessa forma foi vivendo numa tensão de dependência e independência (ALMEIDA, 2001, p. 117).

No ano de 2014, Pocahontas, que permanecia fornecendo drogas para o sustento dos filhos e dela mesma, conheceu um novo amor, era um rapaz que também era envolvido com o tráfico de drogas em Fortaleza. A forma de fornecimento dele era diferente, porque ele colocava droga para dentro do presídio, o que para Pocahontas era algo novo.

Para Brasil e Escobar (2019, p. 263), “o tráfico de drogas se apresenta na atualidade como um dos negócios mais lucrativos, em todo o mundo empregando um número considerável de pessoas em cadeia produtiva, que vai desde a produção, circulação, e movimentando somas consideráveis de dinheiro”. É uma das variadas formas de inserção de mulheres na atividade ilegal do comércio de drogas como comerciantes varejistas, movimentando a economia do tráfico e possibilitando a elas e suas famílias uma renda mínima.

A jovem começou, além do relacionamento, um novo negócio, muito mais lucrativo, porque a dificuldade para entrar com drogas no presídio fazia com que se tornasse mais cara. Esse serviço só pode ser prestado por alguém de confiança. A pessoa contratada por um preso ou presa para entrar na cadeia com determinada mercadoria escondida tinha que ser indicada por algum conhecido. Não pode ser qualquer um. E também precisa ter boas referências no mundo do crime.

Uma pedra de crack aqui fora, na época, era cinco reais, lá dentro a gente vendia por cinquenta reais. Eles pagavam pelo confirma, eu olhava se o dinheiro tinha caído na conta e ia deixar a droga no dia da visita. Eu era cadastrada como a visita de um preso, aí entrava com a droga escondida e os agentes faziam vista grossa, às vezes, já era combinado, como sempre era pouca quantidade. Demorei a ser pega, foi a minha primeira queda. Quando eu caí, ele me abandonou, me deixou na cadeia e nunca veio fazer uma visita. Eu vi que, a partir dali, tinha que seguir minha vida sozinha, fazer o meu próprio nome, sem homem nenhum do meu lado, se eu quisesse viver aqui dentro [sic] (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Entretanto, mais das mulheres estão presas pelo crime de tráfico de droga, devido a vários tipos de envolvimento, como a venda, o transporte para as instituições prisionais. São ações que estão bastante corriqueiras (PEREIRA e SANTORO, 2018, p. 88).

Pocahontas era procurada pela polícia e, quando foi presa pela primeira vez, além de responder por tráfico, a polícia revelou que ela também estava sendo investigada por outros crimes, como corrupção ativa, extorsão e agressão. Como já existia um pedido de prisão preventiva em seu nome, ao ser presa, mesmo sendo primária, ficou reclusa no presídio.

Em 2016, ganhou a liberdade após cumprir dois anos de pena em regime fechado, mesmo sem julgamento. Porém, naquele mesmo ano voltaria para o Auri.

A minha família teve que vender a casa que eu morava com meus filhos, para poder pagar advogados, senão eu tinha mofado aqui dentro. Quando eu saí, só recebi a notícia horrível, porque eu ia ter que ir morar de favor na casa da minha mãe novamente, o que eu não queria, porque detestava o meu padrasto [sic] (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Pocahontas, em pouco tempo, conseguiu se reerguer e voltou aos negócios do crime. O padraço que tentou novamente violentá-la foi encurralado com uma pistola apontada para o seu rosto. Camila, antes de deixar a prisão, fez muitas amizades no presídio, que abriram novas portas para o Comando Vermelho. Agora, ela era uma prima fiel e ganhou o respeito das demais companheiras, quando foi encarregada da missão de tirar a vida de outra presa. Missão que foi cumprida com sucesso e que gerou fama por ser uma assassina fria e perigosa, que usava crueldade na hora de matar, o que ocasionou em mais um processo.

Do lado de fora, a jovem continuava traficando e roubando, mas o dinheiro que estava ganhando era pouco para suprir suas necessidades, além dos planos futuros.

Um dia eu recebi uma fita de uma pessoa, o valor era 40 mil reais. Eu só precisava de dez mil reais para completar o dinheiro da casa que eu queria comprar, mas eu ia ganhar mais. Fui fazer o assalto, era lá na estrada do Icarai, numa pousada. Um funcionário que trabalhava lá já tinha falado onde ficava o cofre e tudo mais. Fizemos os funcionários e alguns hóspedes de refém, entramos, pegamos o dinheiro e fomos embora. Eu estava de garoupeira na moto e a sacola de dinheiro, mas quando já estávamos na fuga, lá na frente, na mesma estrada, haviam duas viaturas do FTA esperando e uma equipe do raio de moto. Foi o nosso fim. Eu e o outro não conseguimos fugir, o risco de levar uma bala era muito grande, estávamos somente em dois e eles eram muitos. Foi a minha segunda queda e estou aqui até hoje. (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Camila fala com muito carinho dos filhos e que fez tudo em favor deles, ao ponto de se anular para beneficiá-los, inclusive o sonho de comprar uma nova casa. Ela faria o que fosse necessário para que as crianças nunca passassem pelos traumas que ela passou.

Pocahontas fala das diversas mudanças do presídio ao longo da sua segunda reclusão. Ela relata que antes das facções se instalarem na unidade, as presas furtavam materiais de higiene e até comida uma das outras. Não existia um motivo para matar, bastava que uma presa não gostasse da outra.

Agressões e mortes eram comuns, ocorriam diariamente, não existia disciplina, as agentes deixavam as presas se matarem umas às outras, na frente delas, e não faziam nada. Se a pessoa queria continuar praticando crimes aqui dentro, era possível vender drogas, matar, agredir, roubar, extorquir. Mas depois que a facção entrou, tudo isso passou a ser diferente. Hoje para se matar, existe o tribunal do crime, você vai ser julgada, independentemente, de pertencer à facção. Não posso entrar na cela da outra e roubar o que ela tem e nem oprimir, isso é proibido e posso ser punida. A facção respeita as famílias das presidiárias, até das viciadas. Existe uma líder nas celas, geralmente a mais antiga, e existe a líder da ala que é quem dá a voz, quem manda na ala toda até nas líderes de cela. As ordens partem dela e todas obedecem, só que antes, não existia isso, era uma bagunça. A líder da ala, geralmente tem contato com a líder das outras alas. Elas decidem e passam as ordens por meio de catatau⁵⁶ que é escrita com tinta⁵⁷. Atualmente as facções deram uma trégua, mas isso foi uma decisão da gente e não das agentes, é temporário, até que acabe essa opressão do Estado, depois

⁵⁶ Catatau, recado escrito por meio de uma caneta em um pequeno pedaço de papel ou no solado da chinela de dedo.

⁵⁷ Tinta é o refil da caneta desmontada sem a parte de plástico.

volta tudo a ser como era antes [sic] (Entrevista a Pocahontas, realizada em 08/02/2020).

Dentro da cela, de aproximadamente quatro metros quadrados, de piso e paredes de concreto frio e cimento queimado, dividida com mais seis mulheres, Pocahontas relata que todas as manhãs a água cai de um cano, durante um curto espaço de tempo. Elas enchem baldes e garrafas para tomar banho e lavar roupas. Na visita, as famílias deixam materiais de higiene, porque o Estado não fornece. No decorrer do dia, após aparar a água que cai do cano, elas lavam roupa no fim da cela, onde existe um buraco ou bojo, que é tampado com uma garrafa pet de plástico, para não sair mau cheiro, em que as necessidades são feitas.

A água de sabão mais limpa, que é juntada da lavagem da roupa, é colocada em garrafas ou balde para lavar a cela. Todos os dias, uma companheira de cela é responsável para fazer o serviço de limpeza. Aquelas que trabalham no próprio presídio não fazem os “trabalhos domésticos”, porque são retiradas da cela ainda cedo, antes do café da manhã, para fazer outras atividades.

A rotina é lavar a cela pela manhã, após a entrega do desjejum, que é invariavelmente composto por dois pães e um copo de café; meio-dia, o almoço, que vem servido em quentinhas; e, às dezessete horas, a janta, que também vem servida em quentinhas. O banho de sol ocorre em dias alternados, ou pela manhã ou pela tarde.

Pocahontas relata que, recentemente, chegou para as internas a possibilidade de lerem livros do Programa Livro Aberto, porém nem todas sabem ler e ficam ociosas. A jovem mulher fala que recebe a visita da irmã, de quinze em quinze dias, e está tranquila, porque sabe que seus dois filhos mais velhos estão sendo bem cuidados. A filha mais nova está sendo criada por um casal de tios que detêm a guarda.

Depois dessa prisão, a moça relata que sua vida não é mais a mesma, perdeu seus filhos, sua liberdade e a juventude. Fala que entrou para o crime desde os quatorze anos por uma questão de necessidade e de sobrevivência, que nunca foi por luxúria ou poder, mas para seu sustento.

4.8 Medonha

“A onça é bonita, mas não vale nada. No meio das hienas, quem manda é a fêmea”. (MEDONHA)

Quase todas as presidiárias, ao serem presas, são abandonadas pelas famílias ou pelo companheiro. Outras, porém, são casadas e têm parentes, recebem visita do namorado, da mãe ou de companheiras. Era o caso de Marcela, a linda jovem de olhos verdes claros, cabelos

cumpridos escuros, pele morena, porém castigada pelo vício das drogas. Marcela, ao contrário das suas amigas, recebia a visita da mãe, do irmão e do namorado.

Recentemente, a mãe não estava mais fazendo as visitas, em virtude de um infarto, teve que passar por procedimento cirúrgico e ficar em casa, motivo que a impedia de visitar a filha no presídio. O namorado que a conheceu dentro da cadeia é irmão de uma companheira de cela, um jovem homem trabalhador que Marcela preferiu não citar o nome.

Marcela foi criada por uma família adotiva, sendo que nunca conheceu a mãe biológica e nem o pai. A moça foi iniciada muito cedo no mundo crime. Ainda criança, fazia favores para o traficante da região, como espionar o local para avisar qualquer movimento diferente. Ela morava no João XXIII, na quebrada do Mela-mela, em uma pequena casa conhecida como entrada do S. A casa ficava localizada na entrada da comunidade, era o ponto de encontro de amigas e amigos da região. Nas noites sem chuva, todas as crianças e adolescentes da região se reuniam em frente à casa, encostando-se no muro baixo para fumar, beber e conversar.

Na frente da casa de Marcela, morava Coelho, um traficante bastante conhecido na região. Ela declarou que Coelho era procurado até pela Interpol. Ele fornecia droga para metade dos bairros de Fortaleza e a trazia de fora do país. Tinha diversas passagens pela polícia e pelos presídios.

Naquele tempo, não existia facção. O crime já existia, mas ninguém nem ouvia falar de facção. A gente podia fumar um baseado tranquilo, sem ninguém perturbar e podia vender droga, sem estar sendo observado. Não existia um enxame de polícia dentro da favela e também a gente não tinha que escolher um lado [sic] (Entrevista a Medonha, realizada em 15/02/2020).

Conforme afirma Paiva (2019, p. 4), “os grupos de jovens delinquentes não atuavam sob a bandeira de coletivos caracterizados pela ideia de facção, e era possível encontrar, nas periferias da cidade, territórios divididos entre vários pequenos grupos, evidenciado uma dinâmica fragmentada e menos estruturada do que era observado”. Ou seja, como Medonha afirmou, o crime já existia, porém não funcionava de forma organizada e sob a égide de um coletivo.

Era comum as crianças que moravam no local crescerem e se tornarem amigas desde a infância. Marcela tinha uma amiga mais próxima, que se chamava Fernanda, e tinham a mesma idade. Marcela adolescente se apaixonou pelo primo do Negão, um rapaz que morava ao lado da casa de Coelho. Fernanda, amiga de Marcela, por sua vez, era prima do Negão e de Roberto, por quem havia se apaixonado, aos treze anos. Fernanda e Negão levavam recados da

Marcela para Roberto e vice-versa. Nas idas e vindas à casa do namorado, estava formada a trinca de ouro da comunidade, Marcela, Fernanda e Negão.

Os três jovens eram inseparáveis, amigos que tinham a mesma idade, usavam maconha e se reuniam com frequência para irem a bailes e festas. O funk, o hip hop e o reggae tomavam conta da comunidade, encontros para curtir, dançar. Nesse contexto, surgiram os bailes chamados de pancadões, onde todos os jovens da periferia tinham acesso.

Marcela e a amiga Fernanda eram as bailarinas da noite, dançavam de forma sensual, com roupas pequenas e apertadas, despertando a atenção de muitos homens, assim como de mulheres que não gostavam da forma que elas agiam.

Nas andanças do trio, geralmente, se envolviam em brigas. Marcela era considerada “quebradora⁵⁸”. Ela tinha mão boa para briga, assim como Negão. Eles faziam a segurança da amiga Fernanda, que só sabia chorar ou correr, quando a briga começava. Marcela ficou conhecida como Medonha, porque ninguém a superava na dança e nas brigas.

Nas brigas nos bailes, cadeiras eram arremessadas e roupas rasgadas. Em diversos momentos, Medonha esmurrava três pessoas ao mesmo tempo. Contudo, ninguém ficava muito ferido, as brigas faziam parte dos bailes, assim como a venda de drogas e de álcool.

O namorado de Marcela, Roberto, havia se juntado a Coelho e os dois comandavam o tráfico de drogas no local e em outros bairros de Fortaleza. Enquanto Medonha ajudava a mãe em casa com as tarefas, à noite saía para curtir. A mãe de Fernanda lavava roupas, viúva que não sabia ler, nem escrever e criava os três filhos como podia. Não conseguia controlar as saídas da filha, nem o que ela fazia fora de casa.

Comecei a roubar e a traficar e meu namorado me ensinou a atirar. A nossa turma sempre se reunia para planejar os próximos passos. Era uma forma de sustento, porque só com o dinheiro que a minha mãe ganhava não dava para viver. Eu sempre queria mais, não era justo ver pessoas ricas com tanto e a gente vivendo na miséria. Aos 14 anos, eu fui mãe pela primeira vez, tive um menino e precisava sustentá-lo. Não me arrependo de nada do que eu fiz, nem me envergonho, porque ele ia passar fome e eu também. Não me arrependo de ter tido meus filhos, eu sempre quis ser mãe [sic]. (Entrevista a Medonha, realizada em 15/02/2020).

A psicóloga Diana Dadoorian (2003) enfatiza o significado inconsciente do filho, que podemos atribuir ao caso de Marcela, que sempre quis ser mãe, porém, conscientemente, não enxergava as precarizações dessa gravidez na adolescência. A autora afirma

que nas classes populares essa gravidez hormonal se transforma, frequentemente, numa gravidez “simbólica”, isto é, em uma maternidade precária. Apesar das circunstâncias sociais desfavoráveis, o desejo de ter o filho é predominante entre essas jovens, sendo necessário localizar a origem desse desejo (2003, p. 4).

⁵⁸ Palavra usada no Nordeste para definir alguém que briga ou que luta.

A ocorrência de gravidez na adolescência é um fato rotineiro e comum nessa classe social. Marcela conta que sua colega e a própria mãe são ou foram mães adolescentes, sendo que se pode constatar uma valorização da maternidade, em que ser mãe equivale a assumir um novo status social, o de ser mulher.

Medonha, acostumada a estar no mundo do crime, viu diversas situações com pessoas próximas, uma delas foi a morte de Coelho. O rapaz que havia sido preso em uma casa de praia, no Porto das Dunas, foi levado para o presídio e teve sua morte encomendada por líderes de facção que estavam tomando as bocas e os bairros que ele comandava. Marcela conta que a morte de Coelho foi uma cruzeta⁵⁹, que teria sido tudo armado entre policiais, traficantes e as pessoas que desejavam matá-lo dentro do presídio

Depois da morte de Coelho, o namorado de Marcela tomou a frente dos negócios e passou a ser perseguido, sendo morto depois. Nesse período, Medonha estava grávida pela segunda vez e sozinha sem o pai das crianças.

Os amigos que sempre andavam juntos, também a deixaram, não por vontade própria, mas por circunstâncias da vida. Negão foi preso pela quarta vez por roubo e tráfico de drogas. Ele passava mais tempo no Centro educacional para menores infratores do que em casa. A amiga Fernanda, após ter sido presa, enquanto menor de idade por roubo, foi enviada por sua própria família para morar no interior após sua liberação. Isto depois da mãe quase tê-la matado com uma surra. Medonha conta que a amiga ficou de cama depois da surra que a mãe deu, foi algo tão agressivo que a comunidade toda escutou a adolescente apanhar.

O trio de ouro da comunidade estava desfeito. Medonha, além de ser menor de idade, com dezessete anos, era mãe solteira, viúva e estava sem ninguém para ajudá-la.

Os negócios que o namorado havia deixado foram tomados por outras pessoas e Medonha teve que arrumar outra forma de sustento, viciada em cocaína, além de ter que sustentar os filhos, tinha que sustentar o vício.

Eu fui me prostituir⁶⁰ e, às vezes, quando aparecia uma fita boa, eu participava de alguns roubos, junto com outras pessoas. A favela já havia sido tomada pelas facções e a gente tinha que escolher um lado, então se eu quisesse roubar, traficar continuar sendo do crime, eu tinha que escolher, só que eu tinha medo por causa dos meus filhos. Então era mais fácil pra mim se prostituir [sic] (Entrevista a Medonha, realizada em 15/02/2020).

⁵⁹ Combinação entre pessoas feita para matar ou prender alguém.

⁶⁰ A prestação de serviços de natureza sexual é um fenômeno que ocorre em diversos países, pois o comércio dos serviços oriundos do sexo se mostra como concreta fonte de faturamento, contudo, tratada marginalmente no Brasil. Como ressalta Trevizani (2019, p. 6) “destarte reforçar que no Brasil, a prostituição por si só, não é crime. Trata-se de atividade lícita, permitida pelo princípio da legalidade. No entanto, não é uma atividade regulamentada. Existe uma miscelânea em caracterizar a prostituição como crime e isso ocorre em função de sua comum associação a outras práticas que, estas sim, são criminosas”.

Sobre as mudanças na favela, dialogamos com entendimento de Vera Telles e traço um paralelo com as mudanças feitas na cidade de São Paulo e do lugar onde Medonha vivia. Entendo que a favela, assim como

a cidade não dissocia, ao contrário ela converge num mesmo momento, os fragmentos de espaços e hábitos vindos de diversos momentos do passado, mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução das formas produtivas [...] Não se trata de colocar lado a lado as formas e os comportamentos, mas de considerar os atores e as modalidades de apropriação. Assim, a questão das temporalidades urbanas é colocada de outro modo. A cidade nunca é absolutamente sincrônica: o tecido urbano, o comportamento dos citadinos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes [sic] (TELLES, 2010, p. 84).

Os novos donos da comunidade, apesar de saberem que Medonha havia sido namorada do antigo traficante, a deixavam passear livremente pela região. Ela roubava, se prostituía e fazia favores para a facção, como esconder coisas ou pessoas em sua casa. Medonha era carismática, ágil, esperta, prestativa e proativa. O novo dono da região acabou se apaixonando por ela. Outra vez, a jovem estava envolvida com o crime, porém Medonha não era a única menina dos olhos de Thiago, o traficante que gostava de ostentar e mostrar que tinha poder, mulheres e dinheiro.

Medonha engravidou pela terceira vez e Thiago permanecia na chefia da comunidade. A jovem era articulada e tinha influência sobre o companheiro. Ela relata que ele era muito atencioso com os filhos, mesmo não sendo o pai biológico dos dois mais velhos. Tratava ela muito bem e que não a maltratava. Medonha era uma moça festeira e impetuosa. Sabia explorar sua beleza.

A onça é bonita, mas não vale nada. No meio das hienas, quem manda é a fêmea. Ele achava que mandava em alguma coisa e eu deixava ele pensar que era assim, mas eu continuava saindo para os bailes, dava banho, dava janta para as criança e deixava eles dormindo e me arrumava toda e ia dançar. Ele tinha outras e eu sabia, quando eu descobria até chegava a fazer um barraco⁶¹ dava uma pisa nelas quando pegava, mas no fim, eu sabia que ele sempre ia ficar era comigo [sic] (Entrevista a Medonha, realizada em 15/02/2020).

No início, foi difícil para Medonha convencer o companheiro que não iria parar de dançar, mas ele gostava tanto dela que aceitava tudo que a esposa falava. Medonha era seu troféu, apesar de ter sido por duas vezes mãe e estava grávida do terceiro filho, a jovem permanecia sendo a mulher mais bonita da comunidade.

Mas, o companheiro tinha excessos de cólera e o casal brigava. Devido a isso, Medonha pegava as crianças e ia embora de casa. Após alguns dias ou meses, o casal reatava. Em dado momento, Thiago chegou à casa de Medonha, quando estavam separados, e perguntou

⁶¹ Barraco ou também chamado de dar um baile, forma de chamar a atenção de alguém para começar uma briga.

“quem é esse tal de Francisco?”. Ela respondeu que não sabia, e na realidade, Medonha estava se encontrando com um rapaz que havia conhecido no baile. Thiago pegou o celular dela e mostrou algumas mensagens de Francisco, dando a entender que o dono da boca vinha investigando a companheira, há algum tempo.

A essa altura, Thiago estava bravo e não havia nada que Medonha pudesse fazer. Ele gritava “você resolveu me fazer de corno! Pois eu vou te matar!”. A moça, com muito medo, respondia que nunca aconteceu nada, que estava enganado.

Medonha se viu encurralada, momento em que Thiago colocou alguns homens do lado de fora da casa para vigiá-la, enquanto foi buscar uma pistola em casa para matá-la. Rapidamente, a moça destelhou uma pequena parte do banheiro, subiu no teto para fugir, Antes de conseguir sair da casa, abraçou os filhos e disse “a mamãe vai voltar, o pai de vocês não vai fazer nada!”. Medonha grávida se escondeu na casa de Fernanda, que acabara de chegar do interior. As amigas inseparáveis estavam novamente juntas.

Passados alguns meses, após a fúria de Thiago ter diminuído, Medonha apareceu com a barriga de gravidez, quase ao ponto de parir. A moça sentia falta dos filhos e os queria por perto, resolveu que não voltaria mais para casa, que ia morar com a amiga até o filho nascer.

Existia, de forma machista e tortuosa, uma ordem que, se a namorada de um bandido estivesse envolvida com outro homem, isso teria uma mancha para sua honra e a solução seria a morte, mas o caso de Medonha era diferente, pois ela estava grávida e isso seria um escândalo dentro da comunidade, matar uma mulher nessas condições. Isso não faria de Thiago um justiceiro por sua honra, mas um covarde. Em virtude da sua condição, Medonha foi poupada.

Depois da última gravidez e de ter cessado as inúmeras ameaças de Thiago, que já estava com outra mulher, Medonha resolveu que não seria mais mulher de bandido, que ia trabalhar, se prostituir, fazer o que fosse necessário para sustentar os filhos e a si. Não queria mais estar próximo ao chefe do tráfico.

A amiga de infância, Fernanda, havia voltado do interior, e juntas novamente dariam início a uma vida de crimes, tráfico, assaltos e golpes, até Marcela ser presa.

Era véspera de Natal, eu não tinha um centavo para comprar roupas, nem comida para os meus filhos. Eu estava trabalhando na prostituição, mas o dinheiro não dava pra nada. Naquele dia, chegou um colega da gente, lá em casa, falando de uma fita boa, era um assalto a uma loja de roupas de marca. Eu estava com duas pistolas e era a garoupeira na moto, no carro ia outra menina e dois caras. Já estava tudo armado, mas, no meio do caminho, alguém entregou a gente e eu fui parada na garupa da moto, por viaturas de polícia que estavam alguns metros antes de chegarmos ao local. Fui presa só por conta das armas, nem chegamos a fazer o assalto, mas, mesmo assim, estou sendo acusada de roubo e adulteração de placa por causa da moto que tinha placa fria. O pessoal que estava no carro, que era para levar a mercadoria, se safou, não foram

presos, mas eu e o cara da moto descemos pro presídio [sic] (Entrevista a Medonha, realizada em 15/02/2020).

Como menciona Giovanna Bianca Trevizani (2019, p. 10),

a prostituição é encarada como uma das causas graves de ameaça à saúde pública, e é dessa forma que a sociedade a vê. Entretanto, o que precisa ser evidenciado é o Princípio da Igualdade entre as pessoas, e este que deve permear qualquer atitude que se contraponha à atividade sexual, porém sem ser desenvolvida de forma escravagista, sendo necessário imperar a Dignidade da Pessoa Humana e a Isonomia que deve estar presente nas inter-relações sociais. Contudo, sem uma infraestrutura capaz de garantir um meio social favorável advinda do Estado para desenvoltura laboral das profissionais do sexo, não há como pensar em solucionar tamanha discrepância social.

Muitas mulheres acabam como Marcela, exploradas e tendo que utilizar de roubo ou tráfico para se inserirem na economia e, de alguma forma, poder sobreviver. Ela relata que pegou as três fases do presídio, o antes e o depois da entrada das facções e, agora, com o combate a elas. Após a entrada das facções no presídio, tudo está mais organizado, porque antes se matava e se oprimia por qualquer motivo, agora existem regras. Após o início do combate às facções dentro do presídio, muitas regalias foram retiradas como televisão, fogão, ventilador e outros utensílios que faziam parte da pequena extensão da cela que as presas viviam, como se fosse uma extensão precária de suas casas.

Antes, dos malotes que a família trazia, entrava “comida descente”, diz Marcela, e agora as presas só comem o “boi”⁶². Antes, elas poderiam até fazer macarrão instantâneo, quando tinham fogão e grill. Agora, a água que bebem é quente, com gosto de desinfetante, comida só a que o presídio fornece, e as famílias têm que levar material de limpeza, porque o Estado não fornece sabão, nem material de higiene para as presas.

Medonha segue cumprindo pena em regime fechado, porém, por ser mãe de três filhos, foi beneficiada com a tornozeleira para prisão domiciliar, aguardando julgamento.

Ser uma prima fiel coloca Medonha em uma situação de privilégios, em relação às demais, visto que dentro do Presídio, de forma mascarada, quem manda é a facção e não o Estado.

As primas fiéis, assim como as cunhadas e irmãs, são consideradas pelas demais presas e pelas próprias agentes penitenciárias mulheres perigosas, cheias de astúcia, maliciosas e influenciadoras e, acima de tudo, violentas, não temem nada e por isso foram isoladas das demais.

O que chama atenção na dinâmica estrutural, apresentada por Medonha e pelas demais entrevistadas, é a metáfora familiar em que essas mulheres vivem. Mais do que seu caráter cultural de facção, seguindo um estatuto, são os mecanismos de integração

⁶² Nome que se dá a comida da quentinha fornecida pelo Presídio.

organizacional do próprio grupo criminoso que merecem ser destacados, em que a hierarquia prevalece para que cada membro progrida.

O sociólogo Gabriel Feltran (2020, p. 1) entende que a facção oferece aos presidiários uma “ordem previsível para a vida cotidiana”, e ganham o respeito e o consentimento ativo da massa prisional. A partir das prisões, a facção passou a exercer uma hegemonia nas ruas, atuando como uma espécie de "agência reguladora do crime". As mulheres batizadas, em qualquer das facções, ostentam três dos papéis aqui apresentados, atuando como irmãs, as que são batizadas e que fazem parte do tribunal do crime, e também agem como tesoradeiras e representando a alta patente dentro do presídio, também chamada de voz de rua.

As cunhadas, esposas dos homens que estão presos ou dos magnatas (os donos das drogas) são mulheres respeitadas por serem esposas ou companheiras dos grandes líderes de facção. Elas agem normalmente como facilitadoras e colaboram com as irmãs, no que for necessário.

Por último, as primas fieis, que muito embora não vistam a camisa da facção, são simpatizantes e colaboradoras das irmãs e cunhadas. Elas são as primas, porque são consideradas como se fossem as primas das irmãs, que nasceram de uma mesma família, ou seja, da mesma facção, de mães diferentes, mas mantendo a relação de parentesco, tal qual a metáfora familiar.

4.9 A Trem Bala

“Eu tenho muito medo de morrer, mas não tenho medo de matar” (TREM BALA).

Aos dezoito anos, Priscila cumpria pena pela quarta vez, e agora, no Auri Moura Costa. Ela fora condenada por formação de quadrilha e tráfico de drogas. Conhecida por centenas de presidiárias e presidiários, a jovem, que havia sido julgada, quando era menor de idade por dois processos de roubo e um de tráfico de drogas, cumpria uma pequena pena de alguns dias no IPF. Priscila era negra, de baixa estatura, com tatuagem espalhadas pelo corpo. Mãe de um filho com oito meses.

Trem bala era seu vulgo, havia sido presa por tráfico, a polícia invadiu a sua casa e, como de praxe, sem mandado e quebrou todos os poucos móveis que a jovem tinha dentro de casa. Fez a revista do local e encontrou dezoito balinhas de pedra de crack, balança de precisão e uma arma de fogo, escondidas debaixo da geladeira. A moça conta que só não foi

agredida, porque estava com o filho de poucos meses nos braços, dando de mamar quando os policiais entraram na casa.

Conforme o entendimento de Lattavo (2013, p. 3), do qual eu compartilho entendo que

não são as drogas que causam violência. O que causa violência é a proibição. A produção e o comércio de drogas não são atividades violentas em si mesmas. Porém o combate e a repressão acabam por aumentar a violência, a briga por territórios e a valorização da droga cada vez mais. “Sem dúvida, a “guerra às drogas” mata muito mais do que o uso da droga propriamente dita”.

Brasil e Escobar (2019, p. 269) declaram que “a narrativa que relaciona o comércio e o uso de drogas como elemento causador de todos os males sociais, e de toda a desigualdade que acompanha uma grande parcela da população, necessita ser questionada afim de identificar outros fatores envolvidos”.

Priscila nasceu e se criou dentro do mundo do crime, na periferia de Fortaleza. Toda sua família, entre tios, primos, irmãos, avós, mãe e pai tinham passagem pela polícia, alguns em penitenciárias.

A partir da pesquisa do INFOPEN Mulheres, observamos que a população prisional feminina é constituída em torno de 62% (BRASIL, 2018, p. 53) por condenações por crimes de drogas, categoria composta por tráfico e associação para o tráfico, como a principal categoria de crime responsável pelo encarceramento de mulheres pobres.

Eu era esposa de um preso quando entrei aqui. Era uma cunhada. Mas nos separamos! Agora eu sou prima, porque não colo mais nele. Aqui a gente se respeita, ninguém manda mais, só que quando a gente faz alguma coisa errada, dá um vacilo, tem que baixar a cabeça e aceitar a punição que a família decidir, às vezes pode ser até a morte (Entrevista a Trem Bala, realizada em 15/02/2020).

Novamente, atento-me para a metáfora familiar para entender a fala da entrevistada, que no início era uma cunhada, ou seja, vivia com um companheiro batizado do CV. Porém, ao se desvincular desse, Priscila perdeu o status de cunhada e foi para a categoria de prima.

Sobre essa questão, o sociólogo Gabriel Feltran declara que

existem pessoas que pela sua "caminhada" no crime, como se diz, têm o respeito dos outros bandidos. Mas elas não podem mandar em ninguém, pela própria lógica que as fez terem prestígio. Elas são referências para os outros ladrões e, ao mesmo tempo, ninguém é mais que ninguém nesse universo. Há outras formas de organizar uma coletividade que não a estrutura de mando, do poder personalizado, que nos é mais familiar. Para o bem ou para o mal, elas existem (FELTRAN, 2020, p. 4).

Trem bala, como era conhecida, ainda adolescente, era uma das mulheres mais conhecidas no Comando Vermelho. Aprendeu a atirar muito jovem, e com muita rapidez, manuseava qualquer tipo de arma de fogo. Enquanto adolescente, era namorada de um traficante, preso há pouco tempo.

No Comando, a jovem era a encarregada de matar pessoas, fazer cobranças, agir pela justiça da facção cumprindo o estatuto, fazer vingança em face de algumas pessoas, principalmente das facções rivais. Ela também era responsável por ensinar as demais mulheres, que estavam entrando na organização, como deveriam proceder.

Já fiz tanta besteira que, às vezes, eu tenho muito medo de morrer, mas não tenho medo de matar. Principalmente, agora que eu tenho um filho. Para matar alguém não precisa ter coragem, precisa ser rápida antes que outros te matem, dá logo um tiro na perna pra não ter perigo de correr e depois termina o serviço, e quando só se tem uma bala mira na cabeça que é morte certa [sic] (Entrevista a Trem Bala, realizada em 15/02/2020).

Priscila é uma pistoleira, colabora, reforça e organiza uma forma de justiça popular, cujos valores já existiam nas periferias, antes dela. Uma justiça comunitária, sem mediação da lei oficial, alheia ao Estado.

Antes da hegemonia das facções, havia muitos justiceiros, grupos de extermínio e linchamentos. Também eram formas de justiça popular. Porém, o Comando age contra essas práticas ativamente, como fala Priscila, pois “combate os justiceiros em cada quebrada e reivindica para si o monopólio da violência e da justiça popular”. Isso é muito conhecido nas cadeias e nas comunidades de Fortaleza.

Quando entram no presídio, as mulheres são identificadas por serem de facções e daí são encaminhadas para determinada ala que corresponde a organização a qual pertencem. Quem faz a divisão é a própria instituição. Sendo que, atualmente, com o combate às organizações criminosas, essa divisão vem mudando conforme as novas regras impostas no presídio.

Se uma presa chega à cela de uma determinada ala, e todos já a conhecem como sendo do mundo do crime, recebe das demais presidiárias um tratamento diferente, por estar mais segura, e alguns benefícios que as outras não tem, como um colchão para dormir ou um ventilador. Foi o caso de Priscila. A moça sabia que ia passar pouco tempo no presídio, porque já estava aguardando o alvará chegar para cumprir prisão domiciliar. Porém, desde a sua entrada, recebeu um tratamento diferenciado, tanto pelas agentes, mais agressivas com ela, quanto pelas colegas de cela, que nutriam medo e respeito por fazer parte de uma organização criminosa.

Assim que eu entrei, já recebi logo uma comarca com um colchão para dormir e um ventilador e depois um celular da chefe da cela que era uma irmã, ela era batizada e já me conhecia. Se eu não fosse uma cunhada, teria que ter ido dormir no chão ou no papelote como outras que não fazem parte. Eu não recebo visita, mas sempre alguém vem deixar meu malote, isso também faz parte de uma das coisas que a facção dá para

a gente. Que se chama de projeto⁶³ [sic] (Entrevista a Trem Bala, realizada em 15/02/2020).

Padovani (2015 p. 90) nos esclarece que irmãos e irmãs são aqueles integrantes “batizados” na facção, reconhecidos como membros do coletivo; “primos” e “primas” são aqueles que “correm junto” com o “Comando”, que reconhecem e entendem os códigos sem, contudo, terem sido “batizados”, “cunhadas” e “cunhados” são casados com “irmãos”, “irmãs”. A gramática familiar que nomeia quem é quem perante os ordenamentos da organização pessoaliza, faz pessoa os sujeitos postos em relação.

Aquelas que não fazem parte do mundo do crime, que não se identificam como primas, cunhadas ou irmãs são consideradas massa carcerária. Essas presidiárias ficam à mercê da sua própria sorte, por não recebem visita dos familiares, têm que fazer favores domésticos como lavar lençol ou roupa das outras, para ganhar sabonetes para tomar banho, ter uma pasta de dentes, receber uma calcinha, porque o Estado não fornece esses materiais, segundo a interlocutora. Se a família não vier deixar esses utensílios, elas fazem esses trabalhos como moeda de troca, e recebem os materiais das outras. Algumas vezes, os favores podem ser de outra natureza, como esconder algo ilícito

Ao olhar para as mulheres que cumprem pena privativa de liberdade, o cárcere feminino exprime e revela de forma clara as desigualdades de gênero presentes nos diferentes espaços sociais, mas que ganham maior proporção no ambiente prisional devido à falta de melhores condições de assistência às presas que ali estão confinadas (SANTORO, PEREIRA, 2018, p. 3).

Desta forma, ao adentrarem o caminho da criminalidade e da prisão, as mulheres são excluídas da sociedade, que impõe regras, valores e condutas morais a elas. As detentas são vistas como piores que os homens que cometem crimes, uma vez que uma sociedade patriarcal e machista as impõe condutas que não contrastam à ideia de natureza feminina.

Algumas mulheres aderem às regras da facção por necessidade e, ao serem convidadas para fazer parte como primas, aceitam no presídio, sem pensar que essa escolha influencia fora, quando estiverem soltas, porque: “a gente não se batiza, mas está sempre no meio, e se precisar a gente tem que ir. Temos respeito uma das outras, mas quem não se envolve quem é massa não tem voz” (Entrevista a Trem Bala, realizada em 15/02/2020).

Fora do presídio, Priscila fala que a quantidade de primas fieis é bem maior do que dentro, porque tornam-se primas enquanto são menores de idade. Há outras que nunca foram presas, outras que são simpatizantes e que moram nas comunidades dos diversos bairros de

⁶³ Projeto é quando uma presa ou um preso não recebe visita e todos aqueles que recebem e que fazem parte da irmandade, se juntam para suprir as necessidades dos que não tem. Às vezes, o projeto entra por meio da visita, que mesmo não sendo parente, faz o cadastro para poder permanecer entregando o malote.

Fortaleza, mantém-se discretas, porém trabalham para a facção e contribuem com o crime, de variadas maneiras.

Para Trem bala, a facção não trouxe tantos benefícios quanto para as colegas. Ela se entristece ao falar de primos, irmãos e pessoas que conheceu, membros da mesma família, do mesmo sangue, hoje tem que se matar ou brigar, pela irmandade, para permanecer na organização criminosa: “A regra é matar o inimigo, não interessa se é uma pessoa da sua família, um irmão, um primo. A gente tem que cumprir a punição que foi aplicada para a pessoa, mesmo que ela não seja faccionada, se ela pisar na bola, cabuetar, fizer alguma coisa de errada a facção vai punir” [sic] (Entrevista a Trem Bala, realizada em 15/02/2020).

Priscila, ao ser presa, era namorada de um traficante. Ao adentrar o presídio, deixou o namorado e, como ele era batizado, a nomenclatura, usada por essas mulheres que eram esposas, namoradas ou companheiras de homens faccionados, era de cunhada. Essas mulheres, mesmo não sendo batizadas, são consideradas pelas demais como uma pessoa que faz parte da família da facção.

Trem bala explica que devido ao fato de não estar mais com o namorado, que é faccionado, não a impediu de permanecer dentro da organização. Só que agora, ela assumiu um novo papel na organização para a sua permanência, deixando de ser cunhada e se tornando prima fiel, que é uma simpatizante, apoiadora de determinada organização criminosa.

A nomenclatura prima fiel também serve para as mulheres que nunca foram namoradas ou companheiras de algum presidiário ou faccionado, para aquelas que nunca se batizaram, mas que fazem parte da facção, como simpatizantes e apoiadoras, sendo que, no último caso, não é necessário que estejam subordinadas a uma figura masculina para cometem crimes, ao contrário são mulheres independentes.

Desacreditada da sociedade, Priscila fala que acredita somente em Deus, que ainda está viva por que ele a tem guardado.

Não acredito na justiça, nem no Estado, são todos iguais pra mim, são piores do que quem está preso, tudo um bando de ladrão que vivem de oprimir as pessoas. Para mim é o certo pelo certo, o crime pelo crime, eles fazem justiça, mesmo que muita gente acha que estamos errando. O único em que eu acredito ainda é em Deus e só estou viva ainda porque ele tem me guardado [sic] (Entrevista a Trem Bala, realizada em 15/02/2020).

Como afirma Feltran (2020, p. 3), “não são regras sendo obedecidas. Para quem é da facção esse é o certo, o correto, mesmo que na vida errada. É diferente”.

Trem bala cometeu diversos crimes quando era menor de idade, de homicídios a assaltos, porém nunca foi presa. Agora após a maioridade fora presa pela primeira vez no Auri Moura Costa. Devido a sua condição de mãe e de primariedade, Priscila recebeu o alvará de

soltura e estava aguardando a liberação por parte do presídio quando nos encontramos para a entrevista.

4.10 Neguinha

Neguinha estava morando há três anos em Fortaleza quando foi presa pela primeira vez. A jovem foi entregue aos avós paternos, aos quatro anos de idade, que moravam no interior do Ceará, na cidade de Pacoti, em uma pequena casa. Os avós trabalhavam na lavoura de subsistência e criavam a neta com muito cuidado e amor. Rose concluiu os estudos até o ensino médio e veio para Fortaleza, aos dezoito anos, em busca de um emprego e para tentar dar continuidade aos estudos, em 2014. Após muita procura, conseguiu emprego como operadora de caixa, em um supermercado. Nesse período, ela morava com a mãe e os dois irmãos menores de idade. A mãe trabalhava como doméstica e os irmãos apenas estudavam.

No trabalho, a moça conheceu um cliente, chamado Renato, que sempre fazia questão de passar as compras no caixa que ela operava. Eles tiveram um relacionamento e Rose engravidou.

Foram dois anos de muito sofrimento, ele me batia, me deixava passar necessidade, porque, quando engravidei, fui demitida, fiquei desempregada e dependia dele. E apesar de tudo, eu sempre estava perto, porque precisava do pai do meu filho, de alguém pra dar o sustento dele, foram dias terríveis para mim [sic] (Entrevista a Neguinha, realizada em 15/02/2020).

Não foram raras, as referências ao problema da violência contra a mulher, durante o relato das experiências vividos pelas entrevistadas. Marilena Chauí esclarece que é importante salientar que sobre a violência contra a mulher há

diferença entre relação de força e a relação de violência, mesmo que a violência seja a realização particular da força [...] a pura relação de força objetiva em última instância aniquilar-se como relação pois supõe a destruição de uma das partes. Já a violência, ao contrário objetiva manter a relação mantendo as partes presentes uma para a outra. Enquanto a força pretende a morte ou supressão imediata do outro a violência deseja a sujeição consentida desse outro. Assim, o poder não exclui a luta, a violência sim (*Apud* OSTERNE, 2001, p. 227).

Após algum tempo passando por tantas necessidades, Neguinha conseguiu um novo emprego de operadora de telemarketing, na empresa Contax. Ela saiu de casa e foi morar sozinha com o filho. Após nove meses no novo emprego, a jovem foi demitida e as dificuldades voltaram a bater a sua porta, como ressalta: “comecei a passar necessidade novamente, o aluguel atrasou, as contas atrasaram, eu não tinha nem o que comer nem o que dar para o meu filho”. (Entrevista a Neguinha, realizada em 15/02/2020).

A jovem pediu ajuda à família e ao pai do filho, que não pagava pensão nem supria as necessidades da criança. Nesse período, ela procurava emprego e também falava com

conhecidos, parentes, pessoas que moravam em Fortaleza há mais tempo e que poderiam ajudá-la a conseguir um emprego.

Eu recebi uma proposta de uma amiga de infância, que conhecia lá do interior, na casa dos meus avós. Ela morava aqui há algum tempo, junto com o namorado. Eu estava com medo, mas quando me lembrava que não tinha nada em casa para comer e eu estava com todas as contas atrasadas, isso me dava coragem para aceitar qualquer proposta. Eu tinha que viajar para o interior, para o Pacoti, levando uma bolsa cheia de drogas. Estava precisando tanto que na hora eu aceitei. Eu ia ganhar R\$ 400,00, só para ir deixar a bolsa lá. Com esse dinheiro, eu ia pagar o aluguel atrasado e iria comprar fraldas e leite para o meu filho [sic] (Entrevista a Neguinha, realizada em 15/02/2020).

Conforme salienta Moura (2005, p. 83),

o transporte de drogas não ocorre só fora presídio, pois uma parcela dessas mulheres é presa ao adentrar o presídio, levando droga na vagina, barra de sabão, salto do sapato, na chinela cortada no solado com buracos, frutas, dentro de remédio, em tampa de xampu, no elástico do sutiã e da calcinha etc., para os maridos e também para as presidiárias, possibilitando a que estes façam o uso e venda de tal produto no interior do presídio, estabelecendo, assim, uma micro comercialização.

Em 2017, a moça havia deixado o filho na casa da mãe. Naquele dia, ela havia acordado cedo, se despediu da mãe e disse que ia fazer uma viagem, que seria rápida e no dia seguinte estaria de volta. A jovem passou na casa da amiga para pegar a bolsa com a encomenda e, de lá, foram para a parada de ônibus. A amiga criava dois cachorros da raça pitbull, iria acompanhar Rose até a parada de ônibus e passear com os cachorros.

Enquanto as amigas aguardavam o ônibus na parada, pararam dois carros de polícia, cercando as duas. Deram busca de armas e encontraram algo na bolsa que Rose levava consigo.

Foi o fim, fui presa pela primeira vez, o meu corpo estava molhado de suor, a transpiração era de medo, eu sabia que a casa tinha caído. Os policiais colocaram a gente na viatura levaram para a delegacia, lá foi feito o flagrante. Era mais de um quilo de pasta de cocaína e outras drogas [sic] (Entrevista a Neguinha, realizada em 15/02/2020).

Aspecto curioso no caso de Neguinha é que declara nunca ter exercido qualquer função no tráfico de drogas. O delito se deu por estar presente no lugar do crime, no momento do flagrante. As pessoas efetivamente envolvidas com drogas eram a amiga e o namorado, como ressaltou. Na delegacia, um dos investigadores revelou para ela que já vinha monitorando o movimento estranho da amiga de Neguinha, e do namorado, que era o verdadeiro dono das drogas.

A jovem que nunca havia entrado em uma delegacia, nem para fazer um B.O.⁶⁴, estava sendo acusada de tráfico de drogas, apesar dos policiais terem insistido, de diversas

⁶⁴ Sigla habitual para o boletim de registro de ocorrência policial.

formas, para que as acusadas falassem de quem era a bolsa. Neguinha havia sido advertida pela amiga e pelo verdadeiro dono da droga que, se algo acontecesse, ela teria que suportar, que não poderia falar o nome de ninguém, tendo que assumir a droga sob pena de ser morta, bem como toda a sua família.

Neguinha nunca teve envolvimento com o mundo do crime e era sua primeira vez dentro de um presídio. Apesar da amiga ter assumido a droga no depoimento na delegacia, ambas foram presas. Elas foram condenadas a oito anos e seis meses de prisão em regime fechado.

O pai do meu filho levou ele para morar na casa dele, porque a minha mãe não tinha condições de criar. E agora ele está querendo a guarda do meu filho. Chegou outro dia aqui um papel pra eu assinar, mas eu não assinei. como estou perto de sair daqui vou resolver essa situação lá fora com ele [sic] (Entrevista a Neguinha, realizada em 15/02/2020).

A família é uma das principais preocupações das presas, pois

a visita é extremamente importante porque funciona como ligação com o mundo externo, a liberdade, notícias dos parentes e amigos, enfim, o encontro do presente e passado. Duas vezes no mês de quinze em quinze dias, aos sábados ou domingo, as internas recebem visitas, em grande parte de familiares, amigos, maridos, companheiros (MOURA, 2005, p. 88).

Nessa oportunidade, as presas têm notícias do mundo externo, porém esse não era o caso de Neguinha.

Eu nunca recebi visita da minha família, mas pelo fato do namorado da minha amiga ser de facção, assim que chegamos ao presídio, ganhamos algumas regalias que só as primas, cunhadas e irmãszinhas têm. A comarca com o colchão já estava comprada, ventilador, televisão e, em seguida, um celular para a gente falar com a família. Se eu não tivesse me aliado a ela, teria ficado jogada, igual um trapo [sic] (Entrevista a Neguinha, realizada em 15/02/2020).

A moça não conhecia o mundo do crime e nem tinha envolvimento com qualquer facção, porém o namorado da amiga era batizado e a amiga era uma cunhada. Para Neguinha, era melhor ter alguém conhecido no presídio, do que não ter ninguém, por isso se aliou a amiga.

Quatrocentos reais foi o preço da minha liberdade e eu não me refiro só a liberdade física de quando sair daqui, me refiro a tudo daqui para frente. Porque se aliar a uma organização criminosa sob qualquer condição, faz da gente uma presidiária a vida inteira, onde o caminho é a morte? A única forma de sair viva daqui de dentro é assim se aliando a alguém, a não ser que a sua família tenha dinheiro, por que se você tiver dinheiro, não vai passar necessidades aqui dentro, nem lá fora, até se for massa carcerária e tiver dinheiro é o que vale, o dinheiro é quem manda [sic] (Entrevista a Neguinha, realizada em 15/02/2020).

A jovem moça de vinte e quatro anos, morena de cabelos longos, magra e de baixa estatura, mantém um relacionamento amigável com as colegas de cela. Ela está com a decisão de prisão domiciliar favorável, aguardando o alvará sair, oriunda da administração do presídio, para ir para casa, após passar alguns anos presa no Auri Moura Costa.

A partir da história de Neguinha e das outras detentas, percebemos que valores e ideias ligados aos conceitos de família, educação e sociedade que foram frutos do processo de socialização durante a infância e adolescência.

Silva (2010, p. 47) nos alerta que “desprovidas de qualquer forma de estrutura familiar básica para uma identificação afetiva, as detentas do IPF apresentam modelos de sofrimento, dificuldades financeiras, violência familiar que carregam durante toda a sua vida, refletindo sobre suas ações presentes e, sem reparos devidos, passam a fazer parte também de seus futuros”.

4.11 A facção e a nova família

A análise das falas das interlocutoras a partir de uma perspectiva sociológica e etnográfica formam um conjunto de pesquisa em que se pode observar uma rede de afetos que produzem relações de poder a partir das prisões de cada uma das detentas. Ao observar os vínculos afetivos tecidos dentro do Auri Moura Costa pelas interlocutoras, percebo que o espaço prisional produz novas relações familiares, a partir de trocas de, de cuidado e de necessidades de cada presa, pois “a cadeia é o espaço no qual as relações são significativamente articuladas, onde alianças e amizades são fortalecidas” (PADOVANI 2015, p. 43).

Em seu texto “Medo, adoração e encantamento na política de juventude” (BRANDÃO, 2019) nos mostra que a relação entre sentimentos e emoções levam a uma relação afetiva, sempre observando que há uma diferença entre sentimento, emoção e afeto, bem como destacando que emoções estão diretamente ligadas à razão humana e às situações objetivas em que emergem; no caso das presidiárias, entendo que o afeto por si só já é uma relação.

O autor afirma que afeto não é sinônimo de nenhum sentimento, mas uma relação, ou seja, o afeto gerado entre essas mulheres, gera uma relação familiar de pertencimento à facção, que representa uma nova família. “Assim, o afeto é necessariamente relacional, põe em unidade relacional sentimentos e emoções, corpo e mente, pensamento e ação, mas também sujeitos e situações” (BRANDÃO 2019, p. 63). Como exemplo desta relação de afeto, posso destacar os cuidados das presas com uma recém chegada na cela. Quando uma detenta novata

é faccionada, a líder da facção no presídio providencia colchão e celular para ela, como atestaram Neginha e Trem Bala.

Há muitos exemplos de cuidado entre membros de facção. Um outro exemplo é o das tarefeiras que durante uma rebelião salvaram uma das detentas de morrer queimada dentro da cela, tirando-lhe dali desacordada, como declarou Cadu.

Anjinha, por sua vez, foi absolvida por tráfico de drogas, pois, quando a acusaram deste crime, nenhuma de suas colegas delatou que a droga estava escondida debaixo de seu colchão para venda dentro do Presídio. Isso fortaleceu uma rede de confiança.

A admiração das amigas de Bahia, pelo fato dela ter dado uma surra em uma agente penitenciária que oprimia e agredia a ela e outras colegas de cela, desencadeou uma relação de proteção e abriu precedente para que outras mulheres também pudessem se insurgir contra os maus tratos. Vale ainda destacar as trocas que estabelecem para ajudar a esta presa que não recebe visitas, pois sua família mora em outro estado.

Trem bala, ao ser abandonada pela família e pelo namorado, deixou de ser uma cunhada da facção por não estar mais com o homem que era batizado. Assim, passou a ser considerada como uma prima; o que demonstra a relação de afeto e apoio em que uma mulher não abandona a outra e arruma um jeito para que ela permaneça fazendo parte da facção. Anjinha, que também foi abandonada pela família, encontrara uma nova companheira pertencente à facção. Isto foi uma oportunidade para que ela pudesse amar novamente e ensaiar um recomeço. Por isso, quando foi solta por engano, fez uma carteirinha para continuar indo à prisão para visitar a namorada.

A escolha dos padrinhos quando a presa toma a decisão de se batizar significa também a assunção por eles de uma responsabilidade de educar, cuidar e punir a afilhada sempre que considerar necessário, chegando até a vingar sua morte contra um eventual inimigo.

É desse processo de personificação dos sujeitos de que falam as histórias que entrelaçam substâncias e relações, que organizam os sujeitos, por meio da gramática cotidiana que aciona um idioma familiar e que reconhece aliados e inimigos, “pessoas” e “vermes”. Narrativas que, de outro modo, aparelham o cotidiano das penitenciárias (PADOVANI 2015, p. 90).

Entendo que os elos afetivos são objetos privilegiados de agenciamento e regulação da vida de todos os que se relacionam com a prisão, seja o afeto com funcionários, visitas ou com a nova família encontrada na cadeia, por meio de redes de solidariedade.

No relato de cada mulher, todas se identificam como primas fiéis, cunhadas ou irmãs. Nas redes de aliados e familiares na organização da facção, existe uma estrutura tal qual a de uma família, em que a presa que não recebe visita da família biológica fica cadastrada na

rede de contatos da organização para receber a visita de outra pessoa, que leva a ela o malote e outros utensílios necessários para a vivência no presídio, fazendo uma extensão da lógica familiar à vida das mulheres presas no Auri Moura Costa.

Algo interessante nessa metáfora familiar trazida pela facção é a falta da figura da mãe, existe primas, cunhadas e irmãs, porém não se fala na mãe, o que me faz entender que essa figura considerada de mais estima para essas presas na realidade se demonstra por meio da própria junção do cuidado que a facção tem por meio dos padrinhos, que são aqueles que tem o poder de punir, orientar, cuidar e vingar a morte caso ocorra algo com o afilhado.

Padovani (2015, p. 89) em sua experiência enquanto visitante e familiar de presidiário, em uma das cadeias em São Paulo relata que:

o conceito de família para essas mulheres vai além de uma certidão de nascimento, são compostas por sujeitos identificados não só pelas carteirinhas de visitantes, “mas pelos sacos contendo roupas, pelos potes que guardam comidas, pelos corpos que esperam a hora de tirar as roupas. São estes – corpos, potes, sacos e carteirinhas – substâncias que, tramadas, produzem redes de familiaridades.

As mulheres faccionadas do Auri Moura Costa vivem e encarnam esse novo papel, ao escolherem se batizar ou apoiar a facção, seja em troca de poder ou por pura necessidade. Com isso, cria-se uma metáfora familiar, em que as presas se ajudam tal como se fossem parentes de sangue, como uma família.

Conforme Brandão (2019) relata, os sentimentos – sejam eles de necessidade, apoio, ajuda ou o mais puro afeto – são relacionados à subjetividade de cada presidiária. Porém, tais sentimentos também se relacionam com o conjunto de relações e experiências vividas direta e indiretamente pelas presas e integradas tanto às suas emoções quanto à razão individual e coletiva que impera no interior do presídio.

Diante deste ponto de análise, a prisão aparece como espaço produtivo de relações que carregam sentimentos e emoções, mas também razões e estratégias. Deste modo, os vínculos tecidos a partir da experiência prisional modificam as trajetórias de vida das mulheres do Auri Moura Costa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Professora, ser mulher e ser do crime não é fácil, porque muito macho pensa que a gente não é capaz. Mas a gente é pior do que eles. Quem pensa que a gente precisa de um homem pra cometer um crime está muito enganado. Ainda mais, porque homem é burro e nós passa mais tempo pra poder ser presa. É só a senhora ver o tanto de homem que tem no presídio e de mulher que tem aqui. Não existe mais esse negócio de homem bandido e mulher santinha. É todo mundo igual. Dá pra viver sem se envolver, sem precisar se batizar, sendo prima a gente não tem tanta responsabilidade como as outras que se batizam, a gente é só simpatizante” [sic] (ANJINHA).

No fim deste trabalho, que empreendeu esforço para a compreensão dos impactos das facções na vida de mulheres que vivem como detentas no Instituto Penal Auri Moura Costa, pondero que esta pesquisa apresenta alguns aspectos relativos ao tema proposto para estudo. Em primeiro lugar, ressalto a circunscrição do estudo às relações de poder vividas por minhas interlocutoras, que são poucas. Ademais, destaco meu foco interpretativo a partir de suas narrativas sobre a vida.

Assim, reconheço que esta pesquisa apresenta algumas lacunas que podem e devem ser preenchidas por meio de outras reflexões sobre o tema e os objetos estudados. Mas, considero que os objetivos propostos, bem como a questão que norteou o trabalho foram alcançadas e contempladas; sem obviamente esgotar as possibilidades de entendimento.

O objeto de estudo desta pesquisa é uma compreensão da ascensão da mulher no mundo crime, do protagonismo vivido por elas. Isto é o processo de saída dos bastidores para a atuação na linha de frente do crime. Assim, posso dizer que me volto prioritariamente à análise de como a facção impactou a vida das detentas que pesquisei no Instituto Penal Auri Moura Costa.

As palavras de Anjinha, assim como as falas das outras nove mulheres entrevistadas, ajudaram a dissertar sobre a ascensão da mulher no crime e seus modos de sociabilidades, apoiados em práticas criminosas e em rede de afetos.

Ao longo das análises de cada relato biográfico, destacaram-se histórias de violência, pobreza, amores, abandono, medos e tristezas. Ao longo de todo este processo investigativo, também percebi como alguns vínculos tornavam “mais fáceis” o cumprimento das penas, pois davam a estas mulheres perspectivas de moradia, auxílio material e suporte emocional tanto dentro, quanto fora do Presídio, por meio da nova família representada pela facção.

Mulheres que assumiram uma nova identidade através de vulgos/nomes de guerra e se empenham na busca pela superioridade e empoderamento em relação as outras detentas e no meio em que vivem e sobrevivem.

A partir dessas pontuações, pode ser observado que o aumento de mulheres nas facções atualmente é bastante notável; sendo que algumas conquistaram posição de liderança nestes grupos criminosos. Esse aumento causou também a mudança de estrutura do Presídio e impôs inovações em sua forma de organização como a criação de novas alas, para acolher determinadas presidiárias que pertenciam a facções específicas.

Pode-se constatar por meio das histórias narradas, assim como dos dados do *INFOPEN Mulheres* apontados nos capítulos primeiro e segundo e do Senso Penitenciário 2014/2015, bem como dos boletins de estatísticas da SAP, que dos anos de 2015, 2017, 2018 e 2019 houve o aumento de mulheres no crime atuando em facções. Chegamos a isso, triangulando informações de dados estatísticos oficiais, informações colhidas junto a presidiárias e da própria diretoria do presídio e outras fontes de pesquisa, tais como textos científicos e notícias de jornais.

Para tanto, contei as histórias dessas mulheres e os motivos que as levaram a adentrar no mundo do crime. Desses relatos, assinalo aspectos sociais que influenciaram mudanças na vida dessas mulheres, como pobreza, falta de estrutura familiar, sacrifícios e violências sofridas e praticadas.

Durante a escrita dessa dissertação, pude constatar o quanto o trabalho oferecido para as presidiárias é precário, assim como as instalações físicas daquele ambiente. Assim, compreendi que, para elas, estar fora da cela é um passatempo, uma forma que arrumaram para esquecer por alguns instantes que estão presas. Da mesma forma, vender drogas e ser dona de boca é um trabalho para elas, ainda que seja algo ilícito. Ambos os trabalhos, para essas mulheres são formas de sobrevivência. Trata-se tanto de uma questão material, que lhes assegura o pão de cada dia em suas próprias casas; quanto de uma dimensão simbólica importante para suas vidas porque afasta-lhes da triste realidade em que vivem, elas mesmas e seus entes mais queridos.

A metáfora familiar da facção se materializa como uma forma de acolher essas mulheres, dando lugar a diferentes relações de afeto, bem como valorizando a coragem, as múltiplas resistências e as diversas necessidades que paradoxalmente levaram-nas a se tornar reféns de suas atitudes ilícitas. A extensão da metáfora familiar das facções ao interior do Presídio é um dos principais aspectos que emergiu da pesquisa o que gerou este trabalho sobre a vida dessas mulheres. Pude constatar que há sororidade entre elas. E, conforme pontua Brandão

(2019), desenvolvem-se relações entre pessoas, coisas e lugares que coabitam um mesmo espaço e tempo; tais relações afetam essas mulheres, contribuindo para mudar suas vidas em uma direção muito mais autônoma e autopoietica do que a determinada pelo Estado na gestão de um sistema prisional sobre o qual abundam conclusões de outros estudos que apontam a limitação do suposto potencial ressocializador.

Hoje, fazer parte do crime é muito mais que ter um emprego ou um meio de se sustentar. Trata-se de fazer parte de uma família e obter a autoafirmação e, em alguma medida, hetero-reconhecimento de sua própria importância. As mulheres que aderem às facções querem ter importância, querem fazer parte de um grupo, uma irmandade, ter um papel e ser aprovada por esse grupo. Observei nas falas dessas mulheres a relação de respeito e de consideração que elas encontraram ao adentrar nessa nova família. O poder de mandar, de serem respeitadas, de prestarem um serviço para alguém e serem remuneradas pelo que fazem e a sensação de não serem exploradas. Entretanto, elas internalizam a vida de crimes ao ponto de, por vezes, esquecerem dos perigos que essa atividade ilícita proporciona.

Fatos marcantes na fala de todas são a figura dos filhos, a desaprovação e a rejeição por parte da família biológica; isto, em geral, gera um grande pesar para elas. O amor a seus filhos contribui para que essas mulheres levem à tona seus sentidos comoventes de humanidade que rejeita maus tratos contra aqueles que amam. Esse mesmo amor ou algo muito parecido com ele, enrustido de diferentes razões, desejos e necessidades, levou cada uma dessas mulheres para a cadeia.

Faz-se importante olhar para essas jovens mulheres, praticantes de crimes em posição de liderança no universo criminal, a partir de uma consideração analítica que nos permita compreendê-las como quem vive em uma família carregada de valores que as fazem capazes de qualquer coisa para defender os seus. Vale também lembrar que este trabalho permitiu constatar que família, para elas, não é só a de sangue, mas vai além e envolve os vínculos tecidos no cárcere, que mudaram suas vidas e as tornaram (ainda mais) capazes de matar e morrer se julgarem necessário, porque “uma mulher é capaz de tudo pela sua família” (PADOVANI, 2015, p. 342).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Mirian (cord.). *Gangues, Gênero e Juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Presidência da República-Secretária de direitos Humanos, 2010.

ADORNO, Luís; COSTA, Flávio. 25 anos de PCC. In: *UOL Notícias*. São Paulo, 08/11/2019, disponível em <<https://www.uol/noticias/especiais/25-anos-de-pcc.htm#25-anos-de-pcc>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

ALMEIDA, Maria Clara D'Ávila; CANHEO, Roberta Olivato; FELIPPE, Mariana Boujikian; SOUZA, Raissa Carla Belintani de. *Mulheres sem Prisão - Enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal*. São Paulo, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania 2019. Disponível em: <<http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/mulheresemprisao-enfrentando-invisibilidade-mulheres-submetidas-a-justica-criminal.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2020

ALVAREZ, Marcos César; DIAS, Camila Nunes; SALLA, Fernando. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. In: *Tempo Social*, vol. 25, Nº 1, 2013, p. 61-82. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/69033/71482>> Acesso em: 06 jun. 2020

AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

ANTUNES, Caio. *A escola do trabalho: formação humana em Marx*. Campinas: Papel Social, 2018.

BARBOSA, Lucas. Com estatuto e arrecadação mensal, maior facção do Ceará desafia controle do Estado. In: *Tribuna do Ceará*. 11/09/2017. Disponível em: <<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/com-estatuto-e-arrecadacao-mensal-maior-faccao-do-ceara-desafia-controle-do-estado/>>. Acesso em 19 fev.2020

BARREIRA, César. Muertes violentas y escenarios urbanos: inseguridad, miedo y crueldade. In: *Paradoxos da Segurança Cidadã*. Porto Alegre: Editorial Tomo, 2016.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio. Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

BECK, Francis Rafael. *Perspectivas de controle ao crime organizado e crítica à flexibilização das garantias*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEVIDES, Marinina Gruska. *Mulheres: Os Direitos Humanos das Mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2016.

BIONDI, Karina. *Juntos e misturados: Imanência e transcendência no PCC*. Dissertação (mestrado). São Carlos: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/188/2437.pdf?sequence=1>>. Acesso em 19 fev.2020

BLUMBERG, Naomi. 7 Notorious Women Criminals. In: *Encyclopaedia Britannica*. s/d. Disponível em: <https://www.britannica.com/list/7-notorious-women-criminals> Acesso em 19 fev.2020

BOJUNGA, Lygia. A troca e a tarefa. In: *Thiau*. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2001.

BRANDÃO, Marcílio D. Para além do objeto. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.49, n. 1, p.594-598, mar./jun., 2018.

BRANDÃO, Marcílio D. Medo, adoração e encantamento na política de juventude brasileira. In: *O Público e o Privado. Dossiê Emoções em Ação*. Fortaleza: UECE, nº 34 · jul/dez - 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2643/2114> Acesso em 19 fev.2020

BRASIL, Maria Glaucéria Mota. A Prisão no discurso da modernidade. In: *Nomos (Fortaleza)*. Fortaleza, v. 7/8, 1989, p. 221-234.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota; OSTERNE, Maria do Socorro F.; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. A produção do conhecimento nas ciências sociais e a provisoriade da realidade material e simbólica. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 113, 2013. p. 152-170. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n113/n113a07.pdf> Acesso em 19 fev.2020

BRASIL, Maria Glaucéria Mota; ESCOBAR, Maria G. Fernandes. A mulher negra ‘trabalhadora’ do tráfico de drogas: entre a vulnerabilidade e a sobrevivência na ilegalidade. In: CALAZANS, Márcia Esteves de; MALOMALO, Bas’Ilele; PIÑEIRO, Emília da Silva (Orgs.). *As desigualdades de gênero e raça na América Latina no século XXI*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. Disponível em: <https://www.editorafi.org/682desigualdades> Acesso em 19 fev.2020

BRASIL. *Levantamento Nacional de informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres – 2ª edição*. Organização Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa [et al]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em 19 fev.2020

BOURDIEU, Pierre, *A dominação masculina*. 11º ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. Pode-se levar uma vida boa em uma vida ruim?. Trad. Alécia Cruz Bretas. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. Nº 33, 2019, p. 213-229.

CAMARGO, Luis Cassiano de. *A presença das facções criminosas nos estabelecimentos penais do Rio Grande do Sul*. Monografia. Três Passos: Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, 2019.

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. In: *Psicologia & Sociedade*. Vol. 24. Belo Horizonte, 2012. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400004 Acesso em 19 fev.2020

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves and MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. In: *Revista de Administração Mackenzie* 2010, vol.11, n.3, pp.71-99. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712010000300006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 19 fev.2020

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. Vol. II - Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAVALCANTI JUNIOR, Jose Divanilson; SOARES, Lúcia Dídya Lima. Crime organizado: uma nova luta pelo domínio da territorialidade. In: *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*. V. 2 n. 1, 2016. Disponível em:
<https://www.indexlaw.org/index.php/culturajuridica/article/view/382> Acesso em 19 fev.2020

CEARÁ. *Censo penitenciário do estado do Ceará 2013-2014*. Fortaleza: Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, 2014. Acesso em 16.06.2019. Disponível em:
 <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CSP/censo_penitencirio_Cear%C3%A1.pdf> Acesso em 16 jun.2019

CEARÁ. *Estatísticas do Sistema Penitenciário Cearense-Abril/2018*. Secretaria da administração penitenciária. 2018. Disponível em:
 <https://www.sap.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/17/2018/05/201804_boletimsejus.pdf>. Acesso em:15 jul.2019

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre Mulheres e Prisões: seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito, 2014. Disponível em:
 <http://www.neip.info/upd_blob/0001/1565.pdf>. Acesso em 22 de jun.2019.

CNEWS. Mulheres assumem comando de facções e viram alvo de rivais. In: *CNews*. Fortaleza: 06/07/2018. Disponível em:
 <http://cnews.com.br/cnews/noticias/127265/mulheres_assumem_comando_de_faccoes_e_viram_alvo_de_rivais > Acesso em 06 jul. 2019.

CUNHA, Manuela Ivone. *Entre o Bairro e a Prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. In: *Psicologia: Ciência e profissão*. v. 23, nº.1. Brasília, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012> Acesso em 06 jul. 2019.

DAVIS, Ângela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 11, Nº 2. Florianópolis: jul/dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X200300020001> Acesso em 14 abr.2019.

DIÁRIO DO NORDESTE. Fundador da facção criminosa GDE, 'Marquim Chinês' é preso após investigação. In: *Diário do Nordeste*. 22/10/2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/fundador-da-facciao-criminosa-gde-marquim-chines-e-preso-apos-investigacao-1.2016209>. Acesso em 14 fev.2020

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista e a nova configuração do poder no universo prisional. In: *Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política*. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-062/2234.pdf> . Acesso em 14 fev.2020

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php> Acesso em 19 fev.2020

DIAS, Camila Caldeira Nunes; MANSO, Bruno Paes. *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. Editora Todavia A.S, 2019.

DIOGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998.

DIOGENES, Glória. Por uma abordagem hermenêutica da violência. In: BARREIRA, César; LINS, Daniel (orgs.). *Poder e Violência*. Fortaleza: Edições UFC,1996.

DIÓGENES, Juliana. GDE é facção criminosa nova, atrai adolescentes e tem 'crueldade como marca', diz sociólogo. In: *Estado de S. Paulo*. 27/01/2018. Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,gde-e-facciao-criminosa-nova-atrai-adolescentes-e-tem-crueldade-como-marca-diz-sociologo,70002168237> Acesso em 19 fev.2020

DUARTE, Constância Lima (Org.). *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Mulheres, 2005.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 2000.

ENDO, Igor Koiti. Origens das organizações criminosas: aspectos históricos e criminológicos. In: *ANAIS ETIC*, v. 2, n. 2, Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, 2006. Disponível em <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1242> Acesso em 19 fev.2020

FARIA, Thaís Dumê. Mulheres no tráfico de pessoas: vítimas e agressoras. In: *Cadernos Pagu* - Dossiê: Gênero no Tráfico de Pessoas. Campinas n°. 31, jul/dez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332008000200008&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acesso em 14 fev.2020

FBI. Transnational Organized Crime. In: FBI. U.S. Department of Justice. Acesso em 12/03/2020. Disponível em: <https://www.fbi.gov/investigate/organized-crime>

FERNANDES, Newton; FERNADES, Valter. *Criminologia integrada*. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FREITAS, Hermano. Facções criminosas do Rio tiveram origens nos presídios. In: *Portal Terra*, Rio de Janeiro, 01/12/2010, disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/faccoes-criminosas-do-rio-tiveram-origem-nos-presidios,d04970e46f6ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>Acesso em 19 fev.2020

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2013.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 12º *Anuário brasileiro de segurança pública ano de 2018*. Ano 12. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABblica-2018.pdf>. Acesso em 21out.2019

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GAZETA DO POVO. Mapa das facções criminosas no Brasil. In: *Gazeta do Povo*. 03/01/2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/mapa-das-faccoes-criminosas/>

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão*: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25022011-091508/publico/2010_RafaelGodoi.pdf Acesso em 19 fev.2020

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Trad. Dante Moreira. São Paulo, Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Mathias Lambert. Coletivo Sabotagem, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raul. *Crime organizado: enfoques criminológicos, jurídico (Lei Nº 9034/95) e político criminal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. Irmãs, cunhadas, guerreiras- A relação das mulheres com o Primeiro Comando da Capital – PCC. In: *V Anais Encontro Nacional de Antropologia do Direito*. FFLCH-Nadir/USP, 2017. Disponível em:

<http://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Enadir%20-%20Ros%C3%A2ngela%20Teixeira%20Gon%C3%A7alves.pdf> Acesso em 19 fev.2020

LAVORENTI, Wilson; SILVA, José Geraldo da. *Crime organizado na atualidade*. Campinas: Bookseller, 2000.

LATTAVO, Marina. A Guerra às Drogas e os Amarildos: uma palestra de Marina Lattavo. In: *Não passarão: por Rubens R. R. Casara*. Rio de Janeiro, 26 ago. 2013. Disponível em:

<http://naopassarao.blogspot.com/2013/08/a-guerra-as-drogas-e-os-amarildos-uma.html> Acesso em 19 fev.2020

LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. In: *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo: n. 80. Mar. 2008. p. 43-62. acesso em 23/02/2020. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100004

LIMA, Eliomar de. Facções já estão no presídio feminino. In: *O Povo*. 18/07/2018. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/eliomardelima/2018/07/faccoes-ja-estao-no-presidio-feminino.html>

LINS, Daniel. *Lampião: O homem que amava as mulheres – o imaginário do cangaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

LOPES, Alden. Entre bandidos e rebeldes: o cangaço sob a perspectiva da teoria das técnicas de neutralização. In: *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*. Franca: Faculdade de Direito de Franca. v.11, n.2, dez. 2016. p.11-30. Disponível em:

<https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/361/282> Acesso em 19 fev.2020

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. [Tradução Helena Mendes Rotundo; revisão técnica José Roberto Malufe]. São Paulo: EPU, 2007.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: ano 15, n. 32, p. 129-156, jul.-dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf> Acesso em 19 fev.2020

MARTIN, Maria. O Comando Vermelho, do presídio em uma ilha paradisíaca à guerra sangrenta por território. In: *El País*. Rio de Janeiro, 15/01/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/politica/1484319135_043725.html Acesso em 19 fev.2020

MARTINS, Simone. A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, nº. 1, jan./abr. 2009. p. 111-124, Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/09.pdf> Acesso em 19 fev.2020

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, Nº 79, 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-64452010000100003>>
Acesso em 22 jun.2019

MISSE, Michel. Violência, criminalidade e mais-valia. In: *Insight Inteligência*. Ano XXI, nº 81, abril/maio/junho 2018. Disponível em: <https://www.insightinteligencia.com.br/pdfs/81.pdf> Acesso em 19 fev.2020

MOTA, Camila Veras. Dos campos de concentração de retirantes às facções criminosas: Como Fortaleza se tornou a região metropolitana mais violenta do Brasil. In: *BBCNews Brasil*, São Paulo, 07/03/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47300152>

MOURA, Tatiana. Rostos invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. In: *Revista Gênero*. Niterói, v.8, n.22, 1 sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30922/18011> Acesso em 19 fev.2020

MOURA, Maria Juruena de. *Porta Fechada, Vida Dilacerada: [AB1] Mulher, Tráfico de Drogas e Prisão: Estudo Realizado no Presídio Feminino do Ceará*. Dissertação de mestrado. Fortaleza: Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, v. 39, nº 1, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579/109656> Acesso em 19 fev.2020

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Exclusão discursiva e sujeição civil em tempos de pandemia no Brasil. In: *INCT-InEAC. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos*. 08/06/2020. Disponível em: <<http://www.ineac.uff.br/index.php/noticias/item/543-exclusao-discursiva-e-sujeicao-civil-em-tempos-de-pandemia-no-brasil>>. Acesso em 08 jun.2020

O POVO. Acusada de envenenar filho e tentar matar marido é condenada a 32 anos de reclusão. In: *O Povo*, Fortaleza, 28/11/2017. Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/11/acusada-de-envenenar-filho-e-tentar-matar-marido-e-condenada-a-32-anos.html>>. Acesso em: 23 jun.2019

O POVO. Conheça os perfis das facções que atuam no Ceará. In: *O Povo*, Fortaleza, 27/03/2018.. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/03/conheca-os-perfis-das-faccoes-que-atuam-no-ceara.html>. Acesso em: 23 jun.2019

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Família, pobreza e gênero: lugar da dominação masculina*. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. In: *Cad. CRH*. vol.32. n° 85. Salvador: jan./abr. 2019.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792019000100165&script=sci_arttext> Acesso em 14 jun.2019

PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos: afetos e ‘amores’ através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2015.

PEREIRA, Ana Carolina Antunes e SANTORO, Antônio Eduardo Ramires. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. In: *Meritum* v. 13, n. 1. Belo Horizonte, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/download/5816/pdf> Acesso em 19 fev.2020

PIRES, Artur. “*A Vida do Crime é Louca*”: as relações criminais em um complexo de favelas. Dissertação. Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2018.

PORTO, Roberto. *Crime organizado e sistema prisional*. São Paulo: Atlas, 2007.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SILVA, Vanuza Souza. *O entre da liberdade, as prisões: Os feminismos que emancipam, prendem? Uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)*. Tese (doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2014. Disponível em:<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11874/1/Tese%20Vanuza%20Souza%20Silva.pdf>>. Acesso em 19 fev.2020

SILVA, Joilza Alessandra Corrêa da. Causas e fatores que influenciam na reincidência das ex-detentas do instituto penal feminino Des. Auri Moura Costa. (Monografia)-Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Especialização em Cidadania, Direitos Humanos, e Segurança Pública, Fortaleza (CE), 2012.

REGO, Isabel Pojo do. Sociologia a Prisão. In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 19, n. 1, p. 227-233, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a11.pdf> Acesso em 19 fev.2020

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOARES, B. M. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Gramond/CESec, 2002.

SOUZA, Felipe. Ceará sob ataque: como facções locais e nacionais se juntaram para dominar o crime no Estado. In: *BBC News Brasil*. São Paulo, 08/01/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46789403> Acesso em 19 fev.2020

SOUSA, Manoel Johnson Sales. *As peculiaridades da violência no Ceará: aventuras e maneiras de fazer o crime*. Dissertação (mestrado) Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós Graduação em sociologia, 2019.

SOUSA, Pedro. De aliadas a rivais: saiba o que causou a guerra entre a FDN e Comando Vermelho. In: *A Crítica*. Manaus. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/entenda-o-conflito-armado-entre-fdn-e-comando-vermelho-na-capital> Acesso em 30 out.2019

TABOSA, Francisca Auri Silvino. *A reinserção profissional das presas e egressas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa*. Dissertação (mestrado). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceara. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2015. <https://woese.com/storage/documents/afc0e72ed80d9ace93a8f68e78916db3a0bddc67.pdf>

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentun, 2010.

TORNQUIST, Carmen Susana. Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

TREVIZANI, Giovanna Bianca. Uma Análise Sociológica Sobre a Prostituição e Seus Reflexos no Brasil. In: *Revista Âmbito Jurídico*. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/outros/uma-analise-sociologica-sobre-a-prostituicao-e-seus-reflexos-no-brasil/>. Acesso em 19 set.2019

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, Víctor. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Trad. Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

VIANA, Márcia Regina. Liberdade e existência: os movimentos do existir em Simone de Beauvoir. In: *Revista Estudos Filosóficos*. Nº 5. São João del-Rei: DFIME-UFSJ, 2010. Acesso em 19 fev.2020. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2307/1614>

ZALUAR, Alba. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Ano I, 1º trim., 1993.. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15997> >. Acesso em 20juh.2019.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SAP
COORDENADORIA ESPECIAL DO SISTEMA PRISIONAL – COESP
INSTITUTO PENAL FEMININO DESª AURI MOURA COSTA

TERMO DE ANUÊNCIA

Aquiraz, 25 de janeiro de 2020

Declaro que o INSTITUTO PENAL FEMININO DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA – IPF, está de acordo com a realização do projeto de pesquisa acadêmica **“Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no Presídio Auri Moura Costa”**, sob a responsabilidade da estudante ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA, do curso de mestrado acadêmico em sociologia – UECE, nas nossas dependências, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Estamos cientes que o presente trabalho deve seguir a resolução 466/12 e 510/2016 do CNS e normas complementares. Sendo o que se apresenta, aproveitamos para enviar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Nágila Aquino
Dir. Adjunta do IPF
Ceará - 035-1-3

Nágila Aquino
Diretora Adjunta - IPF

ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SAP
COORDENADORIA ESPECIAL DO SISTEMA PRISIONAL – COESP
INSTITUTO PENAL FEMININO DESª AURI MOURA COSTA

TERMO DE ANUÊNCIA

Aquiraz, 25 de janeiro de 2020

Declaro que o INSTITUTO PENAL FEMININO DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA – IPF, está de acordo com a realização do projeto de pesquisa acadêmica **“Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no Presídio Auri Moura Costa”**, sob a responsabilidade da estudante ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA, do curso de mestrado acadêmico em sociologia – UECE, nas nossas dependências, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Estamos cientes que o presente trabalho deve seguir a resolução 466/12 e 510/2016 do CNS e normas complementares. Sendo o que se apresenta, aproveitamos para enviar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Nágila Aquino
Dir. Adjunta do IPF
Matrícula 300868-1-3

Nágila Aquino
Diretora Adjunta - IPF

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO

AUTORIZAÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIOEu, Narcia Rodrigues Couto

diretora, fiel depositário dos prontuários e da base de dados da instituição Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa situada em Aquiraz -Ce, declaro que a pesquisadora ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA está autorizado a realizar nesta Instituição o projeto de pesquisa: (Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no Presídio Auri Moura Costa), cujo objetivo geral é (compreender como as relações de poder se constituem nos bastidores do presídio, mais especificamente das prisioneiras, através das práticas de relações de convivência e sobrevivência no crime). Adicionalmente, esse projeto consiste em analisar os (Prontuários das detentas que consequentemente serão entrevistadas) nos quesitos (será analisada a fala das detentas por meio de narrativas das histórias de vida preservando a identidade das entrevistadas e da instituição durante os meses de (Outubro e Novembro, sendo uma semana de outubro para análise dos prontuários e uma semana de novembro para as entrevistas).

Ressalto que estou ciente de que serão garantidos os direitos, dentre outros assegurados pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde de:

- 1) Garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos outros.
- 2) Emprego dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa.
- 3) Retorno dos benefícios obtidos por meio deste estudo para as pessoas e a comunidade onde o mesmo foi realizado.

Informo-lhe ainda, que a pesquisa somente será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Estadual do Ceará, para garantir a todos os envolvidos os referenciais básicos da bioética, isto é, autonomia, não maleficência, benevolência e justiça.

Fortaleza, 16 de Setembro de 2019.

Narcia R. Couto
Diretora do IPF
Matrícula 473022-1/3

(CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL)

ANEXO D - REQUERIMENTO

Ligam P/ 3101 - 2840
" 3293 4656

Processo: n.º 071002.69/2019
Setor: EGPR



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Administração Penitenciária

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Sistema de Protocolo
Recebido em: 13/08/19
lmtur

REQUERIMENTO SERVIDOR

| | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| NOME: <i>Ana Madassa da Silva Oliveira</i> | | |
| ENDEREÇO: <i>Av. Oscar Azeiteiro 1293</i> | MUNICÍPIO: <i>Fontalera</i> | TELEFONE: <i>9.99320745</i> |
| CARGO/FUNÇÃO: | MAT.: | FL. |
| LOTAÇÃO: | UNIDADE DE EXERCÍCIO: | |

REQUER AO:

SECRETÁRIO COORDENADOR

ASSUNTO

| | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO P/ AFASTAMENTO PARA GALA OU NOJO | <input type="checkbox"/> INCLUSÃO DE DEPENDENTES EM SALÁRIO-FAMÍLIA | <input type="checkbox"/> PAGAMENTO DE XERCÍCIOS ANTERIORES |
| <input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO P/ AFASTAMENTO P/O TRATO DE INTERESSES PARTICULARES | <input type="checkbox"/> LICENÇA ESPECIAL | <input type="checkbox"/> REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA |
| <input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO P/ EXERCER A FUNÇÃO DE DIRETOR E VICE | <input type="checkbox"/> LICENÇA DO FUNCIONÁRIO P/ ACOMPANHAMENTO O CÔNJUGE | <input type="checkbox"/> REMOÇÃO |
| <input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO P/ INCENTIVO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL, QUANDO ESTUDANTE | <input type="checkbox"/> LICENÇA GESTANTE | <input type="checkbox"/> RESCISÃO DO CONTRATO |
| <input type="checkbox"/> AUTORIZAÇÃO P/ REALIZAÇÃO DE MISSÃO OU ESTUDO EM OUTRO PONTO DO TERRITÓRIO NACIONAL OU ESTRANGEIRO | <input type="checkbox"/> LICENÇA P/ ACIDENTE NO TRABALHO, AGRESSÃO NÃO PROVOCADA E DOENÇA PROFISSIONAL | <input type="checkbox"/> SEMINÁRIOS/CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS CORRELATOS |
| <input type="checkbox"/> AUXÍLIO DOENÇA | <input type="checkbox"/> LICENÇA PATERNIDADE | <input type="checkbox"/> SUSPENSÃO DE VINCULO FUNCIONAL |
| <input type="checkbox"/> AUXÍLIO FUNERAL | <input type="checkbox"/> LICENÇA P/ MORTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA | <input type="checkbox"/> TEOR DE TÍTULO |
| <input type="checkbox"/> AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO | <input type="checkbox"/> LICENÇA P/ TRATAMENTO DE SAÚDE | <input type="checkbox"/> MUDANÇA DE NOME/RETIFICAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO | <input type="checkbox"/> LICENÇA P/ TRATAMENTO DE SAÚDE EM PRORROGAÇÃO | <input type="checkbox"/> EXONERAÇÃO/DISPENSA |
| <input type="checkbox"/> CONTAGEM EM DOBRO DE FÉRIAS | <input type="checkbox"/> LICENÇA P/ SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO | <input checked="" type="checkbox"/> OUTRO ESPECIFICAR: |
| <input type="checkbox"/> CONTAGAEM EM DOBRO DE LICENÇA ESPECIAL | <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO/NUARM | |

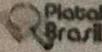
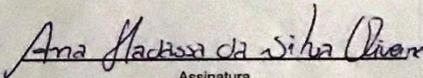
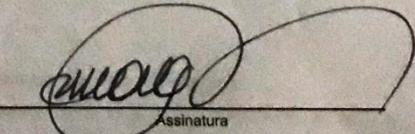
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Requer autorização para elaboração de pesquisa sociológica junto ao presídio Anís Moura Costa, em relação as mulheres presidiárias. Tema da pesquisa segue no projeto.

ASSINATURA DO REQUERENTE: *Ana Madassa da Silva Oliveira*

VISTO DO CHEFE IMEDIATO: _____ DATA: *13.07.2019*

ANEXO E – REQUERIMENTO (CONTINUAÇÃO DO DOCUMENTO).

|  MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS | | | |
|---|--|---|---|
| 1. Projeto de Pesquisa: Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no presídio Auri Moura Costa. | | | |
| 2. Número de Participantes da Pesquisa: 24 | | | |
| 3. Área Temática: | | | |
| 4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas | | | |
| PESQUISADOR RESPONSÁVEL | | | |
| 5. Nome: ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA | | | |
| 6. CPF: 993.330.073-34 | 7. Endereço (Rua, n.º): OSCAR ARARIPE 1070/1933 BOM JARDIM 1293 ALTOS FORTALEZA CEARA 60543451 | | |
| 8. Nacionalidade: BRASILEIRO | 9. Telefone: 85999320745 | 10. Outro Telefone: | 11. Email: HADASSAVARELA@HOTMAIL.COM |
| Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo. | | | |
| Data: <u>24</u> / <u>09</u> / <u>2019</u> | |  Assinatura | |
| INSTITUIÇÃO PROPONENTE | | | |
| 12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA FUNECE | | 13. CNPJ: | 14. Unidade/Orgão: Centro de Estudos Sociais Aplicados |
| 15. Telefone: (85) 3101-9600 | 16. Outro Telefone: | | |
| Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. | | | |
| Responsável: <u>Prof. Vladimir Spinelli Chagas</u> | CPF: <u>003.784.705-82</u> | | |
| Cargo/Função: <u>DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS UEC/UESA</u> | | | |
| Data: <u>24</u> / <u>09</u> / <u>2019</u> |  Assinatura | | |
| PATROCINADOR PRINCIPAL | | | |
| Não se aplica. | | | |
|  Profa. Dra. Mônica Dias Martins Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UECE | | | |

ANEXO F - PARECER

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CEARÁ - UECE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no presídio Auri Moura Costa.

Pesquisador: ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 22295919.1.0000.5534

Instituição Proponente: Centro de Estudos Sociais Aplicados

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.681.557

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo sociológico que pretende discutir as relações de poder que se estabelecem entre as mulheres aprisionadas e suas narrativas de vida sobre as motivações que as levaram ao mundo do crime. A pesquisa será desenvolvida no presídio feminino Auri Moura Costa, localizado em Itaitinga/CE. Os dados serão produzidos a partir de entrevistas com as mulheres encarceradas e análise dos seus prontuários.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Geral:**

Compreender como as relações de poder se constituem nos bastidores do Presídio e fora dele mais especificamente das prisioneiras, através das práticas de relações de convivência e sobrevivência no crime.

Objetivos Específicos:

- Entender esse aumento de encarceramento de mulheres em uma perspectiva sociológica;
- Investigar os desdobramentos das prisioneiras a partir das narrativas de vida com o mundo do crime e o que as fizeram chegar dentro do presídio de acordo com as relações de sobrevivência destes grupos;
- Compreender como o código de ética dessas mulheres funciona;

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700

Bairro: Itaperi

UF: CE

Telefone: (85)3101-9890

Município: FORTALEZA

Fax: (85)3101-9906

CEP: 60.714-903

E-mail: cep@uece.br

ANEXO G – PARECER (CONTINUAÇÃO DO DOCUMENTO)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
CEARÁ - UECE



Continuação do Parecer: 3.681.557

- Investigar como são delimitados e julgados os conceitos de poder dentro da esfera da prática criminosa por essas mulheres.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa estão relacionados ao desgaste físico das interlocutoras, uma vez que as entrevistas e suas narrativas podem ser longas. A pesquisadora destaca que tomará os devidos cuidados diante do risco apresentado, por meio da remarcação das entrevistas, para a continuação das narrativas.

Benefícios:

A pesquisa intenta proporcionar uma compreensão sobre a ação da influência de grupos facionados dentro do presídio feminino, por meio de um estudo sociológico, mais especificamente como esses grupos interferem na dinâmica das presidiárias.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui relevância social por buscar compreender um fenômeno da contemporaneidade, a partir das narrativas dos próprios sujeitos. Através do conhecimento e análise dos fenômenos é que se pode instituir alternativas de intervenção, concretizando um estudo científico atrelado à sua aplicação social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Carta de Anuência, a Folha de Rosto, o Termo de Fiel Depositário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estão de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016 da CONEP.

Recomendações:

Incluir no TCLE campo para assinatura das interlocutoras.
Anexar relatório final da pesquisa ao seu término.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

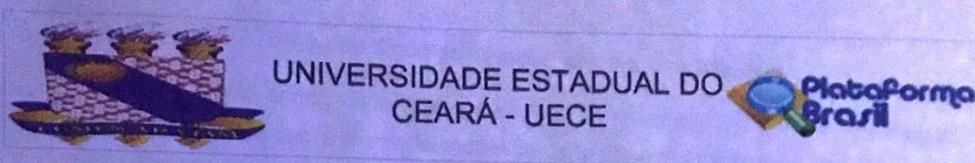
Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Síllas Munguba, 1700 CEP: 80.714-903
 Bairro: Itaperi
 UF: CE Município: FORTALEZA E-mail: cep@uece.br
 Telefone: (85)3101-9800 Fax: (85)3101-9906

ANEXO H – PARECER (CONTINUAÇÃO DO DOCUMENTO)



Continuação do Parecer: 3.681.557

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|-------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1440090.pdf | 01/11/2019 14:37:27 | | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.doc | 01/11/2019 14:35:03 | ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA | Aceito |
| Cronograma | Cronograma_Orcamento.docx | 27/09/2019 13:59:48 | ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto.docx | 27/09/2019 13:57:38 | ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA | Aceito |
| Outros | TERMO_DE_ANUENCIA_SEJUS.pdf | 25/09/2019 20:40:03 | ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | TERMO_FIEL_DEPOSITARIO.pdf | 25/09/2019 20:36:22 | ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA | Aceito |
| Folha de Rosto | FOLHA_DE_ROSTO.pdf | 24/09/2019 23:02:12 | ANA HADASSA DA SILVA OLIVEIRA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 04 de Novembro de 2019

Assinado por:
ISAAC NETO GOES DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700 CEP: 60.714-903
 Bairro: Itaperi
 UF: CE Município: FORTALEZA
 Telefone: (85)3101-9890 Fax: (85)3101-9906 E-mail: cep@uece.br

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa cujo tema é “Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no presídio Auri Moura Costa.”.

Os objetivos deste estudo consistem em compreender por meio de entrevistas como se dá as relações sociais das presas dentro do Auri Moura Costa e o impacto que as facções trouxeram para essa vivência.

Caso você autorize, você irá: 1) passar por uma entrevista, onde poderá falar sobre a sua história de vida; 2) terá analisado o prontuário, 3) a sua fala poderá ser usada para basear a compreensão da pesquisadora no estudo proposto por meio descritivo. O período de vigência da pesquisa será de outubro e novembro de 2019, considerando o início a partir da aprovação do comitê de ética.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação, nos termos da Resolução 466/12 e Resolução 510/16. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que (se encontra encarcerada). Há riscos quanto a sua participação sendo esses (de cansaço e fadiga). Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação. A sua participação pode contribuir para o (compreender o aumento de como se deu a grande quantidade de mulheres que foram presas e que entraram para a criminalidade nos últimos anos). **As suas respostas não serão divulgadas** de forma a possibilitar a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Ana Hadassa da Silva Oliveira, (85) 9.99320745,
Estudante do mestrado em sociologia pela – UECE

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE que funciona na Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, telefone (85)3101-9890, email cep@uece.br. Se necessário, você poderá entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos.

ANEXO J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa cujo tema é "Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no presídio Auri Moura Costa."

Os objetivos deste estudo consistem em compreender por meio de entrevistas como se dá as relações sociais das presas dentro do Auri Moura Costa e o impacto que as facções trouxeram para essa vivência.

Caso você autorize, você irá: 1) passar por uma entrevista, onde poderá falar sobre a sua história de vida; 2) terá analisado o prontuário, 3) a sua fala poderá ser usada para basear a compreensão da pesquisadora no estudo proposto por meio descritivo. O período de vigência da pesquisa será de outubro e novembro de 2019, considerando o início a partir da aprovação do comitê de ética.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação, nos termos da Resolução 466/12 e Resolução 510/16. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que (se encontra encarcerada). Há riscos quanto a sua participação sendo esses (de cansaço e fadiga). Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação. A sua participação pode contribuir para o (compreender o aumento de como se deu a grande quantidade de mulheres que foram presas e que entraram para a criminalidade nos últimos anos). **As suas respostas não serão divulgadas** de forma a possibilitar a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Ana Hadassa da Silva Oliveira, (85) 9.99320745,
Estudante do mestrado em sociologia pela – UECE

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE que funciona na Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, telefone (85)3101-9890, email cep@uece.br. Se necessário, você poderá entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos.

ANEXO K – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa cujo tema é "Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no presídio Auri Moura Costa."

Os objetivos deste estudo consistem em compreender por meio de entrevistas como se dá as relações sociais das presas dentro do Auri Moura Costa e o impacto que as facções trouxeram para essa vivência.

Caso você autorize, você irá: 1) passar por uma entrevista, onde poderá falar sobre a sua história de vida; 2) terá analisado o prontuário, 3) a sua fala poderá ser usada para basear a compreensão da pesquisadora no estudo proposto por meio descritivo. O período de vigência da pesquisa será de outubro e novembro de 2019, considerando o início a partir da aprovação do comitê de ética.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação, nos termos da Resolução 466/12 e Resolução 510/16. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que (se encontra encarcerada). Há riscos quanto a sua participação sendo esses (de cansaço e fadiga). Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação. A sua participação pode contribuir para o (compreender o aumento de como se deu a grande quantidade de mulheres que foram presas e que entraram para a criminalidade nos últimos anos). **As suas respostas não serão divulgadas** de forma a possibilitar a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Ana Hadassa da Silva Oliveira, (85) 9.99320745,
Estudante do mestrado em sociologia pela – UECE

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE que funciona na Av. Dr. Sílas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, telefone (85)3101-9890, email cep@uece.br. Se necessário, você poderá entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos.

ANEXO L – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa cujo tema é “Um estudo sobre os aspectos sociológicos da ascensão da mulher no mundo do crime e relações de poder das mulheres no presídio Auri Moura Costa.”.

Os objetivos deste estudo consistem em compreender por meio de entrevistas como se dá as relações sociais das presas dentro do Auri Moura Costa e o impacto que as facções trouxeram para essa vivência.

Caso você autorize, você irá: 1) passar por uma entrevista, onde poderá falar sobre a sua história de vida; 2) terá analisado o prontuário, 3) a sua fala poderá ser usada para basear a compreensão da pesquisadora no estudo proposto por meio descritivo. O período de vigência da pesquisa será de outubro e novembro de 2019, considerando o início a partir da aprovação do comitê de ética.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir da participação, nos termos da Resolução 466/12 e Resolução 510/16. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que (se encontra encarcerada). Há riscos quanto a sua participação sendo esses (de cansaço e fadiga). Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Você não receberá remuneração pela participação. A sua participação pode contribuir para o (compreender o aumento de como se deu a grande quantidade de mulheres que foram presas e que entraram para a criminalidade nos últimos anos). **As suas respostas não serão divulgadas** de forma a possibilitar a identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

Ana Hadassa da Silva Oliveira, (85) 9.99320745,
Estudante do mestrado em sociologia pela – UECE

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE que funciona na Av. Dr. Sílas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, telefone (85)3101-9890, email cep@uece.br. Se necessário, você poderá entrar em contato com esse Comitê o qual tem como objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos.

ANEXO M – ESTATUTO CV

COMANDO VERMELHO LIBERDADE, RESPEITO, LUTA, JUSTIÇA, UNIÃO.

ESTATUTO

O CONSELHO DO COMANDO VERMELHO ORGANIZAÇÃO FUNDADA EM 1979 NO PRESÍDIO DA ILHA GRANDE NO RJ COM O INTUITO DE COMBATE A OPRESSÃO LUTA PELO PROGRESSO E LIBERDADE POSSA A REGREDIR AS REGRAS CRUCIAIS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DE NOSSA ORGANIZAÇÃO.

Art:1:No lema do princípio de paz, justiça e Liberdade, significa que o respeito de todas as lutas somos também de paz, porém jamais fugiremos das guerra quando ela se fizer necessária.

Art:2: Os (5) Cinco pilares do CV. São... Liberdade, Respeito. Luta, Justiça, União. (L.R.L.J.U) Neste princípios básico, se resume o grau de nossa convivência harmoniosa que idealizamos entre irmãos .e todos aqueles dignos de consideração no qual nos Relacionamos .

Art:3:A palavra de todos os integrantes serão validas, analisada e respeitada, Mas a palavra Final em qualquer questão será sempre do Conselho.

Art:4: Os Conselho serão formados por 13. Conselheiro do mais alto grau de conhecimento de nossas regras, capacidade, moral e senso de imparcialidade, dentre eles o Presidente do Conselho, vice Presidente Porta voz e Tesoureiro.

Art:5: A organização esta a cima de qualquer membro , interesses pessoais e não errar cortaremos na própria carne as decepções punido sempre o errado, aquele que se omitir diante de erros de irmãos, é prevalecida sempre a Razão , Para atingir o patamar de, Eficiência que almejamos o expurgo será constante quando se dizer necessário.

Art:6: Cada integrante receberá o valor que merecer de acordo com, suas ações boas intenções e Responsabilidade.

Art:7: Em Referência a criminosos de outro estado, fica proibido a entrada para o CV. Membros de outros estados onde já existe facção, que corre pelo certo oriundo do próprio Estado, se for conveniente em como acordo fecharemos aliança nesse estado e daremos suporte para as alianças progredirem, mais em respeito aos que corre pelo certo jamais batiza neste

estado desta maneira plantaremos a semente do CV. Em cada canto desse Brasil toda via corpo priorizando sempre a qualidade , o espírito de luta e não a quantidade .

Art:8: Não será permitido e será possível de correções as seguinte condutas.

- A) Agressões entre irmãos, amigos, e companheiros.
- B) Irresponsabilidade qualquer tipo de pilantragem.
- C) faltar com o comando (Que é todos nos)
- D) Se apoderar indevidamente de áreas de irmãos.
- E) Derrama sangue inocente.
- F) Causa desavenças, íntegras ou a desunião entre irmãos.
- G) Derrama sangue de irmãos, antes de ter passado pela avaliação do concelho e saindo o decreto.

Art:9: A punição para os que violarem as normas serão de acordo com a inflação.

- A) Advertência verbal para inflação leves.
- B) Afastamento por um Ano sem da opinião em Nada, Para inflação leve.
- C) Banido de definitivo para inflação Graves.
- D)É o decreto para as inflações super Graves.

Art:10: A Rudez das punições.

- A) 2 inflações leve, entra no afastamento provisório.
- B) 2. Inflações médias, será banido por tempo definitivo .
- C) 1. Inflação. Grave o Banido será obrigado a seguir o seu caminho, destino ir viver bem longe do CV.
- D) 1.Inflação super Grave, o acarretará automaticamente no óbito do decreto.

Art:11: Estará sujeito a punição severas o irmão que sem Neuma cautela e critério minuciosos coloca camaradas vacilões (Com Mancha no passado) Em nossa organização.

Art:12: Qualquer pessoa que se sentir prejudicada por atitudes de membros do CV. Poderá contestar no Concelho em derradeira instância no Concelho Geral que avaliará as questões detalhadamente com justiça , Fazendo impera sempre a razão , Não a aceitamos impostores infiltrados em hipótese alguma porque somos o Certo admitimos falha de ninguém.

Art:13:As Regras servirão para os mais antigos da cúpula do CV para o Bom andamento da nossa organização, é Marchar para frente os direto serão igualitário para todos sem distinções, Condição ou poder hierarquia .

Art:14 Somos Uma instituição progressiva uma família unida, Membros do mesmo corpo, qualquer poluição de um dos membros será suprimido e lançado fora para que não venha contaminar todo Corpo CV, Que está acima de todos os Membros.

Art:15: Todos os integrantes serão sempre respeitados quando sua atuação for dentro dos contornos legais , Nos limites doutrinados , Estabelecido nas regras , porem quando a atuação se mostra transgressoras destes preconceito legais ela será sempre invalida e combatida pela cúpula do Comando .Espero que os irmãos tenha compreendido acho que fico bem especificado

REFLEXÃO

O CV NÃO DESVIARÁ JAMAIS O CAMINHO DE LUTA QUE NÓS LIBERTARÁ PARA SEMPRE DOS INSTRUMENTO EM SEQÜELAS DO AUTORISMO QUE ASSOLA NOSSA NAÇÃO EM QUANTO EXISTIR OPRESSÃO ESTAREMOS SENDO CRUÉIS INIQUICINPEDOSOS PORÉM JUNTAMOS JUNTOS NOS PROTEJA PARA IMPOSIÇÕES ARBITRÁRIAS DA INFURIA E DA PREPOTÊNCIA ATRAVÉS DA BATALHA PELO SEDIO E O VEDADEIRO DE PROGRESSO SEGUIREMOS A FRENTE , OTIMISTA ACREDITANDO QUE AINDA EM VIDA (OU A MENOS NAS PROXIMAS GERAÇÕES) O OBJETIVO DO CV. QUE É PROGRESSO SERA LANÇADO ESTE ESPAÇO MAIOR E SERA ALCANÇADO PRIORIZANDO A ÉTICA DO CRIME , O RESPEITO E O DIREITO IGUAIS PARA TODOS , SOMENTE ASSIM O PRODUTO DAS SEMENTES PLANTADAS PRODUZIRAM EFEITOS EFICAZES É IPOSITIVO EM BENEFÍCIOS DO CRIME E DE MILHARES DE NOSSOS IRMÃOS QUE DARÃO A CONTINUAÇÃO DO CRIME DANDO A PROPRIA VIDA PELA CAUSA MAIOR DE NOSSA ORGANIZAÇÃO DENTRO E FORA DE NOSSOS TERRITÓRIOS TODOS OS SACRIFÍCIOS SOFRIMENTO COMPLEXIDADE E COMPREENSÃO CADA META É O PROGRESSO ELA É UMA PONTE ENTREOS SONHOS E A REALIDADE UMA PONTE QUE NOS IMPULSIONA PELAS LUZES DA ESPERANÇA E NOS ESTIMULA E NÃO ESMORECE JAMAIS QUANDO NOSSAS VOZES NÃO SÃO OUVIDAS O CRIME É A MELHOR OPÇÃO PARA QUE ELA VENHA FAZER ECO E SURTIR EFEITO NO PRESENTE E PARA AS FUTURAS GERAÇÕES QUE CONTINUA MOVENDO TODOS OS DIAS . CONTA DE UMA

NOCIVA CANETADA DAS AUTORIDADES TIRANICAS QUE SO VISAM SEUS PRÓPRIOS ENTERECES E NEM SE QUE SABE DISTINGUI O CERTO E ERRADO O UNIDOS VENCEREMOS ESTAS PRATICAS OPR

OS 10 MANDAMENTOS DO COMANDO VERMELHO

- 1.NÃO NEGAR A PATRIA
 - 2.NAO COBIÇA A MULHER DO PRÓXIMO
 - 3.NÃO CONSPIRAR
 - 4.NÃO ACUSAR EM VÃO
 - 5.FORTALECER OS CAÍDOS
 - 6.ORIENTAR OS MAIS NOVOS
 - 7.ELIMINAR NOSSOS ENIMIGOS (A.D.A,T.C.P,POLÍCIA)
 - 8.DIZER A VERDADE MESMO Q CUSTE A VIDA
 - 9.NÃO CAGUETAR
 - 10.SER COLETIVO
- SE EU AVANÇAR SIGA-ME
SE EU RECUAR MATE-ME
SE EU MORRER VINGUE-ME
- POIS SOMOS GUERREIROS DO COMANDO VEMELHO
[SIC]

Fonte:

http://cnews.com.br/cnews/noticias/107696/menor_revela_detalhes_sobre_%22batismo%22_no_comando_vermelho Acesso em 20 jun. 2020

ANEXO N - ESTATUTO DO P.C.C.

1. Lealdade, respeito, (sic) e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2. A Luta (sic) pela liberdade, justiça e paz.
3. A união na Luta (sic) contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
5. O respeito e a (sic) solidariedade à (sic) todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, pro que aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à (sic) todos os seus integrantes para que não venham à (sic) sofrerem (sic) nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade ‘bem estruturado’ mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à (sic) morte sem perdão.
8. Os integrantes do Partido tem (sic) que dar bom exemplo à (sic) serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão (sic) dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade (sic), solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos pro um.
10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acôrdo (sic) com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11. O Primeiro Comando da Capital — P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz”.
12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acôrdo (sic) com sua capacidade para exercê-la (sic).
13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, (sic) foram covardemente assassinados, massacre este que

jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Por que nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador (sic) do Estado à (sic) desativar aquele Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrózes (sic).
15. Partindo do Comando Central da Capital do KG (sic) do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado (sic), numa guerra sem tréguas, sem fronteiras, até a vitória final.
16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos (sic) à (sic) nível estadual e à (sic) médio e longo prazo nos consolidaremos (sic) à (sic) nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror ‘dos Poderosos’ opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros.

Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e o povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA E PAZ!!!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV.

‘UNIDOS VENCEREMOS’

[SIC]

Fonte:

https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_faccapcc_1533_1997_primeiro_comando_da_capital/ Acesso em 20 jun. 2020

ANEXO O – ESTATUTO PCC - REVISTO E ATUALIZADO EM 2017.

ESTATUTO DO PCC

A Sintonia Final comunica a todos os irmãos que foram feitas algumas mudanças necessárias em nosso Estatuto.

O PCC foi fundado em 1993. Comemoramos esta data no dia 31 de agosto de todos os anos, mas 24 anos se passaram e enfrentamos várias guerras, falsos criminosos foram desmascarados, sofremos duros golpes, fomos traídos inúmeras vezes, perdemos vários irmãos, mas graças a nossa união conseguimos superar todos os obstáculos e continuamos crescendo.

Nós revolucionamos o crime impondo respeito através da nossa união e força que o certo prevalece acima de tudo com a nossa justiça, nós formamos a lei do crime e que todos nós respeitamos e acatamos por confiar na nossa justiça.

Nossa responsabilidade se torna cada vez maior porque somos exemplos a ser seguido.

Os tempos mudaram e se fez necessário adequar o Estatuto à realidade em que vivemos hoje, mas não mudaremos de forma alguma nossos princípios básicos e nossas diretrizes, mantendo características que são nosso lema PAZ, JUSTIÇA, LIBERDADE, IGUALDADE e UNIÃO acima de tudo ao Comando.

Que o novo Estatuto faça juz a cara que o Comando tem hoje e com o apoio e união de todos almejamos crescer cada vez mais, fortalecendo a ajuda aos que necessitam.

Agradecemos todos os irmãos que se dedicam pela nossa causa e qualquer dúvida procure a Sintonia para que possíveis dúvidas sejam esclarecidas.

1 Item: Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons exemplos a ser seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial.

2 Item: Lutar sempre pela PAZ, JUSTIÇA, LIBERDADE, IGUALDADE e UNIÃO, visando sempre o crescimento da organização, respeitando sempre a ética do crime.

3 Item: Todos os integrantes do Comando tem por direito expressar sua opinião e tem o dever de respeitar a opinião de todos. Sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. Aquele integrantes que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado.

4 Item: Aquele integrante que for para rua tem a obrigação de manter o contato com a Sintonia da sua quebrada ou da quebrada que o mesmo estiver. Estar sempre a disposição do Comando, a Organização necessita do empenho e união de todos os integrantes. Deixamos claro que não somos sócios de um clube e sim integrantes de uma Organização Criminosa, que luta contra as opressões e injustiças que surgem no dia a dia e tenta nos afetar. Sendo assim, o Comando não admite acomodações e fraquezas.

5 Item: Todos os integrantes que estiver na rua, tem a mesma obrigação, sendo ele estruturado ou não, porém os estruturados tem condição de se dedicar ao Comando e quando possível participar de projetos que venham a criar soluções desamparo social e financeiro para apoiar os integrantes desamparados.

6-Item:O comando não admite entre seus integrantes, estupradores, pedófilos, caguetas, aqueles que extorquem, invejam, e caluniam, e os que não respeitam a ética do crime.

7- Item: É dever de todos os integrantes da facção colaborar e participar dos “progressos“ do comando, seja ele qual for, pois os resultados desse trabalhos são integrados em pagamentos de despesas com defensores, advogados, ajuda para trancas, cesta básica, ajuda financeira para os familiares que perderam a vida em prol a nossa causa, transporte para cadeirantes, ou auxílio para doentes com custo de remédio, cirurgia e atendimentos médicos particulares, principalmente na estruturas da luta contra os nossos inimigos, entre várias situações que fortalecem a nossa causa ou seja o crime fortalece o crime, essa é a nossa ideologia.

8- Item: Os integrantes que estiverem na rua e passando por algum tipo de dificuldade, poderão procurar a Sintonia para que o Comando possa ajuda-lo ir para o corre, deixando claro que o intuito da organização e fortalecer todos os seus integrantes, para que cada um tenha Condições de se empenhar também no progresso do Comando e assim nossos objetivos serem atingidos com total êxito.

9 Item: Todos os integrantes devem ter a certeza absoluta que querem fazer parte do Comando, pois aquele que usufrui dos benefícios que o Comando conquistou e pedir pra sair pelo fato da sua liberdade estar próxima ou até mesmo aquele que sair para a rua e demonstrar desinteresse por nossa causa, serão avaliados e se constatado que o mesmo agiu de oportunismo o mesmo poderá ser visto como traidor, tendo atitude covarde e o preço da traição é a morte.

10 Item: Deixamos claro que a Sintonia Final é uma fase da hierarquia do Comando composta por integrantes que tenham sido indicados e aprovados pelos irmãos que fazem parte da Sintonia Final do Comando. Existem várias Sintonias, sendo a Sintonia Final a última instância. Os objetivos da Sintonia Final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa Organização.

11 Item: Toda missão destinada deve ser concluída. Será feita uma avaliação da capacidade de cada integrante indicado pela Sintonia, e aquele que for selecionado e aprovado tem capacidade de cumprir uma missão, e tem o dever de arcar com as despesas financeira, mas quando for possível todos os gastos ficarão sob a responsabilidade do Comando. Essas missões incluem principalmente ações de resgate e outras operações restritas ao Comando. Todos

aqueles que vierem a ser resgatados, terão a obrigação de resgatar outro irmão, aquele irmão que falhar na missão por fraqueza, deslealdade, será excluído e o caso será avaliado pela sintonia, no caso de vazar as ideias poderá ser caracterizado como traição e a cobrança será a morte.

12 Item: O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso Estatuto.

13 Item: O Comando não tem nenhuma coligação com nenhuma outra facção, vivemos em harmonia com facções de outros estados, quando algum integrante de outra facção chegar em alguma cadeia nossa o mesmo será tratado com respeito e terá o apoio necessário, porém queremos o mesmo tratamento quando o integrante do Comando chegar preso em outro estado em cadeias de outras facções e se algum integrante de outra facção de outro estado desrespeitar a nossa disciplina em nossa cadeia vamos procurar a Sintonia responsável pelo mesmo e juntos procurarmos a solução e se ocorrer de um irmão nosso estar desrespeitando, a busca da solução será da mesma forma. Deixamos bem claro que isso se trata de facções de outro estado que seja amiga do Comando.

14 Item: Todos os integrantes serão tratados com igualdade, sendo que a nossa luta é constante e permanente, seus méritos e atitudes serão avaliadas dando prioridade para aquele que merece, esclarecendo que méritos não é sinônimo de acomodações e impunidade diante da nossa luta, tratando com igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais.

15 Item: Os ideais do Comando estão acima dos conflitos pessoais, no entanto o Comando será solidário com aquele integrante que esteja certo e em desvantagem para resolver os seus problemas pessoais, o apoio será prestado, a causa será aprovada, após a avaliação direta da Sintonia.

16 Item: É inadmissível usar o Comando para ter benefício próprio. Se algum integrante vier a subfaturar algo para ganhar dinheiro em cima do Comando, agindo com esperteza em benefício próprio, será analisado pela Sintonia e após ser comprovado o superfaturamento o mesmo será excluído e decretado. Nenhum integrante poderá usufruir do contato do Comando para transações comerciais ou particulares sem o conhecimento da Sintonia, os irmãos que investir o capital em mercadoria ou ferramentas para negociar, podem fazer negócio com a Família e obterem seu lucro desde que não seja abusivos, pois todo o fruto desse trabalho é destinado aos necessitados em prol a nossa ideologia.

17 Item: O integrante que vier a sair da Organização e fazer parte de outra facção caguetando algo relacionado ao Comando será decretado e aquele que vier a mexer com a nossa

família terá a sua família exterminada. O Comando nunca mexeu com a família de ninguém e tais não terão paz. Ninguém é obrigado a permanecer no Comando, mas o Comando não vai ser tirado por ninguém.

18 Item: Todos os integrantes tem o dever de agir com severidade em cima de opressões, assassinatos e covardias realizados por Policiais Militares e contra a máquina opressora, extermínios de vidas, extorsões que forem comprovadas, se estiver ocorrendo na rua ou nas cadeias por parte dos nossos inimigos, daremos uma resposta a altura do crime. Se alguma vida for tirada com esses mecanismos pelos nossos inimigos, os integrantes do Comando que estiverem cadastrados na quebrada do ocorrido deverão se unir e dar o mesmo tratamento que eles merecem, vida se paga com vida e sangue se paga com sangue.

Fonte:

https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_do_primeiro_comando_da_capital_faccapcc_1533/ Acesso em 20 jun. 2020

ANEXO P - ESTATUTO DOS GUARDIÕES DO ESTADO.

Em 01 de Janeiro de 2016, às 16:00h, estes se reuniram em várias Unidade Prisional, no estado do Ceará, decidindo:

Capitulo I- Da denominação, Fundamentos e dos fins.

Art.1- Os integrantes se denominam **GUARDIÕES DO ESTADO.**

Art.2- São os fundamentos: a lealdade, a igualdade, a transparência e a União acima de tudo.

Art.3- Toda luta tem uma causa e nossa causa será a paz para o sistema, a igualdade para todos e justiça para os injustiçados.

Art.4- A luta será contra quaisquer tipo de opressão, assaltos, extorsões, estupros ou, ainda, quaisquer tipo de injustiças cometidas fora e dentro do sistema carcerário.

Art.5- Nossa força e nossa união farão que ecoe a liberdade contra todo tipo de opressão causado pelo governo, ou mesmo qualquer outro instrumento que venha a oprimir, ou se posicionar contra nossa ideologia e nossa luta.

Art.6- jamais um membro da nossa organização ficará desamparado tanto dentro ou fora do Estado, caso seja submetido a pena no ROD, quando lhe faltar condições.

Art.7- Para que não falte o auxílio do artigo anterior e para fortalecer a organização será obrigatório a contribuição financeira mensal de todos os integrantes. conforme será estabelecido pela cúpula o valor, mas sempre de acordo com as possibilidades financeiras de cada um.

Art.8- Todos integrantes, denominados de “irmãos”, devem lealdade e respeito para com a organização.

Art.9- Temos como meta: Qualidade e não quantidade, portanto todos os integrantes serão responsáveis diretos por seus afilhados, tendo como obrigação procurar informações sobre a procedência e conduta destes, antes de seus batismos. Devendo ficar claro que não serão aceitos: estupradores, cabuetas, ou qualquer outro com conduta duvidosa, pois devemos zelar pela seriedade e objetivos que fizeram o surgimento desta organização.

Art. 10- A organização terá como um de seus lemas; Um por todos e todos por um, em sendo assim: todos os membros que estiverem em liberdade, devem sempre estar em sintonia e harmonia com os membros encarcerados, prevalecendo a união de todos em busca do mesmo propósito.

Art.11- Todos os participantes terão voz, podendo dar opiniões e sugestões, sempre visando o crescimento da " Família Guardiões " porém é importante se ter em mente que a voz final é a dos que integram a cúpula, sendo respeitado assim a hierarquia.

Art.12- E terminantemente proibido usar o nome da organização para fins diversos dos aqui estabelecidos bem como para obter vantagens indevidas em benefício próprio que não favoreçam a coletividade. Lembrando que não serão admitidos erros deste tipo, sofrendo punição quem descumprir.

Art.13- Para o bom e fiel cumprimento do Estatuto aqui firmado, quem o descumprir será cobrado de acordo com a gravidade do seu erro e culpa. Pois a organização será rígida para com os que faltarem com suas obrigações.

Art.14- É importante esclarecer, que qualquer acusação feita por integrantes ou contra estes, até mesmo por pessoas não participantes, serão analisadas e julgadas somente mediante provas concretas, pois aquele que fizer acusação indevida, e sem provas, sofrerá severa punição pois só terá oportunidade quem der oportunidade.

Art.15- Todos os membros da cúpula julgadora serão obrigados a aplicar à igualdade em suas decisões e sentenças, onde faltas consideradas gravíssimas ocasionarão a exclusão do integrante da organização, como forma de punição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, O que motiva à organização será sempre expandir e propagar a união e a igualdade das favelas em comunhão com a massa carcerária. Lutaremos pela paz dentro e fora do sistema, sempre com a intenção de somar e jamais de dividir e nem muito menos diminuir. Estabelecendo que o certo prevaleça no crime, sendo o errado cobrado e punido pois lutaremos por ideais coletivos e dias melhores de forma incansável, sob a proteção de Deus, que abençoará sempre esta grande família que surge (sic)